Sumário

Número de notícias: 249 | Número de veículos: 219

G7 MA - SÃO LUÍS - MA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Escândalo: funcionários da Prefeitura de Tuntum-MA estariam recebendo supersalários 22

RÁDIO MIRANTE AM 600 - SÃO LUÍS - MA - PANORAMA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Gaeco realiza operação contra desvio de recursos na Prefeitura de Santa Inês 24

RÁDIO MAIS FM 99.9 - SÃO LUÍS MA - XEQUE MATE
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Gaeco realiza operação contra desvio de recursos na Prefeitura de Santa Inês 25

RÁDIO NOVA FM 102,5 - BALSAS - MA - JORNAL CENTRAL
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Prefeito é afastado do cargo durante operação que aponta esquema milionário com pagamento de propinas 26

SUA CIDADE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Caso Mackson: começa julgamento de acusado de matar pastor em Paço do Lumiar 27

O PROGRESSONET ONLINE - IMPERATRIZ - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Gaeco realiza operação contra desvio de recursos na Prefeitura de Santa Inês 28

IMIRANTE.COM - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Prefeito de Santa Inês comenta operação do Gaeco e afastamento 30

RÁDIO MIRANTE AM 600 - SÃO LUÍS - MA - ABRINDO O VERBO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Prefeito afastado de Santa Inês fala sobre operação do Gaeco 31

IMIRANTE.COM - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Maranhão tem dois em disputa por vagas no STJ 32

RÁDIO MIRANTE AM 600 - SÃO LUÍS - MA - ABRINDO O VERBO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Felipe dos Pneus é afastado da Prefeitura de Santa Inês 33

RÁDIO MIRANTE FM - 98.1 FM - CHAPADINHA - MA - DIRETO AO ASSUNTO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Felipe dos Pneus é afastado da Prefeitura de Santa Inês 34

ARIMATÉIA JR - IMPERATRIZ - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Prefeito de Santa Inês é afastado do cargo em operação contra desvios de verbas municipais 35

RÁDIO NATIVA - 99,5 FM - ONLINE - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CORRUPÇÃO: Prefeito de Santa Inês é afastado suspeito de desviar R$ 55 milhões 37

RÁDIO MIRANTE AM 600 - SÃO LUÍS - MA - RÁDIO PATRULHA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Felipe dos Pneus é afastado da Prefeitura de Santa Inês, em operação que aponta esquema milionário com pagamentos de propina
. 38

AGORA SANTA INÊS ONLINE - SANTA INÊS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
MP instaura Procedimento Administrativo com o objetivo de apurar possíveis maus tratos por parte de agente penal na Unidade Prisional de Ressocialização de Santa Inês
. 39

AGORA SANTA INÊS ONLINE - SANTA INÊS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Atuação das facções criminosas no Maranhão foi tema de seminário em São Luís e terminou com palestra do ministro da Justiça
. 40

RÁDIO CLUBE FM 98.1 - AÇAILÂNDIA - MA - JORNAL CENTRAL
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Gaeco realiza nova operação contra desvios de verbas na prefeitura de Santa Inês 41

RÁDIO PERICUMÃ FM 105.1 - PINHEIRO - MA - TRIBUNA POPULAR
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Prefeito de Santa Inês é afastado após operação realizada pelo Ministério público
. 42

AGORA SANTA INÊS ONLINE - SANTA INÊS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Gaeco realiza operação contra desvio de recursos na Prefeitura de Santa Inês 43

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Carlos Lula propõe PEC para criar Fundo de Erradicação do Trabalho Escravo 45

DIFUSORA ON - SÃO LUÍS - MA - POLICIA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Operação Tríade aponta desvio de R$ 55 milhões e afasta prefeito de Santa Inês do cargo
. 46

RÁDIO TIMBIRA AM 1290 - SÃO LUIS - MA - JORNAL CENTRAL
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Gaeco realiza nova operação contra desvios de verbas na prefeitura de Santa Inês 48

CENTRAL DE NOTÍCIAS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Prefeito é afastado do cargo durante operação que aponta esquema milionário com pagamento de propinas
. 49

RÁDIO CLUBE FM 98.1 - AÇAILÂNDIA - MA - JORNAL CLUBE 98
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Prefeito de Santa Inês é afastado após operação realizada pelo Ministério público
. 51

PORTAL ARRIÉGUA - CAXIAS - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Felipe dos Pneus é afastado da Prefeitura de Santa Inês, em operação que aponta esquema milionário com pagamentos de propina
. 52

O PROGRESSONET ONLINE - IMPERATRIZ - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Gaeco realiza operação contra desvio de recursos da Prefeitura de Santa Inês 53

RÁDIO MIRANTE AM 600 - SÃO LUÍS - MA - JORNAL DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Gaeco realiza operação contra desvio de recursos na Prefeitura de Santa Inês 54

G1 - MARANHÃO - MA - MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Felipe dos Pneus é afastado da Prefeitura de Santa Inês, em operação que aponta esquema milionário com pagamentos de propina 55

RÁDIO TERRA FM 100.3 - IMPERATRIZ - MA - TRÂNSITO LIVRE
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
GAECO do MPMA realizou nesta terça-feira a operação Tríade 56

RÁDIO AÇAÍ SORRISO FM 104.7 - ACAILANDIA - MA - GIRO DE NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Gaeco realiza nova operação contra desvios de verbas na prefeitura de Santa Inês 57

MA MAIS - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Gaeco realiza operação contra Felipe dos Pneus por desvios da Prefeitura de Santa Inês 58

CENTRAL DE NOTÍCIAS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Gaeco realiza operação contra desvio de recursos da Prefeitura de Santa Inês 60

PORTAL GUARÁ - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Gaeco realiza operação contra desvio de recursos da Prefeitura de Santa Inês 62

DIFUSORA ON - SÃO LUÍS - MA - MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Casa da Mulher é expandida para todas as regiões do estado 64

RÁDIO TIMBIRA AM 1290 - SÃO LUIS - MA - COMANDO DA MANHÃ
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
GAECO realiza operação contra desvio de 55 milhões da prefeitura de Santa Inês 65

IMIRANTE.COM - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Gaeco realiza operação contra desvio de verbas na Prefeitura de Santa Inês 66

RÁDIO CULTURA FM 105.9 - PINHEIRO - MA - CIDADE REPÓRTER
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Ouvinte do programa relata atraso de pagamento de salários em Palmeirândia 68

RÁDIO MIRANTE AM 600 - SÃO LUÍS - MA - PONTO FINAL
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Gaeco realiza nova operação contra desvios de verbas na prefeitura de Santa Inês 69

PORTAL IMPERATRIZ ONLINE - IMPERATRIZ - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Câmara vai divulgar nesta quarta (31) detalhes sobre investigação na saúde de Imperatriz 70

O IMPARCIAL ONLINE - SÃO LUÍS - MA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Brandão promove expansão da Casa da Mulher para todas as regiões do Maranhão 72

MARANHÃO DE VERDADE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Pai de vereador de Itapecuru-Mirim é condenado a 08 anos por roubo a banco em Alto Alegre do Pindaré 73

JORNAL PEQUENO ONLINE - SÃO LUÍS - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
TJMA dá prazo para OAB e candidato Flávio Costa se manifestarem sobre impugnação 75

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - MA - NOTÍCIA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Acusado de assassinar companheira é condenado a 18 anos de reclusão 76

A CARTA POLÍTICA - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Deputado quer Fundo Estadual para erradicar trabalho escravo no Maranhão 78

PORTAL IMPERATRIZ ONLINE - IMPERATRIZ - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Prefeito de Santa Inês é afastado após ser investigado por desvio milionário de dinheiro público 79

MARANHÃO DE VERDADE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Wellington denuncia que crianças são transportadas em jumentos por falta de ônibus escolar em São Vicente Ferrer 80

MARANHÃO DE VERDADE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Irregularidade de empresa ligada a Juscelino Filho anulou licitação em São Luís 81

O MARANHENSE - SÃO LUÍS - MA - GIRO DE NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Carlos Lula propõe PEC para criar Fundo de Erradicação do Trabalho Escravo 82

MARANHÃO DE VERDADE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Confira decisão da Des.ª Sônia Maria que afastou Felipe dos Pneus ao cargo em Santa Inês 83

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
1ª subdefensora assina termo de adesão para a implantação de 18 novas Casas da Mulher Maranhense no estado 84

FOLHA DO MARANHÃO - SÃO LUÍS -MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Funcionários Secretos: Veja os supersalários pagos na gestão de Fernando Pessoa em Tuntum 86

DANIELA BANDEIRA - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Felipe dos Pneus é afastado após operação do Gaeco em Santa Inês 87

PORTAL MAIS MARANHÃO - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Prefeito de Santa Inês é afastado após ser investigado por desvio milionário de dinheiro público 88

O MARANHENSE - SÃO LUÍS - MA - GIRO DE NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Mulheres e crianças vítimas de violência doméstica terão acesso a cirurgias plásticas reparadoras
. 89

BARRA DO CORDA - MA - GERAL
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Casa da Mulher Maranhense será implantada em Barra do Corda e mais 15 município do estado
. 90

JORNAL PEQUENO ONLINE - SÃO LUÍS - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Carlos Lula propõe PEC para criar Fundo de Erradicação do Trabalho Escravo 92

BARRA DO CORDA - MA - GERAL
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Felipe dos Pneus é afastado da Prefeitura de Santa Inês, em operação que aponta esquema milionário com pagamentos de propina
. 93

MARANHÃO DE VERDADE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Felipe dos Pneus é novamente afastado do cargo por rombo de R$ 55 milhões em Santa Inês
. 94

PORTAL ITAQUI BACANGA - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Gaeco realiza operação contra desvio de recursos na Prefeitura de Santa Inês 96

MINUTO BARRA - BARRA DO CORDA - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
URGENTE!! Justiça do Maranhão manda afastar prefeito de Santa Inês por desvio de R$ 55 milhões
. 98

SLZMA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
GAECO/MPMA investigação aponta que Felipe dos Pneus teria desviado R$ 55 milhões dos cofres da Prefeitura de Santa Inês
. 100

JORNAL PEQUENO ONLINE - SÃO LUÍS - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Prefeito de Santa Inês é alvo de operação por suspeita de desviar R$ 55 milhões 102

ENQUANTO ISSO NO MARANHAO - ESTREITO - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Felipe dos Pneus é novamente afastado do cargo por desvios de mais de 50 milhões em Santa Inês
. 104

A CARTA POLÍTICA - SÃO LUÍS - MA - JUSTIÇA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Santa Inês: Operação do Gaeco afasta Felipe dos Pneus da Prefeitura 106

JORNAL PEQUENO ONLINE - SÃO LUÍS - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Prefeito de Santa Inês é alvo de operação por suspeita de desviar R$ 5 milhões 108

O IMPARCIAL ONLINE - SÃO LUÍS - MA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Prefeito de Santa Inês é afastado suspeito de desviar R$ 55 milhões 110

MARANHÃO HOJE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Gaeco realiza operação contra desvio de recursos da Prefeitura de Santa Inês e prefeito é afastado do cargo
..... 111

MARANHÃO DE VERDADE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Gaeco realiza operação contra desvio de recursos da prefeitura de Santa Inês 113

O MARANHENSE - SÃO LUÍS - MA - PLANTÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Gaeco realiza operação contra desvio de recursos da Prefeitura de Santa Inês 115

JORNAL PEQUENO ONLINE - SÃO LUÍS - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Advogado aponta supostas fraudes na comprovação de tempo de advocacia de Flávio Costa
..... 117

JORNAL PEQUENO ONLINE - SÃO LUÍS - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Justiça obriga Prefeitura de São Luís a garantir melhores condições de trabalho a cuidadores escolares
..... 119

CODÓ NOTÍCIAS - CODÓ - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Após denúncia, Ministério Público acompanhará a aplicação dos recursos do FUNDEB em Codó
..... 120

O MARANHENSE - SÃO LUÍS - MA - GIRO DE NOTICIAS
PROCURADORES DE JUSTIÇA
Judiciário realiza primeiro casamento comunitário de Ribamar Fiquene 121

AGORA SANTA INÊS ONLINE - SANTA INÊS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
MP instaura Procedimento Administrativo com o objetivo de apurar possíveis maus tratos por parte de agente penal na Unidade Prisional de Ressocialização de Santa Inês
..... 122

O PROGRESSONET ONLINE - IMPERATRIZ - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Judiciário realiza primeiro casamento comunitário de Ribamar Fiquene 123

O PROGRESSONET ONLINE - IMPERATRIZ - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Patrulha do Silêncio interdita casa de show clandestina em São Luís 124

RÁDIO MIRANTE AM 600 - SÃO LUÍS - MA - PANORAMA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura deve retirar construções irregulares na Praça 1, na Cidade Operária 125

RÁDIO MAIS FM 99.9 - SÃO LUÍS MA - XEQUE MATE
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Ministério Público investiga situação de alunos que assistem aula em Posto de Saúde em Capinzal do Norte
. 126

RÁDIO NOVA FM 102,5 - BALSAS - MA - JORNAL CENTRAL
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corpo de Bombeiros interdita casa de festa clandestina em São Luís 127

RÁDIO MIRANTE AM 600 - SÃO LUÍS - MA - ABRINDO O VERBO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Juiz José Américo Abreu titular da 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís falando de adoção de crianças e adolescentes
. 128

PORTAL DE BALSAS - BALSAS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, conheceu políticas penitenciárias desenvolvidas no Maranhão
. 129

RÁDIO PERICUMÃ FM 105.1 - PINHEIRO - MA - TRIBUNA POPULAR
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Contrato milionários e prestações de serviço que não chegam a população podem está lesando os cofres públicos
. 130

RÁDIO PERICUMÃ FM 105.1 - PINHEIRO - MA - TRIBUNA POPULAR
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Crianças vão para escola em animais em São Vicente de Ferrer 131

RÁDIO PERICUMÃ FM 105.1 - PINHEIRO - MA - TRIBUNA POPULAR
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Prefeito de Turiaçu está sendo investigado pelo MPMA 132

RÁDIO CLUBE FM 98.1 - AÇAILÂNDIA - MA - JORNAL CENTRAL
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Casa de festa clandestina é interditada durante operação realizada por Corpo de Bombeiros, PM e Ministério Público
. 133

PORTAL SINDJUS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Sindjus-MA solicita a criação de espaços para exposições e demais formas de expressão cultural nos fóruns do MA
. 134

RÁDIO TIMBIRA AM 1290 - SÃO LUIS - MA - JORNAL CENTRAL
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Casa de festa clandestina é interditada durante operação realizada por Corpo de Bombeiros, PM e Ministério Público
. 135

IMIRANTE.COM - SÃO LUÍS - MA - NA MIRA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
O indígena na obra de GD 136

IMIRANTE.COM - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Casa de eventos que realizava festas clandestinas é interditada em São Luís 137

DIFUSORA ON - SÃO LUÍS - MA - MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corpo de Bombeiros interdita casa de festa clandestina em São Luís 138

O MARANHENSE - SÃO LUÍS - MA - GIRO DE NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura deve retirar construções irregulares na Praça 1, na Cidade Operária 139

O MARANHENSE - SÃO LUÍS - MA - GIRO DE NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
SÃO LUÍS - Patrulha do Silêncio interdita casa de show clandestina 140

MARANHÃO HOJE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Ministério Público debate solução para problemas enfrentados por refugiados venezuelanos 142

PORTAL DO GUIGUI - IMPERATRIZ - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Comissão de Assuntos Econômicos recebe representante do PROCON-MA para discutir "preço abusivo da carne bovina" 143

PORTAL IMPERATRIZ ONLINE - IMPERATRIZ - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Departamento Nacional de Auditoria do SUS faz fiscalização na Semus de Imperatriz 145

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - MA - NOTÍCIA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Mulheres e crianças vítimas de violência doméstica terão acesso a cirurgias plásticas reparadoras 146

MARANHÃO DE VERDADE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Prefeito de Magalhães de Almeida pode ter fraudado contrato para obra no município 148

MARANHÃO DE VERDADE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Fábio Gentil monta cenário em igrejas para reverter impopularidade 149

O MARANHENSE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
PAÇO DO LUMIAR - Palestra esclarece sobre sistemas do Ministério da Saúde 150

O MARANHENSE - SÃO LUÍS - MA - PLANTÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
MPMA realiza reunião para intermediar solução para prestação de assistência aos venezuelanos 151

MARANHÃO DE VERDADE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Justiça manda Prefeitura de São Luís retirar construções irregulares na CO 152

BOLETIM SLZ! - SÃO LUIZ - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Justiça determina que prefeitura retire ocupações irregulares na Praça 1, na Cidade Operária 153

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - MA - NOTÍCIA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
TJMA assinará Termo de Cooperação com a IDEAH da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP) nesta segunda 155

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - MA - NOTÍCIA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Judiciário realiza primeiro casamento comunitário de Ribamar Fiquene 156

MARANHÃO DE VERDADE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Casa de festas clandestinas é interditada em São Luís 157

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - MA - NOTÍCIA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura deve retirar construções irregulares na Praça 1, na Cidade Operária 158

BOLETIM SLZ! - SÃO LUIZ - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corpo de Bombeiros interdita casa de festa clandestina durante operação de fiscalização em São Luís 160

PORTAL IMARANHÃO - SÃO LUÍS - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Casa de eventos que realizava festas clandestinas é interditada em São Luís 162

PORTAL DO GUIGUI - IMPERATRIZ - MA - NOTÍCIAS
PROCURADORES DE JUSTIÇA
Sessão solene celebra primeiro ano de fundação da União dos Vice-Prefeitos do Maranhão 163

MARANHÃO HOJE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Casa de eventos no bairro Calhau em São Luís interditada em operação do Corpo de Bombeiros e Ministério Público 164

FOLHA DO MARANHÃO - SÃO LUÍS -MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
MP aperta o cerco contra os "rolezinhos" e instaura procedimento investigatório criminal em desfavor do encontro de motociclistas em São Luís 165

O MARANHENSE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corpo de Bombeiros interdita casa de festa clandestina durante operação de fiscalização em São Luís 166

JORNAL PEQUENO ONLINE - SÃO LUÍS - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corpo de Bombeiros interdita casa de festa clandestina em São Luís 168

PORTAL DO MUNIM - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Membros do Ministério Público do Maranhão acompanham visita a unidades prisionais (Justiça) 170

O MARANHENSE - SÃO LUÍS - MA - GIRO DE NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Câmara realiza audiência sobre políticas públicas para pessoas com HIV/AIDS 171

PORTAL IMARANHÃO - SÃO LUÍS - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Em Raposa moradores clamam por socorro e relatam riscos de saúde pública 172

MARANHÃO DE VERDADE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Marcial Lima reúne sindicatos para discutir melhorias no funcionalismo público municipal 173

MINUTO BARRA - BARRA DO CORDA - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Secretária da Mulher Abigail realizou um dos maiores eventos para mulheres a nível de Brasil 176

O MARANHENSE - SÃO LUÍS - MA - GIRO DE NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Membros do Ministério Público do Maranhão acompanham visita a unidades prisionais 179

O MARANHENSE - SÃO LUÍS - MA - GIRO DE NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Cirurgias plásticas serão ofertadas para mulheres e crianças vítimas de violência 180

BARRA DO CORDA - MA - MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, conheceu políticas penitenciárias desenvolvidas no Maranhão 182

RÁDIO MAIS FM 99.9 - SÃO LUÍS MA - XEQUE MATE
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Prefeita de Pedreiras está sendo alvo de investigações do MPMA 183

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Marcial Lima reúne sindicatos para discutir melhorias no funcionalismo público municipal 184

O PROGRESSONET ONLINE - IMPERATRIZ - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
MP promove em Imperatriz discussão sobre prevenção contra abuso e exploração sexual 186

DIFUSORA ON - SÃO LUÍS - MA - MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Cirurgias plásticas reparadoras serão ofertadas para mulheres e crianças vítimas de violência 187

PORTAL ARRIÉGUA - CAXIAS - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Cirurgias Plásticas serão ofertadas para mulheres e crianças vítimas de violência no Maranhão 188

DIÁRIO SUL MARANHENSE - BALSAS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Deputados recebem representante do PROCON-MA para discutir preço abusivo da carne bovina

. 189

RÁDIO MIRANTE AM 600 - SÃO LUÍS - MA - FONTENELE COMENTA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Justiça determina a implementação de sistema educacional inclusivo em todos os níveis
. 191

DIFUSORA ON - SÃO LUÍS - MA - MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Anunciado novas ações para o enfrentamento à violência e garantia dos direitos das mulheres no MA
. 192

IMIRANTE.COM - SÃO LUÍS - MA - NA MIRA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Pergentino Holanda: Maranhenses no TRF 1 193

SUA CIDADE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Governo anuncia ações de garantia dos direitos das mulheres no Maranhão 196

G7 MA - SÃO LUÍS - MA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Governo do Maranhão anuncia novas ações para o enfrentamento à violência 198

G7 MA - SÃO LUÍS - MA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Justiça manda Prefeitura de São Luís rever as licenças ambientais de 2 empresas no bairro Forquilha
. 201

NOTÍCIAS ITAPECURU - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Prefeito de Itapecuru Mirim aciona vereador que denunciou pagamento de propina em sua gestão
. 202

MARANHÃO DE VERDADE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Funcionalismo público de Viana está há 20 meses recebendo salários antecipados 203

O JORNALEIRO - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Governo do Maranhão anuncia novas ações para o enfrentamento à violência e garantia dos direitos das mulheres
. 204

O IMPARCIAL ONLINE - SÃO LUÍS - MA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Justiça determina implementação de sistema educacional inclusivo em Olinda Nova do Maranhão
. 207

PORTAL MAIS MARANHÃO - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Procedimento administrativo investiga falta de repasses para Fundo de Meio Ambiente em Açailândia
. 208

MARANHÃO HOJE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Cirurgias plásticas serão ofertadas para mulheres e crianças vítimas de violência 209

JORNAL PEQUENO ONLINE - SÃO LUÍS - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Termo de cooperação garante cirurgias plásticas a mulheres e crianças vítimas de violência 210

ENQUANTO ISSO NO MARANHAO - ESTREITO - MA - SÃO LUÍS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Cirurgias plásticas serão ofertadas para mulheres e crianças vítimas de violência no Maranhão 211

O IMPARCIAL ONLINE - SÃO LUÍS - MA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Serão ofertadas cirurgias plásticas para vítimas de violência doméstica 212

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - MA - NOTÍCIA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Cirurgias plásticas serão ofertadas para mulheres e crianças vítimas de violência 213

O MARANHENSE - SÃO LUÍS - MA - GIRO DE NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Comissão de Assuntos Econômicos recebe representante do PROCON-MA para discutir 'preço abusivo da carne bovina' 214

O MARANHENSE - SÃO LUÍS - MA - GIRO DE NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Ministro Flávio Dino encerrará evento do MPMA nesta sexta-feira (26) 216

O MARANHENSE - SÃO LUÍS - MA - GIRO DE NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
OLINDA NOVA DO MARANHÃO - Justiça determina a implementação de sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades 217

RÁDIO MAIS FM 99.9 - SÃO LUÍS MA - XEQUE MATE
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Comentários sobre reforma do Hospital da Criança 218

O PROGRESSONET ONLINE - IMPERATRIZ - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Governo do Maranhão anuncia novas ações para o enfrentamento à violência e garantia dos direitos das mulheres 219

DIFUSORA ON - SÃO LUÍS - MA - MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Justiça determina implementação de educação inclusiva, em Olinda Nova do MA 222

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Câmara realiza audiência sobre políticas públicas para pessoas com HIV/AIDS 223

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Comissão de Assuntos Econômicos recebe representante do PROCON-MA para discutir preço abusivo da carne bovina

. 224

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
"Diário da Manhã" - Gerson Pinheiro anuncia criação de grupo de trabalho sobre situação dos quilombolas de Alcântara
. 225

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO - MA - NOTICIAS
PROCURADORES DE JUSTIÇA
Assembleia celebra aniversário de primeiro ano de fundação da União dos Vice-Prefeitos do Maranhão
. 226

CENTRAL DE NOTÍCIAS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Justiça determina implementação de educação inclusiva, em Olinda Nova do MA 227

AGORA SANTA INÊS ONLINE - SANTA INÊS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
São Luis - Reunião discute cessão de urnas eletrônicas para eleição dos conselheiros tutelares
. 228

RÁDIO PERICUMÃ FM 105.1 - PINHEIRO - MA - TRIBUNA POPULAR
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Ouvinte do povoado Paraíso relata indignação sobre escolas paralisadas 229

RÁDIO UNIVERSIDADE FM 106.9 - SÃO LUÍS - MA - JORNAL RÁDIO UNIVERSIDADE
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Evento do Ministério público vai abordar facções criminosas no Maranhão 230

G7 MA - SÃO LUÍS - MA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
PROCURADORES DE JUSTIÇA
Iracema Vale fala de potencialidades e protagonismo feminino 231

PORTAL IMPERATRIZ ONLINE - IMPERATRIZ - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Procedimento administrativo investiga falta de repasses para Fundo de Meio Ambiente em Açailândia
. 232

O IMPARCIAL ONLINE - SÃO LUÍS - MA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Brandão anuncia novas ações contra a violência e garantia dos direitos das mulheres
. 233

O MARANHENSE - SÃO LUÍS - MA - PLANTÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Maranhão anuncia novas ações para o enfrentamento à violência e garantia dos direitos das mulheres
. 236

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - MA - NOTÍCIA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Campanha Maio Laranja teve adesão em diversas comarcas do Maranhão 239

MARANHÃO HOJE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Justiça manda Prefeitura de São Luís rever as licenças para TCM e Aço Maranhão na Forquilha
. 241

SLZMA - NOTÍCIAS
PROCURADORES DE JUSTIÇA
'12 mulheres foram eleitas e as vozes dessas deputadas estão ecoando muitas outras. continuaremos, juntas, lutando pelas maranhenses', diz Iracema Vale 242

JORNAL PEQUENO ONLINE - SÃO LUÍS - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Anunciadas novas ações para combater a violência contra as mulheres no Maranhão 243

O JORNALEIRO - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
'Diário da Manhã' - Gerson Pinheiro anuncia criação de grupo de trabalho sobre situação dos quilombolas de Alcântara 246

MARANHÃO HOJE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Atuação das facções criminosas no Maranhão é tema de seminário no Ministério Público 247

MARANHÃO DE VERDADE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
PROCURADORES DE JUSTIÇA
Iracema Vale fala de potencialidades e protagonismo feminino em fórum de políticas públicas para mulheres 248

O MARANHENSE - SÃO LUÍS - MA - GIRO DE NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
SÃO LUÍS - Atuação das facções criminosas no Maranhão é tema de seminário 249

MARANHÃO DE VERDADE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
PROCURADORES DE JUSTIÇA
Assembleia celebra aniversário de primeiro ano de fundação da união dos vice-prefeitos do Maranhão 250

DANIELA BANDEIRA - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
PROCURADORES DE JUSTIÇA
Iracema Vale fala de potencialidades e protagonismo feminino em Fórum de Políticas Públicas para Mulheres 252

PORTAL IMARANHÃO - SÃO LUÍS - MA - NOTICIAS
PROCURADORES DE JUSTIÇA
Iracema Vale fala de potencialidades e protagonismo feminino em Fórum de Políticas Públicas para Mulheres 253

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - MA - NOTÍCIA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Município de São Luís deve rever licença de empresas que atuam no Solar dos Encantos 255

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - MA - NOTÍCIA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Seminário sobre gestão da Central de Regulação de Vagas Prisionais 257

MARANHÃO DE VERDADE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Baby Disney Papelaria de Colinas ganha ata milionária em Sucupira do Norte 258

ATOS E FATOS ONLINE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
PROCURADORES DE JUSTIÇA
Iracema Vale fala de potencialidades e protagonismo feminino em Fórum de Políticas Públicas para Mulheres
. 259

CODÓ NOTÍCIAS - CODÓ - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura de Imperatriz é multada em R$ 4 milhões por irregularidades em hospital
. 260

O MARANHENSE - SÃO LUÍS - MA - GIRO DE NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Audiências concentradas nas instituições de acolhimento terminam nesta sexta (26)
. 261

AGORA SANTA INÊS ONLINE - SANTA INÊS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Promotoria em Santa Inês instaura Procedimento Administrativo para apurar ausência de fluxo de atendimento rotineiro do CRAS e CREAS
. 262

AGORA SANTA INÊS ONLINE - SANTA INÊS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Município de Bom Jardim é acionado pelo MP depois de denúncias de que psiquiatra só atende duas vezes por mês no Caps
. 264

AGORA SANTA INÊS ONLINE - SANTA INÊS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Promotor respondendo por promotoria de Santa Inês instaura Procedimento Administrativo para acompanhamento do Programa Bolsa Família, no âmbito educacional
. 265

G7 MA - SÃO LUÍS - MA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Ministério Público instaura inquérito para apurar irregularidades na Educação de Bacabeira-MA
. 267

AGORA SANTA INÊS ONLINE - SANTA INÊS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Justiça condena Município de Santa Inês a recuperar Terminal Rodoviário no prazo de 60 dias sob pena de multas diárias de 10 mil reais
. 268

IMIRANTE.COM - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
PROCURADORES DE JUSTIÇA
Iracema Vale fala de potencialidades e protagonismo feminino em Fórum de Políticas Públicas para Mulheres
. 270

ARIMATÉIA JR - IMPERATRIZ - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Promotor de Justiça mantém denúncia de nepotismo na prefeitura e cobra solução 271

O PROGRESSONET ONLINE - IMPERATRIZ - MA - NOTICIAS
PROCURADORES DE JUSTIÇA
Iracema Vale fala de potencialidades e protagonismo feminino em Fórum de Políticas Públicas para Mulheres
. 273

RÁDIO NOVA FM 102,5 - BALSAS - MA - JORNAL CENTRAL
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Ministério Público cobra do Estado delegado, escrivão e agentes de polícia para Pastos Bons
. 274

O PROGRESSONET ONLINE - IMPERATRIZ - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Polícia Civil do Maranhão realiza curso do programa nacional para combate à corrupção
. 275

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO - MA - NOTICIAS
PROCURADORES DE JUSTIÇA
Iracema Vale fala de potencialidades e protagonismo feminino em Fórum de Políticas Públicas para Mulheres
. 276

RÁDIO MIRANTE AM 600 - SÃO LUÍS - MA - JORNAL DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Processo judicial movido pelo Ministério Público contra o aumento abusivo da conta de água em Codó
. 277

RÁDIO EDUCADORA AM 560 - SÃO LUÍS - MA - RODA VIVA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
MPMA propõe ação por falta de medicamentos nas unidades de saúde 278

RÁDIO NATIVA FM 99,5 - IMPERATRIZ - MA - RÁDIO ALTERNATIVO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
MPMA requer delegado, escrivão e agentes da polícia civil para município de Pasto dos bons
. 279

PORTAL IMPERATRIZ ONLINE - IMPERATRIZ - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Promotor de Justiça mantém denúncia de nepotismo na prefeitura e cobra solução 280

MARANHÃO HOJE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
PROCURADORES DE JUSTIÇA
Iracema Vale fala de potencialidades e protagonismo feminino em Fórum de Políticas Públicas para Mulheres
. 281

MARANHÃO DE VERDADE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Nivaldo deixa Alcântara zerada mesmo com receita de mais de R$ 70 milhões 282

FOLHA DO MARANHÃO - SÃO LUÍS -MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Promotoria investiga suspeita de manipulação de dados no atendimento pós-COVID na gestão de Vanessa Maia em Pedreiras
. 283

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - MA - NOTÍCIA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Audiências concentradas nas instituições de acolhimento terminam nesta sexta (26)
. 285

MARANHÃO DE VERDADE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Em Carutapera, Airton Marques busca autorização para contratar empréstimo de R$ 30 milhões
. 286

CODÓ NOTÍCIAS - CODÓ - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Vereador Evimar Barbosa analisa documento e denuncia reajuste abusivo do SAAE de Codó
. 287

MARANHÃO DE VERDADE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
MP abre investigação contra Luciano Genésio após denúncias de moradores de Pinheiro
. 289

POLICIA CIVIL DO MARANHÃO - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Polícia Civil do Maranhão realiza curso do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro
. 290

MARANHÃO DE VERDADE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Malharia registrada em condomínio de luxo na capital ganha ata milionária em São Francisco do Maranhão
. 291

O MARANHENSE - SÃO LUÍS - MA - GIRO DE NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Promotorias Distritais garantem mais de 400 vagas em escolas municipais 292

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Janaína Ramos coordena seminário sobre enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes
. 293

O PROGRESSONET ONLINE - IMPERATRIZ - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
MPMA requer delegado, escrivão e agentes da Polícia Civil para o município de Pastos Bons
. 294

O PROGRESSONET ONLINE - IMPERATRIZ - MA - NOTICIAS
PROCURADORES DE JUSTIÇA
Tribunal impede bloqueio de valores de Água Doce do Maranhão 295

O PROGRESSONET ONLINE - IMPERATRIZ - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Crise no Socorrão: Comissão Processante vai apurar denúncias que podem resultar no afastamento do prefeito de Imperatriz
. 296

ARIMATÉIA JR - IMPERATRIZ - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Crise no Socorrão: Comissão processante vai apurar denúncias 297

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Carlos Lula fala sobre diagnóstico do Corpo de Bombeiros após vistoria no Hospital da Criança 298

IMIRANTE.COM - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Justiça multa em 4 milhões Prefeitura de Imperatriz por irregularidades em hospital 299

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Fabiana Vilar defende projeto de combate à violência contra pessoas com deficiência em condomínios 300

G7 MA - SÃO LUÍS - MA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Irregularidades no transporte escolar de São Luís são expostas em propaganda na TV 301

G7 MA - SÃO LUÍS - MA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Ministério Público aciona Prefeitura de São Luís para regularizar 40 ônibus escolares guardados 302

PORTAL ARRIÉGUA - CAXIAS - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Catulé Júnior denuncia retenção de salários de servidores municipais de Caxias 304

DIFUSORA ON - SÃO LUÍS - MA - MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Justiça condena Município de Santa Inês a recuperar Terminal Rodoviário 305

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
"Diário da Manhã - Rildo Amaral defende convocação de policiais da reserva para atuarem em escolas 306

RÁDIO JITIRANA - BARRA DO CORDA - MA - JORNAL DA MANHÃ
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Ação do Ministério Público cobra regularização do transporte escolar na capital maranhense 307

RÁDIO JITIRANA - BARRA DO CORDA - MA - JORNAL DA MANHÃ
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Chamada: ação do Ministério Público cobra regularização do transporte escolar na capital maranhense 308

AÇAÍ VIP - AÇAILÂNDIA - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Çailândia: Comucaa em parceria com AMVC promove capacitação continuada 309

RÁDIO MIRANTE AM 600 - SÃO LUÍS - MA - ACORDA MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
MPMA propõe ação por falta de medicamentos nas unidades de saúde de Alcântara 310

IMIRANTE.COM - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Hospital municipal e unidades de saúde de Alcântara estão sem medicamentos básicos há mais de um ano; justiça cobra
. 311

O MARANHENSE - SÃO LUÍS - MA - GIRO DE NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
BACABEIRA - Ação preventiva contra a automutilação e o suicídio é realizada em escola
. 312

MARANHÃO DE VERDADE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Rildo Amaral defende convocação de policiais da reserva para atuarem em escolas 313

O QUARTO PODER ONLINE - SÃO LUÍS - MA - ASSEMBLEIA MA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Fabiana Vilar defende projeto de combate à violência contra pessoas com deficiência em condomínios
. 314

O QUARTO PODER ONLINE - SÃO LUÍS - MA - POLÍCIA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Polícia Civil realiza curso de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro
. 315

MARANHÃO DE VERDADE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Justiça bloqueia R$ 4 milhões da prefeitura por irregularidades em hospital de Imperatriz
. 316

MARANHÃO DE VERDADE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
MP investiga prefeito de Pedro do Rosário por falhas na Educação 317

PORTAL IMPERATRIZ ONLINE - IMPERATRIZ - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Promotor de Justiça cobra prefeitura por melhorias urgentes no Socorrão de Imperatriz
. 318

O MARANHENSE - SÃO LUÍS - MA - GIRO DE NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Fabiana Vilar defende projeto de combate à violência contra pessoas com deficiência em condomínios
. 319

MARANHÃO HOJE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
PROCURADORES DE JUSTIÇA
Tribunal impede bloqueio de valores de Água Doce do Maranhão 320

A CARTA POLÍTICA - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
"Equipamentos insuficientes e inadequados", diz Carlos Lula sobre diagnóstico do Corpo de Bombeiros após vistoria ao Hospital da Criança
. 321

O IMPARCIAL ONLINE - SÃO LUÍS - MA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Comissão Processante vai apurar denúncias e pode resultar no afastamento do prefeito de Imperatriz
. 322

O MARANHENSE - SÃO LUÍS - MA - GIRO DE NOTICIAS
PROCURADORES DE JUSTIÇA
Tribunal impede bloqueio de valores de Água Doce do Maranhão 323

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - MA - NOTÍCIA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Ex-participantes de Grupo Reflexivo contam como mudaram de comportamento 324

JORNAL PEQUENO ONLINE - SÃO LUÍS - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Vistoria no Hospital da Criança constata equipamentos insuficientes e inadequados, revela laudo
..... 326

FOLHA DO MARANHÃO - SÃO LUÍS -MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Justiça condena Município de Santa Inês a recuperar Terminal Rodoviário em até 60 dias
..... 327

PORTAL IMPERATRIZ ONLINE - IMPERATRIZ - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
MP cobra do Governo do Estado delegado, escrivão e agentes de polícia para Pastos Bons
..... 329

PORTAL MAIS MARANHÃO - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
MP cobra do Governo do Estado delegado, escrivão e agentes de polícia para Pastos Bons
..... 330

JORNAL PEQUENO ONLINE - SÃO LUÍS - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Justiça condena Município de Santa Inês a recuperar Terminal Rodoviário 331

MARANHÃO DE VERDADE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
PROCURADORES DE JUSTIÇA
Luciano Genésio é alvo de investigação por não repassar recursos para conselheiros tutelares
..... 333

A CARTA POLÍTICA - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
MPMA requer delegado, escrivão e agentes da Polícia Civil para o município 334

ATOS E FATOS ONLINE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Equatorial Maranhão inaugura eletroposto gratuito para recarga de carros elétricos em Imperatriz
..... 335

O MARANHENSE - SÃO LUÍS - MA - GERAL
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Justiça condena Município de Santa Inês a recuperar Terminal Rodoviário 337

O MARANHENSE - SÃO LUÍS - MA - GIRO DE NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Pastos Bons - MPMA requer delegado, escrivão e agentes da Polícia Civil para o município
..... 339

CODÓ NOTÍCIAS - CODÓ - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura de Alcântara tem 72 horas para fornecer medicamentos para os hospitais
..... 340

CODÓ NOTÍCIAS - CODÓ - MA - NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Relatório do TCE desmoraliza Assembleia sob gestão de Iracema Vale 341

O MARANHENSE - SÃO LUÍS - MA - GIRO DE NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
IMPERATRIZ- Creche comunitária é beneficiada por ANPPs propostos pelo MPMA 342

O MARANHENSE - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
MPMA conclui curso de Mediação Comunitária 343

O MARANHENSE - SÃO LUÍS - MA - GIRO DE NOTICIAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Ednarg Marques é empossado no cargo de diretor da Seplag 344

Escândalo: funcionários da Prefeitura de Tuntum-MA estariam recebendo supersalários

Mais um possível escândalo envolvendo a gestão do prefeito de Tuntum-MA, Fernando Pessoa. Desta vez, o vazamento de uma lista de funcionários possivelmente secretos, que não estão no Portal de Transparência do município, mas aparecem recebendo salários de até R$ 29 mil reais. Entre os nomes apontados como servidores especiais, consta o nome de empresários, filhos de políticos e pessoas comuns da região.

Segundo a lista, proveniente do site do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA) conseguida pelos vereadores do município de Tuntum, mostra que pelo menos três empresários de Presidente Dutra, município distante 20km de Tuntum, estariam entre os funcionários secretos na gestão de Fernando Pessoa. São eles: Os irmãos Gilvan Fernandes Rego e Maria Geania Fernandes Rego Campos, e ainda Diego de Araújo Castro, que aparecem na lista dos supersalários pagos pela Secretaria de Educação do município, onde possivelmente o dinheiro seja de recursos federais, proveniente do FUNDEB.

Ainda de acordo com a lista, os irmãos Gilvan Rego e Maria Rego, donos de supermercado e uma empresa metalúrgica de Presidente Dutra, no Maranhão, teriam recebido o salário de R$ 27 mil cada. Diego de Araújo Castro também de Presidente Dutra, do ramo de pneus recebeu pagamento em folha da educação o valor 13.422,36. Além disso, a lista apresenta o nome de Johnatan Sampaio de Carvalho, filho de um empresário dono de uma empresa de móveis e eletrodomésticos de Tuntum, onde recebe o salário de R$ 13 mil.

Dando continuidade na lista, aparece o nome de Juliete Pessoa Ferreira, prima do prefeito Fernando Pessoa, recebendo o salário de R$ 14.129,48 somando dois cargos, um de coordenadora na secretaria de Assistência Social e outro pela educação.

Outra pessoa da sua família do prefeito, Letycia Pessoa Silva, que é prima de Fernando Pessoa, teria recebido o salário de R$ 5.536,27 como assessora especial. Existe a também servidora Irisneide Pessoa Silva, outra tia do prefeito, que possui dois cargos, um na secretária de Educação e outro na Secretaria de Assistência Social, junto os cargos rendem um salário de R$ 9.716,00

Outro nome que aparece na lista de funcionários secretos da prefeitura de Tuntum é o de Madson Jeová Nascimento Costa, assessor especial que ganha o salário de R$ 10 mil. A lista contém ainda o nome do agente administrativo Osvaldo da Silva Guimarães Neto, com salário de R$ 13.200,00; Luiz Gonzaga Pinheiro Filho, com o salário de R$ 9.974,09 e Karutchya Oliveira Andrade, com salário de R$ 4 mil.

Um dos fatos que chamou atenção, foi o caso do motorista Geovane de Sousa Santana, que recebe o salário de R$ 3.445,67 na escola Pé da Serra. Segundo apuração do site Folha do Maranhão, a unidade escolar citada na lista de pagamentos não existe no município, o que revela a possível inserção de dados falsos para justificar a nomeação das pessoas.

Entre os casos mais absurdos, aparece o nome do enfermeiro Adriano Henrique Andrade Santos, que recebe um possível salário de R$ 29.753.15 e o nome de Eduardo Oliveira Cunha, filho do ex-prefeito Chico Cunha, que possui um possível salário de R$ 25.836,16.

O site Folha do Maranhão tentou contato com os empresários citados na matéria, mas até o fechamento não obteve nenhuma resposta. A redação da Folha também tentou contato com a prefeitura de Tuntum, porém não foi respondido o contato.

Por fim, o site tentou obter informações com o **Promotor de Justiça**, Wlademir Oliveira, o mesmo afirmou que não há nenhuma representação ou investigação do caso, e que possivelmente há um processo de investigação no próprio Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Veja as listas de salários de servidores que a Folha do Maranhão teve acesso:

Por Folha do Maranhão

Site: https://g7ma.com/escandalo-funcionarios-da-prefeitura-de-tuntum-ma-estariam-recebendo-supersalarios/

Gaeco realiza operação contra desvio de recursos na Prefeitura de Santa Inês

João Ricardo, Gilberto Leda, Wlívio Ricardo, Alessandra Rodrigues

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** realiza na manhã desta terça-feira, 30, a Operação Tríade. O objetivo é cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI). A operação faz parte de procedimento investigatório que apura a existência de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como Felipe dos Pneus. Os mandados, expedidos pela desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foram cumpridos com apoio da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil e do **Gaeco** Piauí. A desembargadora também determinou o afastamento de Felipe dos Pneus do cargo de prefeito de Santa Inês. Tags: **MPMA**, **Gaeco**, operação desvio de recursos.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/video/2023/05/30/panorama%203005.mp4

Gaeco realiza operação contra desvio de recursos na Prefeitura de Santa Inês

Matias Marinho, Pedro de Almeida

Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** realiza na manhã desta terça-feira, 30, a Operação Tríade. O objetivo é cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI). A operação faz parte de procedimento investigatório que apura a existência de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como Felipe dos Pneus. Os mandados, expedidos pela desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foram cumpridos com apoio da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil e do **Gaeco** Piauí. A desembargadora também determinou o afastamento de Felipe dos Pneus do cargo de prefeito de Santa Inês. Tags: **MPMA**, **Gaeco**, operação, fraude, licitações.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/30/RDIOMAISFM999SOLUSMA-18.19.22-18.22.00-1685495996.mp3

Prefeito é afastado do cargo durante operação que aponta esquema milionário com pagamento de propinas

Teresa Cristina

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** realiza na manhã desta terça-feira (30) a Operação Tríade. O objetivo da ação é cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI). A operação faz parte de procedimento investigatório que apura a existência de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como "Felipe dos Pneus". Tags: **MPMA**, **Gaeco**, operação desvio de recursos.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/30/RDIONOVAFM1025BALSASMA-18.03.23-18.04.48-1685496486.mp3

Caso Mackson: começa julgamento de acusado de matar pastor em Paço do Lumiar

Começou nesta terça-feira (30) o julgamento do Saulo Pereira Nunes, investigado como autor do homicídio de Mackson da Silva Costa a facadas e enterrar o corpo em na própria casa, em Paço do Lumiar, em outubro de 2019. A defesa de Saulo alega que teria sido um acidente, e que não houve intenção de matar. Apesar das alegações do acusado ao longo do processo, para o **ministério público** não há dúvidas de que o crime foi premeditado.

Para o julgamento foram convocadas oito testemunhas: cinco de acusação e três de defesa. A primeira a ser ouvida foi a ex-esposa de Saulo, que na época ainda era casada com ele. Ela disse que conheceu Mackson por meio das redes sociais e passou a manter contato em uma relação extraconjugal. Ela sabia que ele também era casado, mas disse que nenhum momento soube que ele era pastor.

O pastor Mackson da Silva Costa foi encontrado morto três dias após ter desaparecido em São Luís. De acordo com a Polícia Civil, Saulo Pereira Nunes seria o assassino de Mackson. Ele foi preso três dias após o crime e o corpo da vítima foi localizado na casa do suspeito, no bairro Maiobão, em Paço do Lumiar. Segundo a polícia, ele confessou o crime.

O crime foi motivado devido a um suposto relacionamento entre a esposa de Saulo Pereira e Mackson da silva. Durante as investigações, a polícia encontrou no computador da vítima, diversas conversas entre o pastor e a esposa do acusado. Em uma delas, havia uma mensagem tratando sobre um encontro.

Mais informações na reportagem de Laryssa Madeira, para a TV Cidade.

Assista abaixo:

Fique ligado! O Balanço Geral-MA, com Ailton Nunes, vai ao ar de segunda a sexta-feira, a partir das 11h50, pela TV Cidade/Record TV.

SAIBA MAIS

Polícia prende suspeito de matar pastor em Paço do Lumiar

Justiça libera suspeito de matar pastor em Paço do Lumiar

Família de pastor pede justiça e realiza protesto em São Luís

Caso Mackson: iniciadas audiências de instrução do homicídio

Site: http://www.suacidade.com/noticias/sao-luis/caso-mackson-comeca-julgamento-de-acusado-de-matar-pastor-em-paco-do-lumiar

Gaeco realiza operação contra desvio de recursos na Prefeitura de Santa Inês

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** realizou na manhã desta terça-feira, 30, a Operação Tríade. O objetivo foi cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI).

A operação faz parte de procedimento investigatório que apura a existência de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como Felipe dos Pneus.

Os mandados, expedidos pela desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foram cumpridos com apoio da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil e do **Gaeco** Piauí. A desembargadora também determinou o afastamento de Felipe dos Pneus do cargo de prefeito de Santa Inês.

ENTENDA O CASO

A investigação teve início a partir do encaminhamento de provas compartilhadas pela Polícia Federal após a Operação Free Rider, realizada em abril de 2022. O material compartilhado demonstrou um esquema de montagem e direcionamento de licitações nas quais as empresas contratadas pelo Município de Santa Inês pagavam propina em benefício do prefeito e de pessoas ligadas a ele.

O aprofundamento das investigações pelo **Gaeco** permitiu a obtenção de provas que revelaram o envolvimento de várias pessoas físicas e jurídicas que atuavam em conjunto para desviar recursos públicos por meio da Prefeitura de Santa Inês, gerida por Felipe dos Pneus.

O esquema contava com a chefia do prefeito, com a atuação de dois articuladores, que montavam as licitações fraudulentas e controlavam o repasse de propina. Eles contavam com a colaboração de servidores comissionados ligados à Prefeitura, para garantir a aparência de licitude das contratações, bem como com empresas beneficiárias e intermediárias e seus respectivos sócios.

Juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado à manutenção das necessidades básicas da comunidade local. As fraudes envolviam contratos de fornecimento de medicamentos e materiais de saúde, de recuperação de estradas vicinais e de serviços de engenharia para a Prefeitura, entre outros.

TRÍADE

O nome Tríade refere-se a organizações criminosas tradicionais chinesas que, ao longo da história, se envolveram em uma variedade de crimes, desde fraude, extorsão e lavagem de dinheiro até tráfico e prostituição. Na contemporaneidade, as tríades chinesas estão menos envolvidas com a atividade criminosa "tradicional" e estão se tornando associadas a crimes de colarinho branco.

A estrutura e composição da Tríade Chinesa contava com três principais atores: o grande chefe, o "Cabeça de Dragão"; dois responsáveis pelo ritual de iniciação dos novatos, "Mestres de Incenso"; e os responsáveis pela pesquisa da vida dos novos integrantes, "Patrulheiros do Vento".

Assim como a Tríade Chinesa, a organização criminosa que operava em Santa Inês possui três principais nomes que atuavam ao lado das outras 16 pessoas físicas e jurídicas investigadas. O grande chefe é o prefeito Luís Felipe Oliveira de Carvalho. Ele contava com dois articuladores, Antônio Neto Magalhães e Samuel Martins.

Enquanto o prefeito utilizava sua influência política e seu poder decisório sobre a forma de utilização das verbas públicas municipais, os articuladores montavam procedimentos licitatórios fraudulentos, intermediavam com empresas e faziam o controle do repasse de propina.

Com precisa divisão de tarefas, os três juntos estavam à frente dos crimes de organização criminosa, fraude em licitação, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro ocorridos em Santa Inês. Dessa forma, assim como a Tríade Chinesa moderna que se associa para cometimento de crimes de colarinho branco, da mesma forma age a Tríade montada em Santa Inês.

Site: https://oprogressonet.com/noticia/31661/gaeco-realiza-operacao-contra-desvio-de-recursos-na-prefeitura-de-santa-ines

Prefeito de Santa Inês comenta operação do Gaeco e afastamento

SANTA INÊS - O prefeito de Santa Inês, Felipe dos Pneus, manifestou-se na tarde desta terça-feira (30), sobre a Operação Tríade , deflagrada Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** (**MPMA**) e que culminou com o seu afastamento do comando do município.

Segundo ele, a gestão colabora com as investigações e já solicitou informações detalhadas do processo, que tramita em segredo de Justiça.

"Estamos aguardando tranquilamente as informações da Operação do **Gaeco**. Sou a favor da Justiça e acredito que a verdade sempre prevalece. Apesar de nos perguntarmos, a princípio, a quem possa interessar requentar fatos já esclarecidos. Como sempre, estamos à disposição e confiantes em seguir com o projeto de desenvolvimento de Santa Inês", declarou o gestor, em nota. Ele também gravou um vídeo sobre o assunto.

Felipe dos Pneus é investigado em procedimento que apura a existência de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês.

A investigação teve início a partir do encaminhamento de provas compartilhadas pela Polícia Federal após a Operação Free Rider , realizada em abril de 2022. O material compartilhado demonstrou um esquema de montagem e direcionamento de licitações nas quais as empresas contratadas pelo Município de Santa Inês pagavam propina em benefício do prefeito e de pessoas ligadas a ele.

O aprofundamento das investigações pelo **Gaeco** permitiu a obtenção de provas que revelaram o envolvimento de várias pessoas físicas e jurídicas que atuavam em conjunto para desviar recursos públicos por meio da Prefeitura de Santa Inês, gerida por Felipe dos Pneus.

O esquema contava com a chefia do prefeito, com a atuação de dois articuladores, que montavam as licitações fraudulentas e controlavam o repasse de propina. Eles contavam com a colaboração de servidores comissionados ligados à Prefeitura, para garantir a aparência de licitude das contratações, bem como com empresas beneficiárias e intermediárias e seus respectivos sócios.

Juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado à manutenção das necessidades básicas da comunidade local. As fraudes envolviam contratos de fornecimento de medicamentos e materiais de saúde, de recuperação de estradas vicinais e de serviços de engenharia para a Prefeitura, entre outros.

Site: https://imirante.com/noticias/sao-luis/2023/05/30/ipolitica-prefeito-de-santa-ines-comenta-operacao-do-gaeco-e-afastamento

Prefeito afastado de Santa Inês fala sobre operação do Gaeco

Juraci Filho

O prefeito afastado de santa Inês Felipe dos pneus, envia vídeo falando da operação realizada pelo **Gaeco**, ele relata que as investigações tramitam em segredo de justiça e que está colaborando com o que for necessário para que haja celeridade no processo. Tags: **Gaeco**, **MPMA**, operação.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/30/RDIOMIRANTEAM600SOLUSMA-16.28.50-16.30.21-1685478453.mp3

Maranhão tem dois em disputa por vagas no STJ

SÃO LUÍS - O Superior Tribunal de Justiça (STJ) enviou no início do mês ofício a todos os tribunais de justiça para que sejam encaminhados, até esta quarta-feira (31), os nomes dos interessados em concorrer às duas vagas abertas na corte, destinadas a magistrados e magistradas estaduais, em razão da aposentadoria do ministro Jorge Mussi e do falecimento do ministro Paulo de Tarso Sanseverino.

A terceira vaga a ser preenchida no STJ - aberta em virtude aposentadoria do ministro Félix Fischer - é reservada, pelo sistema de alternância, a um membro da advocacia.

Pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, dois desembargadores devem se candidatar: o atual presidente da Corte estadual, Paulo Velten, e a Angela Salazar, ex-presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA).

Velten tem apoio nos bastidores do ex-governador do Maranhão e ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino (PSB); já Salazar conquistou apoio recente do ministro Benedito Gonçalves, membro do próprio STJ e integrante do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Reunião - Em reunião realizada no dia 9 de maio, o Pleno do STJ, por unanimidade, marcou para o dia 23 de agosto a sessão destinada a formar, no caso das duas vagas reservadas a desembargadores estaduais, uma lista com quatro nomes. No caso da vaga destinada à advocacia, cabe à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) elaborar uma lista sêxtupla, que será transformada em lista tríplice pelo STJ.

Em ambos os casos, as listas formadas pelo STJ serão submetidas ao presidente da República para escolha dos nomes - na sequência, os três escolhidos são sabatinados pelo Senado Federal e, sendo aprovados, são nomeados pelo chefe do Executivo para os cargos no STJ.

De acordo com o artigo 104 da Constituição, o STJ é composto por, no mínimo, 33 ministros, sendo um terço deles oriundo dos Tribunais Regionais Federais, um terço dos Tribunais de Justiça dos estados e um terço, em partes iguais, alternadamente, entre advogados e membros do **Ministério Público**.

Quase - Recentemente, outro maranhense chegou a ser cotado para o STJ. No ano passado, com apoio de Dino e do ministro Gilmar Mendes, o desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região Ney Bello Filho tentou conseguir uma vaga na Corte.

Em agosto do ano passado, no entanto, o então presidente Jair Bolsonaro (PL) acabou nomeando os também desembargadores federais Messod Azulay Neto e Paulo Sérgio Domingues.

Site: https://imirante.com/noticias/sao-luis/2023/05/30/ipolitica-maranhao-tem-dois-em-disputa-por-vagas-no-stj

Felipe dos Pneus é afastado da Prefeitura de Santa Inês

Juraci Filho

O **Ministério Público do Maranhão** realizou uma operação, nesta terça-feira (30), contra uma organização investigada por fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro. O líder seria o atual prefeito de Santa Inês, Felipe dos Pneus, que foi afastado do cargo. De acordo com o **Ministério Público do Maranhão**, juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado aos cuidados básicos da população. Tags: **MPMA**, operação, prefeito, Santa Inês.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/video/2023/05/30/RDIOMIRANTEAM600SOLUSMA-14.10.07-14.17.29-1685469768.mp4

Felipe dos Pneus é afastado da Prefeitura de Santa Inês

Léo Castro e Alexandre Pinheiro

O **Ministério Público do Maranhão** realizou uma operação, nesta terça-feira (30), contra uma organização investigada por fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro. O líder seria o atual prefeito de Santa Inês, Felipe dos Pneus, que foi afastado do cargo. De acordo com o **Ministério Público do Maranhão**, juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado aos cuidados básicos da população. Tags: **MPMA**, operação, prefeito, Santa Inês.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/video/2023/05/30/direto%20ao%20assunto%2030.mp4

Prefeito de Santa Inês é afastado do cargo em operação contra desvios de verbas municipais

Investigações apontam desvios de até R$ 55 milhões da Prefeitura de Santa Inês; prefeito foi afastado do cargo pela Justiça

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** (**MPMA**) realiza na manhã desta terça-feira (30), a Operação Tríade. O objetivo é cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI).

De acordo com o **MP-MA**, a operação faz parte da investigação que apura a existência de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como "Felipe dos Pneus" (Republicanos).

Felipe dos Pneus, prefeito de Santa Inês. (Foto: Divulgação)

Os mandados, expedidos pela desembargadora relatora da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), foram cumpridos com apoio da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil e do **Gaeco** Piauí. A desembargadora também determinou o afastamento de "Felipe dos Pneus" do cargo de prefeito de Santa Inês.

Entenda o caso

A investigação teve início a partir do encaminhamento de provas compartilhadas pela Polícia Federal após a Operação Free Rider, realizada em abril de 2022. O material compartilhado demonstrou um esquema de montagem e direcionamento de licitações nas quais as empresas contratadas pelo Município de Santa Inês pagavam propina em benefício do prefeito e de pessoas ligadas a ele.

O aprofundamento das investigações pelo **Gaeco** permitiu a obtenção de provas que revelaram o envolvimento de várias pessoas físicas e jurídicas que atuavam em conjunto para desviar recursos públicos por meio da Prefeitura de Santa Inês, gerida por "Felipe dos Pneus".

O esquema contava com a chefia do prefeito, com a atuação de dois articuladores, que montavam as licitações fraudulentas e controlavam o repasse de propina. Eles contavam com a colaboração de servidores comissionados ligados à Prefeitura, para garantir a aparência de licitude das contratações, bem como com empresas beneficiárias e intermediárias e seus respectivos sócios.

Juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado à manutenção das necessidades básicas da comunidade local. As fraudes envolviam contratos de fornecimento de medicamentos e materiais de saúde, de recuperação de estradas vicinais e de serviços de engenharia para a Prefeitura, entre outros.

Tríade

O nome Tríade refere-se a organizações criminosas tradicionais chinesas que, ao longo da história, se envolveram em uma variedade de crimes, desde fraude, extorsão e lavagem de dinheiro até tráfico e prostituição. Na contemporaneidade, as tríades chinesas estão menos envolvidas com a atividade criminosa tradicional e estão se tornando associadas a crimes de colarinho branco.

A estrutura e composição da Tríade Chinesa contava com três principais atores: o grande chefe, o "Cabeça de Dragão"; dois responsáveis pelo ritual de iniciação dos novatos, "Mestres de Incenso"; e os responsáveis pela pesquisa da vida dos novos integrantes, "Patrulheiros do Vento".

Assim como a Tríade Chinesa, a organização criminosa que operava em Santa Inês possui três principais nomes que atuavam ao lado das outras 16 pessoas físicas e jurídicas investigadas. O grande chefe é o prefeito Luís Felipe Oliveira de Carvalho. Ele contava com dois articuladores, Antônio Neto Magalhães e Samuel Martins.

Enquanto o prefeito utilizava sua influência política e

seu poder decisório sobre a forma de utilização das verbas públicas municipais, os articuladores montavam procedimentos licitatórios fraudulentos, intermediavam com empresas e faziam o controle do repasse de propina.

Com precisa divisão de tarefas, os três juntos estavam à frente dos crimes de organização criminosa, fraude em licitação, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro ocorridos em Santa Inês. Dessa forma, assim como a Tríade Chinesa moderna que se associa para cometimento de crimes de colarinho branco, da mesma forma age a Tríade montada em Santa Inês.

Por meio das redes sociais, Felipe dos Pneus, diz que aguarda as informações da Operação do **Gaeco** e que está à disposição e confiantes em seguir com o projeto de desenvolvimento de Santa Inês.

Estamos aguardando tranquilamente as informações da Operação do **Gaeco**. Sou a favor da Justiça e acredito que a verdade sempre prevalece. Apesar de nos perguntarmos, a princípio, a quem possa interessar requentar fatos já esclarecidos.

Como sempre, estamos à disposição e confiantes em seguir com o projeto de desenvolvimento de Santa Inês , publicou Felipe dos Pneus.

Site: https://arimateiajr.com/noticia/1390761/prefeito-de-santa-ines-e-afastado-do-cargo-em-operacao-contra-desvios-de-verbas-municipais

CORRUPÇÃO: Prefeito de Santa Inês é afastado suspeito de desviar R$ 55 milhões

Segundo as investigações, empresas contratadas pelo município de Santa Inês pagavam propina para o prefeito e pessoas ligadas a ele

Foi realizado, na manhã desta terça-feira (30), a Operação Tríade. O objetivo é cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI).

A operação faz parte de procedimento investigatório que apura a existência de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como "Felipe dos Pneus".

Os mandados, expedidos pela desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foram cumpridos pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** com apoio da PRF, da PC-MA e do **Gaeco** Piauí. A desembargadora também determinou o afastamento de "Felipe dos Pneus" do cargo de prefeito de Santa Inês.

A investigação teve início a partir do encaminhamento de provas compartilhadas pela Polícia Federal após a Operação Free Rider, realizada em abril de 2022. O material compartilhado demonstrou um esquema de montagem e direcionamento de licitações nas quais as empresas contratadas pelo município de Santa Inês pagavam propina para o prefeito e pessoas ligadas a ele.

O aprofundamento das investigações pelo **Gaeco** permitiu a obtenção de provas que revelaram o envolvimento de várias pessoas físicas e jurídicas que atuavam em conjunto para desviar recursos públicos por meio da Prefeitura de Santa Inês, gerida por "Felipe dos Pneus".

Juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado à manutenção das necessidades básicas da comunidade local. As fraudes envolviam contratos de fornecimento de medicamentos e materiais de saúde, de recuperação de estradas vicinais e de serviços de engenharia para a Prefeitura, entre outros.

O esquema contava com a chefia do prefeito, com a atuação de dois articuladores, que montavam as licitações fraudulentas e controlavam o repasse de propina. Eles contavam com a colaboração de servidores comissionados ligados à Prefeitura, para garantir a aparência de licitude das contratações, bem como com empresas beneficiárias e intermediárias e seus respectivos sócios.

Assim como a Tríade Chinesa, a organização criminosa que operava em Santa Inês possui três principais nomes que atuavam ao lado das outras 16 pessoas físicas e jurídicas investigadas. O grande chefe é o prefeito Luís Felipe Oliveira de Carvalho. Ele contava com dois articuladores, Antônio Neto Magalhães e Samuel Martins.

Enquanto o prefeito utilizava sua influência política e seu poder decisório sobre a forma de utilização das verbas públicas municipais, os articuladores montavam procedimentos licitatórios fraudulentos, intermediavam com empresas e faziam o controle do repasse de propina.

Com precisa divisão de tarefas, os três juntos estavam à frente dos crimes de organização criminosa, fraude em licitação, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro ocorridos em Santa Inês. Dessa forma, assim como a Tríade Chinesa moderna que se associa para cometimento de crimes de colarinho branco, da mesma forma age a Tríade montada em Santa Inês.

* Com informações do **Ministério Público do Maranhão**

Site: https://fmnativa.com.br/noticia/1390736/corrupcao-prefeito-de-santa-ines-e-afastado-suspeito-de-desviar-r-55-milhoes

Felipe dos Pneus é afastado da Prefeitura de Santa Inês, em operação que aponta esquema milionário com pagamentos de propina

Domingos Ribeiro

O **Ministério Público do Maranhão** realizou uma operação, nesta terça-feira (30), contra uma organização investigada por fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro. O líder seria o atual prefeito de Santa Inês, Felipe dos Pneus, que foi afastado do cargo. De acordo com o **Ministério Público do Maranhão**, juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado aos cuidados básicos da população. Tags: **MPMA**, operação, prefeito, Santa Inês.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/30/rdiomiranteam600solusma-13%20%28mp3cut.net%29.mp3

MP instaura Procedimento Administrativo com o objetivo de apurar possíveis maus tratos por parte de agente penal na Unidade Prisional de Ressocialização de Santa Inês

Confira a íntegra da Portaria:

SANTA INÊS PORTARIA-2ªPJSI - 12023 Código de validação: 2D9F584881 PORTARIA Nº 01/2023 - 2ª PJSI Objeto: Conversão da Notícia de Fato (SIMP - 002265-267/2022), em Procedimento Administrativo. O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO**, por seu representante signatário, no desempenho de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; no artigo 26, inciso I da Lei n.º 8.625/93 - Lei Orgânica do **Ministério Público**; e no art. 26, incisos IV e V, da Lei Complementar n.º 13/91 - Lei Orgânica do **Ministério Público do Maranhão**: CONSIDERANDO a Notícia de Fato contendo representação da Defensoria Pública acerca de conduta incompatível com a administração pública; CONSIDERANDO que incumbe ao **Ministério Público** à proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, a execução penal e de outros interesses difusos e coletivos, através das medidas judiciais e extrajudiciais necessárias; CONSIDERANDO a necessidade de maiores informações acerca dos fatos narrados na vistoria e o esgotamento do prazo de conclusão da notícia de fato; CONSIDERANDO, por fim, o conteúdo do Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014 - GPGJ/CGMP, art. 5º, IV e parágrafo único, a Resolução nº 02/2014, do **Colégio de Procuradores** de Justiça do Estado do Maranhão, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do **Ministério Público**, da Lei nº 7.347/85, da Lei Complementar nº 13/91 e demais dispositivos legais pertinentes;

RESOLVO: CONVERTER a presente NOTÍCIA DE FATO (SIMP - 002265-267/2022), em Procedimento Administrativo, com o objetivo de apurar possíveis irregularidades nos atos descritos na inicial; DESIGNO, como Secretário, para auxiliar na instrução deste Procedimento Administrativo, o servidor Markellyson Silva de Melo; DETERMINO, de imediato, que se proceda à autuação desta Portaria, bem como ao registro no Sistema Simplificado do **Ministério Público** - SIMP; DETERMINO o envio de cópias: a) ao Conselho Superior do **Ministério Público**, para ciência, solicitando a publicação desta Portaria nos órgãos de imprensa local; b) à Biblioteca da Procuradoria-Geral de Justiça, para que seja encaminhada à publicação no Diário Oficial. Como primeiras diligências, DETERMINO: 1. Oficie-se o Diretor da Unidade Prisional de Ressocialização de Santa Inês requisitando, no prazo de vinte dias, a existência de procedimentos instaurados ou informações de maus tratos perpetrados pelo agente penal Jairo Borges de Assis (matrícula 862669- 1), assim como se houveram pedidos, por parte dos presos, para não trabalharem na faxina no período de plantão do referido servidor; Autue-se. Registre-se. Publique-se e cumpra-se. Santa Inês/MA, data do sistema. assinado eletronicamente em 22/05/2023 às 14:38 h (*)

LEONARDO SANTANA MODESTO

PROMOTOR DE JUSTIÇA

Site:
http://www.agorasantaines.com.br/index.php?topicos=nav/single&topico=23820

Atuação das facções criminosas no Maranhão foi tema de seminário em São Luís e terminou com palestra do ministro da Justiça

Aberto na manhã de quinta-feira, 25, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, em São Luís, o seminário "Facções criminosas com atuação no Maranhão: integração e combate interestaduais", se prolongou até ontem, sexta-feira (26). Promovido pelo **Ministério Público do Maranhão**, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) e da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (Caei), o encontro reuniu membros do **MPMA**, autoridades do sistema de justiça, operadores do Direito e agentes de segurança pública.

Na abertura, o **procurador-geral** de justiça do **MPMA**, **Eduardo Nicolau**, ressaltou que, em toda a sua carreira, sempre buscou compreender as causas da pobreza que atinge parte significativa da população brasileira, bem como a dificuldade do Estado brasileiro aos direitos sociais estabelecidos no artigo 6º da Constituição Federal, a exemplo da saúde, educação, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência etc. "Não demorei a perceber que um dos maiores entraves para a implementação desses direitos é a criminalidade, que desvia recursos públicos de áreas essenciais", enfatizou.

O chefe do **MPMA** também afirmou que recentemente a expansão das facções criminosas elevaram bastante os índices de violência no estado, impondo o terror e se espalhando principalmente em comunidades pobres e desassistidas pelo Poder Público. "Portanto, para o enfrentamento dessas organizações criminosas, o **Ministério Público** tem que priorizar investimentos, investir em inteligência e promover uma atuação interestadual. Nesse cenário, foi idealizado esse seminário para debater a atuação integrada dos Ministérios Públicos estaduais no combate às facções", declarou.

PALESTRAS

Iniciando a programação, o conselheiro do Conselho Nacional do **Ministério Público**, Jaime de Cássio Miranda, proferiu a palestra "Comissão do sistema prisional, controle da atividade policial e segurança pública". O conferencista foi apresentado aos presentes pelo subprocurador-geral de justiça para Assuntos Jurídicos do **MPMA**, **Danilo José de Castro Ferreira**.

Em seguida, foi apresentada a exposição do conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, João Paulo Santos Schoucair, que abordou o tema "O enfrentamento das organizações criminosas na perspectiva do Conselho Nacional de Justiça".

O evento prosseguiu com ampla programação no turno da tarde de quinta e durante toda a sexta-feira, 25. A programação foi encerrada com o pronunciamento do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, no final da tarde desta sexta.

Do **MPMA**, também compuseram a mesa de abertura a corregedora-geral da instituição, **Themis Maria Pacheco de Carvalho**; a subprocurador-geral de justiça para Assuntos Administrativos, Regina Leite; a ouvidora do **MPMA**, Sandra Alves Elouf; o coordenador do **Gaeco** e da Caei do **MPMA**, Luiz Muniz Rocha Filho; o vice-presidente da Associação do **Ministério Público do Maranhão**, Reinaldo Campos Castro Júnior.

Igualmente estiveram presentes no dispositivo de honra da solenidade o deputado estadual Ariston Ribeiro; o **procurador-geral** do MPAP, Paulo Celso Santos; secretário municipal de Segurança com Cidadania, Marcos Afonso; o chefe do **Ministério Público** Militar em São Luís, Fabiano Matos; o chefe do **Gaeco** da Procuradoria da República no Maranhão, Juraci Guimarães; o procurador do **Ministério Público** de Contas, Jairo Cavalcanti.

Site:
http://www.agorasantaines.com.br/index.php?topicos=nav/single&topico=23823

Gaeco realiza nova operação contra desvios de verbas na prefeitura de Santa Inês

Teresa Cristina

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** realiza na manhã desta terça-feira, 30, a Operação Tríade. O objetivo é cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI). A operação faz parte de procedimento investigatório que apura a existência de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como Felipe dos Pneus. Os mandados, expedidos pela desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foram cumpridos com apoio da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil e do **Gaeco** Piauí. A desembargadora também determinou o afastamento de Felipe dos Pneus do cargo de prefeito de Santa Inês. Tags: **MPMA**, **Gaeco**.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/30/RDIOCLUBEFM981AAILNDIAMA-13.00.04-13.01.26-1685472619.mp3

Prefeito de Santa Inês é afastado após operação realizada pelo Ministério público

Paulo Castro

O **MPMA** realizou uma operação que resultou no afastamento do prefeito de Santa Inês, a operação investiga fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, o líder seria o atual prefeito da cidade.

Tags: **MPMA**

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/30/RDIOPERICUMFM1051PINHEIROMA-12.44.46-12.50.14-1685462948.mp3

Gaeco realiza operação contra desvio de recursos na Prefeitura de Santa Inês

Investigações apontam desvios de até R$ 55 milhões; prefeito foi afastado do cargo pela Justiça

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** realiza na manhã desta terça-feira, 30, a Operação Tríade. O objetivo é cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI).

A operação faz parte de procedimento investigatório que apura a existência de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como Felipe dos Pneus.

Os mandados, expedidos pela desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foram cumpridos com apoio da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil e do **Gaeco** Piauí. A desembargadora também determinou o afastamento de Felipe dos Pneus do cargo de prefeito de Santa Inês.

ENTENDA O CASO

A investigação teve início a partir do encaminhamento de provas compartilhadas pela Polícia Federal após a Operação Free Rider, realizada em abril de 2022. O material compartilhado demonstrou um esquema de montagem e direcionamento de licitações nas quais as empresas contratadas pelo Município de Santa Inês pagavam propina em benefício do prefeito e de pessoas ligadas a ele.

O aprofundamento das investigações pelo **Gaeco** permitiu a obtenção de provas que revelaram o envolvimento de várias pessoas físicas e jurídicas que atuavam em conjunto para desviar recursos públicos por meio da Prefeitura de Santa Inês, gerida por Felipe dos Pneus.

O esquema contava com a chefia do prefeito, com a atuação de dois articuladores, que montavam as licitações fraudulentas e controlavam o repasse de propina. Eles contavam com a colaboração de servidores comissionados ligados à Prefeitura, para garantir a aparência de licitude das contratações, bem como com empresas beneficiárias e intermediárias e seus respectivos sócios.

Juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado à manutenção das necessidades básicas da comunidade local. As fraudes envolviam contratos de fornecimento de medicamentos e materiais de saúde, de recuperação de estradas vicinais e de serviços de engenharia para a Prefeitura, entre outros.

TRÍADE

O nome Tríade refere-se a organizações criminosas tradicionais chinesas que, ao longo da história, se envolveram em uma variedade de crimes, desde fraude, extorsão e lavagem de dinheiro até tráfico e prostituição. Na contemporaneidade, as tríades chinesas estão menos envolvidas com a atividade criminosa "tradicional" e estão se tornando associadas a crimes de colarinho branco.

A estrutura e composição da Tríade Chinesa contava com três principais atores: o grande chefe, o "Cabeça de Dragão"; dois responsáveis pelo ritual de iniciação dos novatos, "Mestres de Incenso"; e os responsáveis pela pesquisa da vida dos novos integrantes, "Patrulheiros do Vento".

Assim como a Tríade Chinesa, a organização criminosa que operava em Santa Inês possui três principais nomes que atuavam ao lado das outras 16 pessoas físicas e jurídicas investigadas. O grande chefe é o prefeito Luís Felipe Oliveira de Carvalho. Ele contava com dois articuladores, Antônio Neto Magalhães e Samuel Martins.

Enquanto o prefeito utilizava sua influência política e seu poder decisório sobre a forma de utilização das verbas públicas municipais, os articuladores montavam procedimentos licitatórios fraudulentos, intermediavam com empresas e faziam o controle do repasse de propina.

Com precisa divisão de tarefas, os três juntos estavam à frente dos crimes de organização criminosa, fraude em licitação, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro ocorridos em Santa Inês. Dessa forma, assim como a Tríade Chinesa moderna que se associa para

cometimento de crimes de colarinho branco, da mesma forma age a Tríade montada em Santa Inês.

Redação: CCOM-**MPMA**

Site:
http://www.agorasantaines.com.br/index.php?topicos=nav/single&topico=23811

Carlos Lula propõe PEC para criar Fundo de Erradicação do Trabalho Escravo

Com o intuito de erradicar o trabalho em condição análoga à de escravo no Maranhão e efetivar a reparação dos danos causados aos trabalhadores, por infração aos direitos humanos e fundamentais, o deputado estadual Carlos Lula (PSB) propôs uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cria o Fundo Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo e de promoção do Trabalhão Digno no Maranhão.

No Brasil, segundo o Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo, o Maranhão é o maior exportador de mão-de-obra escrava. Entre 2003 e 2021, 8.636 maranhenses foram resgatados em situação de trabalho análogo à escravidão, mais que o dobro do segundo lugar da lista, que é o estado de Minas Gerais, com 4.126 trabalhadores resgatados.

Segundo Carlos Lula, a Proposta de Emenda à Constituição almeja contribuir para que o estado tenha um fundo para impedir que exista trabalho escravo e, por outro lado, permitir a promoção de um trabalho digno.

"O Fundo visa, não só contribuir para que tenhamos políticas públicas voltadas para impedir que se forneça mão-de-obra escrava, mas, ao mesmo tempo, permitir que se promova o trabalho digno, que é o que vai permitir com que a gente avance nessa política pública. A PEC atua em duas vertentes e já almeja que órgãos do governo estadual possam fazer essa articulação junto com setores da administração pública estadual, municipal e federal, que cuidam do tema", explicou.

Se aprovado, o Fundo Estadual de Erradicação do Trabalho em condições Análogas às de Escravo e de Promoção do Trabalho Digno vai apoiar ações de prevenção, assistência, repressão, capacitação, promoção e formação tecnológica, voltadas aos trabalhadores cujos direitos foram violados. Além disso, o objetivo do Fundo também é apoiar programas e iniciativas destinados a esclarecer aos trabalhadores urbanos e rurais resgatados ou em condições vulneráveis sobre os seus direitos e garantias fundamentais.

Arrecadação

A PEC propõe que as arrecadações para Fundo sejam provenientes de condenações e dos acordos judiciais em ações envolvendo exploração de trabalho em condições análogas às de escravo, dentre elas, multas administrativas ou indenizações decorrentes de termos de compromisso de ajustamento de conduta ou de acordos, celebrados perante o **Ministério Público do Estado do Maranhão**, pelo **Ministério Público** Federal e **Ministério Público** do Trabalho.

"É importante destacar que para garantir a sua execução, o Poder Executivo precisa encaminhar a sua proposta, assim como no Fundo de Combate ao Câncer, que foi criado e, posteriormente, o Executivo mandou um Projeto de Lei para dizer como isso pode ser executado. Da mesma forma deve acontecer com o Fundo do Trabalho Escravo", pontuou Carlos Lula.

A Emenda ao texto da Constituição Estadual conta com a assinatura de outros 15 parlamentares e será apreciada pelas Comissões da Assembleia Legislativa, antes da votação e aprovação em Plenário.

Site: http://www.al.ma.leg.br/../noticias/47475

Operação Tríade aponta desvio de R$ 55 milhões e afasta prefeito de Santa Inês do cargo

Por Jornalismo

O prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido popularmente por "Felipe dos Pneus", foi afastado do cargo pela desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, que expediu 19 mandados de busca e apreensão nas cidades de Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI).

A operação foi realizada na manhã desta terça-feira (30) pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão**, e os mandados foram cumpridos com apoio da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil e do **Gaeco** Piauí.

O nome da operação é uma referência às tríades chinesas: associações criminosas divididas em três grupos, que muito se assemelha à estrutura investigada pela **Gaeco** Maranhão. Segundo informações, três nomes se destacaram durante as investigações: o chefe da associação criminosa e prefeito de Santa Inês, Luís Felipe, e dois articuladores, Antônio Neto Magalhães e Samuel Martins.

De acordo com o **Ministério Público do Maranhão** (**MPMA**), Luís Felipe usava da própria influência política para decidir como fazer usos das verbas municipais, e Antônio Neto, bem como Samuel Martins cuidavam dos contratos fraudulentos, repassando propinas. O desvio de verba é de cerca de 55 milhões de reais.

As investigações tiveram início em 2022, após a Polícia Federal compartilhar com a **Gaeco** Maranhão o material adquirido na Operação Free Rider. O material demonstrava um esquema de montagem e direcionamento de licitações em que as empresas contratadas pelo Município de Santa Inês pagavam propina em benefício do prefeito e de pessoas ligadas a ele, revelando o desvio.

Site: https://difusoraon.com/2023/05/30/operacao-triade-

aponta-desvio-de-r-55-milhoes-e-afasta-prefeito-de-santa-ines-do-cargo/

Gaeco realiza nova operação contra desvios de verbas na prefeitura de Santa Inês

Teresa Cristina

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** realiza na manhã desta terça-feira, 30, a Operação Tríade. O objetivo é cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI). A operação faz parte de procedimento investigatório que apura a existência de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como Felipe dos Pneus. Os mandados, expedidos pela desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foram cumpridos com apoio da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil e do **Gaeco** Piauí. A desembargadora também determinou o afastamento de Felipe dos Pneus do cargo de prefeito de Santa Inês. Tags: **MPMA**, **Gaeco**.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/30/RDIOCLUBEFM981AAILNDIAMA-13.00.04-13.01.26-1685472619.mp3

Prefeito é afastado do cargo durante operação que aponta esquema milionário com pagamento de propinas

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** realiza na manhã desta terça-feira (30) a Operação Tríade. O objetivo da ação é cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI).

Operação cumpre 19 mandados de busca e apreensão. (Foto: Divulgação/**MPMA**)

A operação faz parte de procedimento investigatório que apura a existência de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como "Felipe dos Pneus".

Armas e rádios comunicadores foram apreendidos. (Foto: Divulgação/**MPMA**)

Os mandados, expedidos pela desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foram cumpridos com apoio da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil e do **Gaeco** Piauí. A desembargadora também determinou o afastamento de "Felipe dos Pneus" do cargo de prefeito de Santa Inês.

ENTENDA O CASO

A investigação teve início a partir do encaminhamento de provas compartilhadas pela Polícia Federal após a Operação Free Rider, realizada em abril de 2022. O material compartilhado demonstrou um esquema de montagem e direcionamento de licitações nas quais as empresas contratadas pelo Município de Santa Inês pagavam propina em benefício do prefeito e de pessoas ligadas a ele.

O aprofundamento das investigações pelo **Gaeco** permitiu a obtenção de provas que revelaram o envolvimento de várias pessoas físicas e jurídicas que atuavam em conjunto para desviar recursos públicos por meio da Prefeitura de Santa Inês, gerida por "Felipe dos Pneus".

Documentos em vários endereços foram apreendidos. (Foto: Divulgação/**MPMA**)

O esquema contava com a chefia do prefeito, com a atuação de dois articuladores, que montavam as licitações fraudulentas e controlavam o repasse de propina. Eles contavam com a colaboração de servidores comissionados ligados à Prefeitura, para garantir a aparência de licitude das contratações, bem como com empresas beneficiárias e intermediárias e seus respectivos sócios.

Juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado à manutenção das necessidades básicas da comunidade local. As fraudes envolviam contratos de fornecimento de medicamentos e materiais de saúde, de recuperação de estradas vicinais e de serviços de engenharia para a Prefeitura, entre outros.

TRÍADE

O nome Tríade refere-se a organizações criminosas tradicionais chinesas que, ao longo da história, se envolveram em uma variedade de crimes, desde fraude, extorsão e lavagem de dinheiro até tráfico e prostituição. Na contemporaneidade, as tríades chinesas estão menos envolvidas com a atividade criminosa "tradicional" e estão se tornando associadas a crimes de colarinho branco.

A estrutura e composição da Tríade Chinesa contava com três principais atores: o grande chefe, o "Cabeça de Dragão"; dois responsáveis pelo ritual de iniciação dos novatos, "Mestres de Incenso"; e os responsáveis pela pesquisa da vida dos novos integrantes, "Patrulheiros do Vento".

Assim como a Tríade Chinesa, a organização criminosa que operava em Santa Inês possui três principais nomes que atuavam ao lado das outras 16 pessoas físicas e jurídicas investigadas. O grande chefe é o prefeito Luís Felipe Oliveira de Carvalho. Ele contava com dois articuladores, Antônio Neto Magalhães e Samuel Martins.

Enquanto o prefeito utilizava sua influência política e seu poder decisório sobre a forma de utilização das verbas públicas municipais, os articuladores montavam procedimentos licitatórios fraudulentos, intermediavam com empresas e faziam o controle do repasse de propina.

Com precisa divisão de tarefas, os três juntos estavam à frente dos crimes de organização criminosa, fraude em licitação, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro ocorridos em Santa Inês. Dessa forma, assim como a Tríade Chinesa moderna que se associa para cometimento de crimes de colarinho branco, da mesma forma age a Tríade montada em Santa Inês.

Site: https://centraldenoticiasbrasil.com/materia/prefeito-e-afastado-do-cargo-durante-operacao-que-aponta-esquema-milionario-com-pagamento-de-propinas2023-05-30-10-44-13-817539

Prefeito de Santa Inês é afastado após operação realizada pelo Ministério público

Anny Francielly

O **MPMA** realizou uma operação que resultou no afastamento do prefeito de Santa Inês, a operação investiga fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, o líder seria o atual prefeito da cidade, segundo investigações foram cerca de R$ 55 milhões de reais foram desviado.

Tags: **MPMA**

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/30/RDIOCLUBEFM981AAILNDIAMA-11.29.25-11.38.10-1685465938.mp3

Felipe dos Pneus é afastado da Prefeitura de Santa Inês, em operação que aponta esquema milionário com pagamentos de propina

O **Ministério Público do Maranhão** realizou uma operação, nesta terça-feira (30), contra uma organização investigada por fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro. O líder seria o atual prefeito de Santa Inês , Felipe dos Pneus, que foi afastado do cargo.

A determinação é da desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro.

Fraudes e recebimento de propina

A operação, chamada Tríade , é realizada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) e busca cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI).

A princípio, as investigações começaram pela Polícia Federal, por meio da operação Free Ride , realizada em 2022, que coletou informações sobre o suposto esquema. De acordo com a PF, os crimes giram em torno de licitações fraudadas e contratos superfaturados na compra de medicamentos e insumos hospitalares, além de recuperação de estradas vicinais e serviços de engenharia para a prefeitura.

Os contratos, segundo as investigações, eram direcionados para favorecer empresas que enviavam propina a Felipe dos Pneus, com a atuação de dois articuladores. Eles contavam com a colaboração de servidores comissionados ligados à prefeitura para garantir a aparência de licitude das contratações.

De acordo com o **Ministério Público do Maranhão**, juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado aos cuidados básicos da população.

Na operação da PF, por exemplo, os contratos investigados totalizaram mais de R$ 8,5 milhões e envolvem uma empresa que tem sede na cidade de Teresina/PI, a qual deveria fornecer diversos medicamentos e insumos hospitalares para Santa Inês.

A PF destacou que, apesar do alto valor das contratações realizadas pela Secretaria de Saúde de Santa Inês, em determinados períodos faltava material básico no hospital e na rede pública municipal, como seringas, soro fisiológico, fios cirúrgicos e remédios psicotrópicos, obrigando os cidadãos a procurarem atendimento hospitalar em municípios vizinhos.

O g1 entrou em contato com Felipe dos Pneus, mas ainda não houve retorno sobre as afirmações do **Ministério Público do Maranhão** a seu respeito.

Site: https://portalarriegua.com.br/noticia/758-felipe-dos-pneus-e-afastado-da-prefeitura-de-santa-ines-em-operacao-que-aponta-esquema-milionario-com-pagamentos-de-propina-

Gaeco realiza operação contra desvio de recursos da Prefeitura de Santa Inês

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** realiza na manhã desta terça-feira, 30, a Operação Tríade. O objetivo é cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI).

A operação faz parte de procedimento investigatório que apura a existência de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como "Felipe dos Pneus".

Os mandados, expedidos pela desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foram cumpridos com apoio da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil e do **Gaeco** Piauí. A desembargadora também determinou o afastamento de "Felipe dos Pneus" do cargo de prefeito de Santa Inês.

A investigação teve início a partir do encaminhamento de provas compartilhadas pela Polícia Federal após a Operação Free Rider, realizada em abril de 2022. O material compartilhado demonstrou um esquema de montagem e direcionamento de licitações nas quais as empresas contratadas pelo Município de Santa Inês pagavam propina em benefício do prefeito e de pessoas ligadas a ele.

O aprofundamento das investigações pelo **Gaeco** permitiu a obtenção de provas que revelaram o envolvimento de várias pessoas físicas e jurídicas que atuavam em conjunto para desviar recursos públicos por meio da Prefeitura de Santa Inês, gerida por "Felipe dos Pneus".

O esquema contava com a chefia do prefeito, com a atuação de dois articuladores, que montavam as licitações fraudulentas e controlavam o repasse de propina. Eles contavam com a colaboração de servidores comissionados ligados à Prefeitura, para garantir a aparência de licitude das contratações, bem como com empresas beneficiárias e intermediárias e seus respectivos sócios.

Juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado à manutenção das necessidades básicas da comunidade local. As fraudes envolviam contratos de fornecimento de medicamentos e materiais de saúde, de recuperação de estradas vicinais e de serviços de engenharia para a Prefeitura, entre outros.

O nome Tríade refere-se a organizações criminosas tradicionais chinesas que, ao longo da história, se envolveram em uma variedade de crimes, desde fraude, extorsão e lavagem de dinheiro até tráfico e prostituição. Na contemporaneidade, as tríades chinesas estão menos envolvidas com a atividade criminosa tradicional e estão se tornando associadas a crimes de colarinho branco.

A estrutura e composição da Tríade Chinesa contava com três principais atores: o grande chefe, o "Cabeça de Dragão"; dois responsáveis pelo ritual de iniciação dos novatos, "Mestres de Incenso"; e os responsáveis pela pesquisa da vida dos novos integrantes, "Patrulheiros do Vento".

Assim como a Tríade Chinesa, a organização criminosa que operava em Santa Inês possui três principais nomes que atuavam ao lado das outras 16 pessoas físicas e jurídicas investigadas. O grande chefe é o prefeito Luís Felipe Oliveira de Carvalho. Ele contava com dois articuladores, Antônio Neto Magalhães e Samuel Martins.

Enquanto o prefeito utilizava sua influência política e seu poder decisório sobre a forma de utilização das verbas públicas municipais, os articuladores montavam procedimentos licitatórios fraudulentos, intermediavam com empresas e faziam o controle do repasse de propina.

Com precisa divisão de tarefas, os três juntos estavam à frente dos crimes de organização criminosa, fraude em licitação, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro ocorridos em Santa Inês. Dessa forma, assim como a Tríade Chinesa moderna que se associa para cometimento de crimes de colarinho branco, da mesma forma age a Tríade montada em Santa Inês.

Site: https://oprogressonet.com/noticia/31658/gaeco-realiza-operacao-contra-desvio-de-recursos-da-prefeitura-de-santa-ines

Gaeco realiza operação contra desvio de recursos na Prefeitura de Santa Inês

José Santos, João Ricardo

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** realiza na manhã desta terça-feira, 30, a Operação Tríade. O objetivo é cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI). A operação faz parte de procedimento investigatório que apura a existência de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como Felipe dos Pneus. Os mandados, expedidos pela desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foram cumpridos com apoio da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil e do **Gaeco** Piauí. A desembargadora também determinou o afastamento de Felipe dos Pneus do cargo de prefeito de Santa Inês. Tags: **MPMA**, **Gaeco**, operação desvio de recursos.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/30/RDIOMIRANTEAM600SOLUSMA-11.01.19-11.04.13-1685459758.mp3

Felipe dos Pneus é afastado da Prefeitura de Santa Inês, em operação que aponta esquema milionário com pagamentos de propina

Por g1 MA - São Luís

O **Ministério Público do Maranhão** realizou uma operação, nesta terça-feira (30), contra uma organização investigada por fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro. O líder seria o atual prefeito de Santa Inês, Felipe dos Pneus, que foi afastado do cargo.

A determinação é da desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro.

Fraudes e recebimento de propina

A operação, chamada Tríade , é realizada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) e busca cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI).

A princípio, as investigações começaram pela Polícia Federal, por meio da operação Free Ride , realizada em 2022, que coletou informações sobre o suposto esquema. De acordo com a PF, os crimes giram em torno de licitações fraudadas e contratos superfaturados na compra de medicamentos e insumos hospitalares, além de recuperação de estradas vicinais e serviços de engenharia para a prefeitura.

Os contratos, segundo as investigações, eram direcionados para favorecer empresas que enviavam propina a Felipe dos Pneus, com a atuação de dois articuladores. Eles contavam com a colaboração de servidores comissionados ligados à prefeitura para garantir a aparência de licitude das contratações.

De acordo com o **Ministério Público do Maranhão**, juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado aos cuidados básicos da população.

Na operação da PF, por exemplo, os contratos investigados totalizaram mais de R$ 8,5 milhões e envolvem uma empresa que tem sede na cidade de Teresina/PI, a qual deveria fornecer diversos medicamentos e insumos hospitalares para Santa Inês.

A PF destacou que, apesar do alto valor das contratações realizadas pela Secretaria de Saúde de Santa Inês, em determinados períodos faltava material básico no hospital e na rede pública municipal, como seringas, soro fisiológico, fios cirúrgicos e remédios psicotrópicos, obrigando os cidadãos a procurarem atendimento hospitalar em municípios vizinhos.

Sobre a operação, Felipe dos Pneus fez um pronunciamento em uma postagem no Twitter, porém não comentou as afirmações e acusações feitas pelo **Ministério Público**, assim como seu afastamento do cargo.

Estamos aguardando tranquilamente as informações da Operação do **Gaeco**. Sou a favor da Justiça e acredito que a verdade sempre prevalece. Apesar de nos perguntarmos, a princípio, a quem possa interessar requentar fatos já esclarecidos. Como sempre, estamos à disposição e confiantes em seguir com o projeto de desenvolvimento de Santa Inês

Site:
https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2023/05/30/felipe-dos-pneus-e-afastado-da-prefeitura-de-santa-ines-em-operacao-que-aponta-esquema-milionario-com-pagamentos-de-propina.ghtml

GAECO do MPMA realizou nesta terça-feira a operação Tríade

Jean Ricardo

O **GAECO** do **ministério público** realizou no estado a operação Tríade que cumpriu 19 mandados de busca e apreensão, a operação faz parte da investigação que apura existência de uma organização criminosa que pratica fraudes licitatórias.

Tags: **GAECO**, **MPMA**

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/30/RDIOTERRAFM1003IMPERATRIZMA-10.04.48-10.06.55-1685460403.mp3

Gaeco realiza nova operação contra desvios de verbas na prefeitura de Santa Inês

Romoaldo Oliveira e Deidson Mesquita

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** realiza na manhã desta terça-feira, 30, a Operação Tríade. O objetivo é cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI). A operação faz parte de procedimento investigatório que apura a existência de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como Felipe dos Pneus. Os mandados, expedidos pela desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foram cumpridos com apoio da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil e do **Gaeco** Piauí. A desembargadora também determinou o afastamento de Felipe dos Pneus do cargo de prefeito de Santa Inês. Tags: **MPMA**, **Gaeco**.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/30/RDIOAASORRISOFM1047ACAILANDIAMA-09.20.48-09.22.33-1685453215.mp3

Gaeco realiza operação contra Felipe dos Pneus por desvios da Prefeitura de Santa Inês

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** realiza na manhã desta terça-feira, 30, a Operação Tríade. O objetivo é cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI).

A operação faz parte de procedimento investigatório que apura a existência de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como "Felipe dos Pneus".

Os mandados, expedidos pela desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foram cumpridos com apoio da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil e do **Gaeco** Piauí. A desembargadora também determinou o afastamento de "Felipe dos Pneus" do cargo de prefeito de Santa Inês.

ENTENDA O CASO

A investigação teve início a partir do encaminhamento de provas compartilhadas pela Polícia Federal após a Operação Free Rider, realizada em abril de 2022. O material compartilhado demonstrou um esquema de montagem e direcionamento de licitações nas quais as empresas contratadas pelo Município de Santa Inês pagavam propina em benefício do prefeito e de pessoas ligadas a ele.

O aprofundamento das investigações pelo **Gaeco** permitiu a obtenção de provas que revelaram o envolvimento de várias pessoas físicas e jurídicas que atuavam em conjunto para desviar recursos públicos por meio da Prefeitura de Santa Inês, gerida por "Felipe dos Pneus".

O esquema contava com a chefia do prefeito, com a atuação de dois articuladores, que montavam as licitações fraudulentas e controlavam o repasse de propina. Eles contavam com a colaboração de servidores comissionados ligados à Prefeitura, para garantir a aparência de licitude das contratações, bem como com empresas beneficiárias e intermediárias e seus respectivos sócios.

Juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado à manutenção das necessidades básicas da comunidade local. As fraudes envolviam contratos de fornecimento de medicamentos e materiais de saúde, de recuperação de estradas vicinais e de serviços de engenharia para a Prefeitura, entre outros.

TRÍADE

O nome Tríade refere-se a organizações criminosas tradicionais chinesas que, ao longo da história, se envolveram em uma variedade de crimes, desde fraude, extorsão e lavagem de dinheiro até tráfico e prostituição. Na contemporaneidade, as tríades chinesas estão menos envolvidas com a atividade criminosa "tradicional" e estão se tornando associadas a crimes de colarinho branco.

A estrutura e composição da Tríade Chinesa contava com três principais atores: o grande chefe, o "Cabeça de Dragão"; dois responsáveis pelo ritual de iniciação dos novatos, "Mestres de Incenso"; e os responsáveis pela pesquisa da vida dos novos integrantes, "Patrulheiros do Vento".

Assim como a Tríade Chinesa, a organização criminosa que operava em Santa Inês possui três principais nomes que atuavam ao lado das outras 16 pessoas físicas e jurídicas investigadas. O grande chefe é o prefeito Luís Felipe Oliveira de Carvalho. Ele contava com dois articuladores, Antônio Neto Magalhães e Samuel Martins.

Enquanto o prefeito utilizava sua influência política e seu poder decisório sobre a forma de utilização das verbas públicas municipais, os articuladores montavam procedimentos licitatórios fraudulentos, intermediavam com empresas e faziam o controle do repasse de propina.

Com precisa divisão de tarefas, os três juntos estavam à frente dos crimes de organização criminosa, fraude em licitação, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro ocorridos em Santa Inês. Dessa forma, assim como a Tríade Chinesa moderna que se associa para cometimento de crimes de colarinho branco, da mesma forma age a Tríade montada em Santa Inês.

Site: https://ma-mais.com.br/index.php/2023/05/30/gaeco-realiza-operacao-contra-felipe-dos-pneus-por-desvios-da-prefeitura-de-santa-ines/

Gaeco realiza operação contra desvio de recursos da Prefeitura de Santa Inês

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** realiza na manhã desta terça-feira (30) a Operação Tríade. O objetivo da ação é cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI).

Operação cumpre 19 mandados de busca e apreensão. (Foto: Divulgação/**MPMA**)

A operação faz parte de procedimento investigatório que apura a existência de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como "Felipe dos Pneus".

Armas e rádios comunicadores foram apreendidos. (Foto: Divulgação/**MPMA**)

Os mandados, expedidos pela desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foram cumpridos com apoio da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil e do **Gaeco** Piauí. A desembargadora também determinou o afastamento de "Felipe dos Pneus" do cargo de prefeito de Santa Inês.

ENTENDA O CASO

A investigação teve início a partir do encaminhamento de provas compartilhadas pela Polícia Federal após a Operação Free Rider, realizada em abril de 2022. O material compartilhado demonstrou um esquema de montagem e direcionamento de licitações nas quais as empresas contratadas pelo Município de Santa Inês pagavam propina em benefício do prefeito e de pessoas ligadas a ele.

O aprofundamento das investigações pelo **Gaeco** permitiu a obtenção de provas que revelaram o envolvimento de várias pessoas físicas e jurídicas que atuavam em conjunto para desviar recursos públicos por meio da Prefeitura de Santa Inês, gerida por "Felipe dos Pneus".

Documentos em vários endereços foram apreendidos. (Foto: Divulgação/**MPMA**)

O esquema contava com a chefia do prefeito, com a atuação de dois articuladores, que montavam as licitações fraudulentas e controlavam o repasse de propina. Eles contavam com a colaboração de servidores comissionados ligados à Prefeitura, para garantir a aparência de licitude das contratações, bem como com empresas beneficiárias e intermediárias e seus respectivos sócios.

Juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado à manutenção das necessidades básicas da comunidade local. As fraudes envolviam contratos de fornecimento de medicamentos e materiais de saúde, de recuperação de estradas vicinais e de serviços de engenharia para a Prefeitura, entre outros.

TRÍADE

O nome Tríade refere-se a organizações criminosas tradicionais chinesas que, ao longo da história, se envolveram em uma variedade de crimes, desde fraude, extorsão e lavagem de dinheiro até tráfico e prostituição. Na contemporaneidade, as tríades chinesas estão menos envolvidas com a atividade criminosa "tradicional" e estão se tornando associadas a crimes de colarinho branco.

A estrutura e composição da Tríade Chinesa contava com três principais atores: o grande chefe, o "Cabeça de Dragão"; dois responsáveis pelo ritual de iniciação dos novatos, "Mestres de Incenso"; e os responsáveis pela pesquisa da vida dos novos integrantes, "Patrulheiros do Vento".

Assim como a Tríade Chinesa, a organização criminosa que operava em Santa Inês possui três principais nomes que atuavam ao lado das outras 16 pessoas físicas e jurídicas investigadas. O grande chefe é o prefeito Luís Felipe Oliveira de Carvalho. Ele contava com dois articuladores, Antônio Neto Magalhães e Samuel Martins.

Enquanto o prefeito utilizava sua influência política e seu poder decisório sobre a forma de utilização das verbas públicas municipais, os articuladores montavam procedimentos licitatórios fraudulentos, intermediavam com empresas e faziam o controle do repasse de propina.

Com precisa divisão de tarefas, os três juntos estavam à frente dos crimes de organização criminosa, fraude em licitação, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro ocorridos em Santa Inês. Dessa forma, assim como a Tríade Chinesa moderna que se associa para cometimento de crimes de colarinho branco, da mesma forma age a Tríade montada em Santa Inês.

Site: https://centraldenoticiasbrasil.com/materia/gaeco-realiza-operacao-contra-desvio-de-recursos-da-prefeitura-de-santa-ines2023-05-30-09-08-49-147286

Gaeco realiza operação contra desvio de recursos da Prefeitura de Santa Inês

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** realiza na manhã desta terça-feira (30), a Operação Tríade. O objetivo é cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI).

A operação faz parte de procedimento investigatório que apura a existência de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como "Felipe dos Pneus".

Os mandados, expedidos pela desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foram cumpridos com apoio da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil e do **Gaeco** Piauí. A desembargadora também determinou o afastamento de "Felipe dos Pneus" do cargo de prefeito de Santa Inês.

Entenda o caso

A investigação teve início a partir do encaminhamento de provas compartilhadas pela Polícia Federal após a Operação Free Rider, realizada em abril de 2022. O material compartilhado demonstrou um esquema de montagem e direcionamento de licitações nas quais as empresas contratadas pelo Município de Santa Inês pagavam propina em benefício do prefeito e de pessoas ligadas a ele.

O aprofundamento das investigações pelo **Gaeco** permitiu a obtenção de provas que revelaram o envolvimento de várias pessoas físicas e jurídicas que atuavam em conjunto para desviar recursos públicos por meio da Prefeitura de Santa Inês, gerida por "Felipe dos Pneus".

O esquema contava com a chefia do prefeito, com a atuação de dois articuladores, que montavam as licitações fraudulentas e controlavam o repasse de propina. Eles contavam com a colaboração de servidores comissionados ligados à Prefeitura, para garantir a aparência de licitude das contratações, bem como com empresas beneficiárias e intermediárias e seus respectivos sócios.

Juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado à manutenção das necessidades básicas da comunidade local. As fraudes envolviam contratos de fornecimento de medicamentos e materiais de saúde, de recuperação de estradas vicinais e de serviços de engenharia para a Prefeitura, entre outros.

Tríade

O nome Tríade refere-se a organizações criminosas tradicionais chinesas que, ao longo da história, se envolveram em uma variedade de crimes, desde fraude, extorsão e lavagem de dinheiro até tráfico e prostituição. Na contemporaneidade, as tríades chinesas estão menos envolvidas com a atividade criminosa "tradicional" e estão se tornando associadas a crimes de colarinho branco.

A estrutura e composição da Tríade Chinesa contava com três principais atores: o grande chefe, o "Cabeça de Dragão"; dois responsáveis pelo ritual de iniciação dos novatos, "Mestres de Incenso"; e os responsáveis pela pesquisa da vida dos novos integrantes, "Patrulheiros do Vento".

Assim como a Tríade Chinesa, a organização criminosa que operava em Santa Inês possui três principais nomes que atuavam ao lado das outras 16 pessoas físicas e jurídicas investigadas. O grande chefe é o prefeito Luís Felipe Oliveira de Carvalho. Ele contava com dois articuladores, Antônio Neto Magalhães e Samuel Martins.

Enquanto o prefeito utilizava sua influência política e seu poder decisório sobre a forma de utilização das verbas públicas municipais, os articuladores montavam procedimentos licitatórios fraudulentos, intermediavam com empresas e faziam o controle do repasse de propina.

Com precisa divisão de tarefas, os três juntos estavam à frente dos crimes de organização criminosa, fraude em licitação, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro ocorridos em Santa Inês. Dessa forma, assim como a Tríade Chinesa moderna que se associa para cometimento de crimes de colarinho branco, da mesma forma age a Tríade montada em Santa Inês.

Política de Privacidade

Site: https://portalguara.com/gaeco-realiza-operacao-contra-desvio-de-recursos-da-prefeitura-de-santa-ines/

Casa da Mulher é expandida para todas as regiões do estado

Por Jornalismo

Na última segunda-feira (29), foi assinado pelo governador Carlos Brandão o termo de adesão para expandir o trabalho da Casa da Mulher Maranhense, que passará a contar com um total de 18 regionais. A cerimônia realizada no Palácio dos Leões contou com a participação de representes do Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, **Ministério Público** e Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem).

O documento que alinha as ações para a expansão da Casa da Mulher também contou com a assinatura da secretária de Estado da Mulher, Abigail Cunha, que destacou a importância do atendimento ser expandido para as regionais, beneficiando as mulheres em todas as regiões do estado.

A Casa da Mulher Maranhense oferece um suporte completo para o apoio e atendimento das mulheres vítimas de violência, dispondo de Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Promotoria Pública Especializada da Mulher, Defensoria Pública Especializada da Mulher, Patrulha Maria da Penha, além de oferecer atendimento psicossocial e orientação sobre programas de auxílio e promoção da autonomia econômica.

Com a expansão, o Maranhão contará com um total de 19 núcleos especializados de combate à violência contra mulher, sendo que três já estão em funcionamento: a Casa da Mulher Brasileira em São Luís e as unidades da Casa da Mulher Maranhense nas cidades de Imperatriz e Caxias.

As novas 16 regionais da Casa da Mulher Maranhense serão implantadas nos municípios de Açailândia, Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Chapadinha, Codó, Itapecuru, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, Rosário, Santa Inês, São João dos Patos, Timon, Viana e Zé Doca.

Fonte: Ascom/PCMA

Site: https://difusoraon.com/2023/05/30/casa-da-mulher-e-expandida-para-todas-as-regioes-do-estado/

GAECO realiza operação contra desvio de 55 milhões da prefeitura de Santa Inês

Gilberto Lima

Em Santa Inês o **GAECO** do **Ministério público** do estado realizou uma operação por nome Tríade contra desvio de R$ 55 milhões de reais da prefeitura, a operação visa cumprir 19 mandados de busca e apreensão em cidades do Maranhão.

Tags: **GAECO**, **MPMA**

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/30/RDIOTIMBIRAAM1290SOLUISMA-08.45.42-08.52.31-1685451098.mp3

Gaeco realiza operação contra desvio de verbas na Prefeitura de Santa Inês

SANTA INÊS - O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** (**MPMA**) realiza na manhã desta terça-feira (30), a Operação Tríade. O objetivo é cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI).

Vice assume Prefeitura de Santa Inês após afastamento de Felipe dos Pneus

Felipe dos Pneus retoma o comando da Prefeitura de Santa Inês

De acordo com o **MP-MA**, a operação faz parte da investigação que apura a existência de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como 'Felipe dos Pneus' (Republicanos).

Os mandados, expedidos pela desembargadora relatora da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ-MA), foram cumpridos com apoio da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil e do **Gaeco** Piauí. A desembargadora também determinou o afastamento de "Felipe dos Pneus" do cargo de prefeito de Santa Inês.

Entenda o caso

A investigação teve início a partir do encaminhamento de provas compartilhadas pela Polícia Federal após a Operação Free Rider , realizada em abril de 2022. O material compartilhado demonstrou um esquema de montagem e direcionamento de licitações nas quais as empresas contratadas pelo Município de Santa Inês pagavam propina em benefício do prefeito e de pessoas ligadas a ele.

O aprofundamento das investigações pelo **Gaeco** permitiu a obtenção de provas que revelaram o envolvimento de várias pessoas físicas e jurídicas que atuavam em conjunto para desviar recursos públicos por meio da Prefeitura de Santa Inês, gerida por "Felipe dos Pneus".

O esquema contava com a chefia do prefeito, com a atuação de dois articuladores, que montavam as licitações fraudulentas e controlavam o repasse de propina. Eles contavam com a colaboração de servidores comissionados ligados à Prefeitura, para garantir a aparência de licitude das contratações, bem como com empresas beneficiárias e intermediárias e seus respectivos sócios.

Juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado à manutenção das necessidades básicas da comunidade local. As fraudes envolviam contratos de fornecimento de medicamentos e materiais de saúde, de recuperação de estradas vicinais e de serviços de engenharia para a Prefeitura, entre outros.

Tríade

O nome Tríade refere-se a organizações criminosas tradicionais chinesas que, ao longo da história, se envolveram em uma variedade de crimes, desde fraude, extorsão e lavagem de dinheiro até tráfico e prostituição. Na contemporaneidade, as tríades chinesas estão menos envolvidas com a atividade criminosa tradicional e estão se tornando associadas a crimes de colarinho branco.

A estrutura e composição da Tríade Chinesa contava com três principais atores: o grande chefe, o "Cabeça de Dragão"; dois responsáveis pelo ritual de iniciação dos novatos, "Mestres de Incenso"; e os responsáveis pela pesquisa da vida dos novos integrantes, "Patrulheiros do Vento".

Assim como a Tríade Chinesa, a organização criminosa que operava em Santa Inês possui três principais nomes que atuavam ao lado das outras 16 pessoas físicas e jurídicas investigadas. O grande chefe é o prefeito Luís Felipe Oliveira de Carvalho. Ele contava com dois articuladores, Antônio Neto Magalhães e Samuel Martins.

Enquanto o prefeito utilizava sua influência política e seu poder decisório sobre a forma de utilização das verbas públicas municipais, os articuladores montavam procedimentos licitatórios fraudulentos, intermediavam com empresas e faziam o controle do repasse de propina.

Com precisa divisão de tarefas, os três juntos estavam

à frente dos crimes de organização criminosa, fraude em licitação, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro ocorridos em Santa Inês. Dessa forma, assim como a Tríade Chinesa moderna que se associa para cometimento de crimes de colarinho branco, da mesma forma age a Tríade montada em Santa Inês.

Site: https://imirante.com/noticias/santa-ines/2023/05/30/gaeco-realiza-operacao-contra-desvio-de-verbas-na-prefeitura-de-santa-ines

Ouvinte do programa relata atraso de pagamento de salários em Palmeirândia

Daniel Santos

O ouvinte do programa solicita que o apresentar faça uma cobrança para que o prefeito realize o pagamento dos salários atrasados, o mesmo afirma que o prefeito nunca pagou aos contratados e recebe menos de um salário.

O apresentador do programa questiona o porquê do **MPMA** não fazer nada a respeito e fica de braços cruzados, enquanto os trabalhadores ficam sem salário sem direito ao básico em suas residências.

Tags: **MPMA**

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/30/RDIOCULTURAFM1059PINHEIROMA-08.14.46-08.17.32-1685454506.mp3

Gaeco realiza nova operação contra desvios de verbas na prefeitura de Santa Inês

Jorge Aragão

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** realiza na manhã desta terça-feira, 30, a Operação Tríade. O objetivo é cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI). A operação faz parte de procedimento investigatório que apura a existência de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como Felipe dos Pneus. Os mandados, expedidos pela desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foram cumpridos com apoio da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil e do **Gaeco** Piauí. A desembargadora também determinou o afastamento de Felipe dos Pneus do cargo de prefeito de Santa Inês. Tags: **MPMA**, **Gaeco**.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/video/2023/05/30/RDIOMIRANTEAM600SOLUSMA-00.20.48-00.25.40-1685467133.mp4

Câmara vai divulgar nesta quarta (31) detalhes sobre investigação na saúde de Imperatriz

Vanessa Carvalho

Será realizada amanhã (31), uma coletiva de imprensa na Câmara Municipal de Imperatriz, onde serão divulgados todos os detalhes do cronograma de trabalhos da Comissão Processante que irá investigar a saúde de Imperatriz. A coletiva será às 9h30.

O pedido de criação da comissão para investigar a saúde foi aprovado na última terça-feira (23), durante votação dos vereadores na Câmara Municipal.

O pedido para investigação foi protocolado principalmente por causa das reclamações sobre a dificuldade em conseguir atendimento médico na cidade pelo Socorrão e das ações da justiça pedindo melhorias na saúde pública municipal.

Durante a votação para a aprovação da Comissão Processante, doze vereadores votaram a favor do projeto, enquanto oito vereadores votaram contra a criação da comissão.

Câmara aprova comissão para investigar a saúde de Imperatriz

Veja como votaram os vereadores durante a sessão:

Vereadores que votaram a favor - 12

Aurélio Gomes

Carlos Hermes

Bebé Taxista

Manchinha

Ricardo Seidel

Flamarion Amaral

Adhemar Jr.

Cláudia Batista

Renê Sousa

Berson do Posto

Rubinho

Vereadores que votaram contra - 8

João Silva

Fidélis Uchoa

Roberto da Estrada do Arroz

Rogério Avelino

Francisco Messias

Zesiel Ribeiro

Chiquinho da Di Ferro

Pimentel

Comissão Processante

O documento para a criação da comissão é chamado de "Pedido de instauração de comissão processante", e foi protocolada por vereadores da Câmara Municipal para investigar a prefeitura de Imperatriz, com foco principal para a área da saúde.

A votação estava originalmente agendada para o dia (17), mas durante a reunião, o vereador Ricardo Seidel, responsável por fazer o pedido, decidiu retirá-lo. Isso ocorreu porque, de acordo com a presidência da Câmara e as regras internas, o parlamentar teria que se afastar de seu cargo durante o período de investigação da comissão.

Saúde de Imperatriz

Muitas reclamações foram feitas em relação à saúde da cidade, incluindo relatos de pacientes, principalmente sobre o Hospital Municipal de Imperatriz. As queixas abrangem a falta de medicamentos, problemas na estrutura, demora nos procedimentos e equipamentos de exames sem

funcionar.

Devido ao grande número de relatos, várias ações e decisões judiciais têm sido tomadas em busca de melhorias. A mais recente ocorreu no dia (19), quando o Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da 2ª Vara da Fazenda Pública de Imperatriz, determinou o bloqueio de R$ 4 milhões em recursos da prefeitura devido ao descumprimento de uma ordem judicial relacionada ao Hospital Municipal de Imperatriz, realizada no mês de fevereiro.

Prefeitura descumpre decisão e justiça bloqueia R$ 4 milhões do município

Seguindo as várias ações da justiça pedindo por melhorias na saúde da cidade, o **Promotor de Justiça** da Saúde de Imperatriz, Thiago de Oliveira Costa Pires, falou sobre o bloqueio de R$ 4 milhões, que resultou principalmente por descumprir a ordem judicial que pedia o pagamento em dia dos prestadores de serviços do HMI, funcionamento das máquinas de raio x e tomografia e apresentação de um plano para a prestação de contas da saúde.

Promotor de Justiça cobra prefeitura por melhorias urgentes no Socorrão de Imperatriz

Sobre os bloqueios, o município respondeu em nota que irá recorrer da decisão:

Leia a nota:

"Em nota, Prefeitura de Imperatriz informa que cumpriu integralmente a decisão judicial tratada na sentença e recorrerá do bloqueio solicitado pela 2ª Vara da Fazenda Pública de Imperatriz".

Saúde

A saúde de qualidade desempenha um papel fundamental no bem-estar e na qualidade de vida dos seus habitantes. Quando uma cidade oferece serviços de saúde acessíveis, eficientes e abrangentes, há uma série de benefícios para a população.

A saúde de qualidade é essencial para o bem-estar individual e coletivo, para a prevenção de doenças e para o progresso de uma cidade. Investir em infraestrutura de saúde, garantir acesso universal aos serviços e promover ações preventivas são medidas cruciais para garantir que os cidadãos tenham uma vida saudável e próspera.

Coletiva de Imprensa

O Imperatriz Online vai acompanhar todos os detalhes que serão realizados durante a coletiva de imprensa na manhã desta quarta-feira (31).

Site: https://imperatriz.online/noticias-assinante/camara-vai-divulgar-nesta-quarta-31-detalhes-sobre-investigacao-na-saude-de-imperatriz/2023/05/30/

Brandão promove expansão da Casa da Mulher para todas as regiões do Maranhão

Da Redação

O Maranhão deu mais um passo inédito na história do país para a proteção e garantia de direitos às mulheres. O governador Carlos Brandão assinou, nesta segunda-feira (29), termo de adesão para expandir o trabalho da Casa da Mulher Maranhense, que passará a contar com um total de 18 regionais.

A cerimônia realizada no Palácio dos Leões contou com a participação de representes do Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, **Ministério Público** e Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem).

"Hoje fizemos uma importante reunião em favor das mulheres. Vamos ampliar a Casa da Mulher Maranhense. Já temos uma unidade em Imperatriz e outra em Caxias e agora vamos levar para mais municípios. Esse projeto vem acolher as mulheres e combater o feminicídio. O Maranhão é o primeiro estado que tem a ousadia de ampliar a Casa da Mulher para que a gente possa ter locais de acolhimento e segurança", declarou o governador.

O documento que alinha as ações para a expansão da Casa da Mulher também contou com a assinatura da secretária de Estado da Mulher, Abigail Cunha, que destacou a importância do atendimento ser expandido para as regionais, beneficiando as mulheres em todas as regiões do estado.

"Essa é uma iniciativa do governador Carlos Brandão para estender a Casa da Mulher Maranhense às 18 regionais. Já temos a Casa da Mulher Brasileira em São Luís, a Casa da Mulher Maranhense em Imperatriz e entregamos a Casa da Mulher Maranhense em Caxias, agora vamos avançar nos demais municípios onde já está pronta a rede de proteção às nossas mulheres", ressaltou Abigail Cunha.

A Casa da Mulher Maranhense oferece um suporte completo para o apoio e atendimento das mulheres vítimas de violência, dispondo de Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Promotoria Pública Especializada da Mulher, Defensoria Pública Especializada da Mulher, Patrulha Maria da Penha, além de oferecer atendimento psicossocial e orientação sobre programas de auxílio e promoção da autonomia econômica.

Com a expansão da Casa da Mulher Maranhense, o Maranhão contará com um total de 19 núcleos especializados de combate à violência contra mulher, sendo que três já estão em funcionamento: a Casa da Mulher Brasileira em São Luís e as unidades da Casa da Mulher Maranhense nas cidades de Imperatriz e Caxias.

As novas 16 regionais da Casa da Mulher Maranhense serão implantadas nos municípios de Açailândia, Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Chapadinha, Codó, Itapecuru, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, Rosário, Santa Inês, São João dos Patos, Timon, Viana e Zé Doca.

Site: https://oimparcial.com.br/noticias/2023/05/brandao-promove-expansao-da-casa-da-mulher-para-todas-as-regioes-do-maranhao/

Pai de vereador de Itapecuru-Mirim é condenado a 08 anos por roubo a banco em Alto Alegre do Pindaré

Equipe MV

Luís Alberto Lago Sousa e outros dois acusados devem cumprir a pena privativa de liberdade em regime fechado.

O pai do vereador de Itapecuru-Mirim, Jarderson Whanderson Pacheco de Sousa - o Neném Barradas (PMN), um senhor identificado por Luís Alberto Lago Sousa, foi condenado nesta terça-feira a oito anos de prisão pelo roubo à agencia do Banco Bradesco do município de Alto Alegre do Pindaré ocorrido no dia 03 de março de 2008.

A sentença da juíza Ivna Cristina de Melo Freire, titular da 2ª Vara de Santa Luzia/MA, foi publicada no dia 15 de fevereiro deste ano, mas somente hoje a reportagem teve acesso a integra da decisão.

De acordo com os autos, além de Luís Alberto Lago Sousa, também foram condenados Adalton Gomes Martins e José Estevam Paiva. Na denúncia, o **Ministério Público** argumenta que os acusados se associaram e subtraíram para si, mediante violência e grave ameaça, com uso de armas de fogo e restringindo a liberdade de terceiros, o veículo automotor conduzido pela vítima Oseas Rocha Moura e quantia em dinheiro pertencente ao Banco Bradesco, bem como danificado a Delegacia local em razão dos disparos efetuados.

"Iniciadas as investigações, foram informados que a quadrilha estava na cidade de Buriticupu/MA, tendo diligenciado até aquele município, localizado o esconderijo e montado campana. No dia seguinte, o acusado Luís Alberto Lago Sousa, vulgo "Luizinho da Norsegel", deu apoio logístico aos integrantes da organização criminosa, fornecendo o veículo Renault Clio, placa HPK-7287, cor preto, para que o réu Adalton Gomes Martins, vulgo "Pardal", trouxesse os membros da organização criminosa até esta cidade, onde desembarcaram dois ocupantes, e depois seguiram em direção à cidade de Alto Alegre do Pindaré/MA", diz trechos da sentença.

Tanto as investigações quanto os depoimentos apontam o pai de Neném Barradas como um dos cabeças que deram suporte à quadrilha que efetuou o roubo à agencia bancaria, inclusive, causando prejuízos ao patrimônio público.

Em depoimento, os Investigadores de Polícia Civil João Batista Marques dos Santos e Paulo Ernesto Leite Silva, durante suas oitivas em Juízo, ratificaram os termos de suas oitivas em sede policial e apresentaram versão semelhante à da testemunha George Luís Pereira Nogueira, inclusive, fazendo menção a toda ação da quadrilha desde a cidade de Buriticupu/MA até o cometimento do crime na cidade de Alto Alegre do Pindaré/MA.

"Asseverou, ainda, que os criminosos estavam armados com pistolas e fuzis, fornecidos pelo acusado José Estevam Paiva, vulgo "Bigodinho". Já os acusados Adalton Gomes Martins, vulgo "Pardal", e Luís Alberto Lago Sousa, vulgo "Luizinho da Norsegel", deram apoio logístico aos assaltantes, fornecendo hospedagem e veículo para transporte até o local do cometimento dos crimes", destaca outro trecho do documento judicial.

Em sua decisão, a magistrada afirmou que o início do cumprimento da pena privativa de liberdade para os acusados é o estabelecido na lei quando da aplicação da pena. No entanto, considerando que permanecem ausentes os fundamentos para decretação de prisão dos acusados, entendeu que os acusados deverão, nesse momento, permanecerem em liberdade, razão pela qual concedeu o direito de os acusados recorrerem em liberdade.

Após a revelação de que o pai do parlamentar itapecuruense é assaltante de banco, muitas perguntas vieram à tona como, por exemplo, a que trata do financiamento de campanha eleitoral.

Afinal, o dinheiro de Neném Barradas usou em 2020 e que pretende usar em 2024 é fruto desse assalto praticado por seu genitor? As empresas da família, uma delas comandadas por seu irmão, foram criadas para eventual lavagem desse dinheiro ilícito? O que foi feito com os valores do assalto ao banco? Onde foi empregado esses recursos?

Para responder essas e outras dúvidas, a partir de hoje, iremos lançar uma série especial que pretende trazer todas as respostas por trás desse roubo milionário no Bradesco de Alto Alegre.

Site: https://maranhaodeverdade.com.br/pai-de-vereador-de-itapecuru-mirim-e-condenado-a-08-anos-por-roubo-a-banco-em-alto-alegre-do-pindare/

TJMA dá prazo para OAB e candidato Flávio Costa se manifestarem sobre impugnação

Redação / O Informante

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, deu encaminhamento, nesta terça-feira, 30, às demandas que chegaram àquele poder em relação à escolha do novo desembargador pelo Quinto Constitucional da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA).

Segundo informações do judiciário, Velten deu um prazo de 15 dias para que a OAB do Maranhão e o candidato Flávio Costa, impugnado pelo advogado Aldenor Rebouças, apresentem defesa nas ações.

Até lá, conforme o presidente do TJMA, automaticamente, o colégio de desembargadores aguardará para a escolha da lista tríplice a ser encaminhada ao governador Carlos Brandão para definição do novo desembargador.

O procedimento continua em andamento normal perante a comissão de assuntos legislativos do tribunal, informou a assessoria de Paulo Velten em contato com o portal O INFORMANTE.

Em breve, o Órgão Especial deve analisar a resolução sobre os procedimentos da sabatina.

Entenda o caso

Em requerimento dirigido ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, desembargador Paulo Velten, o advogado Gustavo Carvalho afirma categoricamente que Flávio Vinícius Araújo Costa não preenche o requisito do art. 94. da Constituição Federal para concorrer a vaga de desembargador pelo Quinto Constitucional.

De acordo com o preceito, a vaga de Quinto Constitucional será preenchida por advogado que comprove prática profissional de mais de dez anos, requisito que excluiria Flávio Costa até mesmo da lista tríplice a ser encaminhada pelo Judiciário ao governador Carlos Brandão.

Segundo o advogado requerente, na defesa dos princípios da legalidade, ele defende uma análise minuciosa sobre o tema, com base na Lei Orgânica da Magistratura, Código de Divisão e Organização Judiciária do Maranhão e o Regimento Interno do TEMA para refutar a inclusão do advogado na lista como ato atentatório à moralidade administrativa.

Na enumeração dos fatos, conforme Gustavo Carvalho, o requerimento alude a uma tentativa de contagem fictícia da atividade profissional por parte do advogado Flávio Costa, fazendo o cálculo de 13 dias como se fosse de um ano, compreendendo o período de 12 a 31 de dezembro de 2008. A estratégia supostamente se repete em dois períodos em anos subsequentes.

Além da análise minuciosa, o requerente Gustavo Carvalho solicita que seja reconhecida a impossibilidade da candidatura do advogado Flávio Costa, e consequentemente sua exclusão da lista tríplice.

Toda a documentação levantada na argumentação do advogado está sendo enviada ao Conselho Nacional de Justiça, que informa que recorrerá ao **Ministério Público do Estado do Maranhão** para este atue como fiscal.

Site: https://jornalpequeno.com.br/2023/05/30/tjma-da-prazo-para-oab-e-candidato-flavio-costa-se-manifestarem-sobre-impugnacao/

Acusado de assassinar companheira é condenado a 18 anos de reclusão

O motorista Raimundo Dário Furtado foi condenado a 18 anos e nove meses de reclusão pelo assassinato da sua companheira Jackeline Duarte Silva, por ciúmes. Esse foi o terceiro julgamento de homicídio contra mulheres, só neste mês de maio e o quinto do ano, na 3ª Vara do Júri. Nos outros quatro casos os réus, denunciados por feminicídio, foram condenados.

O juiz que presidiu o julgamento, nesta terça-feira (30), José Ribamar Goulart Heluy Júnior, titular da 3ª Vara do Júri, negou a Raimundo Dário Furtado o benefício de recorrer da decisão do júri em liberdade e decretou a prisão do acusado que, após a sessão de julgamento, foi levado para a Penitenciária de Pedrinhas. Atuaram na acusação o **promotor de Justiça** Samaroni Maia e, na defesa, o advogado Santos Sobrinho.

Ele foi condenado por homicídio qualificado por motivo fútil. Conforme depoimento de testemunhas à Justiça, o denunciado tinha ciúmes excessivo da companheira com a qual vivia há quase dois anos. Raimundo Dário Furtado, também conhecido pelo apelido de "Acaba Festa", foi acusado de matar a facada sua companheira no dia 20 de fevereiro de 2006, na localidade Porto Grande, Vila Maranhão. Na época, o réu tinha 52 anos e a vítima 23. Logo após o crime, o denunciado se evadiu de São Luís, não sendo localizado pela polícia. O processo judicial permaneceu suspenso até ele ser preso no município de Grajaú-MA, somente em março de 2019, sendo posto em liberdade em maio do mesmo ano.

Na sentença o juiz destacou que "não há motivo legal para o acusado aguardar em liberdade o julgamento de eventual recurso de apelação porque ele permaneceu foragido desde a data do crime, causando a suspensão destes autos e do prazo prescricional, conforme previsto no artigo 366 do CPP, por mais de uma década, até ser preso no interior do Estado; demonstrando não estar disposto a cumprir a lei penal."

OUTROS CASOS

O 3º Tribunal do Júri de São Luís também condenou Willamy Costa dos Santos a 11 anos de reclusão por tentativa de homicídio qualificado por feminicídio, contra a ex-namorada J.A.C, no dia 2 de setembro de 2020, por volta das 21h40, em via pública, na Vila Samara, área da Estiva, por não aceitar o fim do relacionamento. Após o julgamento, no dia 02 de março, ele foi levado para a Penitenciária de Pedrinhas, onde já estava preso desde o início da ação penal, depois de ter se evadido da capital e ser preso no interior do Maranhão. No momento do crime a vítima estava com a filha de apenas oito anos. O denunciado teria golpeado a mulher com um pedaço de pau, por diversas vezes, inclusive atingindo-a na cabeça, mesmo após ela já estar caída no chão.

No último dia 28 de abril, o soldado da Polícia Militar do Maranhão, Carlos Eduardo Nunes Pereira, 34 anos, foi condenado a 27 anos e 6 meses de reclusão pelos assassinatos de sua ex-companheira Bruna Lícia Fonseca Pereira, 23 anos, e de José Willian dos Santos Silva, 24 anos. O crime ocorreu no dia 25 de janeiro de 2020, por volta 13h30, no apartamento onde a mulher morava, no bairro Vicente Fialho. Ao final do julgamento, o acusado foi levado de volta para o presídio do Comando Geral da PMMA, onde estava preso desde o dia do crime. Com a condenação na esfera criminal, Carlos Eduardo Nunes Pereira perde a função pública, com sua exclusão dos quadros da Polícia.

Neste mês de maio (dia 04), os jurados condenaram Domingos de Jesus Silva dos Santos por tentativa de homicídio qualificado (feminicídio e uso de recurso que impediu a defesa da vítima) contra sua companheira Claudiana dos Santos Câmara, com a qual vivia há 11 anos. O crime ocorreu no fim da tarde do dia 13 de março de 2022, dentro da residência do casal, no bairro Coroadinho, mediante golpes de faca. O réu foi condenado a sete anos, um mês e quinze dias de reclusão, inicialmente, em regime semiaberto, no Complexo Penitenciário de São Luís, onde já estava preso desde a época do crime.

Os jurados do 3º Tribunal do Júri de São Luís, no último dia 19 de maio, condenaram Nataniel da Conceição Bezerra pelo assassinato da sua companheira Paula Regina Silva de Freitas. O crime ocorreu no dia 27 de março de 2022, por volta das 4h, na presença de três crianças filhas da vítima, no Residencial Orquídea, bairro Santa Efigênia. Ele foi condenado a 26 anos e três meses de reclusão e, após o julgamento, foi levado de volta para o presídio onde se encontrava preso por esse crime.

Núcleo de Comunicação do Fórum Des. Sarney Costa

Site:
http://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/510265/acusado-de-assassinar-companheira-e-condenado-a-18-anos-de-reclusao

Deputado quer Fundo Estadual para erradicar trabalho escravo no Maranhão

Da Redação

O deputado estadual Carlos Lula (PSB) propõe PEC para criar Fundo de Erradicação do Trabalho Escravo. Segundo parlamentar, Proposta de Emenda à Constituição visa contribuir para que o estado tenha um fundo para impedir o trabalho escravo

Com o intuito de erradicar o trabalho em condição análoga à de escravo no Maranhão e efetivar a reparação dos danos causados aos trabalhadores, por infração aos direitos humanos e fundamentais, o deputado estadual Carlos Lula (PSB) propôs uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cria o Fundo Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo e de promoção do Trabalhão Digno no Maranhão.

No Brasil, segundo o Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo, o Maranhão é o maior exportador de mão-de-obra escrava. Entre 2003 e 2021, 8.636 maranhenses foram resgatados em situação de trabalho análogo à escravidão, mais que o dobro do segundo lugar da lista, que é o estado de Minas Gerais, com 4.126 trabalhadores resgatados.

Segundo Carlos Lula, a Proposta de Emenda à Constituição almeja contribuir para que o estado tenha um fundo para impedir que exista trabalho escravo e, por outro lado, permitir a promoção de um trabalho digno.

"O Fundo visa, não só contribuir para que tenhamos políticas públicas voltadas para impedir que se forneça mão-de-obra escrava, mas, ao mesmo tempo, permitir que se promova o trabalho digno, que é o que vai permitir com que a gente avance nessa política pública. A PEC atua em duas vertentes e já almeja que órgãos do governo estadual possam fazer essa articulação junto com setores da administração pública estadual, municipal e federal, que cuidam do tema", explicou.

Se aprovado, o Fundo Estadual de Erradicação do Trabalho em condições Análogas às de Escravo e de Promoção do Trabalho Digno vai apoiar ações de prevenção, assistência, repressão, capacitação, promoção e formação tecnológica, voltadas aos trabalhadores cujos direitos foram violados. Além disso, o objetivo do Fundo também é apoiar programas e iniciativas destinados a esclarecer aos trabalhadores urbanos e rurais resgatados ou em condições vulneráveis sobre os seus direitos e garantias fundamentais.

Arrecadação

A PEC propõe que as arrecadações para Fundo sejam provenientes de condenações e dos acordos judiciais em ações envolvendo exploração de trabalho em condições análogas às de escravo, dentre elas, multas administrativas ou indenizações decorrentes de termos de compromisso de ajustamento de conduta ou de acordos, celebrados perante o **Ministério Público do Estado do Maranhão**, pelo **Ministério Público** Federal e **Ministério Público** do Trabalho.

"É importante destacar que para garantir a sua execução, o Poder Executivo precisa encaminhar a sua proposta, assim como no Fundo de Combate ao Câncer, que foi criado e, posteriormente, o Executivo mandou um Projeto de Lei para dizer como isso pode ser executado. Da mesma forma deve acontecer com o Fundo do Trabalho Escravo", pontuou Carlos Lula.

A Emenda ao texto da Constituição Estadual conta com a assinatura de outros 15 parlamentares e será apreciada pelas Comissões da Assembleia Legislativa, antes da votação e aprovação em Plenário.

Site: https://acartapolitica.com.br/2023/05/30/deputado-quer-fundo-estadual-para-erradicar-trabalho-escravo-no-maranhao/

Prefeito de Santa Inês é afastado após ser investigado por desvio milionário de dinheiro público

Vanessa Carvalho

O prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, mais conhecido como "Felipe dos Pneus", foi afastado do cargo após ser apontado como líder de um esquema de fraudes que desviou aproximadamente R$ 55 milhões dos cofres públicos. A operação deflagrada pelo **Ministério Público do Maranhão** revelou que o valor milionário foi desviado do dinheiro destinado à manutenção das necessidades básicas da cidade de Santa Inês.

A investigação teve início a partir do compartilhamento de provas pela Polícia Federal, após a Operação Free Rider, realizada em abril de 2022. O material compartilhado evidenciou um esquema de direcionamento e montagem de licitações, no qual as empresas contratadas pelo município de Santa Inês pagavam propina ao prefeito e a pessoas ligadas a ele.

Com o aprofundamento das investigações pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**), foram obtidas provas que revelaram o envolvimento de várias pessoas físicas e jurídicas que atuavam em conjunto para desviar recursos públicos através da Prefeitura de Santa Inês, administrada por "Felipe dos Pneus".

Os investigados desviaram aproximadamente R$ 55 milhões, que deveriam ter sido utilizados para suprir as necessidades básicas da comunidade local. As fraudes envolviam contratos de fornecimento de medicamentos, materiais de saúde, recuperação de estradas vicinais e serviços de engenharia para a Prefeitura, entre outros.

O esquema contava com a participação direta do prefeito, além de dois articuladores responsáveis por montar licitações fraudulentas e controlar o repasse de propina. Também havia a colaboração de servidores comissionados ligados à Prefeitura, que garantiam a aparência de legalidade das contratações, e de empresas beneficiárias e intermediárias, juntamente com seus sócios.

A organização criminosa que operava em Santa Inês tinha três figuras principais. O prefeito Luís Felipe Oliveira de Carvalho era o grande chefe, enquanto Antônio Neto Magalhães e Samuel Martins atuavam como articuladores. Cada um desempenhava papéis específicos na realização dos crimes, que incluíam organização criminosa, fraude em licitação, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro. Com essa divisão de tarefas, os três estavam à frente de um esquema de crimes de colarinho branco.

Crédios: Mais Maranhão

Site: https://imperatriz.online/noticias-assinante/prefeito-de-santa-ines-e-afastado-apos-ser-investigado-por-desvio-milionario-de-dinheiro-publico/2023/05/30/

Wellington denuncia que crianças são transportadas em jumentos por falta de ônibus escolar em São Vicente Ferrer

Equipe MV

Nesta terça-feira (30), o deputado estadual Wellington do Curso utilizou a tribuna da Assembleia legislativa do Maranhão para fazer referência ao descaso com a educação pública em São Vicente Ferrer. Trata-se de vídeo em que estudantes utilizam jumentos como meio de transporte para chegar até às escolas.

Na ocasião, o deputado Wellington solicitou esclarecimentos da Prefeitura e informou já ter encaminhado os fatos ao **Ministério Público**.

"É uma vergonha que nossas crianças precisem utilizar jumentos por conta da falta de transporte escolar. Esse triste episódio ocorreu no município de São Vicente Ferrer. Já encaminhei os fatos à **Promotoria de Justiça** e aguardo um posicionamento da Prefeitura. Brincar com a educação das crianças é violar o futuro dessas pessoas" , disse o deputado Wellington.

Site: https://maranhaodeverdade.com.br/wellington-denuncia-que-criancas-sao-transportadas-em-jumentos-por-falta-de-onibus-escolar-em-sao-vicente-ferrer/

Irregularidade de empresa ligada a Juscelino Filho anulou licitação em São Luís

Equipe MV

Maranhão Asfaltos é uma das firmas que recebeu R$ 36 milhões em Vitorino Freire.

A Maranhão Indústria e Comércio de Asfalto Modificado Ltda., uma das quatro empresas de amigos, ex-assessoras e uma cunhada do ministro das Comunicações, Juscelino Filho, que aparece entre as beneficiadas com mais de R$ 36 milhões em contratos com a prefeitura de Vitorino Freire (MA), tentou participar de um processo licitatório na Pretura de São Luís, de forma irregular. A informação foi obtida com exclusividade pelo site Maranhão de Verdade .

De acordo com a denúncia, Maranhão Asfaltos se inscreveu no pregão presencial nº 022/2017, realizado pela CPL, mas que tinha como órgão interessado, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - Semosp.

O certame tinha por objeto a contratação de reparador asfáltico, conforme especificações constantes no termo de referência que foi anexado nos autos do processo.

Segundo a Ata da Sessão ao qual tivemos acesso, a contratação milionária só não foi efetivada por que no dia 02 de março de 2017, o pregoeiro Andros Renquel Melo Graciano de Almeida, recebeu impugnação da empresa CD-PAV Indústria e Comércio Ltda, alegando a ilegalidade do DMT - Distancia Média de Transporte e exigência da empresa possuir CREA como produtora de CBUQ.

Em um primeiro momento o pregoeiro decidiu indeferir a impugnação, por conta da intempestividade e por entender que as suas alegações não tinham respaldo legal, levando ao pregoeiro realizar a abertura do certame.

Contudo, o pregoeiro decidiu fazer uma nova análise da impugnação e verificou-se que a exigência do DMT de fato afronta o inciso II, § 1º do art. 3º da Lei nº 8.666/93, sendo o item restritivo. Assim, devido a exigência do DMT, o pregoeiro decidiu anular o procedimento licitatório, na forma do art. 4º da Lei nº 8.666/93.

O pregoeiro perguntou se a empresa Maranhão Asfaltos possuía interesse em recorrer da decisão. A representante da companhia licitante decidiu por renunciar o direito ao recurso, não havendo interesse em contestar a decisão.

A Maranhão Asfaltos tem como sócia-administradora Aline Cavalcanti Fialho Vale, irmã da mulher de Juscelino, Lia Cavalcanti. A empresária é filha do ex-diretor geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Fernando Antônio Brito Fialho com Maria de Lourdes Cavalcante Fialho, sócios-proprietários da Meta Participações Ltda, alvo do **Gaeco** (Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas) em investigação sobre a aquisição e venda de terras na comunidade tradicional do Cajueiro, localizada nas proximidades do Distrito Industrial de São Luís.

Site: https://maranhaodeverdade.com.br/irregularidade-de-empresa-ligada-a-juscelino-filho-anulou-licitacao-em-sao-luis/

Carlos Lula propõe PEC para criar Fundo de Erradicação do Trabalho Escravo

omaranhense

Com o intuito de erradicar o trabalho em condição análoga à de escravo no Maranhão e efetivar a reparação dos danos causados aos trabalhadores, por infração aos direitos humanos e fundamentais, o deputado estadual Carlos Lula (PSB) propôs uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cria o Fundo Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo e de promoção do Trabalhão Digno no Maranhão.

No Brasil, segundo o Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo, o Maranhão é o maior exportador de mão-de-obra escrava. Entre 2003 e 2021, 8.636 maranhenses foram resgatados em situação de trabalho análogo à escravidão, mais que o dobro do segundo lugar da lista, que é o estado de Minas Gerais, com 4.126 trabalhadores resgatados.

Segundo Carlos Lula, a Proposta de Emenda à Constituição almeja contribuir para que o estado tenha um fundo para impedir que exista trabalho escravo e, por outro lado, permitir a promoção de um trabalho digno.

"O Fundo visa, não só contribuir para que tenhamos políticas públicas voltadas para impedir que se forneça mão-de-obra escrava, mas, ao mesmo tempo, permitir que se promova o trabalho digno, que é o que vai permitir com que a gente avance nessa política pública. A PEC atua em duas vertentes e já almeja que órgãos do governo estadual possam fazer essa articulação junto com setores da administração pública estadual, municipal e federal, que cuidam do tema", explicou.

Se aprovado, o Fundo Estadual de Erradicação do Trabalho em condições Análogas às de Escravo e de Promoção do Trabalho Digno vai apoiar ações de prevenção, assistência, repressão, capacitação, promoção e formação tecnológica, voltadas aos trabalhadores cujos direitos foram violados. Além disso, o objetivo do Fundo também é apoiar programas e iniciativas destinados a esclarecer aos trabalhadores urbanos e rurais resgatados ou em condições vulneráveis sobre os seus direitos e garantias fundamentais.

Arrecadação

A PEC propõe que as arrecadações para Fundo sejam provenientes de condenações e dos acordos judiciais em ações envolvendo exploração de trabalho em condições análogas às de escravo, dentre elas, multas administrativas ou indenizações decorrentes de termos de compromisso de ajustamento de conduta ou de acordos, celebrados perante o **Ministério Público do Estado do Maranhão**, pelo **Ministério Público** Federal e **Ministério Público** do Trabalho.

"É importante destacar que para garantir a sua execução, o Poder Executivo precisa encaminhar a sua proposta, assim como no Fundo de Combate ao Câncer, que foi criado e, posteriormente, o Executivo mandou um Projeto de Lei para dizer como isso pode ser executado. Da mesma forma deve acontecer com o Fundo do Trabalho Escravo", pontuou Carlos Lula.

A Emenda ao texto da Constituição Estadual conta com a assinatura de outros 15 parlamentares e será apreciada pelas Comissões da Assembleia Legislativa, antes da votação e aprovação em Plenário.

Site: https://omaranhense.com/arraial-da-assembleia-diretorias-detalham-funcionamento-do-espaco-a-responsaveis-por-barracas/

Confira decisão da Des.ª Sônia Maria que afastou Felipe dos Pneus ao cargo em Santa Inês

Equipe MV

A desembargadora Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro, concedeu na manhã desta terça-feira (30), o afastamento do cargo o prefeito Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como "Felipe dos Pneus", do município de Santa Inês, com base em denúncias formuladas pelo **Ministério Público** Estadual.

Site: https://maranhaodeverdade.com.br/confira-decisao-da-des-a-sonia-maria-que-afastou-felipe-dos-pneus-ao-cargo-em-santa-ines/

1ª subdefensora assina termo de adesão para a implantação de 18 novas Casas da Mulher Maranhense no estado

A 1ª subdefensora-geral do Estado, Cristiane Marques, assinou termo de adesão para o processo de expansão da Casa da Mulher Maranhense, durante solenidade realizada no Palácio dos Leões, na segunda-feira (29), com a presença do governador Carlos Brandão. O órgão será implementado em mais 18 municípios maranhenses.

Além da subdefensora, a cerimônia contou ainda com a participação de represente do Tribunal de Justiça, **Ministério Público** e Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem). "Hoje fizemos uma importante reunião em favor das mulheres. Vamos ampliar a Casa da Mulher Maranhense. Já temos uma unidade em Imperatriz e outra em Caxias e agora vamos levar para mais municípios. Esse projeto vem acolher as mulheres e combater o feminicídio. O Maranhão é o primeiro estado que tem a ousadia de ampliar a Casa da Mulher para que a gente possa ter locais de acolhimento e segurança", declarou o governador.

Cristiane Marques, que representou o defensor-geral do Estado, Gabriel Furtado, reafirmou o compromisso da instituição na garantia de direitos e combate à violência contra a mulher. "O governador Carlos Brandão teve essa sensibilidade de levar esse atendimento de forma capilarizada para as mulheres do Maranhão e pudemos ver que onde foi implantada a Casa da Mulher Maranhense, como em Caxias, foi um impacto muito positivo, pois as mulheres buscam a Casa e tem o espaço como um referencial para a sua proteção. Através dessa iniciativa do governador, vamos instalar as Casas nas regionais em que foram escolhidos municípios com o maior número de feminicídios. A Defensoria Pública está ao lado do governador para trabalhar e combater a violência doméstica", declarou.

Também participaram da solenidade os secretários estaduais Maurício Martins (Segurança Pública), Márcio Machado (Governo), o subsecretário Fredson Maciel (Administração Penitenciária), o subsecretário Ítalo Augusto (Infraestrutura), o secretário-adjunto Jeonys Aguiar (Planejamento e Ações Técnicas do Governo) e o representante da Assessoria Jurídica do Governador, Miguel Ribeiro.

Site:
https://defensoria.ma.def.br/dpema/portal/noticias/8080/1-subdefensora-assina-termo-de-adesao-para-a-implantacao-de-18-novas-casas-da-mulher-maranhense-no-estado

Funcionários Secretos: Veja os supersalários pagos na gestão de Fernando Pessoa em Tuntum

Mais um escândalo envolvendo a gestão de Fernando Pessoa em Tuntum. Desta vez, o vazamento de uma lista de funcionários secretos, que não estão no Portal de Transparência do município, mas aparecem recebendo salários de até R$ 29 mil reais. Entre os nomes apontados como servidores especiais, consta o nome de empresários, filhos de políticos e pessoas comuns da região.

Segundo a lista, proveniente do site do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA) conseguida pelos vereadores do município, mostra que pelo menos três empresários do de Presidente Dutra, município distante 20km de Tuntum, estariam entre os funcionários secretos na gestão de Fernando Pessoa. São eles: Os irmãos Gilvan Fernandes Rego e Maria Geania Fernandes Rego Campos, e ainda Diego de Araújo Castro, que aparecem na lista dos supersalários pagos pela Secretária de Educação do município, onde possivelmente o dinheiro seja de recursos federais, proveniente do FUNDEB.

Ainda de acordo com a lista, os irmãos Gilvan Rego e Maria Rego, donos de supermercado e uma empresa metalúrgica de Presidente Dutra, no Maranhão, receberam o salário de R$ 27 mil cada. Diego de Araújo Castro também de Presidente Dutra, do ramo de pneus recebeu pagamento em folha da educação o valor 13.422,36. Além disso, a lista apresenta o nome de Johnatan Sampaio de Carvalho, filho de um empresário dono de uma empresa de móveis e eletrodomésticos de Tuntum, onde recebe o salário de R$ 13 mil.

Dando continuidade na lista, aparece o nome de Juliete Pessoa Ferreira, prima do prefeito Fernando Pessoa, recebendo o salário de até R$ 14.129,48 somando dois cargos, um de coordenadora na secretaria de Assistência Social e outro pela educação.

Outra pessoa da sua família, Letycia Pessoa Silva, que é prima do prefeito, recebe o salário de R$ 5.536,27 como assessora especial. Existe a também a servidora Irisneide Pessoal Silva, outra tia do prefeito, que possui dois cargos, um na secretária de Educação e outro na Secretaria de Assistência Social, junto os cargos rendem um salário de R$ 9.716,00

Outro nome que aparece na lista de funcionários secretos da prefeitura de Tuntum é o de Madson Jeová Nascimento Costa, assessor especial que ganha o salário de R$ 10 mil. A lista contém ainda o nome do agente administrativo Osvaldo da Silva Guimarães Neto, com salário de R$ 13.200; Luiz Gonzaga Pinheiro Filho, com o salário de R$ 9.974,09 e Karutchya Oliveira Andrade, com salário de R$ 4 mil.

Um dos fatos que chamou atenção, foi o caso do motorista Geovane de Sousa Santana, que recebe o salário de R$ 3.445,67 na escola Pé da Serra. Segundo apuração da Folha do Maranhão, a unidade escolar citada na lista de pagamentos não existe no município, o que revela a possível inserção de dados falsos para justificar a nomeação das pessoas.

Entre os casos mais absurdos, aparece o nome do enfermeiro Adriano Henrique Andrade Santos, que recebe o salário de R$ 29.753.15 e o nome de Eduardo Oliveira Cunha, filho do ex-prefeito Chico Cunha, que possui o salário de R$ 25.836,16.

A Folha do Maranhão tentou contato com os empresários citados na matéria, mas até o momento não obtivemos nenhuma resposta. Tentamos contato também com a prefeitura de Tuntum, porém não fomos respondidos. Por fim, tentamos obter informações com o **Promotor de Justiça**, Wlademir Oliveira, o mesmo afirmou que não há nenhuma representação ou investigação do caso, e que possivelmente há um processo de investigação próprio TCE.

Veja as listas de salários de servidores que a Folha do Maranhão teve acesso.

Site: https://folhadomaranhao.com/2023/05/funcionarios-secretos-veja-os-supersalarios-pagos-na-gestao-de-fernando-pessoa-em-tuntum/

Felipe dos Pneus é afastado após operação do Gaeco em Santa Inês

Daniela Bandeira

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** realiza na manhã desta terça-feira, (30), a Operação Tríade. O objetivo é cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI).

A operação faz parte de procedimento investigatório que apura a existência de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como Felipe dos Pneus.

Os mandados, expedidos pela desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foram cumpridos com apoio da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil e do **Gaeco** Piauí. A desembargadora também determinou o afastamento de Felipe dos Pneus do cargo de prefeito de Santa Inês.

A investigação teve início a partir do encaminhamento de provas compartilhadas pela Polícia Federal após a Operação Free Rider, realizada em abril de 2022. O material compartilhado demonstrou um esquema de montagem e direcionamento de licitações nas quais as empresas contratadas pelo Município de Santa Inês pagavam propina em benefício do prefeito e de pessoas ligadas a ele.

O aprofundamento das investigações pelo **Gaeco** permitiu a obtenção de provas que revelaram o envolvimento de várias pessoas físicas e jurídicas que atuavam em conjunto para desviar recursos públicos por meio da Prefeitura de Santa Inês, gerida por Felipe dos Pneus.

O esquema contava com a chefia do prefeito, com a atuação de dois articuladores, que montavam as licitações fraudulentas e controlavam o repasse de propina. Eles contavam com a colaboração de servidores comissionados ligados à Prefeitura, para garantir a aparência de licitude das contratações, bem como com empresas beneficiárias e intermediárias e seus respectivos sócios.

Juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado à manutenção das necessidades básicas da comunidade local. As fraudes envolviam contratos de fornecimento de medicamentos e materiais de saúde, de recuperação de estradas vicinais e de serviços de engenharia para a Prefeitura, entre outros.

Fonte: **MPMA**

Site: https://danielabandeira.com.br/2023/05/felipe-dos-pneus-e-afastado-apos-operacao-do-gaeco-em-santa-ines/

Prefeito de Santa Inês é afastado após ser investigado por desvio milionário de dinheiro público

Pedro Bertoldo

O prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, mais conhecido como "Felipe dos Pneus", foi afastado do cargo após ser apontado como líder de um esquema de fraudes que desviou aproximadamente R$ 55 milhões dos cofres públicos. A operação deflagrada pelo **Ministério Público do Maranhão** revelou que o valor milionário foi desviado do dinheiro destinado à manutenção das necessidades básicas da cidade de Santa Inês.

A investigação teve início a partir do compartilhamento de provas pela Polícia Federal, após a Operação Free Rider, realizada em abril de 2022. O material compartilhado evidenciou um esquema de direcionamento e montagem de licitações, no qual as empresas contratadas pelo município de Santa Inês pagavam propina ao prefeito e a pessoas ligadas a ele.

Com o aprofundamento das investigações pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**), foram obtidas provas que revelaram o envolvimento de várias pessoas físicas e jurídicas que atuavam em conjunto para desviar recursos públicos através da Prefeitura de Santa Inês, administrada por "Felipe dos Pneus".

Os investigados desviaram aproximadamente R$ 55 milhões, que deveriam ter sido utilizados para suprir as necessidades básicas da comunidade local. As fraudes envolviam contratos de fornecimento de medicamentos, materiais de saúde, recuperação de estradas vicinais e serviços de engenharia para a Prefeitura, entre outros.

O esquema contava com a participação direta do prefeito, além de dois articuladores responsáveis por montar licitações fraudulentas e controlar o repasse de propina. Também havia a colaboração de servidores comissionados ligados à Prefeitura, que garantiam a aparência de legalidade das contratações, e de empresas beneficiárias e intermediárias, juntamente com seus sócios.

A organização criminosa que operava em Santa Inês tinha três figuras principais. O prefeito Luís Felipe Oliveira de Carvalho era o grande chefe, enquanto Antônio Neto Magalhães e Samuel Martins atuavam como articuladores. Cada um desempenhava papéis específicos na realização dos crimes, que incluíam organização criminosa, fraude em licitação, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro. Com essa divisão de tarefas, os três estavam à frente de um esquema de crimes de colarinho branco.

Site: https://maismaranhao.com.br/politica/prefeito-de-santa-ines-e-afastado-apos-ser-investigado-por-desvio-milionario-de-dinheiro-publico/2023/05/30/

Mulheres e crianças vítimas de violência doméstica terão acesso a cirurgias plásticas reparadoras

omaranhense

Em 2021, a cada hora, 26 mulheres sofreram agressão física no país. No Maranhão, foram registrados 3.059 registros de lesão corporal dolosa em 2020. Os dados são do relatório do 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022. Como forma de atendimento a essas vítimas, com o oferecimento de cirurgias plásticas reparadoras em mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica de forma gratuita, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) assinou, nesta segunda-feira (29/5), termo de cooperação com a Fundação Instituto para Desenvolvimento do Ensino e Ação Humanitária (IDEAH) da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP).

O termo de cooperação implantará o "Projeto Recomeçar" no Maranhão - iniciativa que tem se expandido aos tribunais do país - e deverá oferecer serviços de cirurgia plástica de rede privada credenciada e demais serviços credenciados à Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP).

O presidente da Fundação IDEAH, o médico cirurgião plástico Luciano Ornelas Chaves, explicou que a instituição é um braço humanitário da SBCP, fundada em 2012, que já realizou mais de sete mil cirurgias reparadoras de forma voluntária. "A pandemia trouxe uma multidão de mulheres e crianças sequeladas. Durante esse período, tivemos um crescimento de 50% a mais de violência doméstica, infelizmente, e a parceria vem justamente para que possamos atender a essas crianças e mulheres vitimadas", disse.

O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, esclareceu que o Judiciário atual deve voltar-se para além do autor do delito, o que representa a "micro Justiça", e ampliar a visão para uma "macro Justiça", dando apoio e atenção também àqueles que são vítimas de todo o tipo de violência. "Assim, cumprimos não só com uma orientação do próprio CNJ, que é dá atenção para as vítimas de todo e qualquer tipo de violência, mas também às ações do Poder Judiciário que são integradas à agenda 2030. E isso só é possível por meio das parcerias", destacou.

A primeira etapa do projeto consiste no levantamento feito pelo Poder Judiciário de pessoas (mulheres, crianças e adolescentes) vítimas de crime ou ato infracional, quando a sequela resultar de crime ou ato infracional, com potencial indicação médica de cirurgia reparadora.

A partir daí, o encaminhamento das vítimas para a Fundação IDEAH se dará por intermédio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher/TJMA) e da Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJMA (CIJ/TJMA).

As vítimas serão indicadas pelas(os) magistradas(os) dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e dos Tribunais do Júri do TJMA, ou pela Vara da Infância e Juventude do TJMA, para fins de avaliação médica, visando a análise da indicação (ou não) da cirurgia reparadora.

A Fundação IDEAH - integrante da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica - é um órgão humanitário de ensino e pesquisa, fundado em 2012, tendo como instituição fiscalizadora curadoria do **Ministério Público**. Já realizou mais de 7 mil cirurgias plásticas reparadoras em pacientes carentes e mutirões de reconstrução mamária em pacientes mastectomizadas pós câncer de mama, pacientes escalpeladas na região amazônica e pacientes com lábio leporino.

O ato de assinatura contou com a presença da desembargadora Maria Francisca Galiza, de magistrados e magistradas de varas especializadas de violência contra mulheres; médicos cirurgiões plásticos maranhenses, assessores da Fundação IDEAH e representantes da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão e da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher/TJMA).

Site: https://omaranhense.com/mulheres-e-criancas-vitimas-de-violencia-domestica-terao-acesso-a-cirurgias-plasticas-reparadoras/

Casa da Mulher Maranhense será implantada em Barra do Corda e mais 15 município do estado

Ribamar Guimarães

O Maranhão deu mais um passo inédito na história do país para a proteção e garantia de direitos às mulheres. O governador Carlos Brandão assinou, nesta segunda-feira (29), termo de adesão para expandir o trabalho da Casa da Mulher Maranhense, que passará a contar com um total de 18 regionais. A cerimônia realizada no Palácio dos Leões contou com a participação de representes do Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, **Ministério Público** e Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem).

"Hoje fizemos uma importante reunião em favor das mulheres. Vamos ampliar a Casa da Mulher Maranhense. Já temos uma unidade em Imperatriz e outra em Caxias e agora vamos levar para mais municípios. Esse projeto vem acolher as mulheres e combater o feminicídio. O Maranhão é o primeiro estado que tem a ousadia de ampliar a Casa da Mulher para que a gente possa ter locais de acolhimento e segurança", declarou o governador.

O documento que alinha as ações para a expansão da Casa da Mulher também contou com a assinatura da secretária de Estado da Mulher, Abigail Cunha, que destacou a importância do atendimento ser expandido para as regionais, beneficiando as mulheres em todas as regiões do estado.

"Essa é uma iniciativa do governador Carlos Brandão para estender a Casa da Mulher Maranhense às 18 regionais. Já temos a Casa da Mulher Brasileira em São Luís, a Casa da Mulher Maranhense em Imperatriz e entregamos a Casa da Mulher Maranhense em Caxias, agora vamos avançar nos demais municípios onde já está pronta a rede de proteção às nossas mulheres", ressaltou Abigail Cunha.

Ela destacou a solenidade com a participação de representantes de diversas instituições como essencial para o alinhamento das ações. "Esse foi um momento de diálogo e de ajustes para que a gente possa construir esse projeto junto com o **Ministério Público**, com o Tribunal de Justiça, com a Defensoria Pública e com a Secretaria de Segurança Pública que garante as Delegacias das Mulheres e também a Patrulha Maria da Penha. Então este é um grande avanço no combate à violência contra as mulheres e no combate ao feminicídio", pontuou.

A Casa da Mulher Maranhense oferece um suporte completo para o apoio e atendimento das mulheres vítimas de violência, dispondo de Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Promotoria Pública Especializada da Mulher, Defensoria Pública Especializada da Mulher, Patrulha Maria da Penha, além de oferecer atendimento psicossocial e orientação sobre programas de auxílio e promoção da autonomia econômica.

A diretora da Casa da Mulher Brasileira, Susan Lucena, lembrou que os espaços especializados permitem que as mulheres denunciem os casos de violência e sejam protegidas. "Quando conseguimos descentralizar esse atendimento, conseguimos fazer com que as mulheres rompam o silêncio e denunciem. Pois muitas das vezes não há um espaço especializado e, por isso, a mulher não se sente encorajada, a vítima acaba não conseguindo denunciar. Essa medida é uma demonstração clara que o Governo do Maranhão efetiva as políticas públicas para as mulheres", destacou.

Durante a solenidade, o presidente do Tribunal de Justiça, Paulo Velten, foi representado pela desembargadora Sônia Amaral Ribeiro, que ressaltou a importância do trabalho conjunto no combate à violência contra a mulher.

"O governador Carlos Brandão está de parabéns por essa iniciativa e o Judiciário não poderia ficar de fora dessa cooperação. Eu tenho dito e acredito que a violência contra a mulher tem que ser combatida em forma de rede, em forma de parceria, em que se integre Judiciário, Executivo e Legislativo e é isso que o governador propõe com a expansão da Casa da Mulher Maranhense, uma forma de abordar essa questão de forma mais efetiva e eficiente", afirmou a desembargadora.

A 1ª subdefensora-geral Cristiane Marques Mendes,

que representou o defensor-geral do Estado, Gabriel Gustavo, reafirmou o compromisso da Defensoria Pública na garantia de direitos e combate à violência contra a mulher.

"O governador Carlos Brandão teve essa sensibilidade de levar esse atendimento de forma capilarizada para as mulheres do Maranhão e pudemos ver que onde foi implantada a Casa da Mulher Maranhense, como em Caxias, foi um impacto muito positivo, pois as mulheres buscam a Casa e tem o espaço como um referencial para a sua proteção. Através dessa iniciativa do governador, vamos instalar as Casas nas regionais em que foram escolhidos municípios com o maior número de feminicídios. A Defensoria Pública está ao lado do governador para trabalhar e combater a violência doméstica", declarou.

A procuradora-geral em exercício, Regina Maria Leite, representando o **Ministério Público**, também assumiu o compromisso de cooperação com as ações de combate à violência e ao feminicídio. "Estou sempre à disposição para tratar da implantação da Casa da Mulher, pois o **Ministério Público** sempre deve estar presente ao lado de uma parceria como essa", garantiu.

O presidente da Famem e prefeito de São Mateus, Ivo Rezende, afirmou que o Maranhão dá um grande passo nas políticas públicas com a expansão da Casa da Mulher. "É algo de extrema relevância a união do Governo do Estado e dos municípios maranhenses, do **Ministério Público**, do Poder Judiciário, dentre diversos outros órgãos que estão aqui em prol da defesa dos direitos das mulheres. Para que as mulheres tenham uma vida digna e com seus direitos defendidos. É uma causa importantíssima", comentou.

Também participaram da solenidade os secretários estaduais Maurício Martins (Segurança Pública), Márcio Machado (Governo), o subsecretário Fredson Maciel (Administração Penitenciária), o subsecretário Ítalo Augusto (Infraestrutura), o secretário-adjunto Jeonys Aguiar (Planejamento e Ações Técnicas do Governo) e o representante da Assessoria Jurídica do Governador, Miguel Ribeiro.

Maranhão terá 19 núcleos de atendimento às mulheres

Com a expansão da Casa da Mulher Maranhense, o Maranhão contará com um total de 19 núcleos especializados de combate à violência contra mulher, sendo que três já estão em funcionamento: a Casa da Mulher Brasileira em São Luís e as unidades da Casa da Mulher Maranhense nas cidades de Imperatriz e Caxias.

As novas 16 regionais da Casa da Mulher Maranhense serão implantadas nos municípios de Açailândia, Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Chapadinha, Codó, Itapecuru, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, Rosário, Santa Inês, São João dos Patos, Timon, Viana e Zé Doca.

Site: https://barradocorda.com/casa-da-mulher-maranhense-sera-implantada-em-barra-do-corda-e-mais-15-municipio-do-estado/

Carlos Lula propõe PEC para criar Fundo de Erradicação do Trabalho Escravo

Da Assessoria

Com o intuito de erradicar o trabalho em condição análoga à de escravo no Maranhão e efetivar a reparação dos danos causados aos trabalhadores, por infração aos direitos humanos e fundamentais, o deputado estadual Carlos Lula (PSB) propôs uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cria o Fundo Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo e de promoção do Trabalhão Digno no Maranhão.

No Brasil, segundo o Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo, o Maranhão é o maior exportador de mão-de-obra escrava do país. Entre 2003 e 2021, 8.636 maranhenses foram resgatados em situação de trabalho análogo à escravidão, mais que o dobro do segundo lugar da lista, que é o estado de Minas Gerais, com 4.126 trabalhadores resgatados.

Segundo Carlos Lula, a Proposta de Emenda à Constituição almeja contribuir para que o estado tenha um fundo para impedir que exista trabalho escravo e, por outro lado, permitir a promoção de um trabalho digno.

"O Fundo visa, não só contribuir para que tenhamos políticas públicas voltadas para impedir que se forneça mão-de-obra escrava, mas, ao mesmo tempo, permitir que se promova o trabalho digno, que é o que vai permitir com que a gente avance nessa política pública. A PEC atua em duas vertentes e já almeja que órgãos do governo estadual possam fazer essa articulação junto com setores da administração pública estadual, municipal e federal, que cuidam do tema", explicou.

Se aprovado, o Fundo Estadual de Erradicação do Trabalho em condições Análogas às de Escravo e de Promoção do Trabalho Digno vai apoiar ações de prevenção, assistência, repressão, capacitação, promoção e formação tecnológica, voltadas aos trabalhadores cujos direitos foram violados. Além disso, o objetivo do Fundo também é apoiar programas e iniciativas destinados a esclarecer aos trabalhadores urbanos e rurais resgatados ou em condições vulneráveis sobre os seus direitos e garantias fundamentais.

A PEC propõe que as arrecadações para Fundo sejam provenientes de condenações e dos acordos judiciais em ações envolvendo exploração de trabalho em condições análogas às de escravo, dentre elas, multas administrativas ou indenizações decorrentes de termos de compromisso de ajustamento de conduta ou de acordos, celebrados perante o **Ministério Público do Estado do Maranhão**, pelo **Ministério Público** Federal e **Ministério Público** do Trabalho.

"É importante destacar que para garantir a sua execução, o Poder Executivo precisa encaminhar a sua proposta, assim como no Fundo de Combate ao Câncer, que foi criado e, posteriormente, o Executivo mandou um Projeto de Lei para dizer como isso pode ser executado. Da mesma forma deve acontecer com o Fundo do Trabalho Escravo", pontuou Carlos Lula.

A Emenda ao texto da Constituição Estadual conta com a assinatura de outros 15 parlamentares e será apreciada pelas Comissões da Assembleia Legislativa, antes da votação e aprovação em Plenário.

Site: https://jornalpequeno.com.br/2023/05/30/carlos-lula-propoe-pec-para-criar-fundo-de-erradicacao-do-trabalho-escravo/

Felipe dos Pneus é afastado da Prefeitura de Santa Inês, em operação que aponta esquema milionário com pagamentos de propina

Ribamar Guimarães

O **Ministério Público do Maranhão** realizou uma operação, nesta terça-feira (30), contra uma organização investigada por fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro. O líder seria o atual prefeito de Santa Inês , Felipe dos Pneus, que foi afastado do cargo.

Site: https://barradocorda.com/felipe-dos-pneus-e-afastado-da-prefeitura-de-santa-ines-em-operacao-que-aponta-esquema-milionario-com-pagamentos-de-propina/

Felipe dos Pneus é novamente afastado do cargo por rombo de R$ 55 milhões em Santa Inês

Equipe MV

O prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como "Felipe dos Pneus", foi afastado do cargo por desvio de R$ 55 milhões dos cofres públicos.

O prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como "Felipe dos Pneus", foi afastado do cargo por desvio de R$ 55 milhões dos cofres públicos.

A decisão é da desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão e foi proferida a pedido do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público**.

A decisão é da desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão e foi proferida a pedido do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público**.

Felipe é apontado como líder de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro.

Felipe é apontado como líder de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro.

Na manhã desta terça-feira (30), o **Gaeco** deflagrou a Operação Tríade com o objetivo de cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI).

Na manhã desta terça-feira (30), o **Gaeco** deflagrou a Operação Tríade com o objetivo de cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI).

A investigação teve início a partir do encaminhamento de provas compartilhadas pela Polícia Federal após a Operação Free Rider, realizada em abril de 2022. O material compartilhado demonstrou um esquema de montagem e direcionamento de licitações nas quais as empresas contratadas pelo Município de Santa Inês pagavam propina em benefício do prefeito e de pessoas ligadas a ele.

A investigação teve início a partir do encaminhamento de provas compartilhadas pela Polícia Federal após a Operação Free Rider, realizada em abril de 2022. O material compartilhado demonstrou um esquema de montagem e direcionamento de licitações nas quais as empresas contratadas pelo Município de Santa Inês pagavam propina em benefício do prefeito e de pessoas ligadas a ele.

O aprofundamento das investigações pelo **Gaeco** permitiu a obtenção de provas que revelaram o envolvimento de várias pessoas físicas e jurídicas que atuavam em conjunto para desviar recursos públicos por meio da Prefeitura de Santa Inês, gerida por "Felipe dos Pneus".

O aprofundamento das investigações pelo **Gaeco** permitiu a obtenção de provas que revelaram o envolvimento de várias pessoas físicas e jurídicas que atuavam em conjunto para desviar recursos públicos por meio da Prefeitura de Santa Inês, gerida por "Felipe dos Pneus".

O esquema contava com a chefia do prefeito, com a atuação de dois articuladores, que montavam as licitações fraudulentas e controlavam o repasse de propina. Eles tinham a colaboração de servidores comissionados ligados à Prefeitura, para garantir a aparência de licitude das contratações, bem como com empresas beneficiárias e intermediárias e seus respectivos sócios.

O esquema contava com a chefia do prefeito, com a atuação de dois articuladores, que montavam as licitações fraudulentas e controlavam o repasse de propina. Eles tinham a colaboração de servidores comissionados ligados à Prefeitura, para garantir a aparência de licitude das contratações, bem como com empresas beneficiárias e intermediárias e seus

respectivos sócios.

Juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado à manutenção das necessidades básicas da comunidade local. As fraudes envolviam contratos de fornecimento de medicamentos e materiais de saúde, de recuperação de estradas vicinais e de serviços de engenharia para a Prefeitura, entre outros.

Juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado à manutenção das necessidades básicas da comunidade local. As fraudes envolviam contratos de fornecimento de medicamentos e materiais de saúde, de recuperação de estradas vicinais e de serviços de engenharia para a Prefeitura, entre outros.

Site: https://maranhaodeverdade.com.br/felipe-dos-pneus-e-novamente-afastado-do-cargo-por-rombo-de-r-55-milhoes-em-santa-ines/

Gaeco realiza operação contra desvio de recursos na Prefeitura de Santa Inês

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** realiza na manhã desta terça-feira, 30, a Operação Tríade. O objetivo é cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI).

A operação faz parte de procedimento investigatório que apura a existência de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como Felipe dos Pneus.

Os mandados, expedidos pela desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foram cumpridos com apoio da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil e do **Gaeco** Piauí. A desembargadora também determinou o afastamento de Felipe dos Pneus do cargo de prefeito de Santa Inês.

ENTENDA O CASO

A investigação teve início a partir do encaminhamento de provas compartilhadas pela Polícia Federal após a Operação Free Rider, realizada em abril de 2022. O material compartilhado demonstrou um esquema de montagem e direcionamento de licitações nas quais as empresas contratadas pelo Município de Santa Inês pagavam propina em benefício do prefeito e de pessoas ligadas a ele.

O aprofundamento das investigações pelo **Gaeco** permitiu a obtenção de provas que revelaram o envolvimento de várias pessoas físicas e jurídicas que atuavam em conjunto para desviar recursos públicos por meio da Prefeitura de Santa Inês, gerida por Felipe dos Pneus.

O esquema contava com a chefia do prefeito, com a atuação de dois articuladores, que montavam as licitações fraudulentas e controlavam o repasse de propina. Eles contavam com a colaboração de servidores comissionados ligados à Prefeitura, para garantir a aparência de licitude das contratações, bem como com empresas beneficiárias e intermediárias e seus respectivos sócios.

Juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado à manutenção das necessidades básicas da comunidade local. As fraudes envolviam contratos de fornecimento de medicamentos e materiais de saúde, de recuperação de estradas vicinais e de serviços de engenharia para a Prefeitura, entre outros.

TRÍADE

O nome Tríade refere-se a organizações criminosas tradicionais chinesas que, ao longo da história, se envolveram em uma variedade de crimes, desde fraude, extorsão e lavagem de dinheiro até tráfico e prostituição. Na contemporaneidade, as tríades chinesas estão menos envolvidas com a atividade criminosa "tradicional" e estão se tornando associadas a crimes de colarinho branco.

A estrutura e composição da Tríade Chinesa contava com três principais atores: o grande chefe, o "Cabeça de Dragão"; dois responsáveis pelo ritual de iniciação dos novatos, "Mestres de Incenso"; e os responsáveis pela pesquisa da vida dos novos integrantes, "Patrulheiros do Vento".

Assim como a Tríade Chinesa, a organização criminosa que operava em Santa Inês possui três principais nomes que atuavam ao lado das outras 16 pessoas físicas e jurídicas investigadas. O grande chefe é o prefeito Luís Felipe Oliveira de Carvalho. Ele contava com dois articuladores, Antônio Neto Magalhães e Samuel Martins.

Enquanto o prefeito utilizava sua influência política e seu poder decisório sobre a forma de utilização das verbas públicas municipais, os articuladores montavam procedimentos licitatórios fraudulentos, intermediavam com empresas e faziam o controle do repasse de propina.

Com precisa divisão de tarefas, os três juntos estavam à frente dos crimes de organização criminosa, fraude em licitação, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro ocorridos em Santa Inês. Dessa forma, assim como a Tríade Chinesa moderna que se associa para cometimento de crimes de colarinho branco, da mesma forma age a Tríade montada em Santa Inês.

Site: https://www.portaldoitaqui-bacanga.com.br/2023/05/gaeco-realiza-operacao-contra-desvio-de.html

URGENTE!! Justiça do Maranhão manda afastar prefeito de Santa Inês por desvio de R$ 55 milhões

Por Minuto Barra

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** realiza na manhã desta terça-feira, 30, a Operação Tríade. O objetivo é cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI).

A operação faz parte de procedimento investigatório que apura a existência de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como Felipe dos Pneus.

Publicidade

Os mandados, expedidos pela desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foram cumpridos com apoio da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil e do **Gaeco** Piauí. A desembargadora também determinou o afastamento de Felipe dos Pneus do cargo de prefeito de Santa Inês.

ENTENDA O CASO

A investigação teve início a partir do encaminhamento de provas compartilhadas pela Polícia Federal após a Operação Free Rider, realizada em abril de 2022. O material compartilhado demonstrou um esquema de montagem e direcionamento de licitações nas quais as empresas contratadas pelo Município de Santa Inês pagavam propina em benefício do prefeito e de pessoas ligadas a ele.

O aprofundamento das investigações pelo **Gaeco** permitiu a obtenção de provas que revelaram o envolvimento de várias pessoas físicas e jurídicas que atuavam em conjunto para desviar recursos públicos por meio da Prefeitura de Santa Inês, gerida por Felipe dos Pneus.

O esquema contava com a chefia do prefeito, com a atuação de dois articuladores, que montavam as licitações fraudulentas e controlavam o repasse de propina. Eles contavam com a colaboração de servidores comissionados ligados à Prefeitura, para garantir a aparência de licitude das contratações, bem como com empresas beneficiárias e intermediárias e seus respectivos sócios.

Juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado à manutenção das necessidades básicas da comunidade local. As fraudes envolviam contratos de fornecimento de medicamentos e materiais de saúde, de recuperação de estradas vicinais e de serviços de engenharia para a Prefeitura, entre outros.

TRÍADE

O nome Tríade refere-se a organizações criminosas tradicionais chinesas que, ao longo da história, se envolveram em uma variedade de crimes, desde fraude, extorsão e lavagem de dinheiro até tráfico e prostituição. Na contemporaneidade, as tríades chinesas estão menos envolvidas com a atividade criminosa "tradicional" e estão se tornando associadas a crimes de colarinho branco.

A estrutura e composição da Tríade Chinesa contava com três principais atores: o grande chefe, o "Cabeça de Dragão"; dois responsáveis pelo ritual de iniciação dos novatos, "Mestres de Incenso"; e os responsáveis pela pesquisa da vida dos novos integrantes, "Patrulheiros do Vento".

Assim como a Tríade Chinesa, a organização criminosa que operava em Santa Inês possui três principais nomes que atuavam ao lado das outras 16 pessoas físicas e jurídicas investigadas. O grande chefe é o prefeito Luís Felipe Oliveira de Carvalho. Ele contava com dois articuladores, Antônio Neto Magalhães e Samuel Martins.

Enquanto o prefeito utilizava sua influência política e seu poder decisório sobre a forma de utilização das verbas públicas municipais, os articuladores montavam procedimentos licitatórios fraudulentos, intermediavam com empresas e faziam o controle do

repasse de propina.

Com precisa divisão de tarefas, os três juntos estavam à frente dos crimes de organização criminosa, fraude em licitação, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro ocorridos em Santa Inês. Dessa forma, assim como a Tríade Chinesa moderna que se associa para cometimento de crimes de colarinho branco, da mesma forma age a Tríade montada em Santa Inês.

Site: https://minutobarra.com.br/noticias/urgente-justica-do-maranhao-manda-afastar-prefeito-de-santa-ines-por-desvio-de-r-55-milhoes/

GAECO/MPMA investigação aponta que Felipe dos Pneus teria desviado R$ 55 milhões dos cofres da Prefeitura de Santa Inês

SLZMA

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** realiza na manhã desta terça-feira, 30, a Operação Tríade. O objetivo é cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI).

A operação faz parte de procedimento investigatório que apura a existência de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como "Felipe dos Pneus".

Os mandados, expedidos pela desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foram cumpridos com apoio da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil e do **Gaeco** Piauí. A desembargadora também determinou o afastamento de "Felipe dos Pneus" do cargo de prefeito de Santa Inês.

ENTENDA O CASO - A investigação teve início a partir do encaminhamento de provas compartilhadas pela Polícia Federal após a Operação Free Rider, realizada em abril de 2022. O material compartilhado demonstrou um esquema de montagem e direcionamento de licitações nas quais as empresas contratadas pelo Município de Santa Inês pagavam propina em benefício do prefeito e de pessoas ligadas a ele.

O aprofundamento das investigações pelo **Gaeco** permitiu a obtenção de provas que revelaram o envolvimento de várias pessoas físicas e jurídicas que atuavam em conjunto para desviar recursos públicos por meio da Prefeitura de Santa Inês, gerida por "Felipe dos Pneus".

O esquema contava com a chefia do prefeito, com a atuação de dois articuladores, que montavam as licitações fraudulentas e controlavam o repasse de propina. Eles contavam com a colaboração de servidores comissionados ligados à Prefeitura, para garantir a aparência de licitude das contratações, bem como com empresas beneficiárias e intermediárias e seus respectivos sócios.

Juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado à manutenção das necessidades básicas da comunidade local. As fraudes envolviam contratos de fornecimento de medicamentos e materiais de saúde, de recuperação de estradas vicinais e de serviços de engenharia para a Prefeitura, entre outros.

TRÍADE - O nome Tríade refere-se a organizações criminosas tradicionais chinesas que, ao longo da história, se envolveram em uma variedade de crimes, desde fraude, extorsão e lavagem de dinheiro até tráfico e prostituição. Na contemporaneidade, as tríades chinesas estão menos envolvidas com a atividade criminosa "tradicional" e estão se tornando associadas a crimes de colarinho branco.

A estrutura e composição da Tríade Chinesa contava com três principais atores: o grande chefe, o "Cabeça de Dragão"; dois responsáveis pelo ritual de iniciação dos novatos, "Mestres de Incenso"; e os responsáveis pela pesquisa da vida dos novos integrantes, "Patrulheiros do Vento".

Assim como a Tríade Chinesa, a organização criminosa que operava em Santa Inês possui três principais nomes que atuavam ao lado das outras 16 pessoas físicas e jurídicas investigadas. O grande chefe é o prefeito Luís Felipe Oliveira de Carvalho. Ele contava com dois articuladores, Antônio Neto Magalhães e Samuel Martins.

Enquanto o prefeito utilizava sua influência política e seu poder decisório sobre a forma de utilização das verbas públicas municipais, os articuladores montavam procedimentos licitatórios fraudulentos,

intermediavam com empresas e faziam o controle do repasse de propina.

Com precisa divisão de tarefas, os três juntos estavam à frente dos crimes de organização criminosa, fraude em licitação, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro ocorridos em Santa Inês. Dessa forma, assim como a Tríade Chinesa moderna que se associa para cometimento de crimes de colarinho branco, da mesma forma age a Tríade montada em Santa Inês.

Site: https://slzma.com.br/gaeco-mpma-investigacao-aponta-que-felipe-dos-pneus-teria-desviado-r-55-milhoes-dos-cofres-da-prefeitura-de-santa-ines/

Prefeito de Santa Inês é alvo de operação por suspeita de desviar R$ 55 milhões

Com informações do MPMA

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** realizou, na manhã desta terça-feira, 30, a Operação Tríade. O objetivo é cumprir 19 mandados de busca e apreensão nas cidades de Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI).

De acordo com o **Ministério Público do Maranhão**, a operação faz parte de procedimento investigatório que apura a existência de uma suposta organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como "Felipe dos Pneus".

Os mandados, expedidos pela desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foram cumpridos com apoio da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil e do **Gaeco** Piauí. A desembargadora também determinou o afastamento de "Felipe dos Pneus" do cargo de prefeito de Santa Inês.

A investigação teve início a partir do encaminhamento de provas compartilhadas pela Polícia Federal após a Operação Free Rider, realizada em abril de 2022. O material compartilhado demonstrou um esquema de montagem e direcionamento de licitações nas quais as empresas contratadas pelo Município de Santa Inês pagavam propina em benefício do prefeito e de pessoas ligadas a ele.

O aprofundamento das investigações pelo **Gaeco**, conforme o **MPMA**, permitiu a obtenção de provas que revelaram o envolvimento de várias pessoas físicas e jurídicas que atuavam em conjunto para desviar recursos públicos por meio da Prefeitura de Santa Inês, gerida por "Felipe dos Pneus".

O esquema contava com a chefia do prefeito, com a atuação de dois articuladores, que montavam as licitações fraudulentas e controlavam o repasse de propina. Eles contavam com a colaboração de servidores comissionados ligados à Prefeitura, para garantir a aparência de licitude das contratações, bem como com empresas beneficiárias e intermediárias e seus respectivos sócios.

Juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado à manutenção das necessidades básicas da comunidade local. As fraudes envolviam contratos de fornecimento de medicamentos e materiais de saúde, de recuperação de estradas vicinais e de serviços de engenharia para a Prefeitura, entre outros.

TRÍADE

Segundo o **Ministério Público**, o nome Tríade refere-se a organizações criminosas tradicionais chinesas que, ao longo da história, se envolveram em uma variedade de crimes, desde fraude, extorsão e lavagem de dinheiro até tráfico e prostituição. Na contemporaneidade, as tríades chinesas estão menos envolvidas com a atividade criminosa "tradicional" e estão se tornando associadas a crimes de colarinho branco.

A estrutura e composição da Tríade Chinesa contava com três principais atores: o grande chefe, o "Cabeça de Dragão"; dois responsáveis pelo ritual de iniciação dos novatos, "Mestres de Incenso"; e os responsáveis pela pesquisa da vida dos novos integrantes, "Patrulheiros do Vento".

Assim como a Tríade Chinesa, a organização criminosa que operava em Santa Inês possui três principais nomes que atuavam ao lado das outras 16 pessoas físicas e jurídicas investigadas. O grande chefe é o prefeito Luís Felipe Oliveira de Carvalho. Ele contava com dois articuladores, Antônio Neto Magalhães e Samuel Martins.

Enquanto o prefeito utilizava sua influência política e seu poder decisório sobre a forma de utilização das verbas públicas municipais, os articuladores montavam procedimentos licitatórios fraudulentos, intermediavam com empresas e faziam o controle do repasse de propina.

Com precisa divisão de tarefas, os três juntos estavam à frente dos crimes de organização criminosa, fraude em licitação, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro ocorridos em Santa Inês. Dessa forma, assim como a Tríade Chinesa moderna que se associa para cometimento de crimes de colarinho branco, da

mesma forma age a Tríade montada em Santa Inês.

Site: https://jornalpequeno.com.br/2023/05/30/prefeito-de-santa-ines-e-alvo-de-operacao-por-suspeita-de-desviar-r-55-milhoes/

Felipe dos Pneus é novamente afastado do cargo por desvios de mais de 50 milhões em Santa Inês

Redação

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** realiza na manhã desta terça-feira, 30, a Operação Tríade. O objetivo é cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI).

A operação faz parte de procedimento investigatório que apura a existência de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como "Felipe dos Pneus". A Investigações apontam desvios de até R$ 55 milhões.

Os mandados, expedidos pela desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foram cumpridos com apoio da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil e do **Gaeco** Piauí.

A desembargadora também determinou o afastamento de "Felipe dos Pneus" do cargo de prefeito de Santa Inês.

ENTENDA O CASO

A investigação teve início a partir do encaminhamento de provas compartilhadas pela Polícia Federal após a Operação Free Rider, realizada em abril de 2022. O material compartilhado demonstrou um esquema de montagem e direcionamento de licitações nas quais as empresas contratadas pelo Município de Santa Inês pagavam propina em benefício do prefeito e de pessoas ligadas a ele.

O aprofundamento das investigações pelo **Gaeco** permitiu a obtenção de provas que revelaram o envolvimento de várias pessoas físicas e jurídicas que atuavam em conjunto para desviar recursos públicos por meio da Prefeitura de Santa Inês, gerida por "Felipe dos Pneus".

O esquema contava com a chefia do prefeito, com a atuação de dois articuladores, que montavam as licitações fraudulentas e controlavam o repasse de propina. Eles contavam com a colaboração de servidores comissionados ligados à Prefeitura, para garantir a aparência de licitude das contratações, bem como com empresas beneficiárias e intermediárias e seus respectivos sócios.

Juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado à manutenção das necessidades básicas da comunidade local. As fraudes envolviam contratos de fornecimento de medicamentos e materiais de saúde, de recuperação de estradas vicinais e de serviços de engenharia para a Prefeitura, entre outros.

TRÍADE

O nome Tríade refere-se a organizações criminosas tradicionais chinesas que, ao longo da história, se envolveram em uma variedade de crimes, desde fraude, extorsão e lavagem de dinheiro até tráfico e prostituição. Na contemporaneidade, as tríades chinesas estão menos envolvidas com a atividade criminosa "tradicional" e estão se tornando associadas a crimes de colarinho branco.

A estrutura e composição da Tríade Chinesa contava com três principais atores: o grande chefe, o "Cabeça de Dragão"; dois responsáveis pelo ritual de iniciação dos novatos, "Mestres de Incenso"; e os responsáveis pela pesquisa da vida dos novos integrantes, "Patrulheiros do Vento".

Assim como a Tríade Chinesa, a organização criminosa que operava em Santa Inês possui três principais nomes que atuavam ao lado das outras 16 pessoas físicas e jurídicas investigadas. O grande chefe é o prefeito Luís Felipe Oliveira de Carvalho. Ele contava com dois articuladores, Antônio Neto Magalhães e Samuel Martins.

Enquanto o prefeito utilizava sua influência política e seu poder decisório sobre a forma de utilização das verbas públicas municipais, os articuladores montavam procedimentos licitatórios fraudulentos,

intermediavam com empresas e faziam o controle do repasse de propina.

Com precisa divisão de tarefas, os três juntos estavam à frente dos crimes de organização criminosa, fraude em licitação, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro ocorridos em Santa Inês. Dessa forma, assim como a Tríade Chinesa moderna que se associa para cometimento de crimes de colarinho branco, da mesma forma age a Tríade montada em Santa Inês.

Site: https://enquantoissonomaranhao.com.br/felipe-dos-pneus-e-novamente-afastado-do-cargo-por-desvios-de-mais-de-50-milhoes-em-santa-ines/

Santa Inês: Operação do Gaeco afasta Felipe dos Pneus da Prefeitura

Da Redação

Investigações apontam desvios de até R$ 55 milhões; prefeito foi afastado do cargo pela Justiça

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** realiza na manhã desta terça-feira, 30, a Operação Tríade. O objetivo é cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI).

A operação faz parte de procedimento investigatório que apura a existência de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como "Felipe dos Pneus".

Os mandados, expedidos pela desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foram cumpridos com apoio da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil e do **Gaeco** Piauí. A desembargadora também determinou o afastamento de "Felipe dos Pneus" do cargo de prefeito de Santa Inês.

ENTENDA O CASO

A investigação teve início a partir do encaminhamento de provas compartilhadas pela Polícia Federal após a Operação Free Rider, realizada em abril de 2022. O material compartilhado demonstrou um esquema de montagem e direcionamento de licitações nas quais as empresas contratadas pelo Município de Santa Inês pagavam propina em benefício do prefeito e de pessoas ligadas a ele.

O aprofundamento das investigações pelo **Gaeco** permitiu a obtenção de provas que revelaram o envolvimento de várias pessoas físicas e jurídicas que atuavam em conjunto para desviar recursos públicos por meio da Prefeitura de Santa Inês, gerida por "Felipe dos Pneus".

O esquema contava com a chefia do prefeito, com a atuação de dois articuladores, que montavam as licitações fraudulentas e controlavam o repasse de propina. Eles contavam com a colaboração de servidores comissionados ligados à Prefeitura, para garantir a aparência de licitude das contratações, bem como com empresas beneficiárias e intermediárias e seus respectivos sócios.

Juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado à manutenção das necessidades básicas da comunidade local. As fraudes envolviam contratos de fornecimento de medicamentos e materiais de saúde, de recuperação de estradas vicinais e de serviços de engenharia para a Prefeitura, entre outros.

TRÍADE

O nome Tríade refere-se a organizações criminosas tradicionais chinesas que, ao longo da história, se envolveram em uma variedade de crimes, desde fraude, extorsão e lavagem de dinheiro até tráfico e prostituição. Na contemporaneidade, as tríades chinesas estão menos envolvidas com a atividade criminosa "tradicional" e estão se tornando associadas a crimes de colarinho branco.

A estrutura e composição da Tríade Chinesa contava com três principais atores: o grande chefe, o "Cabeça de Dragão"; dois responsáveis pelo ritual de iniciação dos novatos, "Mestres de Incenso"; e os responsáveis pela pesquisa da vida dos novos integrantes, "Patrulheiros do Vento".

Assim como a Tríade Chinesa, a organização criminosa que operava em Santa Inês possui três principais nomes que atuavam ao lado das outras 16 pessoas físicas e jurídicas investigadas. O grande chefe é o prefeito Luís Felipe Oliveira de Carvalho. Ele contava com dois articuladores, Antônio Neto Magalhães e Samuel Martins.

Enquanto o prefeito utilizava sua influência política e seu poder decisório sobre a forma de utilização das verbas públicas municipais, os articuladores montavam procedimentos licitatórios fraudulentos, intermediavam com empresas e faziam o controle do repasse de propina.

Com precisa divisão de tarefas, os três juntos estavam à frente dos crimes de organização criminosa, fraude em licitação, peculato, corrupção e lavagem de

dinheiro ocorridos em Santa Inês. Dessa forma, assim como a Tríade Chinesa moderna que se associa para cometimento de crimes de colarinho branco, da mesma forma age a Tríade montada em Santa Inês.

Site: https://acartapolitica.com.br/2023/05/30/santa-ines-operacao-do-gaeco-afasta-felipe-dos-pneus-da-prefeitura/

Prefeito de Santa Inês é alvo de operação por suspeita de desviar R$ 5 milhões

Com informações do MPMA

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** realizou, na manhã desta terça-feira, 30, a Operação Tríade. O objetivo é cumprir 19 mandados de busca e apreensão nas cidades de Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI).

De acordo com o **Ministério Público do Maranhão**, a operação faz parte de procedimento investigatório que apura a existência de uma suposta organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como "Felipe dos Pneus".

Os mandados, expedidos pela desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foram cumpridos com apoio da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil e do **Gaeco** Piauí. A desembargadora também determinou o afastamento de "Felipe dos Pneus" do cargo de prefeito de Santa Inês.

A investigação teve início a partir do encaminhamento de provas compartilhadas pela Polícia Federal após a Operação Free Rider, realizada em abril de 2022. O material compartilhado demonstrou um esquema de montagem e direcionamento de licitações nas quais as empresas contratadas pelo Município de Santa Inês pagavam propina em benefício do prefeito e de pessoas ligadas a ele.

O aprofundamento das investigações pelo **Gaeco**, conforme o **MPMA**, permitiu a obtenção de provas que revelaram o envolvimento de várias pessoas físicas e jurídicas que atuavam em conjunto para desviar recursos públicos por meio da Prefeitura de Santa Inês, gerida por "Felipe dos Pneus".

O esquema contava com a chefia do prefeito, com a atuação de dois articuladores, que montavam as licitações fraudulentas e controlavam o repasse de propina. Eles contavam com a colaboração de servidores comissionados ligados à Prefeitura, para garantir a aparência de licitude das contratações, bem como com empresas beneficiárias e intermediárias e seus respectivos sócios.

Juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado à manutenção das necessidades básicas da comunidade local. As fraudes envolviam contratos de fornecimento de medicamentos e materiais de saúde, de recuperação de estradas vicinais e de serviços de engenharia para a Prefeitura, entre outros.

TRÍADE

Segundo o **Ministério Público**, o nome Tríade refere-se a organizações criminosas tradicionais chinesas que, ao longo da história, se envolveram em uma variedade de crimes, desde fraude, extorsão e lavagem de dinheiro até tráfico e prostituição. Na contemporaneidade, as tríades chinesas estão menos envolvidas com a atividade criminosa "tradicional" e estão se tornando associadas a crimes de colarinho branco.

A estrutura e composição da Tríade Chinesa contava com três principais atores: o grande chefe, o "Cabeça de Dragão"; dois responsáveis pelo ritual de iniciação dos novatos, "Mestres de Incenso"; e os responsáveis pela pesquisa da vida dos novos integrantes, "Patrulheiros do Vento".

Assim como a Tríade Chinesa, a organização criminosa que operava em Santa Inês possui três principais nomes que atuavam ao lado das outras 16 pessoas físicas e jurídicas investigadas. O grande chefe é o prefeito Luís Felipe Oliveira de Carvalho. Ele contava com dois articuladores, Antônio Neto Magalhães e Samuel Martins.

Enquanto o prefeito utilizava sua influência política e seu poder decisório sobre a forma de utilização das verbas públicas municipais, os articuladores montavam procedimentos licitatórios fraudulentos, intermediavam com empresas e faziam o controle do repasse de propina.

Com precisa divisão de tarefas, os três juntos estavam à frente dos crimes de organização criminosa, fraude em licitação, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro ocorridos em Santa Inês. Dessa forma, assim como a Tríade Chinesa moderna que se associa para cometimento de crimes de colarinho branco, da

mesma forma age a Tríade montada em Santa Inês.

Site: https://jornalpequeno.com.br/2023/05/30/prefeito-de-santa-ines-e-alvo-de-operacao-por-suspeita-de-desviar-r-5-milhoes/

Prefeito de Santa Inês é afastado suspeito de desviar R$ 55 milhões

Da Redação*

Foi realizado, na manhã desta terça-feira (30), a Operação Tríade. O objetivo é cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI).

A operação faz parte de procedimento investigatório que apura a existência de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como "Felipe dos Pneus".

Os mandados, expedidos pela desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foram cumpridos pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** com apoio da PRF, da PC-MA e do **Gaeco** Piauí. A desembargadora também determinou o afastamento de "Felipe dos Pneus" do cargo de prefeito de Santa Inês.

A investigação teve início a partir do encaminhamento de provas compartilhadas pela Polícia Federal após a Operação Free Rider, realizada em abril de 2022. O material compartilhado demonstrou um esquema de montagem e direcionamento de licitações nas quais as empresas contratadas pelo município de Santa Inês pagavam propina para o prefeito e pessoas ligadas a ele.

O aprofundamento das investigações pelo **Gaeco** permitiu a obtenção de provas que revelaram o envolvimento de várias pessoas físicas e jurídicas que atuavam em conjunto para desviar recursos públicos por meio da Prefeitura de Santa Inês, gerida por "Felipe dos Pneus".

Juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado à manutenção das necessidades básicas da comunidade local. As fraudes envolviam contratos de fornecimento de medicamentos e materiais de saúde, de recuperação de estradas vicinais e de serviços de engenharia para a Prefeitura, entre outros.

O esquema contava com a chefia do prefeito, com a atuação de dois articuladores, que montavam as licitações fraudulentas e controlavam o repasse de propina. Eles contavam com a colaboração de servidores comissionados ligados à Prefeitura, para garantir a aparência de licitude das contratações, bem como com empresas beneficiárias e intermediárias e seus respectivos sócios.

Assim como a Tríade Chinesa, a organização criminosa que operava em Santa Inês possui três principais nomes que atuavam ao lado das outras 16 pessoas físicas e jurídicas investigadas. O grande chefe é o prefeito Luís Felipe Oliveira de Carvalho. Ele contava com dois articuladores, Antônio Neto Magalhães e Samuel Martins.

Enquanto o prefeito utilizava sua influência política e seu poder decisório sobre a forma de utilização das verbas públicas municipais, os articuladores montavam procedimentos licitatórios fraudulentos, intermediavam com empresas e faziam o controle do repasse de propina.

Com precisa divisão de tarefas, os três juntos estavam à frente dos crimes de organização criminosa, fraude em licitação, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro ocorridos em Santa Inês. Dessa forma, assim como a Tríade Chinesa moderna que se associa para cometimento de crimes de colarinho branco, da mesma forma age a Tríade montada em Santa Inês.

* Com informações do **Ministério Público do Maranhão**

Siga nossas redes, comente e compartilhe nossos conteúdos:

Envie sua denúncia , vídeo , foto ou sugestão :

Whatsapp da Redação: (98) 99144-5641

Site: https://oimparcial.com.br/policia/2023/05/prefeito-de-santa-ines-e-afastado-suspeito-de-desviar-r-55-milhoes/

Gaeco realiza operação contra desvio de recursos da Prefeitura de Santa Inês e prefeito é afastado do cargo

Aquiles Emir

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** realiza na manhã desta terça-feira, 30, a Operação Tríade. O objetivo é cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI).

A operação faz parte de procedimento investigatório que apura a existência de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como "Felipe dos Pneus".

Os mandados, expedidos pela desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foram cumpridos com apoio da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil e do **Gaeco** Piauí. A desembargadora também determinou o afastamento de "Felipe dos Pneus" do cargo de prefeito de Santa Inês.

Entenda o caso - A investigação teve início a partir do encaminhamento de provas compartilhadas pela Polícia Federal após a Operação Free Rider, realizada em abril de 2022. O material compartilhado demonstrou um esquema de montagem e direcionamento de licitações nas quais as empresas contratadas pelo Município de Santa Inês pagavam propina em benefício do prefeito e de pessoas ligadas a ele.

O aprofundamento das investigações pelo **Gaeco** permitiu a obtenção de provas que revelaram o envolvimento de várias pessoas físicas e jurídicas que atuavam em conjunto para desviar recursos públicos por meio da Prefeitura de Santa Inês, gerida por "Felipe dos Pneus".

O esquema contava com a chefia do prefeito, com a atuação de dois articuladores, que montavam as licitações fraudulentas e controlavam o repasse de propina. Eles contavam com a colaboração de servidores comissionados ligados à Prefeitura, para garantir a aparência de licitude das contratações, bem como com empresas beneficiárias e intermediárias e seus respectivos sócios.

Juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado à manutenção das necessidades básicas da comunidade local. As fraudes envolviam contratos de fornecimento de medicamentos e materiais de saúde, de recuperação de estradas vicinais e de serviços de engenharia para a Prefeitura, entre outros.

Triade - O nome Tríade refere-se a organizações criminosas tradicionais chinesas que, ao longo da história, se envolveram em uma variedade de crimes, desde fraude, extorsão e lavagem de dinheiro até tráfico e prostituição. Na contemporaneidade, as tríades chinesas estão menos envolvidas com a atividade criminosa "tradicional" e estão se tornando associadas a crimes de colarinho branco.

A estrutura e composição da Tríade Chinesa contava com três principais atores: o grande chefe, o "Cabeça de Dragão"; dois responsáveis pelo ritual de iniciação dos novatos, "Mestres de Incenso"; e os responsáveis pela pesquisa da vida dos novos integrantes, "Patrulheiros do Vento".

Assim como a Tríade Chinesa, a organização criminosa que operava em Santa Inês possui três principais nomes que atuavam ao lado das outras 16 pessoas físicas e jurídicas investigadas. O grande chefe é o prefeito Luís Felipe Oliveira de Carvalho. Ele contava com dois articuladores, Antônio Neto Magalhães e Samuel Martins.

Enquanto o prefeito utilizava sua influência política e seu poder decisório sobre a forma de utilização das verbas públicas municipais, os articuladores montavam procedimentos licitatórios fraudulentos, intermediavam com empresas e faziam o controle do repasse de propina.

Com precisa divisão de tarefas, os três juntos estavam à frente dos crimes de organização criminosa, fraude em licitação, peculato, corrupção e lavagem de

dinheiro ocorridos em Santa Inês. Dessa forma, assim como a Tríade Chinesa moderna que se associa para cometimento de crimes de colarinho branco, da mesma forma age a Tríade montada em Santa Inês.

Site: https://maranhaohoje.com/destaque/gaeco-realiza-operacao-contra-desvio-de-recursos-da-prefeitura-de-santa-ines-e-prefeito-e-afastado/

Gaeco realiza operação contra desvio de recursos da prefeitura de Santa Inês

Equipe MV

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** realiza na manhã desta terça-feira, 30, a Operação Tríade. O objetivo é cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI).

A operação faz parte de procedimento investigatório que apura a existência de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como "Felipe dos Pneus".

Os mandados, expedidos pela desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foram cumpridos com apoio da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil e do **Gaeco** Piauí. A desembargadora também determinou o afastamento de "Felipe dos Pneus" do cargo de prefeito de Santa Inês.

ENTENDA O CASO

A investigação teve início a partir do encaminhamento de provas compartilhadas pela Polícia Federal após a Operação Free Rider, realizada em abril de 2022. O material compartilhado demonstrou um esquema de montagem e direcionamento de licitações nas quais as empresas contratadas pelo Município de Santa Inês pagavam propina em benefício do prefeito e de pessoas ligadas a ele.

O aprofundamento das investigações pelo **Gaeco** permitiu a obtenção de provas que revelaram o envolvimento de várias pessoas físicas e jurídicas que atuavam em conjunto para desviar recursos públicos por meio da Prefeitura de Santa Inês, gerida por "Felipe dos Pneus".

O esquema contava com a chefia do prefeito, com a atuação de dois articuladores, que montavam as licitações fraudulentas e controlavam o repasse de propina. Eles contavam com a colaboração de servidores comissionados ligados à Prefeitura, para garantir a aparência de licitude das contratações, bem como com empresas beneficiárias e intermediárias e seus respectivos sócios.

Juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado à manutenção das necessidades básicas da comunidade local. As fraudes envolviam contratos de fornecimento de medicamentos e materiais de saúde, de recuperação de estradas vicinais e de serviços de engenharia para a Prefeitura, entre outros.

TRÍADE

O nome Tríade refere-se a organizações criminosas tradicionais chinesas que, ao longo da história, se envolveram em uma variedade de crimes, desde fraude, extorsão e lavagem de dinheiro até tráfico e prostituição. Na contemporaneidade, as tríades chinesas estão menos envolvidas com a atividade criminosa "tradicional" e estão se tornando associadas a crimes de colarinho branco.

A estrutura e composição da Tríade Chinesa contava com três principais atores: o grande chefe, o "Cabeça de Dragão"; dois responsáveis pelo ritual de iniciação dos novatos, "Mestres de Incenso"; e os responsáveis pela pesquisa da vida dos novos integrantes, "Patrulheiros do Vento".

Assim como a Tríade Chinesa, a organização criminosa que operava em Santa Inês possui três principais nomes que atuavam ao lado das outras 16 pessoas físicas e jurídicas investigadas. O grande chefe é o prefeito Luís Felipe Oliveira de Carvalho. Ele contava com dois articuladores, Antônio Neto Magalhães e Samuel Martins.

Enquanto o prefeito utilizava sua influência política e seu poder decisório sobre a forma de utilização das verbas públicas municipais, os articuladores montavam procedimentos licitatórios fraudulentos, intermediavam com empresas e faziam o controle do repasse de propina.

Com precisa divisão de tarefas, os três juntos estavam à frente dos crimes de organização criminosa, fraude em licitação, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro ocorridos em Santa Inês. Dessa forma, assim como a Tríade Chinesa moderna que se associa para cometimento de crimes de colarinho branco, da

mesma forma age a Tríade montada em Santa Inês.

Site: https://maranhaodeverdade.com.br/gaeco-realiza-operacao-contra-desvio-de-recursos-da-prefeitura-de-santa-ines/

Gaeco realiza operação contra desvio de recursos da Prefeitura de Santa Inês

omaranhense

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** realiza na manhã desta terça-feira, 30, a Operação Tríade. O objetivo é cumprir 19 mandados de busca e apreensão em Santa Inês, São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Pinheiro, Codó, Davinópolis, Governador Newton Belo e Teresina (PI).

A operação faz parte de procedimento investigatório que apura a existência de uma organização criminosa que pratica fraudes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, envolvendo o prefeito de Santa Inês, Luís Felipe Oliveira de Carvalho, conhecido como "Felipe dos Pneus".

Os mandados, expedidos pela desembargadora relatora da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foram cumpridos com apoio da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil e do **Gaeco** Piauí. A desembargadora também determinou o afastamento de "Felipe dos Pneus" do cargo de prefeito de Santa Inês.

ENTENDA O CASO

A investigação teve início a partir do encaminhamento de provas compartilhadas pela Polícia Federal após a Operação Free Rider, realizada em abril de 2022. O material compartilhado demonstrou um esquema de montagem e direcionamento de licitações nas quais as empresas contratadas pelo Município de Santa Inês pagavam propina em benefício do prefeito e de pessoas ligadas a ele.

O aprofundamento das investigações pelo **Gaeco** permitiu a obtenção de provas que revelaram o envolvimento de várias pessoas físicas e jurídicas que atuavam em conjunto para desviar recursos públicos por meio da Prefeitura de Santa Inês, gerida por "Felipe dos Pneus".

O esquema contava com a chefia do prefeito, com a atuação de dois articuladores, que montavam as licitações fraudulentas e controlavam o repasse de propina. Eles contavam com a colaboração de servidores comissionados ligados à Prefeitura, para garantir a aparência de licitude das contratações, bem como com empresas beneficiárias e intermediárias e seus respectivos sócios.

Juntos, os investigados desviaram cerca de R$ 55 milhões do dinheiro público que deveria ter sido destinado à manutenção das necessidades básicas da comunidade local. As fraudes envolviam contratos de fornecimento de medicamentos e materiais de saúde, de recuperação de estradas vicinais e de serviços de engenharia para a Prefeitura, entre outros.

TRÍADE

O nome Tríade refere-se a organizações criminosas tradicionais chinesas que, ao longo da história, se envolveram em uma variedade de crimes, desde fraude, extorsão e lavagem de dinheiro até tráfico e prostituição. Na contemporaneidade, as tríades chinesas estão menos envolvidas com a atividade criminosa "tradicional" e estão se tornando associadas a crimes de colarinho branco.

A estrutura e composição da Tríade Chinesa contava com três principais atores: o grande chefe, o "Cabeça de Dragão"; dois responsáveis pelo ritual de iniciação dos novatos, "Mestres de Incenso"; e os responsáveis pela pesquisa da vida dos novos integrantes, "Patrulheiros do Vento".

Assim como a Tríade Chinesa, a organização criminosa que operava em Santa Inês possui três principais nomes que atuavam ao lado das outras 16 pessoas físicas e jurídicas investigadas. O grande chefe é o prefeito Luís Felipe Oliveira de Carvalho. Ele contava com dois articuladores, Antônio Neto Magalhães e Samuel Martins.

Enquanto o prefeito utilizava sua influência política e seu poder decisório sobre a forma de utilização das verbas públicas municipais, os articuladores montavam procedimentos licitatórios fraudulentos, intermediavam com empresas e faziam o controle do repasse de propina.

Com precisa divisão de tarefas, os três juntos estavam à frente dos crimes de organização criminosa, fraude em licitação, peculato, corrupção e lavagem de dinheiro ocorridos em Santa Inês. Dessa forma, assim como a Tríade Chinesa moderna que se associa para cometimento de crimes de colarinho branco, da

mesma forma age a Tríade montada em Santa Inês.

Fonte:**MPMA**

Site: https://omaranhense.com/gaeco-realiza-operacao-contra-desvio-de-recursos-da-prefeitura-de-santa-ines/

Advogado aponta supostas fraudes na comprovação de tempo de advocacia de Flávio Costa

Redação

Em requerimento dirigido ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, desembargador Paulo Velten, o advogado Gustavo Carvalho afirma categoricamente que Flávio Vinícius Araújo Costa não preenche o requisito do art. 94. da Constituição Federal para concorrer a vaga de desembargador pelo Quinto Constitucional.

De acordo com o preceito, a vaga de Quinto Constitucional será preenchida por advogado que comprove prática profissional de mais de dez anos, requisito que excluiria Flávio Costa até mesmo da lista tríplice a ser encaminhada pelo Judiciário ao governador Carlos Brandão.

Segundo o advogado requerente, na defesa dos princípios da legalidade, ele defende uma análise minuciosa sobre o tema, com base na Lei Orgânica da Magistratura, Código de Divisão e Organização Judiciária do Maranhão e o Regimento Interno do TEMA para refutar a inclusão do advogado na lista como ato atentatório à moralidade administrativa.

Na enumeração dos fatos, conforme Gustavo Carvalho, o requerimento alude a uma tentativa de contagem fictícia da atividade profissional por parte do advogado Flávio Costa, fazendo o cálculo de 13 dias como se fosse de um ano, compreendendo o período de 12 a 31 de dezembro de 2008. A estratégia supostamente se repete em dois períodos em anos subsequentes.

Além da análise minuciosa, o requerente Gustavo Carvalho solicita que seja reconhecida a impossibilidade da candidatura do advogado Flávio Costa, e consequentemente sua exclusão da lista tríplice.

Toda a documentação levantada na argumentação do advogado está sendo enviada ao Conselho Nacional de Justiça, que informa que recorrerá ao **Ministério Público do Estado do Maranhão** para este atue como fiscal.

Site: https://jornalpequeno.com.br/2023/05/30/advogado-

aponta-supostas-fraudes-na-comprovacao-de-tempo-de-advocacia-de-flavio-costa/

Justiça obriga Prefeitura de São Luís a garantir melhores condições de trabalho a cuidadores escolares

Redação / O Informante

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, determinou que a Prefeitura de São Luís adote providências no sentido de garantir melhores condições de trabalho aos cuidadores escolares que trabalham na rede municipal de ensino da capital.

A 2ª **Promotoria de Justiça** Especializada na Defesa da Educação de São Luís ingressou com Ação Civil Pública contra o Município de São Luís, na qual cobra melhores condições de trabalho para os cuidadores escolares. Estes profissionais são os responsáveis por dar assistência e prestar auxílio aos estudantes com necessidades especiais na rede de ensino.

Entre os problemas enfrentados por eles estão a falta de equipamentos de proteção individual (EPIs), insuficiência de profissionais e excesso de trabalho, muitas vezes superando as 40 horas semanais previstas.

Atualmente, há cerca de 130 cuidadores para atender a toda a demanda das escolas municipais de São Luís. Eles são remanescentes do último concurso público no qual foram chamados 450 profissionais.

Muitos deles pediram exoneração devido aos baixos salários (atualmente R$ 1.112,09) e às péssimas condições de trabalho.

De acordo com a apuração do **Ministério Público do Maranhão**, foram relatados casos em que profissionais chegam a cuidar de 60 crianças. Atualmente, há três mil estudantes com deficiência nas escolas municipais.

Site: https://jornalpequeno.com.br/2023/05/30/justica-obriga-prefeitura-de-sao-luis-a-garantir-melhores-condicoes-de-trabalho-a-cuidadores-escolares/

Após denúncia, Ministério Público acompanhará a aplicação dos recursos do FUNDEB em Codó

Jeferson Abreu

O **Ministério Público do Maranhão** abriu nesta quinta-feira (25) um procedimento administrativo para acompanhar e resguardar a correta aplicação dos recursos financeiros provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), destinados ao município de Codó.

Conforme portaria de instauração, o **MPMA** considerou a representação protocolada por 05 (cinco) vereadores de Codó, noticiando supostas irregularidades na aplicação dos recursos financeiros do FUNDEB pelo poder executivo municipal.

Segundo informações obtidas pelo Diário Codoense, foram alegadas irregularidades no pagamento dos precatórios dos profissionais de ensino, bem como na realização de alguns contratos firmados pela Secretaria Municipal de Educação (SEMECTI) .

Diante do exposto, a titular da 3ª **Promotoria de Justiça** de Codó, promotora Valéria Chaib Amorim de Carvalho, determinou a expedição de ofício à secretária municipal de educação, Barbara Lethicya Silva Sousa, a fim de prestar informações sobre os fatos noticiados na representação.

FONTE: DIÁRIO CODOENSE

Site: https://www.codonoticias.com.br/2023/05/apos-denuncia-ministerio-publico-acompanhara-a-aplicacao-dos-recursos-do-fundeb-em-codo/

Judiciário realiza primeiro casamento comunitário de Ribamar Fiquene

omaranhense

Foi realizado o primeiro casamento comunitário da cidade de Ribamar Fiquene, na última sexta-feira, 26 de maio, às 10 horas, na sede da Prefeitura Municipal, com a participação de 47 casais - dois deles do mesmo sexo, .

A cerimônia foi realizada pelo Poder Judiciário de Montes Altos (sede da comarca), pelo projeto "Casamentos Comunitários", que proporciona a gratuidade do registro civil para casais de baixa renda da comunidade, que já vivem em união informal e desejam oficializar a convivência ou iniciam a união a partir da cerimônia.

O projeto foi realizado por meio de parceria institucional entre o Poder Judiciário de Montes Altos e o cartório, representado pela registradora Ana Grécia A. R. Fontanela, que providenciou a habilitação dos noivos e noivas para a cerimônia.

VAGAS PARA COMUNIDADE LGBTQIAP+

A solenidade foi presidida pela juíza Myllenne S. C. Calheiros de Melo Moreira, titular da Vara Única da Comarca de Montes Altos, que coordenou a edição do projeto. A juíza de paz Maria do Socorro C. Sousa, auxiliou na celebração das uniões.

A cerimônia contou com a presença do vice-prefeito, Eduardo Jorge; do presidente da Câmara, Julio Cesar; do **promotor de Justiça** José Artur Del Toso Júnior e da registradora Ana Grécia Almeida Rizzo Fontanela, titular do cartório.

O casamento de Ribamar Fiquene foi aberto à participação de casais da comunidade LGBTQIAP+. Dentre os casais, as noivas Natielle de Kassia S. S. Mendes e Talita da Silva Santana oficializaram a união.

Site: https://omaranhense.com/judiciario-realiza-primeiro-casamento-comunitario-de-ribamar-fiquene/

MP instaura Procedimento Administrativo com o objetivo de apurar possíveis maus tratos por parte de agente penal na Unidade Prisional de Ressocialização de Santa Inês

Confira a íntegra da Portaria:

SANTA INÊS PORTARIA-2ªPJSI - 12023 Código de validação: 2D9F584881 PORTARIA Nº 01/2023 - 2ª PJSI Objeto: Conversão da Notícia de Fato (SIMP - 002265-267/2022), em Procedimento Administrativo. O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO**, por seu representante signatário, no desempenho de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; no artigo 26, inciso I da Lei n.º 8.625/93 - Lei Orgânica do **Ministério Público**; e no art. 26, incisos IV e V, da Lei Complementar n.º 13/91 - Lei Orgânica do **Ministério Público do Maranhão**: CONSIDERANDO a Notícia de Fato contendo representação da Defensoria Pública acerca de conduta incompatível com a administração pública; CONSIDERANDO que incumbe ao **Ministério Público** à proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, a execução penal e de outros interesses difusos e coletivos, através das medidas judiciais e extrajudiciais necessárias; CONSIDERANDO a necessidade de maiores informações acerca dos fatos narrados na vistoria e o esgotamento do prazo de conclusão da notícia de fato; CONSIDERANDO, por fim, o conteúdo do Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014 - GPGJ/CGMP, art. 5º, IV e parágrafo único, a Resolução nº 02/2014, do **Colégio de Procuradores** de Justiça do Estado do Maranhão, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do **Ministério Público**, da Lei nº 7.347/85, da Lei Complementar nº 13/91 e demais dispositivos legais pertinentes;

RESOLVO: CONVERTER a presente NOTÍCIA DE FATO (SIMP - 002265-267/2022), em Procedimento Administrativo, com o objetivo de apurar possíveis irregularidades nos atos descritos na inicial; DESIGNO, como Secretário, para auxiliar na instrução deste Procedimento Administrativo, o servidor Markellyson Silva de Melo; DETERMINO, de imediato, que se proceda à autuação desta Portaria, bem como ao registro no Sistema Simplificado do **Ministério Público** - SIMP; DETERMINO o envio de cópias: a) ao Conselho Superior do **Ministério Público**, para ciência, solicitando a publicação desta Portaria nos órgãos de imprensa local; b) à Biblioteca da Procuradoria-Geral de Justiça, para que seja encaminhada à publicação no Diário Oficial. Como primeiras diligências, DETERMINO: 1. Oficie-se o Diretor da Unidade Prisional de Ressocialização de Santa Inês requisitando, no prazo de vinte dias, a existência de procedimentos instaurados ou informações de maus tratos perpetrados pelo agente penal Jairo Borges de Assis (matrícula 862669- 1), assim como se houveram pedidos, por parte dos presos, para não trabalharem na faxina no período de plantão do referido servidor; Autue-se. Registre-se. Publique-se e cumpra-se. Santa Inês/MA, data do sistema. assinado eletronicamente em 22/05/2023 às 14:38 h (*)

LEONARDO SANTANA MODESTO

PROMOTOR DE JUSTIÇA

Site:
http://www.agorasantaines.com.br/index.php?topicos=nav/single&topico=23806

Judiciário realiza primeiro casamento comunitário de Ribamar Fiquene

Foi realizado o primeiro casamento comunitário da cidade de Ribamar Fiquene, na última sexta-feira, 26 de maio, às 10 horas, na sede da Prefeitura Municipal, com a participação de 47 casais - dois deles do mesmo sexo, .

A cerimônia foi realizada pelo Poder Judiciário de Montes Altos (sede da comarca), pelo projeto "Casamentos Comunitários", que proporciona a gratuidade do registro civil para casais de baixa renda da comunidade, que já vivem em união informal e desejam oficializar a convivência ou iniciam a união a partir da cerimônia.

O projeto foi realizado por meio de parceria institucional entre o Poder Judiciário de Montes Altos e o cartório, representado pela registradora Ana Grécia A. R. Fontanela, que providenciou a habilitação dos noivos e noivas para a cerimônia.

VAGAS PARA COMUNIDADE LGBTQIAP+

A solenidade foi presidida pela juíza Myllenne S. C. Calheiros de Melo Moreira, titular da Vara Única da Comarca de Montes Altos, que coordenou a edição do projeto. A juíza de paz Maria do Socorro C. Sousa, auxiliou na celebração das uniões.

A cerimônia contou com a presença do vice-prefeito, Eduardo Jorge; do presidente da Câmara, Julio Cesar; do **promotor de Justiça** José Artur Del Toso Júnior e da registradora Ana Grécia Almeida Rizzo Fontanela, titular do cartório.

O casamento de Ribamar Fiquene foi aberto à participação de casais da comunidade LGBTQIAP+. Dentre os casais, as noivas Natielle de Kassia S. S. Mendes e Talita da Silva Santana oficializaram a união.

Site: https://oprogressonet.com/noticia/31644/judiciario-realiza-primeiro-casamento-comunitario-de-ribamar-fiquene

Patrulha do Silêncio interdita casa de show clandestina em São Luís

A Patrulha do Silêncio, grupo interinstitucional formado para combater a poluição sonora, iniciou suas atividades no último sábado, 26, e interditou, no bairro do Calhau, em São Luís, uma casa de shows que funcionava clandestinamente. Os integrantes da equipe também fiscalizaram algumas lojas de conveniência.

A operação foi acompanhada pelo **promotor de justiça** Cláudio Guimarães (Controle Externo da Atividade Policial), pelo comandante-geral da Polícia Militar do Maranhão, coronel Paulo Fernando Moura Queiroz, pelo tenente-coronel Patrício Daniel Penha, diretor de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros, além de equipes de policiais militares e integrantes do Corpo de Bombeiros Militar.

A necessidade de ações conjuntas de combate à poluição sonora, por meio de um grupo interinstitucional, foi discutida em uma reunião realizada no dia 12 de maio, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, com membros do **Ministério Público do Maranhão** e com representantes do sistema de segurança pública estadual.

O compromisso de atuar, de forma conjunta, foi acertado pelo **procurador-geral** de justiça, **Eduardo Nicolau**; pela corregedora-geral do **MPMA**, Themis Pacheco de Carvalho; pelo **promotor de justiça** Cláudio Guimarães; pelo secretário de Estado de Segurança Pública, Maurício Ribeiro Martins; o então subcomandante-geral da PM, coronel Aritanã Lisboa; o delegado-geral da Polícia Civil, Jair Paiva; e pelo corregedor-geral do Sistema de Segurança Pública, Nordman Ribeiro.

Compõem a Patrulha do Silêncio, na Comarca de São Luís, o **MPMA**, Polícia Civil, Polícia Militar, Instituto de Criminalística (Icrim), Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Semmam) e Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT).

"Estamos atuando de forma conjunta para combater a poluição sonora e evitar que locais não autorizados e não licenciados sejam fonte de barulho", explicou Cláudio Guimarães.

Site: https://oprogressonet.com/noticia/31643/patrulha-do-silencio-interdita-casa-de-show-clandestina-em-sao-luis

Prefeitura deve retirar construções irregulares na Praça 1, na Cidade Operária

João Ricardo, Gilberto Leda, Wlívio Ricardo, Alessandra Rodrigues

O Judiciário determinou ao Município de São Luís retirar, em um ano, todas as ocupações e edificações erguidas na área institucional da "Cidade Operária", situadas próximas a UEB Tancredo Neves, e demolir toda e qualquer construção ou edificação já existente na área conhecida como "Praça nº 01", com 10.617,82m². No prazo de um ano, o Município deverá reparar os danos causados à ordem urbanística com a demolição de todas as edificações existentes na área institucional do loteamento "Cidade Operária", restaurar e manter conforme o loteamento aprovado, preservando a área livre e desembaraçada para o uso público e impedindo qualquer ocupação. Em seis meses, o Município também deverá cadastrar e realocar as famílias residentes na área, incluindo, caso necessário, o custeio de aluguel social ou outra forma de auxílio mensal. As medidas foram determinadas pelo juiz Douglas de Melo Martins (Vara de Interesses Difusos e Coletivos), no julgamento da Ação Civil Pública proposta pelo **Ministério Público** contra o Município de São Luís. Segundo informações do processo, o loteamento foi aprovado pelo Município de São Luís contendo áreas institucionais e áreas verdes, mas conforme Parecer Técnico, parte dessa área está ilegalmente ocupada, por uma Igreja Assembleia de Deus, lava-jato, três casas, um terreno vazio e antena de telefonia móvel. Para o **Ministério Público**, é obrigação do Município de São Luís reaver essas áreas daqueles que as ocupam restaurando a boa gestão dos bens de uso comum do povo, preservando sua destinação legal e constitucional. Tags: **Ministério Público**, nota, prefeitura, retirar, construções irregulares.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/29/RDIOMIRANTEAM600SOLUSMA-18.39.49-18.50.19-1685399768.mp3

Ministério Público investiga situação de alunos que assistem aula em Posto de Saúde em Capinzal do Norte

Matias Marinho, Pedro de Almeida

Escola João Paulo II, localizada no Povoado Espírito Santo, zona rural do município, estaria funcionando em um posto de saúde na mesma comunidade. De acordo com a reportagem, a unidade escolar está fechada há quatro meses devido a rachaduras, o que tem levado os alunos a compartilharem o espaço com os pacientes do Posto de Saúde da Comunidade Espírito Santo. Essa situação expõe os estudantes a riscos infecciosos, uma vez que a proximidade entre os alunos e os pacientes facilita a dispersão de microrganismos. Tags: **MPMA**, investiga, situação, alunos.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/29/RDIOMAISFM999SOLUSMA-18.37.04-18.37.31-1685407210.mp3

Corpo de Bombeiros interdita casa de festa clandestina em São Luís

Jauber Pereira

Quatro locais que promoviam festas de forma irregular passaram por inspeção, na noite de sábado (27), durante operação realizada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA), em conjunto com Polícia Militar do Maranhão (PMMA) e o **Ministério Público** Estadual do Maranhão (MPE-MA). Os espaços funcionavam nos bairros do Calhau, Barramar e Cohama, em São Luís (MA). Um desses estabelecimentos, localizado no bairro Calhau, foi interditado durante as fiscalizações. Na ocasião, foi constatado que o local não tinha as devidas licenças e autorização para realizar festas do tipo "rave", que ocorriam ali nos finais de semana de forma clandestina. Os demais estabelecimentos vistoriados receberam orientação técnica do Corpo de Bombeiros, visto que se tratam de lojas de conveniência de postos de combustíveis, que não possuem autorização para realizar eventos como festas. Durante a ação ninguém foi preso pelas autoridades policiais, mas foram aplicadas medidas administrativas previstas na legislação de segurança contra incêndio e pânico. Tags: **MPMA**, Corpo de Bombeiros, fiscalização.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/29/RDIONOVAFM1025BALSASMA-18.13.06-18.13.52-1685404065.mp3

Juiz José Américo Abreu titular da 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís falando de adoção de crianças e adolescentes

Juraci Filho

Tags: 1ª Vara, Infância e Juventude, adoção.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/29/RDIOMIRANTEAM600SOLUSMA-15.37.47-16.15.14-1685388548.mp3

Governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, conheceu políticas penitenciárias desenvolvidas no Maranhão

REDAÇÃO PBN

O **procurador-geral** de justiça, **Eduardo Nicolau**, e o subprocurador-geral de justiça para Assuntos Jurídicos, Danilo Castro, integraram comitiva que acompanhou a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, em uma visita institucional, organizada pelo Governo do Maranhão, a unidades do sistema prisional do estado.

O objetivo da visita foi apresentar políticas penitenciárias desenvolvidas no Maranhão na área de humanização, com destaque para ações voltadas para o trabalho e a educação da população carcerária.

Acompanharam a visita o secretário-chefe da Casa Civil, Sebastião Madeira, que, na ocasião, representou o governador Carlos Brandão; o secretário Nacional de Políticas Penais, Rafael Velasco Brandani; o secretário de Segurança Pública do estado, Maurício Martins; o **procurador-geral** do Estado, Rodrigo Maia; o juiz Douglas Martins, conselheiro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP); o defensor-geral, Gabriel Furtado, além de representantes das forças de segurança do estado.

O subsecretário de Estado de Administração Penitenciária do Maranhão, Fredson Pinheiro Maciel, que, na ocasião, representou o titular da Seap, Murilo Andrade, explicou como foi realizada a reconstrução do sistema penitenciário do Maranhão, destacando ações nas áreas de segurança, gestão, modernização e humanização. Ele explicou como são realizadas atividades de trabalho, como digitalização, produção de móveis e malharia, além de ações de educação, como o EAD prisional.

Em sua fala, o juiz Douglas Martins ressaltou o trabalho conjunto realizado pelas instituições integrantes do sistema de justiça, como Judiciário, **Ministério Público** e Defensoria Pública, que, em parceria com o poder executivo, têm conseguido reverter quadros negativos. Nesse sentido, o juiz destacou a criação da Central de Regulação de Vagas, que visa organizar de forma permanente a ocupação nas prisões.

O **procurador-geral** de justiça, **Eduardo Nicolau**, também ressaltou que a história do sistema penitenciário maranhense já foi bem diferente e que a união de forças das instituições é benéfica para todos, pois tem como principal premissa a humanização. O chefe do **MPMA** aconselhou a governadora Raquel Lyra a chamar todas as instituições do seu estado para melhorar o sistema penitenciário, assim como ocorreu no Maranhão. Chame todas as instituições porque todos têm que comungar do mesmo pensamento: solidariedade , destacou.

Após a apresentação, a comitiva visitou áreas da Unidade Prisional Feminina, como a digitalização, padaria e a malharia, e da Unidade Prisional Masculina, como a fábrica de blocos e de móveis.

Site: https://www.portaldebalsas.com.br/noticias/2204-governadora-de-pernambuco-raquel-lyra-conheceu-politicas-penitenciarias-desenvolvidas-no-maranhao

Contrato milionários e prestações de serviço que não chegam a população podem está lesando os cofres públicos

Paulo Castro

Os contrato milionários e prestações de serviço que não chegam a população podem está lesando os cofres públicos, o caso chamou a atenção do **MPMA**, MPF, TCE e polícia federal sobre esse mar de corrupção instalada no município de São Vicente de Ferrer.

Tags: **MPMA**, MPF, TCE, polícia federal

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/29/RDIOPERICUMFM1051PINHEIROMA-13.24.25-13.25.07-1685380211.mp3

Crianças vão para escola em animais em São Vicente de Ferrer

Paulo Castro

Crianças de São Vicente de Ferrer estão indo para escola no lombo de animais por falta de transporte escolar, as mesmas percorrer cerca de 5km até chegar no destino.

Tags: **MPMA**

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/29/RDIOPERICUMFM1051PINHEIROMA-13.23.10-13.24.28-1685380030.mp3

Prefeito de Turiaçu está sendo investigado pelo MPMA

Paulo Castro

O prefeito de Turiaçu está sendo investigado pelo **MPMA** devido falta de apresentação de projetos e justificativas necessárias para contratação de operação de crédito junto a CAIXA.

Tags: **MPMA**

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/29/RDIOPERICUMFM1051PINHEIROMA-13.19.51-13.23.08-1685379856.mp3

Casa de festa clandestina é interditada durante operação realizada por Corpo de Bombeiros, PM e Ministério Público

Teresa Cristina

Quatro locais que promoviam festas de forma irregular passaram por inspeção, na noite de sábado (27), durante operação realizada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA), em conjunto com Polícia Militar do Maranhão (PMMA) e o **Ministério Público** Estadual do Maranhão (MPE-MA). Tags: **MPMA**, PM, CBMMA.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/29/RDIOCLUBEFM981AAILNDIAMA-13.16.07-13.16.56-1685385696.mp3

Sindjus-MA solicita a criação de espaços para exposições e demais formas de expressão cultural nos fóruns do MA

A Diretoria do Sindjus-MA protocolou requerimento ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) solicitando a criação de espaço nos Fóruns do Estado do Maranhão para exposições artísticas e demais formas de expressão cultural das comunidades e dos servidores da justiça.

Considerando que os Fóruns são locais de grande circulação e representam importantes pontos de encontro entre a população e o sistema judiciário, o Sindjus-MA entende que a promoção de exposições artísticas nesses espaços contribuiria significativamente para o enriquecimento cultural da comunidade, além de valorizar os próprios servidores de justiça que possuem talentos artísticos a serem compartilhados.

De forma pontual, na capital maranhense, o TJMA já disponibiliza espaços para exposição cultural e artística em sua sede, no acervo histórico e em espaços do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau).

" A existência desses espaços em São Luís demonstra o compromisso com a valorização da cultura, da arte e dos princípios constitucionais relacionados a essas áreas, conforme verificado no Fórum de São Luís, que tem valorizado expressões artísticas de servidoras e servidores, além de artistas locais. Entendemos que essa iniciativa deva ser estendida para os demais fóruns do Estado, de modo a proporcionar oportunidades de exposição artística em todas as regiões ", destacou o presidente do Sindjus-MA. George Ferreira .

Vale ressaltar que diversos Tribunais de Justiça do país já adotaram essa iniciativa, disponibilizando espaços para exposições artísticas em suas dependências. Entre eles, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), que possui uma agenda anual de eventos nos fóruns de Justiça, reconhecendo a importância da arte e da cultura como instrumentos de aproximação entre o Judiciário e a sociedade.

Outro exemplo é o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), com o Programa TJMG Cultural, destinado à realização de eventos artísticos, literários, culturais e de lazer para os públicos interno e externo.

No Maranhão é importante mencionar que o **Ministério Público** do Estado possui o Centro Cultural e Administrativo, local que tem como objetivo facilitar o acesso da população às diversas formas de expressão cultural, contribuindo para o exercício da cidadania e para a transformação social.

Ao possibilitar que artistas locais e servidores da Justiça exponham suas obras nos Fóruns, o TJMA estaria fomentando, valorizando e preservando o patrimônio cultural do Estado do Maranhão, além de enriquecer o ambiente judiciário com manifestações culturais diversas.

" A existência de espaços para exposição artística nos Fóruns do estado trará somente ganhos à administração pública. Essa iniciativa não apenas promoveria a valorização dos servidores de justiça, mas também contribuiria para fortalecer os laços entre a comunidade e o Poder Judiciário, criando uma atmosfera mais inclusiva e próxima da população ", completou George Ferreira .

Site:
https://www.sindjusma.org/siscon/../subpage.php?id=7106_8203-sindjus-ma-solicita-a-cria-o-de-espa-os-art-sticos-para-exposi-es-e-demais-formas-de-express-o-cultural-nos-f-runs-do-estado.html

Casa de festa clandestina é interditada durante operação realizada por Corpo de Bombeiros, PM e Ministério Público

Teresa Cristina

Quatro locais que promoviam festas de forma irregular passaram por inspeção, na noite de sábado (27), durante operação realizada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA), em conjunto com Polícia Militar do Maranhão (PMMA) e o **Ministério Público** Estadual do Maranhão (MPE-MA). Tags: **MPMA**, PM, CBMMA.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/29/RDIOCLUBEFM981AAILNDIAMA-13.16.07-13.16.56-1685385696.mp3

O indígena na obra de GD

PH

Será realizada amanhã, às 10h, no Auditório do Centro Cultural do **Ministério Público do Maranhão**, a 18ª **ESMP** Literária sobre "O indígena na obra de Gonçalves Dias".

O encontro terá como palestrante o Prof. Rossini Corrêa, o desembargador Lourival Serejo como debatedor e a promotora de Justiça Ana Luiza Almeida Ferro como como mediadora.

O debate terá ainda a participação da **procuradora de Justiça** e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, Elimar Figueiredo.

Site: https://imirante.com/namira/sao-luis/2023/05/29/pergentino-holanda-jantar-animado-no-cabana-do-sol

Casa de eventos que realizava festas clandestinas é interditada em São Luís

SÃO LUÍS - Uma casa de festa foi interditada na noite desse sábado (27), em São Luís, durante uma fiscalização do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA), em conjunto com Polícia Militar do Maranhão (PMMA) e o **Ministério Público** Estadual do Maranhão (MPE-MA).

De acordo com informações do CBMMA, o local interditado fica localizado no bairro Calhau. Durante a operação, as equipes constataram que o local não possuía autorização para realizar as festas do tipo "rave , que estavam ocorrendo aos finais de semana.

Com a ausência de autorização, as festas eram realizadas de forma clandestina. Durante a ação, ninguém foi preso pelas autoridades policiais, mas foram aplicadas medidas administrativas previstas na legislação de segurança contra incêndio e pânico.

As fiscalizações foram realizadas após denúncias com abaixo-assinados recebidas pelo **Ministério Público** Estadual, que apontavam que o local funcionava irregularmente. Além da casa de festa que foi interditada, outros três locais passaram por vistoria.

Os demais estabelecimentos vistoriados receberam orientação técnica do Corpo de Bombeiros, visto que se tratam de lojas de conveniência de postos de combustíveis, que não possuem autorização para realizar eventos como festas.

"Após o advento da Lei KISS (Lei Federal nº. 13.425/2017) é de fundamental importância a fiscalização permanente nesses estabelecimentos. A ação busca saber se as medidas de prevenção contra incêndio e pânico estão sendo adotadas para que incidentes e desastres não ocorram", pontuou o diretor de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros, o tenente-coronel Patricio Daniel Penha.

Site: https://imirante.com/noticias/sao-luis/2023/05/29/casa-de-eventos-que-realizava-festas-clandestinas-e-interditada-em-sao-luis

Corpo de Bombeiros interdita casa de festa clandestina em São Luís

Por Jornalismo

Quatro locais que promoviam festas de forma irregular passaram por inspeção, na noite de sábado (27), durante operação realizada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA), em conjunto com Polícia Militar do Maranhão (PMMA) e o **Ministério Público** Estadual do Maranhão (MPE-MA). Os espaços funcionavam nos bairros do Calhau, Barramar e Cohama, em São Luís (MA).

Um desses estabelecimentos, localizado no bairro Calhau, foi interditado durante as fiscalizações. Na ocasião, foi constatado que o local não tinha as devidas licenças e autorização para realizar festas do tipo "rave", que ocorriam ali nos finais de semana de forma clandestina.

Os demais estabelecimentos vistoriados receberam orientação técnica do Corpo de Bombeiros, visto que se tratam de lojas de conveniência de postos de combustíveis, que não possuem autorização para realizar eventos como festas.

Durante a ação ninguém foi preso pelas autoridades policiais, mas foram aplicadas medidas administrativas previstas na legislação de segurança contra incêndio e pânico. As fiscalizações foram motivadas por denúncias com abaixo-assinados recebidas pelo **Ministério Público** Estadual, as quais apontavam que os locais funcionavam irregularmente.

A operação contou com a presença do promotor responsável pelo Controle Externo da Atividade Policial, Cláudio Guimarães; do comandante-geral da Polícia Militar, coronel Paulo Fernando; do coronel da PM, Marcos Brito; e do diretor de Atividades Técnicas dos Bombeiros, Patricio Daniel Penha.

Fonte: Ascom/MA

Site: https://difusoraon.com/2023/05/29/corpo-de-bombeiros-interdita-casa-de-festa-clandestina-durante-operacao-de-fiscalizacao-em-sao-luis/

Prefeitura deve retirar construções irregulares na Praça 1, na Cidade Operária

omaranhense

O Judiciário determinou ao Município de São Luís retirar, em um ano, todas as ocupações e edificações erguidas na área institucional da 'Cidade Operária', situadas próximas a UEB Tancredo Neves, e demolir toda e qualquer construção ou edificação já existente na área conhecida como "Praça nº 01", com 10.617,82m².

No prazo de um ano, o Município deverá reparar os danos causados à ordem urbanística com a demolição de todas as edificações existentes na área institucional do loteamento 'Cidade Operária', restaurar e manter conforme o loteamento aprovado, preservando a área livre e desembaraçada para o uso público e impedindo qualquer ocupação.

Em seis meses, o Município também deverá cadastrar e realocar as famílias residentes na área, incluindo, caso necessário, o custeio de aluguel social ou outra forma de auxílio mensal.

As medidas foram determinadas pelo juiz Douglas de Melo Martins (Vara de Interesses Difusos e Coletivos), no julgamento da Ação Civil Pública proposta pelo **Ministério Público** contra o Município de São Luís. Segundo informações do processo, o loteamento foi aprovado pelo Município de São Luís contendo áreas institucionais e áreas verdes, mas conforme Parecer Técnico, parte dessa área está ilegalmente ocupada, por uma Igreja Assembleia de Deus, lava-jato, três casas, um terreno vazio e antena de telefonia móvel.

Para o **Ministério Público**, é obrigação do Município de São Luís reaver essas áreas daqueles que as ocupam restaurando a boa gestão dos bens de uso comum do povo, preservando sua destinação legal e constitucional.

PARCELAMENTO DO SOLO URBANO

O juiz fundamentou a decisão na Constituição Federal e na Lei nº 6.766/1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano. Segundo essa lei, os espaços livres de uso comum, as vias e praças, as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo, não poderão ter sua destinação alterada pelo loteador, desde a aprovação do loteamento, salvo as hipóteses de caducidade da licença ou desistência do loteador".

A lei também prevê que "Desde a data de registro do loteamento, passam a integrar o domínio do Município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo".

Conforme o entendimento do juiz no caso, ficou comprovado que a área institucional localizada na 'Cidade Operária', próxima a UEB Tancredo Neves, foi ocupada, irregularmente, por particulares, com a omissão do Município de São Luís por ausência de fiscalização efetiva decorrente do seu poder de polícia.

"Tais ocupações não possuem amparo legal e contrariam as disposições do loteamento aprovado, que prevê a destinação das áreas institucionais para uso público e comunitário", afirmou o juiz.

A Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social elaborou relatórios informativos sobre as famílias ocupantes da área em questão e constatou que a maior parte das famílias encontra-se "em situação de risco e extrema vulnerabilidade" e a maioria dos ocupantes reside há poucos meses no local.

"Com efeito, embora os imóveis objetos desta demanda estejam ocupados por pessoas carentes e vulneráveis, os bens de uso comum do povo não são passíveis de utilização exclusiva por parte de particulares, sob pena de desvirtuar sua destinação afeta ao uso comum", conclui o juiz na sentença.

A sentença determinou ao Município de São Luís que, em 60 dias, apresente nos autos cronograma das atividades a serem desenvolvidas para o seu cumprimento. Em caso de descumprimento de qualquer das medidas determinadas, o juiz fixou multa diária no valor de R$ 1.000,00, a ser revertida ao Fundo Estadual de Direitos Difusos.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

Site: https://omaranhense.com/prefeitura-deve-retirar-construcoes-irregulares-na-praca-1-na-cidade-operaria/

SÃO LUÍS - Patrulha do Silêncio interdita casa de show clandestina

omaranhense

A Patrulha do Silêncio, grupo interinstitucional formado para combater a poluição sonora, iniciou suas atividades no último sábado, 26, e interditou, no bairro do Calhau, em São Luís, uma casa de shows que funcionava clandestinamente. Os integrantes da equipe também fiscalizaram algumas lojas de conveniência.

A operação foi acompanhada pelo **promotor de justiça** Cláudio Guimarães (Controle Externo da Atividade Policial), pelo comandante-geral da Polícia Militar do Maranhão, coronel Paulo Fernando Moura Queiroz, pelo tenente-coronel Patrício Daniel Penha, diretor de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros, além de equipes de policiais militares e integrantes do Corpo de Bombeiros Militar.

A necessidade de ações conjuntas de combate à poluição sonora, por meio de um grupo interinstitucional, foi discutida em uma reunião realizada no dia 12 de maio, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, com membros do **Ministério Público do Maranhão** e com representantes do sistema de segurança pública estadual.

O compromisso de atuar, de forma conjunta, foi acertado pelo **procurador-geral** de justiça, **Eduardo Nicolau**; pela corregedora-geral do **MPMA**, Themis Pacheco de Carvalho; pelo **promotor de justiça** Cláudio Guimarães; pelo secretário de Estado de Segurança Pública, Maurício Ribeiro Martins; o então subcomandante-geral da PM, coronel Aritanã Lisboa; o delegado-geral da Polícia Civil, Jair Paiva; e pelo corregedor-geral do Sistema de Segurança Pública, Nordman Ribeiro.

Compõem a Patrulha do Silêncio, na Comarca de São Luís, o **MPMA**, Polícia Civil, Polícia Militar, Instituto de Criminalística (Icrim), Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Semmam) e Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT).

"Estamos atuando de forma conjunta para combater a poluição sonora e evitar que locais não autorizados e não licenciados sejam fonte de barulho", explicou Cláudio Guimarães.

Site: https://omaranhense.com/sao-luis-patrulha-do-

silencio-interdita-casa-de-show-clandestina/

Ministério Público debate solução para problemas enfrentados por refugiados venezuelanos

Aquiles Emir

Foi realizada na manhã desta segunda-feira (29), na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, em São Luís, uma reunião para tratar do atendimento aos direitos básicos das famílias de refugiados venezuelanos que vivem em São Luís. O encontro foi organizado pelo **Ministério Público do Maranhão** com o objetivo de regularizar a prestação de alguns serviços assistenciais que haviam sido suspensos pelo Poder Público municipal.

Entre os principais problemas está a precariedade na oferta de serviços de saúde, documentação, aluguel social, alimentação. Conforme relatos das famílias venezuelanas, alguns desses serviços haviam sido suspensos pelo Município de São Luís.

Coordenada pelo **procurador-geral** de justiça, **Eduardo Nicolau**, e pelo **promotor de justiça** José Márcio Maia Alves, diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais (Secinst), a reunião contou com as participações do secretário de estado de Desenvolvimento Social, Paulo Cazé, da secretária municipal interina da Criança e Assistência Social (Semcas), Lúcia Marques, além de representantes dos refugiados e das duas secretarias.

Também estiveram presentes o diretor de Planejamento da Fundação Sousândrade, Raimundo Palhano, o assessor da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Programas Estratégicos (Sedepe) Augusto Lobato e os representantes do Instituto Humanístico de Apoio a Migrantes e Refugiados (IHAMAR) Arnoldo Velasques e Oní Fadaka.

Segundo Arnoldo Velasques, em todo o Maranhão, existem cerca de 500 venezuelanos, entre crianças, mulheres e idosos.

Eduardo Nicolau pediu às instituições sensibilidade para resolver as questões dos migrantes da Venezuela, em grande parte indígenas, por se tratar de direitos relativos à dignidade humana.

"Não pretendemos recorrer à Justiça, mas se essa situação de precariedade dos migrantes venezuelanos permanecer, nós teremos que acionar o Estado e o Município. Queremos apenas o bem-estar dessas pessoas", afirmou o procurador.

Na reunião, os representantes da Semcas esclareceram que não houve nenhuma orientação para a suspensão da assistência aos venezuelanos e que, inclusive, já teria sido encaminhado um comunicado a todas as unidades dos Centros de Referência em Assistência Social (Cras) para que os migrantes sejam atendidos da mesma forma que todos os demais cidadãos.

Encaminhamentos - De acordo com o **promotor de justiça** José Márcio Maia Alves, o principal encaminhamento para a solução dos problemas enfrentados pelos venezuelanos é que, em cinco dias, a Semcas e a Sedes irão enviar ao **Ministério Público** o fluxo de atendimento que será efetivado para o atendimento das demandas.

"A partir do acompanhamento desse fluxo pelo **Ministério Público**, nós iremos monitorar essas ações, a fim de verificar se há necessidade de alguma outra intervenção, ou de forma pactuada, por meio de termos de ajustamento de conduta, ou pelo manejo de ações civis públicas", informou.

Site: https://maranhaohoje.com/destaque/ministerio-publico-realiza-reuniao-para-intermediar-solucao-para-assistencia-a-venezuelanos/

Comissão de Assuntos Econômicos recebe representante do PROCON-MA para discutir "preço abusivo da carne bovina"

Agência Assembleia

A Comissão de Assuntos Econômicos da Assembleia Legislativa do Maranhão recebeu, na tarde desta quinta-feira (25), o assessor jurídico do PROCON/MA, Ricardo Cruz, para discutir suposto monopólio de frigoríficos e aumento abusivo do preço da carne bovina no estado, proteína animal mais consumida no Brasil.

A reunião, coordenada pelo presidente da comissão, deputado Francisco Nagib (PSB), contou com a presença dos deputados Eric Costa (PSD), Fernando Braide (PSD), Júlio Mendonça (PCdoB) e Yglésio Moyses. Os parlamentares explanaram a situação ao assessor jurídico e o indagaram sobre o trabalho de fiscalização do órgão.

Francisco Nagib considerou a pauta de extrema relevância para a sociedade maranhense, uma vez que, segundo ele, os frigoríficos estão repassando o quilo da carne ao consumidor final a preços mais altos, embora tenham adquirido o produto por valores 30% mais baratos em relação aos praticados em 2022. Em outras palavras, ele disse que a redução não foi sentida no bolso do consumidor.

"Essa redução vem sendo observada há um ano, mas o consumidor final não sentiu ainda a diferença, o que significa dizer que está sendo lesado. E o preço da carne só aumenta. Aliás, vários produtos dos setores primário e secundário sofreram redução de preço, como é o caso do combustível, mas isto ainda não aconteceu com a carne, o que não é justo, pois se trata de alimento essencial na mesa do brasileiro", frisou Francisco Nagib.

Eric Costa, que provocou a discussão após denunciar o suposto monopólio ao **Ministério Público** e PROCON/MA (segundo ele, duas empresas frigoríficas estariam explorando os consumidores repassando preços mais altos), ressaltou que a reunião foi mais um passo em defesa do consumidor.

"Nós entendemos que o consumidor está pagando um preço abusivo pela carne que consome diariamente e precisamos fazer a nossa parte para ele passe a pagar um valor justo. Pedimos ao PROCON/MA que inicie fiscalizações nos estabelecimentos e que a justiça social seja feita", disse Eric Costa.

Cadeia produtiva

Júlio Mendonça ponderou que o problema é complexo, uma vez que envolve toda a cadeia produtiva. Ele frisou que as pessoas que produzem estão sendo mal remuneradas, no caso os criadores, e o consumidor, por sua vez, está pagando muito caro. "Ou seja, alguém está ganhando mais do que deveria. Esse trabalho da comissão é importante porque ele visa entender o processo e estimular os órgãos fiscalizadores a tomarem as devidas providências".

Deputado Yglésio Moyses afirmou que a constatação configura uma violação de práticas econômicas. "Do jeito que está não está bom. É preciso uma ação mais incisiva. Pelo andar da carruagem, os empreendimentos pequenos serão engolidos pelos grandes".

Investigação

O assessor jurídico do PROCON/MA, Ricardo Cruz, disse que o órgão fará uma investigação para saber o porquê de a redução no preço repassado aos frigoríficos não beneficiar o consumidor final. Ele informou que o órgão já iniciou uma operação de fiscalização em todo o estado, notificando estabelecimentos para que apresentem justificativas e as notas de compra e venda do produto.

"Esse não repasse configura uma cobrança abusiva, com base no Art. 39 do Código de Defesa do Consumidor. Caso os estabelecimentos não reduzam o valor, isto ficará caracterizado e as consequências serão penalidades que variam desde multas até suspensão das atividades", finalizou.

Ao término da reunião, o PROCON-MA comprometeu-se a fazer um levantamento dos preços de todos os tipos de carne bovina praticados pelos estabelecimentos do gênero no Maranhão. Esses dados deverão ser apresentados à comissão no dia 1º de junho.

Site: http://portaldoguigui.com.br/2023/05/29/comissao-de-assuntos-economicos-recebe-representante-do-procon-ma-para-discutir-preco-abusivo-da-carne-bovina/

Departamento Nacional de Auditoria do SUS faz fiscalização na Semus de Imperatriz

Valéria Cristina

O Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus), esteve hoje (29) na Secretaria Municipal de Saúde de Imperatriz (Semus) para analisar documentos após as várias denúncias sobre as condições dos serviços de saúde na cidade.

A auditoria do Denasus chegou a ser solicitada em uma das ações civis da 2ª Vara da Fazenda Pública sobre a saúde na cidade. A ação também pediu auditorias por parte da Controladoria Geral da União (CGU), Tribunal de Contas do Estado (TSE), e de outros órgãos de controle.

Além da fiscalização em documentação realizada hoje, nos próximos o Denasus também deve visitar e fiscalizar as unidades de saúde de Imperatriz. As informações obtidas nas auditorias serão analisadas e relatadas em um relatório, que é encaminhado para o **Ministério Público** Estadual, Conselho da Saúde e a Câmara Municipal. Podendo chegar ainda, ao Ministério Publico Federal. Após o recebimento do relatório, cada órgão decidirá que medidas serão adotadas para sanar os problemas encontrados.

O Imperatriz Online cobrou um posicionamento da prefeitura sobre o assunto e aguarda resposta.

Site: https://imperatriz.online/saude-imperatriz-e-regiao/departamento-nacional-de-auditoria-do-sus-faz-fiscalizacao-na-semus-de-imperatriz/2023/05/29/

Mulheres e crianças vítimas de violência doméstica terão acesso a cirurgias plásticas reparadoras

Em 2021, a cada hora, 26 mulheres sofreram agressão física no país. No Maranhão, foram registrados 3.059 registros de lesão corporal dolosa em 2020. Os dados são do relatório do 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022. Como forma de atendimento a essas vítimas, com o oferecimento de cirurgias plásticas reparadoras em mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica de forma gratuita, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) assinou, nesta segunda-feira (29/5), termo de cooperação com a Fundação Instituto para Desenvolvimento do Ensino e Ação Humanitária (IDEAH) da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP).

O termo de cooperação implantará o "Projeto Recomeçar" no Maranhão - iniciativa que tem se expandido aos tribunais do país - e deverá oferecer serviços de cirurgia plástica de rede privada credenciada e demais serviços credenciados à Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP).

O presidente da Fundação IDEAH, o médico cirurgião plástico Luciano Ornelas Chaves, explicou que a instituição é um braço humanitário da SBCP, fundada em 2012, que já realizou mais de sete mil cirurgias reparadoras de forma voluntária. "A pandemia trouxe uma multidão de mulheres e crianças sequeladas. Durante esse período, tivemos um crescimento de 50% a mais de violência doméstica, infelizmente, e a parceria vem justamente para que possamos atender a essas crianças e mulheres vitimadas", disse.

O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, esclareceu que o Judiciário atual deve voltar-se para além do autor do delito, o que representa a "micro Justiça", e ampliar a visão para uma "macro Justiça", dando apoio e atenção também àqueles que são vítimas de todo o tipo de violência. "Assim, cumprimos não só com uma orientação do próprio CNJ, que é dá atenção para as vítimas de todo e qualquer tipo de violência, mas também às ações do Poder Judiciário que são integradas à agenda 2030. E isso só é possível por meio das parcerias", destacou.

A primeira etapa do projeto consiste no levantamento feito pelo Poder Judiciário de pessoas (mulheres, crianças e adolescentes) vítimas de crime ou ato infracional, quando a sequela resultar de crime ou ato infracional, com potencial indicação médica de cirurgia reparadora.

A partir daí, o encaminhamento das vítimas para a Fundação IDEAH se dará por intermédio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher/TJMA) e da Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJMA (CIJ/TJMA).

As vítimas serão indicadas pelas(os) magistradas(os) dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e dos Tribunais do Júri do TJMA, ou pela Vara da Infância e Juventude do TJMA, para fins de avaliação médica, visando a análise da indicação (ou não) da cirurgia reparadora.

A Fundação IDEAH - integrante da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica - é um órgão humanitário de ensino e pesquisa, fundado em 2012, tendo como instituição fiscalizadora curadoria do **Ministério Público**. Já realizou mais de 7 mil cirurgias plásticas reparadoras em pacientes carentes e mutirões de reconstrução mamária em pacientes mastectomizadas pós câncer de mama, pacientes escalpeladas na região amazônica e pacientes com lábio leporino.

O ato de assinatura contou com a presença da desembargadora Maria Francisca Galiza, de magistrados e magistradas de varas especializadas de violência contra mulheres; médicos cirurgiões plásticos maranhenses, assessores da Fundação IDEAH e representantes da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão e da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher/TJMA).

Acesse o álbum completo no Flickr: https://flic.kr/s/aHBqjAFMdK

Agência TJMA de Notícias

asscom@tjma.jus.br

(98) 3198-4373

Site:
http://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/510249/mulheres-e-criancas-vitimas-de-violencia-domestica-terao-acesso-a-cirurgias-plasticas-reparadoras

Prefeito de Magalhães de Almeida pode ter fraudado contrato para obra no município

Equipe MV

O **MPMA** - **Ministério Público do Estado do Maranhão** está conduzindo uma investigação sobre o prefeito de Magalhães de Almeida, Nonato Carvalho (MDB).

O objetivo é apurar uma suposta irregularidade na licitação Tomada de Preço nº 06/2016, realizada pelo município, que tinha como finalidade contratar uma empresa para executar obras de construção de calçamento e meio-fio na Vila Badá Coelho e na localidade Alto do Cedro.

A investigação busca esclarecer se houve direcionamento na escolha da empresa contratada, superfaturamento nos preços praticados ou qualquer outro tipo de irregularidade que possa ter prejudicado os interesses públicos.

Caso sejam confirmadas as irregularidades, o prefeito Nonato Carvalho poderá ser responsabilizado.

Site: https://maranhaodeverdade.com.br/prefeito-de-magalhaes-de-almeida-pode-ter-fraudado-contrato-para-obra-no-municipio/

Fábio Gentil monta cenário em igrejas para reverter impopularidade

Equipe MV

O atual mandatário do município de Caxias, Fábio José Gentil Pereira Rosa popularmente conhecido como Fábio Gentil depois dos escândalos da semana passada que escancaram os desmandos da gestão municipal e o uso da prefeitura para assédio a jovens em troca de sexo e assédio moral com a importunação dos profissionais que atuam na área da saúde do município decidiu usar a religião para vender uma falsa imagem de pureza espiritual.

A trama passou por um falso "despacho" mandado colocar na porta da casa onde reside. Em seguida divulgou o despacho e mandou celebrar uma missa na própria residência para "afastar os maus espíritos". Para a missa, o gestor obrigou os servidores mais graduados a comparecer para fazer número. Passado o episódio da missa, o gestor se passou para as igrejas evangélicas.

Observadores da política local já classificam como "kamikaze" a política de sensibilizar a população usando a religião. A tática do gestor de querer vender a população a imagem de "bom samaritano" e cristão fiel contrasta como a forma como vem administrando a cidade deixando crianças sem escolas, sem merenda, sem livros, doentes sem hospitais e medicamentos e a cidade entregue a assaltantes que diariamente roubam motos, celulares e atormentar a cidade.

Assim Caxias vai ficando cada dia uma cidade pior cuja população assiste diariamente desmandos, roubos e falcatruas. O **MPMA** - **Ministério Público do Estado do Maranhão** parece está agindo. A Justiça também despertou. As últimas decisões levam a crer que o império do fingimento está chegando ao fim.

Site: https://maranhaodeverdade.com.br/fabio-gentil-monta-cenario-em-igrejas-para-reverter-impopularidade/

PAÇO DO LUMIAR - Palestra esclarece sobre sistemas do Ministério da Saúde

omaranhense

Esclarecimentos sobre sistemas como o Digisus, E-gestor e CNES, todos do Ministério da Saúde, foram a pauta de uma audiência pública realizada, na última sexta-feira, 26, pela 1ª **Promotoria de Justiça** de Paço do Lumiar.

A atividade, que faz parte do projeto "Diálogos sobre saúde", contou com as palestras da chefe do Serviço de Articulação Interfederativa e Participativa do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão (Seinp), Cláudia Fernanda Pereira da Silva, e de Laércio de Jesus Pereira da Silva, também do Seinp.

Na ocasião, foram fornecidas informações sobre pendências existentes nesses sistemas, formas de acesso, o conteúdo de cada um e meios práticos para atuação do Conselho Municipal de Saúde. As atividades foram coordenadas pela promotora de justiça Gabriela Brandão da Costa Tavernard, idealizadora do projeto.

Site: https://omaranhense.com/paco-do-lumiar-palestra-esclarece-sobre-sistemas-do-ministerio-da-saude/

MPMA realiza reunião para intermediar solução para prestação de assistência aos venezuelanos

omaranhense

Foi realizada na manhã desta segunda-feira, 29, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, uma reunião para tratar do atendimento aos direitos básicos das famílias de refugiados venezuelanos que vivem em São Luís. O encontro foi organizado pelo **Ministério Público do Maranhão** com o objetivo de regularizar a prestação de alguns serviços assistenciais que haviam sido suspensos pelo Poder Público municipal.

Entre os principais problemas está a precariedade na oferta de serviços de saúde, documentação, aluguel social, alimentação. Conforme relatos das famílias venezuelanas, alguns desses serviços haviam sido suspensos pelo Município de São Luís.

Coordenada pelo **procurador-geral** de justiça, **Eduardo Nicolau**, e pelo **promotor de justiça** José Márcio Maia Alves, diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais (Secinst), a reunião contou com as participações do secretário de estado de Desenvolvimento Social, Paulo Cazé, da secretária municipal interina da Criança e Assistência Social (Semcas), Lúcia Marques, além de representantes dos refugiados e das duas secretarias.

Também estiveram presentes o diretor de Planejamento da Fundação Sousândrade, Raimundo Palhano, o assessor da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Programas Estratégicos (Sedepe) Augusto Lobato e os representantes do Instituto Humanístico de Apoio a Migrantes e Refugiados (IHAMAR) Arnoldo Velasques e Oní Fadaka.

Segundo Arnoldo Velasques, em todo o Maranhão, existem cerca de 500 venezuelanos, entre crianças, mulheres e idosos.

Eduardo Nicolau pediu às instituições sensibilidade para resolver as questões dos migrantes da Venezuela, em grande parte indígenas, por se tratar de direitos relativos à dignidade humana. "Não pretendemos recorrer à Justiça, mas se essa situação de precariedade dos migrantes venezuelanos permanecer, teremos que acionar o Estado e o Município. Queremos apenas o bem-estar dessas pessoas", afirmou.

Na reunião, os representantes da Semcas esclareceram que não houve nenhuma orientação para a suspensão da assistência aos venezuelanos e que, inclusive, já teria sido encaminhado um comunicado a todas as unidades dos Centros de Referência em Assistência Social (Cras) para que os migrantes sejam atendidos da mesma forma que todos os demais cidadãos.

ENCAMINHAMENTOS

De acordo com o **promotor de justiça** José Márcio Maia Alves, o principal encaminhamento para a solução dos problemas enfrentados pelos venezuelanos é que, em cinco dias, a Semcas e a Sedes irão enviar ao **Ministério Público** o fluxo de atendimento que será efetivado para o atendimento das demandas. "A partir do acompanhamento desse fluxo pelo **Ministério Público**, nós iremos monitorar essas ações, a fim de verificar se há necessidade de alguma outra intervenção, ou de forma pactuada, por meio de termos de ajustamento de conduta, ou pelo manejo de ações civis públicas", informou.

Site: https://omaranhense.com/mpma-realiza-reuniao-para-intermediar-solucao-para-prestacao-de-assistencia-aos-venezuelanos/

Justiça manda Prefeitura de São Luís retirar construções irregulares na CO

Equipe MV

A Justiça determinou ao Município de São Luís retirar, em um ano, todas as ocupações e edificações erguidas na área institucional da 'Cidade Operária', situadas próximas a UEB Tancredo Neves, e demolir toda e qualquer construção ou edificação já existente na área conhecida como "Praça nº 01", com 10.617,82m².

No prazo de um ano, o Município deverá reparar os danos causados à ordem urbanística com a demolição de todas as edificações existentes na área institucional do loteamento 'Cidade Operária', restaurar e manter conforme o loteamento aprovado, preservando a área livre e desembaraçada para o uso público e impedindo qualquer ocupação.

Em seis meses, o Município também deverá cadastrar e realocar as famílias residentes na área, incluindo, caso necessário, o custeio de aluguel social ou outra forma de auxílio mensal.

As medidas foram determinadas pelo juiz Douglas de Melo Martins (Vara de Interesses Difusos e Coletivos), no julgamento da Ação Civil Pública proposta pelo **Ministério Público** contra o Município de São Luís. Segundo informações do processo, o loteamento foi aprovado pelo Município de São Luís contendo áreas institucionais e áreas verdes, mas conforme Parecer Técnico, parte dessa área está ilegalmente ocupada, por uma Igreja Assembleia de Deus, lava-jato, três casas, um terreno vazio e antena de telefonia móvel.

Para o **Ministério Público**, é obrigação do Município de São Luís reaver essas áreas daqueles que as ocupam restaurando a boa gestão dos bens de uso comum do povo, preservando sua destinação legal e constitucional.

Parcelamento do solo urbano - O juiz fundamentou a decisão na Constituição Federal e na Lei nº 6.766/1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano. Segundo essa lei, os espaços livres de uso comum, as vias e praças, as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo, não poderão ter sua destinação alterada pelo loteador, desde a aprovação do loteamento, salvo as hipóteses de caducidade da licença ou desistência do loteador.

A lei também prevê que "Desde a data de registro do loteamento, passam a integrar o domínio do Município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo".

Conforme o entendimento do juiz no caso, ficou comprovado que a área institucional localizada na 'Cidade Operária', próxima a UEB Tancredo Neves, foi ocupada, irregularmente, por particulares, com a omissão do Município de São Luís por ausência de fiscalização efetiva decorrente do seu poder de polícia.

"Tais ocupações não possuem amparo legal e contrariam as disposições do loteamento aprovado, que prevê a destinação das áreas institucionais para uso público e comunitário", afirmou o juiz.

A Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social elaborou relatórios informativos sobre as famílias ocupantes da área em questão e constatou que a maior parte das famílias encontra-se "em situação de risco e extrema vulnerabilidade" e a maioria dos ocupantes reside há poucos meses no local.

"Com efeito, embora os imóveis objetos desta demanda estejam ocupados por pessoas carentes e vulneráveis, os bens de uso comum do povo não são passíveis de utilização exclusiva por parte de particulares, sob pena de desvirtuar sua destinação afeta ao uso comum",conclui o juiz na sentença.

A sentença determinou ao Município de São Luís que, em 60 dias, apresente nos autos cronograma das atividades a serem desenvolvidas para o seu cumprimento. Em caso de descumprimento de qualquer das medidas determinadas, o juiz fixou multa diária no valor de R$ 1.000,00, a ser revertida ao Fundo Estadual de Direitos Difusos.

Site: https://maranhaodeverdade.com.br/justica-manda-prefeitura-de-sao-luis-retirar-construcoes-irregulares-na-co/

Justiça determina que prefeitura retire ocupações irregulares na Praça 1, na Cidade Operária

O Judiciário determinou ao Município de São Luís retirar, em um ano, todas as ocupações e edificações erguidas na área institucional da 'Cidade Operária', situadas próximas a UEB Tancredo Neves, e demolir toda e qualquer construção ou edificação já existente na área conhecida como "Praça nº 01", com 10.617,82m².

No prazo de um ano, o Município deverá reparar os danos causados à ordem urbanística com a demolição de todas as edificações existentes na área institucional do loteamento 'Cidade Operária', restaurar e manter conforme o loteamento aprovado, preservando a área livre e desembaraçada para o uso público e impedindo qualquer ocupação.

Em seis meses, o Município também deverá cadastrar e realocar as famílias residentes na área, incluindo, caso necessário, o custeio de aluguel social ou outra forma de auxílio mensal.

As medidas foram determinadas pelo juiz Douglas de Melo Martins (Vara de Interesses Difusos e Coletivos), no julgamento da Ação Civil Pública proposta pelo **Ministério Público** contra o Município de São Luís. Segundo informações do processo, o loteamento foi aprovado pelo Município de São Luís contendo áreas institucionais e áreas verdes, mas conforme Parecer Técnico, parte dessa área está ilegalmente ocupada, por uma Igreja Assembleia de Deus, lava-jato, três casas, um terreno vazio e antena de telefonia móvel.

Para o **Ministério Público**, é obrigação do Município de São Luís reaver essas áreas daqueles que as ocupam restaurando a boa gestão dos bens de uso comum do povo, preservando sua destinação legal e constitucional.

PARCELAMENTO DO SOLO URBANO

O juiz fundamentou a decisão na Constituição Federal e na Lei nº 6.766/1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano . Segundo essa lei, os espaços livres de uso comum, as vias e praças, as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo, não poderão ter sua destinação alterada pelo loteador, desde a aprovação do loteamento, salvo as hipóteses de caducidade da licença ou desistência do loteador".

A lei também prevê que "Desde a data de registro do loteamento, passam a integrar o domínio do Município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo".

Conforme o entendimento do juiz no caso, ficou comprovado que a área institucional localizada na 'Cidade Operária', próxima a UEB Tancredo Neves, foi ocupada, irregularmente, por particulares, com a omissão do Município de São Luís por ausência de fiscalização efetiva decorrente do seu poder de polícia.

"Tais ocupações não possuem amparo legal e contrariam as disposições do loteamento aprovado, que prevê a destinação das áreas institucionais para uso público e comunitário", afirmou o juiz.

A Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social elaborou relatórios informativos sobre as famílias ocupantes da área em questão e constatou que a maior parte das famílias encontra-se "em situação de risco e extrema vulnerabilidade" e a maioria dos ocupantes reside há poucos meses no local.

"Com efeito, embora os imóveis objetos desta demanda estejam ocupados por pessoas carentes e vulneráveis, os bens de uso comum do povo não são passíveis de utilização exclusiva por parte de particulares, sob pena de desvirtuar sua destinação afeta ao uso comum", conclui o juiz na sentença.

A sentença determinou ao Município de São Luís que, em 60 dias, apresente nos autos cronograma das atividades a serem desenvolvidas para o seu cumprimento. Em caso de descumprimento de qualquer das medidas determinadas, o juiz fixou multa diária no valor de R$ 1.000,00, a ser revertida ao Fundo Estadual de Direitos Difusos.

Site: https://boletimslz.com/justica-determina-que-prefeitura-retire-ocupacoes-irregulares-na-praca-1-na-

cidade-operaria/

TJMA assinará Termo de Cooperação com a IDEAH da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP) nesta segunda

Com o objetivo viabilizar cirurgias plásticas reparadoras em mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) assinará termo de cooperação com a Fundação Instituto para Desenvolvimento do Ensino e Ação Humanitária (IDEAH) da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP), nesta segunda-feira (29/5), às 14h30 ,no Palácio Clóvis Bevilácqua.

O termo de cooperação implantará o "Projeto Recomeçar" no Maranhão - iniciativa que tem se expandido aos tribunais do país - e deverá oferecer serviços de cirurgia plástica de rede privada credenciada e demais serviços credenciados à Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP).

As ações a serem executadas visarão o levantamento de pessoas (mulheres, crianças e adolescentes) vítimas de crime ou ato infracional, quando a sequela resultar do crime ou do ato infracional, com potencial indicação médica de cirurgia reparadora.

O encaminhamento das vítimas para a Fundação IDEAH se dará por intermédio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher/TJMA) e da Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJMA (CIJ/TJMA).

As vítimas serão indicadas pelas(os) magistradas(os) dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e dos Tribunais do Júri do TJMA, ou pela Vara da Infância e Juventude do TJMA, para fins de avaliação médica, visando a análise da indicação (ou não) da cirurgia reparadora.

A Fundação IDEAH - integrante da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica - é um órgão humanitário de ensino e pesquisa, fundado em 2012, tendo como instituição fiscalizadora curadoria do **Ministério Público**. Já realizou mais de 7 mil cirurgias plásticas reparadoras em pacientes carentes e mutirões de reconstrução mamária em pacientes mastectomizadas pós câncer de mama, pacientes escalpeladas na região amazônica e pacientes com lábio leporino.

SERVIÇO

O que: Cerimônia de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o TJMA e a Fundação IDEAH/SBCP

Quando: 29 de maio, às 14h30

Onde: Gabinete da Presidência - Palácio Clóvis Bevilácqua (Sede do TJMA) - Praça D. Pedro II, s/n - Centro

Agência TJMA de Notícias

asscom@tjma.jus.br

(98) 3198-4300

Site:
http://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/510203/tjma-assinara-termo-de-cooperacao-com-a-ideah-da-sociedade-brasileira-de-cirurgia-plastica-sbcp-nesta-segunda

Judiciário realiza primeiro casamento comunitário de Ribamar Fiquene

Foi realizado o primeiro casamento comunitário da cidade de Ribamar Fiquene, na última sexta-feira, 26 de maio, às 10 horas, na sede da Prefeitura Municipal, com a participação de 47 casais - dois deles do mesmo sexo, .

A cerimônia foi realizada pelo Poder Judiciário de Montes Altos (sede da comarca), pelo projeto "Casamentos Comunitários", que proporciona a gratuidade do registro civil para casais de baixa renda da comunidade, que já vivem em união informal e desejam oficializar a convivência ou iniciam a união a partir da cerimônia.

O projeto foi realizado por meio de parceria institucional entre o Poder Judiciário de Montes Altos e o cartório, representado pela registradora Ana Grécia A. R. Fontanela, que providenciou a habilitação dos noivos e noivas para a cerimônia.

O promotor José Del Toso Júnior, a juíza Myllene de Melo Moreira,

a secretária judicial Janete Maria Saraiva Simao e a tabeliã Ana Grécia Almeida Rizzo Fontanela

VAGAS PARA COMUNIDADE LGBTQIAP+

A solenidade foi presidida pela juíza Myllenne S. C. Calheiros de Melo Moreira, titular da Vara Única da Comarca de Montes Altos, que coordenou a edição do projeto. A juíza de paz Maria do Socorro C. Sousa, auxiliou na celebração das uniões.

A cerimônia contou com a presença do vice-prefeito, Eduardo Jorge; do presidente da Câmara, Julio Cesar; do **promotor de Justiça** José Artur Del Toso Júnior e da registradora Ana Grécia Almeida Rizzo Fontanela, titular do cartório.

O casamento de Ribamar Fiquene foi aberto à participação de casais da comunidade LGBTQIAP+. Dentre os casais, as noivas Natielle de Kassia S. S. Mendes e Talita da Silva Santana oficializaram a união.

Casais durante a cerimônia de casamento comunitário.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

asscom_cgj@tjma.jus.br

Site:
http://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/510243/judiciario-realiza-primeiro-casamento-comunitario-de-ribamar-fiquene

Casa de festas clandestinas é interditada em São Luís

Equipe MV

Uma casa de festa foi interditada na noite desse sábado (27), em São Luís, durante uma fiscalização do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA), em conjunto com Polícia Militar do Maranhão (PMMA) e o **Ministério Público** Estadual do Maranhão (MPE-MA).

De acordo com informações do CBMMA, o local interditado fica localizado no bairro Calhau. Durante a operação, as equipes constataram que o local não possuía autorização para realizar as festas do tipo "rave", que estavam ocorrendo aos finais de semana.

Com a ausência de autorização, as festas eram realizadas de forma clandestina. Durante a ação, ninguém foi preso pelas autoridades policiais, mas foram aplicadas medidas administrativas previstas na legislação de segurança contra incêndio e pânico.

As fiscalizações foram realizadas após denúncias com abaixo-assinados recebidas pelo **Ministério Público** Estadual, que apontavam que o local funcionava irregularmente. Além da casa de festa que foi interditada, outros três locais passaram por vistoria.

Os demais estabelecimentos vistoriados receberam orientação técnica do Corpo de Bombeiros, visto que se tratam de lojas de conveniência de postos de combustíveis, que não possuem autorização para realizar eventos como festas.

"Após o advento da Lei KISS (Lei Federal nº. 13.425/2017) é de fundamental importância a fiscalização permanente nesses estabelecimentos. A ação busca saber se as medidas de prevenção contra incêndio e pânico estão sendo adotadas para que incidentes e desastres não ocorram", pontuou o diretor de Atividades Técnicas do Corpo.

Site: https://maranhaodeverdade.com.br/casa-de-festas-clandestinas-e-interditada-em-sao-luis/

Prefeitura deve retirar construções irregulares na Praça 1, na Cidade Operária

O Judiciário determinou ao Município de São Luís retirar, em um ano, todas as ocupações e edificações erguidas na área institucional da "Cidade Operária", situadas próximas a UEB Tancredo Neves, e demolir toda e qualquer construção ou edificação já existente na área conhecida como "Praça nº 01", com 10.617,82m².

No prazo de 1 ano, o Município deverá reparar os danos causados à ordem urbanística com a demolição de todas as edificações existentes na área institucional do loteamento "Cidade Operária", restaurar e manter conforme o loteamento aprovado, mantendo o Município a área livre e desembaraçada para o uso público impedindo qualquer ocupação.

Em seis meses, o Município também deverá cadastrar e realocar as famílias residentes na área, incluindo, caso necessário, o custeio de aluguel social ou outra forma de auxílio mensal.

As medidas foram determinadas pelo juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, no julgamento da Ação Civil Pública proposta pelo **Ministério Público** contra o Município de São Luís. Segundo informações do processo, o loteamento foi aprovado pelo Município de São Luís contendo áreas institucionais e áreas verdes, mas conorme Parecer Técnico, parte dessa área está ilegalmente ocupada, por uma Igreja Assembleia de Deus, lava-jato, três casas, um terreno vazio e antena de telefonia móvel.

Para o **Ministério Público**, é obrigação do Município de São Luís reaver essas áreas daqueles que as ocupam restaurando a boa gestão dos bens de uso comum do povo, preservando sua destinação legal e constitucional.

PARCELAMENTO DO SOLO URBANO

O juiz fundamentou a decisão na Constituição Federal e na Lei nº 6.766/1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano . Segundo essa lei, os espaços livres de uso comum, as vias e praças, as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo, não poderão ter sua destinação alterada pelo loteador, desde a aprovação do loteamento, salvo as hipóteses de caducidade da licença ou desistência do loteador".

A lei também prevê que "Desde a data de registro do loteamento, passam a integrar o domínio do Município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo".

Conforme o entendimento do juiz no caso, ficou comprovado que a área institucional localizada na "Cidade Operária", próxima a UEB Tancredo Neves, foi ocupada, irregularmente, por particulares, com a omissão do Município de São Luís por ausência de fiscalização efetiva decorrente do seu poder de polícia.

"Tais ocupações não possuem amparo legal e contrariam as disposições do loteamento aprovado, que prevê a destinação das áreas institucionais para uso público e comunitário", afirmou o juiz.

A Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social elaborou relatórios informativos sobre as famílias ocupantes da área em questão e constatou que a maior parte das famílias encontra-se "em situação de risco e extrema vulnerabilidade" e a maioria dos ocupantes reside há poucos meses no local.

"Com efeito, embora os imóveis objetos desta demanda estejam ocupados por pessoas carentes e vulneráveis, os bens de uso comum do povo não são passíveis de utilização exclusiva por parte de particulares, sob pena de desvirtuar sua destinação afeta ao uso comum", conclui o juiz na sentença.

A sentença determinou ao Município de São Luís que, em 60 dias, apresente nos autos cronograma das atividades a serem desenvolvidas para o seu cumprimento. Em caso de descumprimento de qualquer das medidas determinadas, o juiz fixou multa diária no valor de R$ 1.000,00, a ser revertida ao Fundo Estadual de Direitos Difusos.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

asscom_cgj@tjma.jus.br

Site:

http://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/510241/prefeitura-deve-retirar-construcoes-irregulares-na-praca-1-na-cidade-operaria

Corpo de Bombeiros interdita casa de festa clandestina durante operação de fiscalização em São Luís

Quatro locais que promoviam festas de forma irregular passaram por inspeção, na noite de sábado (27), durante operação realizada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA), em conjunto com Polícia Militar do Maranhão (PMMA) e o **Ministério Público** Estadual do Maranhão (MPE-MA). Os espaços funcionavam nos bairros do Calhau, Barramar e Cohama, em São Luís (MA).

Um desses estabelecimentos, localizado no bairro Calhau, foi interditado durante as fiscalizações. Na ocasião, foi constatado que o local não tinha as devidas licenças e autorização para realizar festas do tipo "rave", que ocorriam ali nos finais de semana de forma clandestina.

Os demais estabelecimentos vistoriados receberam orientação técnica do Corpo de Bombeiros, visto que se tratam de lojas de conveniência de postos de combustíveis, que não possuem autorização para realizar eventos como festas.

Durante a ação ninguém foi preso pelas autoridades policiais, mas foram aplicadas medidas administrativas previstas na legislação de segurança contra incêndio e pânico. As fiscalizações foram motivadas por denúncias com abaixo-assinados recebidas pelo **Ministério Público** Estadual, as quais apontavam que os locais funcionavam irregularmente.

A operação contou com a presença do promotor responsável pelo Controle Externo da Atividade Policial, Cláudio Guimarães; do comandante-geral da Polícia Militar, coronel Paulo Fernando; do coronel da PM, Marcos Brito; e do diretor de Atividades Técnicas dos Bombeiros, Patricio Daniel Penha.

"Após o advento da Lei KISS (Lei Federal nº. 13.425/2017) é de fundamental importância a fiscalização permanente nesses estabelecimentos. A ação busca saber se as medidas de prevenção contra incêndio e pânico estão sendo adotadas para que incidentes e desastres não ocorram", pontuou o diretor de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros, o tenente-coronel Patricio Daniel Penha.

Site: https://boletimslz.com/corpo-de-bombeiros-

interdita-casa-de-festa-clandestina-durante-operacao-de-fiscalizacao-em-sao-luis/

Casa de eventos que realizava festas clandestinas é interditada em São Luís

Uma casa de festa foi interditada na noite desse sábado (27), em São Luís, durante uma fiscalização do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA), em conjunto com Polícia Militar do Maranhão (PMMA) e o **Ministério Público** Estadual do Maranhão (MPE-MA).

De acordo com informações do CBMMA, o local interditado fica localizado no bairro Calhau. Durante a operação, as equipes constataram que o local não possuía autorização para realizar as festas do tipo "rave", que estavam ocorrendo aos finais de semana.

Com a ausência de autorização, as festas eram realizadas de forma clandestina. Durante a ação, ninguém foi preso pelas autoridades policiais, mas foram aplicadas medidas administrativas previstas na legislação de segurança contra incêndio e pânico.

As fiscalizações foram realizadas após denúncias com abaixo-assinados recebidas pelo **Ministério Público** Estadual, que apontavam que o local funcionava irregularmente. Além da casa de festa que foi interditada, outros três locais passaram por vistoria.

Os demais estabelecimentos vistoriados receberam orientação técnica do Corpo de Bombeiros, visto que se tratam de lojas de conveniência de postos de combustíveis, que não possuem autorização para realizar eventos como festas.

"Após o advento da Lei KISS (Lei Federal nº. 13.425/2017) é de fundamental importância a fiscalização permanente nesses estabelecimentos. A ação busca saber se as medidas de prevenção contra incêndio e pânico estão sendo adotadas para que incidentes e desastres não ocorram", pontuou o diretor de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros, o tenente-coronel Patricio Daniel Penha.

Site: https://www.portalimaranhao.com.br/casa-de-eventos-que-realizava-festas-clandestinas-e-interditada-em-sao-luis/

Sessão solene celebra primeiro ano de fundação da União dos Vice-Prefeitos do Maranhão

Deputado Rodrigo Lago destacou a importância política dos vice-prefeitos e frisou que a instituição vem desempenhando importante pepel no fortalecimento do municipalismo

Agência Assembleia

A Assembleia Legislativa realizou, na manhã desta quinta-feira (25), no Plenário Nagib Haickel, sessão solene comemorativa do aniversário de primeiro ano de fundação da União dos Vice-Prefeitos e Vice-Prefeitas do Maranhão (Univimar).

Ao proferir discurso em nome do Poder Legislativo, deputado Rodrigo Lago (PCdoB), autor da proposição da homenagem à Univimar, destacou a importância política e institucional dos vice-prefeitos e vice-prefeitas. Ele ressaltou que a instituição, constituída em 18 de março de 2022, vem desempenhando um importante serviço no aprimoramento de políticas públicas para o fortalecimento do municipalismo no Maranhão.

O deputado estadual licenciado, Othelino Neto, atual secretário de Relações Institucionais do Maranhão no Distrito Federal, ocupou a tribuna para louvar a iniciativa da homenagem à Univimar. Ele frisou que o Parlamento Estadual tomou uma importante iniciativa ao promover a sessão solene.

"É um importante reconhecimento do trabalho destes políticos que muito fazem pelo desenvolvimento de seus municípios e pela população. Esta categoria merece contar com a Assembleia como um agente político que valorizará sempre a atuação de todos os vice-prefeitos maranhenses", declarou Othelino Neto.

Durante a solenidade, os deputados Juscelino Marreca (Patriotas), Júlio Mendonça (PCdoB) e Wellington do Curso (PSC) também proferiram discursos em homenagem à Univimar e aos seus dirigentes.

Na condição de representante do governador Carlos Brandão, o secretário de Estado de Articulação Política, Rubens Pereira, lembrou que foi na gestão de Othelino Neto, como presidente da Assembleia Legislativa, que foi oficializada uma importante parceria entre o Parlamento Estadual e a Univimar, celebrada por meio de um Acordo de Cooperação Técnica, que garantiu a cessão de um espaço para funcionamento da nova sede da instituição, em uma das dependências do Palácio Manoel Beckman.

Conquistas

Em seu discurso, o presidente da Univimar, Mário Cardoso, vice-prefeito da cidade de Monção, discorreu sobre o papel da entidade, salientando ações e conquistas obtidas. "Nós criamos a Univimar para dar um suporte técnico, uma atenção melhor para que os vice-prefeitos possam estar realmente preparados para assumir a administração da cidade quando for necessário", ressaltou Mário Cardoso.

A vice-presidente da Univimar, Maiara Pinheiro, que é vice-prefeita do município de São João Batista, assinalou que o papel do vice vai além de substituir o titular quando necessário, mas também desenvolver movimentos sociais, organizar reuniões para debater políticas públicas, ouvir as reivindicações da população local e elaborar ações que levem melhorias para o seu município, entre outras iniciativas.

A sessão solene, que também contou com a presença do **procurador-geral** de Justiça, **Eduardo Nicolau**, e da defensora pública Débora Alcântara, além de outras autoridades e representantes de instituições, foi encerrada com a assinatura de um Termo de Cooperação celebrado entre a Univimar e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA).

Site: http://portaldoguigui.com.br/2023/05/28/sessao-solene-celebra-primeiro-ano-de-fundacao-da-uniao-dos-vice-prefeitos-do-maranhao/

Casa de eventos no bairro Calhau em São Luís interditada em operação do Corpo de Bombeiros e Ministério Público

Aquiles Emir

Quatro locais que promoviam festas de forma irregular passaram por inspeção, na noite de sábado (27), durante operação realizada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA), em conjunto com Polícia Militar do Maranhão (PMMA) e o **Ministério Público** Estadual do Maranhão (MPE-MA). Os espaços funcionavam nos bairros do Calhau, Barramar e Cohama, em São Luís (MA).

Um desses estabelecimentos, localizado no bairro Calhau, foi interditado durante as fiscalizações. Na ocasião, foi constatado que o local não tinha as devidas licenças e autorização para realizar festas do tipo "rave", que ocorriam ali nos finais de semana de forma clandestina.

Os demais estabelecimentos vistoriados receberam orientação técnica do Corpo de Bombeiros, visto que se tratam de lojas de conveniência de postos de combustíveis, que não possuem autorização para realizar eventos como festas.

Durante a ação ninguém foi preso pelas autoridades policiais, mas foram aplicadas medidas administrativas previstas na legislação de segurança contra incêndio e pânico.

As fiscalizações foram motivadas por denúncias com abaixo-assinados recebidas pelo **Ministério Público** Estadual, as quais apontavam que os locais funcionavam irregularmente.

A operação contou com a presença do promotor responsável pelo Controle Externo da Atividade Policial, Cláudio Guimarães; do comandante-geral da Polícia Militar, coronel Paulo Fernando; do coronel da PM, Marcos Brito; e do diretor de Atividades Técnicas dos Bombeiros, Patricio Daniel Penha.

"Após o advento da Lei KISS (Lei Federal nº. 13.425/2017) é de fundamental importância a fiscalização permanente nesses estabelecimentos. A ação busca saber se as medidas de prevenção contra incêndio e pânico estão sendo adotadas para que incidentes e desastres não ocorram", pontuou o diretor de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros, o tenente-coronel Patricio Daniel Penha.

Site: https://maranhaohoje.com/negocios/casa-de-eventos-no-bairro-calhau-em-sao-luis-interditada-em-operacao-do-corpo-de-bombeiros-e-ministerio-publico/

MP aperta o cerco contra os "rolezinhos" e instaura procedimento investigatório criminal em desfavor do encontro de motociclistas em São Luís

O **Ministério Público do Maranhão**, através da 25ª **Promotoria de Justiça** Especializada, sob a titularidade do **Promotor de Justiça**, Cláudio Alberto Gabriel Guimarães, anunciou a instauração de um Procedimento Investigatório Criminal para apurar os chamados "rolezinhos" de motociclistas nas noites de São Luís.

Segundo **Ministério Público**, os rolezinhos têm sido realizados por motociclistas que modificam ilegalmente os escapamentos de suas motocicletas, resultando em passeios barulhentos e tumultuados que ocorrem até altas horas da madrugada. Essas atividades têm causado desordem no tráfego, crimes de trânsito e, principalmente, poluição sonora.

A ação do **Ministério Público** se baseia na Lei Federal nº 9.605 de 1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais, que estabelece sanções penais e administrativas para condutas prejudiciais ao meio ambiente e à saúde humana. O artigo 54 da referida lei prevê a proteção contra a poluição decorrente de qualquer fonte.

Além disso, a Resolução nº 418/2009 do Conselho Nacional do Meio Ambiente estabelece critérios para a elaboração de Planos de Controle de Poluição Veicular e a implantação de Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso. Essa resolução define limites máximos de ruído, certificados e divulgados pelos fabricantes, que variam entre 75 e 90 decibéis na condição de veículo parado.

Apesar de um ano de operação, os rolezinhos continuam a ser organizados por grupos de motociclistas, desafiando o sistema de justiça. Entre os grupos identificados estão "Os crias do Alfalto", "Família 100 noção SLZ", "Grau das Comunidades", "Grau de Quebrada" e "Família do Grau SLZ".

Diante da situação, o **Ministério Público** decidiu converter a Notícia de Fato em Procedimento Investigatório Criminal. O objetivo do Procedimento Investigatório Criminal é apurar a prática do delito tipificado no artigo 54 da Lei Federal nº 9.605 de 1998, que prevê a pena - reclusão, de um a quatro anos, além do pagamento de multa.

Site: https://folhadomaranhao.com/2023/05/mp-aperta-o-cerco-contra-os-rolezinhos-e-instaura-procedimento-investigatorio-criminal-em-desfavor-do-encontro-de-motociclistas-em-sao-luis/

Corpo de Bombeiros interdita casa de festa clandestina durante operação de fiscalização em São Luís

Quatro locais que promoviam festas de forma irregular passaram por inspeção, na noite de sábado (27), durante operação realizada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA), em conjunto com Polícia Militar do Maranhão (PMMA) e o **Ministério Público** Estadual do Maranhão (MPE-MA). Os espaços funcionavam nos bairros do Calhau, Barramar e Cohama, em São Luís (MA).

Um desses estabelecimentos, localizado no bairro Calhau, foi interditado durante as fiscalizações. Na ocasião, foi constatado que o local não tinha as devidas licenças e autorização para realizar festas do tipo "rave", que ocorriam ali nos finais de semana de forma clandestina.

Os demais estabelecimentos vistoriados receberam orientação técnica do Corpo de Bombeiros, visto que se tratam de lojas de conveniência de postos de combustíveis, que não possuem autorização para realizar eventos como festas.

Durante a ação ninguém foi preso pelas autoridades policiais, mas foram aplicadas medidas administrativas previstas na legislação de segurança contra incêndio e pânico. As fiscalizações foram motivadas por denúncias com abaixo-assinados recebidas pelo **Ministério Público** Estadual, as quais apontavam que os locais funcionavam irregularmente.

A operação contou com a presença do promotor responsável pelo Controle Externo da Atividade Policial, Cláudio Guimarães; do comandante-geral da Polícia Militar, coronel Paulo Fernando; do coronel da PM, Marcos Brito; e do diretor de Atividades Técnicas dos Bombeiros, Patricio Daniel Penha.

"Após o advento da Lei KISS (Lei Federal nº. 13.425/2017) é de fundamental importância a fiscalização permanente nesses estabelecimentos. A ação busca saber se as medidas de prevenção contra incêndio e pânico estão sendo adotadas para que incidentes e desastres não ocorram", pontuou o diretor de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros, o tenente-coronel Patricio Daniel Penha.

Site: https://omaranhense.com/corpo-de-bombeiros-

interdita-casa-de-festa-clandestina-durante-operacao-de-fiscalizacao-em-sao-luis/

Corpo de Bombeiros interdita casa de festa clandestina em São Luís

Da redação

Quatro locais que promoviam festas de forma irregular passaram por inspeção, na noite de sábado (27), durante operação realizada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA), em conjunto com Polícia Militar do Maranhão (PMMA) e o **Ministério Público** Estadual do Maranhão (MPE-MA). Os espaços funcionavam nos bairros do Calhau, Barramar e Cohama, em São Luís (MA).

Um desses estabelecimentos, localizado no bairro Calhau, foi interditado durante as fiscalizações. Na ocasião, foi constatado que o local não tinha as devidas licenças e autorização para realizar festas do tipo "rave", que ocorriam ali nos finais de semana de forma clandestina.

Os demais estabelecimentos vistoriados receberam orientação técnica do Corpo de Bombeiros, visto que se tratam de lojas de conveniência de postos de combustíveis, que não possuem autorização para realizar eventos como festas.

Durante a ação ninguém foi preso pelas autoridades policiais, mas foram aplicadas medidas administrativas previstas na legislação de segurança contra incêndio e pânico. As fiscalizações foram motivadas por denúncias com abaixo-assinados recebidas pelo **Ministério Público** Estadual, as quais apontavam que os locais funcionavam irregularmente.

A operação contou com a presença do promotor responsável pelo Controle Externo da Atividade Policial, Cláudio Guimarães; do comandante-geral da Polícia Militar, coronel Paulo Fernando; do coronel da PM, Marcos Brito; e do diretor de Atividades Técnicas dos Bombeiros, Patricio Daniel Penha.

"Após o advento da Lei KISS (Lei Federal nº. 13.425/2017) é de fundamental importância a fiscalização permanente nesses estabelecimentos. A ação busca saber se as medidas de prevenção contra incêndio e pânico estão sendo adotadas para que incidentes e desastres não ocorram", pontuou o diretor de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros, o tenente-coronel Patricio Daniel Penha.

Site: https://jornalpequeno.com.br/2023/05/28/corpo-de-bombeiros-interdita-casa-de-festa-clandestina-em-sao-

luis/

Membros do Ministério Público do Maranhão acompanham visita a unidades prisionais (Justiça)

Portal do Munim

MARANHÃO - O **procurador-geral** de justiça, **Eduardo Nicolau**, e o subprocurador-geral de justiça para Assuntos Jurídicos, Danilo Castro, integraram comitiva que acompanhou a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, em uma visita institucional, organizada pelo Governo do Maranhão, a unidades do sistema prisional do estado.

O objetivo da visita foi apresentar políticas penitenciárias desenvolvidas no Maranhão na área de humanização, com destaque para ações voltadas para o trabalho e a educação da população carcerária.

Acompanharam a visita o secretário-chefe da Casa Civil, Sebastião Madeira, que, na ocasião, representou o governador Carlos Brandão; o secretário Nacional de Políticas Penais, Rafael Velasco Brandani; o secretário de Segurança Pública do estado, Maurício Martins; o juiz Douglas Martins, conselheiro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP); o defensor-geral, Gabriel Furtado, além de representantes das forças de segurança do estado.

O subsecretário de Estado de Administração Penitenciária do Maranhão, Fredson Pinheiro Maciel, que, na ocasião, representou o titular da Seap, Murilo Andrade, explicou como foi realizada a reconstrução do sistema penitenciário do Maranhão, destacando ações nas áreas de segurança, gestão, modernização e humanização. Ele explicou como são realizadas atividades de trabalho, como digitalização, produção de móveis e malharia, além de ações de educação, como o EAD prisional.

Em sua fala, o juiz Douglas Martins ressaltou o trabalho conjunto realizado pelas instituições integrantes do sistema de justiça, como Judiciário, **Ministério Público** e Defensoria Pública, que, em parceria com o poder executivo, têm conseguido reverter quadros negativos. Nesse sentido, o juiz destacou a criação da Central de Regulação de Vagas, que visa organizar de forma permanente a ocupação nas prisões.

O **procurador-geral** de justiça, **Eduardo Nicolau**, também ressaltou que a história do sistema penitenciário maranhense já foi bem diferente e que a união de forças das instituições é benéfica para todos, pois tem como principal premissa a humanização. O chefe do **MPMA** aconselhou a governadora Raquel Lyra a chamar todas as instituições do seu estado para melhorar o sistema penitenciário, assim como ocorreu no Maranhão. "Chame todas as instituições porque todos têm que comungar do mesmo pensamento: solidariedade", destacou.

Após a apresentação, a comitiva visitou áreas da Unidade Prisional Feminina, como a digitalização, padaria e a malharia, e da Unidade Prisional Masculina, como a fábrica de blocos e de móveis.

FONTE: Coordenadoria de Comunicação - **MPMA**

Site:
https://www.portaldomunim.com.br/2023/05/membros-do-ministerio-publico-do-maranhao-acompanham-visita-a-unidades-prisionais/

Câmara realiza audiência sobre políticas públicas para pessoas com HIV/AIDS

omaranhense

Discutir e pontuar projetos e ações voltados às pessoas com HIV/AIDS foi o tema de audiência pública realizada na Câmara Municipal de São Luís, nesta quinta-feira (25). O debate é fruto de solicitação da vereadora Silvana Noely (PTB), que propôs o debate sobre o tema, com fins a implementar as deliberações na Casa de Apoio Acolher. A instituição executa projetos voltados ao acolhimento de pessoas com HIV/AIDS, em todo o Maranhão. Marcaram presença à audiência, autoridades de vários órgãos do Poder Público, representantes de entidades ligadas ao tema e sociedade civil.

A vereadora Silvana Noely destacou que a audiência foi o momento para ouvir e debater tema crucial para a saúde pública e para a garantia dos direitos humanos. "Enquanto vereadora, presidente da Comissão de Direitos Humanos e alguém que vivencia a cidade, sei da importância deste tema e penso que nossa responsabilidade é dupla, no sentido de garantirmos o respeito e a dignidade às pessoas afetadas e para que tenham maior acesso à informação e ao tratamento adequado", frisou.

Silvana Noely reiterou que "a saúde é um direito fundamental e ninguém deve ser privado dele" e se colocou à disposição "para receber a todos em nosso gabinete, ampliar esse debate e encontrar soluções". A parlamentar também agradeceu as presenças. "Expresso minha grande gratidão a todos que participaram desta audiência e contribuíram para avançarmos nas discussões destas políticas públicas", pontuou a vereadora.

A parlamentar citou que a Casa Acolher tem uma importância enorme para toda a população do Maranhão e que "devemos garantir o funcionamento adequado do espaço, que oferta estadia, alimentação, kits de higiene, atendimentos terapêuticos e outros, para oferecer mais qualidade de vida às pessoas portadoras da HIV/AIDS".

"Agradecemos a oportunidade de poder debater sobre o tema, em um momento simbólico, em que homenageamos quem já se foi por conta da Aids. Realizamos um trabalho pelo qual somos apaixonados, que é esse tema e pelo qual lutamos e queremos ver avançar para a melhor qualidade de vidas das pessoas com HIV e dos que as rodeiam", disse o coordenador de IST/AIDS e Hepatites Virais, Wendel Alencar, representando a Vigilância Municipal de Saúde de São Luís.

"Nossa instituição precisa de mais apoio do poder público e que este tema seja tratado com mais humanidade e mais amor. Nos doamos e podemos contar com alguns parceiros, mas, temos feito muito malabarismos para atender a demanda imensa que nos procura. Essa audiência se mostrou importante para que haja um olhar mais sensível a esse tema e às pessoas com HIV/AIDS. Nosso contexto de acolhimento é pelo apoio de doadores e de quem se solidariza com nosso trabalho e aos quais agradecemos", frisou o coordenador da Casa Acolher, Paulo Ribeiro. A instituição fica no bairro Jordoa, próximo ao Hospital Presidente Vargas, e é mantida com as contribuições de voluntários e doações feitas por pessoas e segmentos da sociedade.

Participaram ainda, o diretor para Assuntos Institucionais da Secretaria do **Ministério Público**, José Márcio Maia Alves; **promotor de Justiça** e assessor da Procuradoria Geral do **Ministério Público**, Marco Aurélio; coordenadora do Programa de Atendimento às IST HIV AIDS e IHV, Jocélia Frazão de Matos, que representou o titular da Secretaria de Estado da Saúde (SES), Tiago Fernandes; a membro da Comissão de Saúde da OAB-MA, Ana Flávia; coordenação do Fórum AIDS Maranhão, Fernando Cardoso; membro da Atenção Primária em Saúde, representando a Secretaria Municipal de Saúde (Semus); entre outras autoridades e membros de entidades ligadas ao tema.

Site: https://omaranhense.com/camara-realiza-audiencia-sobre-politicas-publicas-para-pessoas-com-hiv-aids/

Em Raposa moradores clamam por socorro e relatam riscos de saúde pública

Além de várias reivindicações de melhorias de infraestrutura já feita pelos moradores do bairro Vila Laci ao poder público municipal de Raposa, neste último domingo (21) voltaram a reunir-se em frente a uma lagoa que existe no bairro e fizeram apelo de socorro, pois se sentem ameaçados por pequenos moluscos similares ao "molusco terrestre Achatina fulica", popularmente conhecido como "Caramujo Africano" que já proliferam em grandes quantidades e rastejam para as residências dos moradores do bairro.

Assista o Vídeo:

Moradores também afirmaram que apesar do prefeito Eudes Barros ter ído ao local, em momento que tratava-se sobre o aterro do lagoa (apesar de não aterrar a lagoa) o mesmo não foi capaz de enviar uma equipe da Secretaria de Saúde para averiguação de tal situação. Os pequenos moluscos só multiplicam a cada dia e já há outros endereços diversos também na cidade de Raposa como a rua são josé no bairro Vila Nova e Bairro do Juçara onde os moluscos foram encontrados e até hoje estão espalhados e se multiplicando. O caso já é suficiente para que a as autoridades públicas e Secretaria de Saúde do município tomem providências urgentes no sentido de evitar que os bichinhos não tomem conta da cidade.

Além dos pequenos moluscos suspeitos, moradores reclamam do mal cheiro, há sérios riscos de leptospirose devido a quantidades de roedores (ratos) que frequentam o ambiente e temem também, pois, o local está servindo para proliferação de diversos mosquitos que por sua espécie possam vir causar sérios risco a saúde dos moradores.

Quanto aos Caramujos Africanos por sua espécie, representam riscos para os seres humanos e animais domésticos, como cães e gatos.

Leia sobre a transmissão - (Aquí)

O prefeito de Raposa já era ciente da gravidade existente do local

Depois de várias reclamações houve reivindicação expedida pelos moradores do bairro em 19/01/2023 relatando agravantes que o bairro enfrenta, com aproximadamente 400 assinaturas entregue a prefeitura de Raposa apontando problemas tais como: alagamentos e enchentes que estavam causando prejuízo e risco a população, e no tocante a lagoa onde há sério risco de saúde. O prefeito Eudes Barros juntamente o presidente da Câmara sr Daniel Fernades (Neófito e canhestro) estiveram no local se comprometendo de resolver o problema dos moradores mas infelizmente não aterraram a lagoa que hoje aponta em direção a problemas graves de saúde pública.

Além deste fator agravante de acordo com outro documento que consta no **Ministério Público**, os moradores haviam também reivindicado uma tubulação que viesse a passar pela rua da Matriz afim de fazer todo o escoamento das águas das chuvas sanando problemas que atingia outras ruas.

A **Ministério Público** conforme protocolo: 000047-001/2023 tendo conhecimento do caso notificou a prefeitura de Raposa no dia 09/02/2023 juntamente com a Secretaria de Infraestrutura do município encaminhando representação e solicitando informações sobre providências adotadas sobre o caso pelo prefeito de Raposa Eudes da Silva Barros no prazo de 10 dias.

Foi logo depois do MP notificar a prefeitura de Raposa que Eudes Barros juntamente com o atual presidente da Câmara o sr Daniel Fernandes (Neófito e canhestro) estiveram no bairro Vila Laci e colocaram os pés de frente a lagoa onde foi colocado algumas carradas de entulho e lixo, depois deram com os mesmos pés para trás abandonando o local que incomoda os moradores trazendo gravíssimos risco de saúde.

Assista o vídeo:

Matéria: Járed, Fórum Imparcial

Site: https://www.portalimaranhao.com.br/em-raposa-moradores-clamam-por-socorro-e-relatam-riscos-de-saude-publica/

Marcial Lima reúne sindicatos para discutir melhorias no funcionalismo público municipal

Equipe MV

Uma audiência pública proposta pelo vereador Marcial Lima (Podemos) reuniu, nesta sexta-feira (26), na sede da Câmara Municipal de São Luís, representantes de sindicatos ligados ao funcionalismo público municipal. O objetivo foi debater sobre melhorias de salário e das condições de trabalho para a categoria.

Uma audiência pública proposta pelo vereador Marcial Lima (Podemos) reuniu, nesta sexta-feira (26), na sede da Câmara Municipal de São Luís, representantes de sindicatos ligados ao funcionalismo público municipal. O objetivo foi debater sobre melhorias de salário e das condições de trabalho para a categoria.

De acordo o vereador, a audiência é importante, pois trata-se de um suporte para encaminhamentos ao **Ministério Público** do Trabalho (MPT), **Ministério Público** Estadual (MPE) e **Ministério Público** Federal (MPF) e também para o Executivo Municipal e Mesa Diretora da Câmara de São Luís.

De acordo o vereador, a audiência é importante, pois trata-se de um suporte para encaminhamentos ao **Ministério Público** do Trabalho (MPT), **Ministério Público** Estadual (MPE) e **Ministério Público** Federal (MPF) e também para o Executivo Municipal e Mesa Diretora da Câmara de São Luís.

"Foi criada uma comissão pelo presidente Paulo Victor (PCdoB) para discutir a questão salarial de quem está na Casa. E aí propus esta audiência para que a gente possa ouvir os trabalhadores da Rede Municipal", afirmou o parlamentar.

"Foi criada uma comissão pelo presidente Paulo Victor (PCdoB) para discutir a questão salarial de quem está na Casa. E aí propus esta audiência para que a gente possa ouvir os trabalhadores da Rede Municipal", afirmou o parlamentar.

Um dos debatedores, o vice-presidente do Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos Municipais de São Luís (SINFUSP-SL), Denison Sodré, fez uma explanação sobre o índice percentual de reajuste salarial, a defasagem da tabela de vencimentos, as perdas salariais acumuladas nos últimos anos e a ocupação de servidores efetivos em cargos comissionados no funcionalismo municipal.

Um dos debatedores, o vice-presidente do Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos Municipais de São Luís (SINFUSP-SL), Denison Sodré, fez uma explanação sobre o índice percentual de reajuste salarial, a defasagem da tabela de vencimentos, as perdas salariais acumuladas nos últimos anos e a ocupação de servidores efetivos em cargos comissionados no funcionalismo municipal.

"Em nome da diretoria do SINFUSP-SL, quero agradecer aos servidores públicos, representantes de entidades e autoridades presentes e, ainda, de todos que se dispõem a melhorar as condições salariais e de trabalho da categoria", falou o sindicalista.

"Em nome da diretoria do SINFUSP-SL, quero agradecer aos servidores públicos, representantes de entidades e autoridades presentes e, ainda, de todos que se dispõem a melhorar as condições salariais e de trabalho da categoria", falou o sindicalista.

O presidente do Sindicato dos Servidores da Câmara Municipal de São Luís (SINDISCAM-SLZ), Mauro Brandão, falou sobre a falta de valorização dos servidores municipais.

O presidente do Sindicato dos Servidores da Câmara Municipal de São Luís (SINDISCAM-SLZ), Mauro Brandão, falou sobre a falta de valorização dos servidores municipais.

"Um dos pontos é que o servidor da casa não era olhado. A gente acompanhava da galeria, ou até mesmo pelo YouTube, discussões sobre vários agentes do executivo municipal e não sentíamos como se estivessem tratando da gente", disse o servidor da Câmara, lembrando que um dos motivos da fundação do sindicato, em janeiro deste ano, foi exatamente ter esta voz que representasse o funcionário do parlamento municipal.

"Um dos pontos é que o servidor da casa não era olhado. A gente acompanhava da galeria, ou até mesmo pelo YouTube, discussões sobre vários agentes do executivo municipal e não sentíamos como se estivessem tratando da gente", disse o servidor da Câmara, lembrando que um dos motivos da fundação do sindicato, em janeiro deste ano, foi exatamente ter esta voz que representasse o funcionário do parlamento municipal.

Mauro Brandão esclareceu ainda que o SINDISCAM-SLZ abrange os servidores efetivos, estáveis e aposentados, mas que a luta é de todo o corpo funcional. "Aqui há várias realidades. E a gente tenta, ao máximo, levar em conta estas realidades, porque entendemos que este é o nosso papel até porque esta é uma luta de classe", pontuou, acrescentando que o sindicato quer integrar as discussões que envolva o funcionalismo municipal.

Mauro Brandão esclareceu ainda que o SINDISCAM-SLZ abrange os servidores efetivos, estáveis e aposentados, mas que a luta é de todo o corpo funcional. "Aqui há várias realidades. E a gente tenta, ao máximo, levar em conta estas realidades, porque entendemos que este é o nosso papel até porque esta é uma luta de classe", pontuou, acrescentando que o sindicato quer integrar as discussões que envolva o funcionalismo municipal.

Já a presidente do Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de Educação de São Luís (SINDEDUCAÇÃO), Sheila Bordalo, se ateve, principalmente, às condições de trabalho dos mais de 30 mil servidores do município.

Já a presidente do Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de Educação de São Luís (SINDEDUCAÇÃO), Sheila Bordalo, se ateve, principalmente, às condições de trabalho dos mais de 30 mil servidores do município.

"Se a gente for pensar em como estão as condições dos postos de saúde e das escolas, por exemplo, a gente vai encontrar inúmeros problemas", alertou a sindicalista, observando que é necessário que o Legislativo Municipal se faça presente nas instituições públicas para ver e ouvir os trabalhadores.

"Se a gente for pensar em como estão as condições dos postos de saúde e das escolas, por exemplo, a gente vai encontrar inúmeros problemas", alertou a sindicalista, observando que é necessário que o Legislativo Municipal se faça presente nas instituições públicas para ver e ouvir os trabalhadores.

Citando a Escola Felipe Conduru, no bairro do São Cristóvão, a sindicalista relatou que, mesmo tendo sido reformada recentemente, a unidade de ensino está parada há mais de dois meses para corrigir problemas da obra anterior. Ela chamou a atenção para servidores como os vigilantes, os agentes da limpeza, os assistentes sociais ou monitores e cuidadores escolares que, em termos de salário, jornada e condição de trabalho, vivem uma situação alarmante.

Citando a Escola Felipe Conduru, no bairro do São Cristóvão, a sindicalista relatou que, mesmo tendo sido reformada recentemente, a unidade de ensino está parada há mais de dois meses para corrigir problemas da obra anterior. Ela chamou a atenção para servidores como os vigilantes, os agentes da limpeza, os assistentes sociais ou monitores e cuidadores escolares que, em termos de salário, jornada e condição de trabalho, vivem uma situação alarmante.

Saulo Arcangeli, da Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas), abordou, entre outros temas relacionados à discussão, a necessidade de um plano de carreiras e a situação dos prestadores de serviço.

Saulo Arcangeli, da Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas), abordou, entre outros temas relacionados à discussão, a necessidade de um plano de carreiras e a situação dos prestadores de serviço.

"A gente sabe que os prestadores de serviço fazem também um excelente trabalho, mas sofrem um assédio muito forte. É preciso garantir o serviço prestado, mas que tenha concurso público, para que possa se oferecer um melhor serviço à população", observou, criticando o prefeito Eduardo Braide (PSD) que segundo ele, não tem um bom diálogo com o funcionalismo público municipal.

"A gente sabe que os prestadores de serviço fazem também um excelente trabalho, mas sofrem um assédio muito forte. É preciso garantir o serviço prestado, mas que tenha concurso público, para que possa se oferecer um melhor serviço à população", observou, criticando o prefeito Eduardo Braide (PSD) que segundo ele, não tem um bom diálogo com o funcionalismo público municipal.

Também fizeram parte das discussões a presidente do SINFUSP-SL, Lúcia Barbosa de Sousa, e o diretor de saúde e previdência da entidade, Norgênio Farias Neto, além de representantes de diversas outras organizações sindicais e de servidores da Rede Municipal, que foram acompanhar as discussões e dar suas contribuições.

Também fizeram parte das discussões a presidente do SINFUSP-SL, Lúcia Barbosa de Sousa, e o diretor de

saúde e previdência da entidade, Norgênio Farias Neto, além de representantes de diversas outras organizações sindicais e de servidores da Rede Municipal, que foram acompanhar as discussões e dar suas contribuições.

Além de Marcial Lima, participaram ainda da audiência o vereador Pavão Filho (PDT) e os representantes do Coletivo Nós (PT), Jhonatan Soares e Raimunda Oliveira.

Além de Marcial Lima, participaram ainda da audiência o vereador Pavão Filho (PDT) e os representantes do Coletivo Nós (PT), Jhonatan Soares e Raimunda Oliveira.

Site: https://maranhaodeverdade.com.br/marcial-lima-reune-sindicatos-para-discutir-melhorias-no-funcionalismo-publico-municipal/

Secretária da Mulher Abigail realizou um dos maiores eventos para mulheres a nível de Brasil

Por Minuto Barra

O Governo do Maranhão através da Secretaria de Estado da Mulher, comandada pela secretária Abigail Cunha, promoveu o maior Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres na história do Maranhão.

E não é exagero em dizer; a secretária Abigail com o apoio do governador Carlos Brandão realizou um dos maiores eventos do Brasil no Maranhão.

Prova disso, foi a presença de várias secretárias de estados que vieram ao Maranhão a convite da secretária Abigail e do governador Brandão para participarem do evento.

Publicidade

Também a convite do governador Brandão e da secretária da mulher Abigail, o presidente Lula enviou ao evento três ministros; Ciga Gonçalves(ministra da mulher), Sônia Guajajara(ministra dos povos originários) e Welligton Dias(ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil). Mais de duas mil mulheres marcaram presença no evento. A presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão prestigiou o evento e parabenizou a secretária Abigail pela grandeza do fórum. Além da presidente da Alema, várias deputadas estaduais, deputados e a senadora Eliziane Gama também participaram do evento. A primeira-dama do Maranhão, Larissa Brandão, também se fez presente.

O Fórum de Mulheres anunciou uma série de políticas e ações para o enfrentamento à violência e a garantia dos direitos das mulheres maranhenses. Nesta quinta-feira (25), foi assinado o decreto que institui o programa Viva Mulher Maranhense, lançado o III Plano Estadual de Políticas Públicas para Mulheres e anunciada a implantação de mais 17 unidades da Casa da Mulher da Maranhense. Também foram assinados três termos de cooperação técnica entre a Secretaria de Estado da Mulher (Semu) e outros órgãos estaduais.

O governador Carlos Brandão destacou a importância das novas ações anunciadas pelo seu governo.

A secretária da Mulher, Abigail Cunha, ressaltou o comprometimento do Governo do Maranhão em garantir melhores condições de vida para as maranhenses.

A ministra de Estado das Mulheres, Cida Gonçalves, ressaltou que entre os diversos resultados esperados, um deles é que o fórum garanta a implantação de Secretarias da Mulher em todas as cidades maranhenses.

O ministro Wellington Dias (Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome) informou que o Maranhão irá receber recursos para a assistência social que também beneficiarão as mulheres do Estado.

A ministra Sônia Guajajara (Povos Indígenas) lembrou que o Brasil completou pouco mais de 90 anos que as mulheres passaram a ter direito ao voto, mas que ainda é preciso avançar muito mais.

A deputada estadual Iracema Vale reafirmou o compromisso da Assembleia Legislativa com a população feminina maranhense.

Casa da Mulher Maranhense

Para reforçar o compromisso da gestão estadual com as mulheres maranhenses foi assinado o decreto para a implantação de novas unidades do Serviço de Atendimento à Mulher Maranhense em Situação de Violência, a Casa da Mulher Maranhense, que atualmente conta com dois equipamentos do tipo, sendo um em Imperatriz e o outro em Caxias.

A Casa da Mulher Maranhense é um espaço integrado e especializado no atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência, ofertando os serviços de acolhimento e triagem, apoio psicossocial, delegacia especializada, juizado, **Ministério Público**, Defensoria Pública, Patrulha Maria da Penha e os demais órgãos e serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Programa Viva Mulher Maranhense

Também foi assinado o decreto que institui o programa Viva Mulher Maranhense para promover a oferta de serviços públicos para a prevenção e atendimento às mulheres em situação de violência, por meio da articulação com os sistemas de Justiça e com as políticas públicas de saúde, segurança, educação, assistência social, trabalho, emprego, renda, cultura, esporte e lazer para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

III Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres 2022-2023

Outra ação do governo estadual para a garantia dos direitos das mulheres foi o lançamento do III Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres 2022-2023 para a implantação de políticas prioritárias na promoção da igualdade entre mulheres e homens no estado com o objetivo de fortalecer as mulheres social e politicamente, com a interiorização e municipalização das ações de gênero, garantindo oportunidades de autonomia econômica, educação, saúde e enfrentamento da violência.

O plano é resultado de um trabalho realizado de forma coletiva sob a coordenação da Secretaria de Estado da Mulher (Semu) e do Conselho Estadual da Mulher (CEM), com a participação da sociedade civil, dos movimentos sociais e de mulheres, de entidades e órgãos de proteção à mulher, de vários setores governamentais e em parceria com a ONU Mulheres.

Cooperação Técnica

Foram assinados ainda três termos de cooperação técnica entre a Semu e outros órgãos estaduais. "A assinatura destes três termos de cooperação técnica representa a importância da transversalidade para a implantação e efetivação de políticas públicas para as mulheres, afinal, nós somos um governo só e estamos preocupados em ampliar as ações e avançar na garantia dos direitos para todas as mulheres maranhenses", afirmou Abigail Cunha.

Com a Escola de Governo do Maranhão (EGMA) serão realizadas atividades formativas aos servidores públicos em formato de trilha, voltadas à promoção da igualdade de gênero na administração pública e enfrentamento da violência contra a mulher e sua relação com as políticas públicas.

Em parceria com o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Iema) serão executadas atividades formativas e de capacitação para as mulheres negras com foco na garantia de direitos, promoção da igualdade racial e proteção dos indivíduos e grupos étnicos atingidos pela discriminação e demais formas de intolerância.

Já com a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF) serão feitas atividades formativas, de capacitação profissional, oficinas e orientações técnicas nos programas Mais Sustentabilidade no Campo, Cadastro Ambiental Rural (CAR), Programa Cisternas (Primeira Água), Quintais produtivos, Programa de Compras da Agricultura Familiar (Procaf) e Sementes Crioulas, este último voltado especificamente para as mulheres negras.

Ações em execução

A garantia de políticas públicas voltadas para as mulheres é um dos eixos principais do Governo do Estado do Maranhão, que vem desenvolvendo ações no sentido de promover a proteção contra a violência de gênero, garantia de direitos e o incentivo ao protagonismo feminino, por meio de iniciativas na saúde, assistência social, cidadania, segurança, dentre outras áreas.

Por isso, já estão em execução diversas ações como a Carreta da Mulher, que já realizou mais de 250 mil atendimentos em saúde. Por meio do Ônibus Lilás o governo tem levado informação e orientações para as mulheres de comunidades tradicionais e quilombolas sobre os seus direitos.

No enfrentamento à violência o estado já conta com 13 casas da Mulher Brasileira, duas casas da Mulher Maranhense e a Patrulha Maria da Penha, que já conta com 18 equipes e segue sendo ampliada. O governo também paga o Aluguel Social Maria da Penha às vítimas de violência em situação de vulnerabilidade social.

O Centro Estadual de Referência das Mulheres Negras combate o racismo estrutural e a intolerância religiosa., além de oferecer assistência jurídica, psicológica e cursos profissionalizantes. O projeto Minha Escola Me Acolhe capacita adolescentes das escolas da rede estadual e o Mulheres Guardiãs debate sobre direitos e serviços.

Por meio do Mulher Ativa o governo impulsiona o empreendedorismo feminino com cursos de qualificação e auxílio financeiro. O programa Te Empodera, Mulher já chegou a 30 municípios, combatendo a desigualdade social da mulher por meio de inclusão produtiva, qualificação e empreendedorismo.

Parabéns a secretária Abigail e governador Carlos Brandão.

Site: https://minutobarra.com.br/noticias/secretaria-da-mulher-abigail-realizou-um-dos-maiores-eventos-para-mulheres-a-nivel-de-brasil/

Membros do Ministério Público do Maranhão acompanham visita a unidades prisionais

omaranhense

O **procurador-geral** de justiça, **Eduardo Nicolau**, e o subprocurador-geral de justiça para Assuntos Jurídicos, Danilo Castro, integraram comitiva que acompanhou a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, em uma visita institucional, organizada pelo Governo do Maranhão, a unidades do sistema prisional do estado.

O objetivo da visita foi apresentar políticas penitenciárias desenvolvidas no Maranhão na área de humanização, com destaque para ações voltadas para o trabalho e a educação da população carcerária.

Acompanharam a visita o secretário-chefe da Casa Civil, Sebastião Madeira, que, na ocasião, representou o governador Carlos Brandão; o secretário Nacional de Políticas Penais, Rafael Velasco Brandani; o secretário de Segurança Pública do estado, Maurício Martins; o juiz Douglas Martins, conselheiro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP); o defensor-geral, Gabriel Furtado, além de representantes das forças de segurança do estado.

O subsecretário de Estado de Administração Penitenciária do Maranhão, Fredson Pinheiro Maciel, que, na ocasião, representou o titular da Seap, Murilo Andrade, explicou como foi realizada a reconstrução do sistema penitenciário do Maranhão, destacando ações nas áreas de segurança, gestão, modernização e humanização. Ele explicou como são realizadas atividades de trabalho, como digitalização, produção de móveis e malharia, além de ações de educação, como o EAD prisional.

Em sua fala, o juiz Douglas Martins ressaltou o trabalho conjunto realizado pelas instituições integrantes do sistema de justiça, como Judiciário, **Ministério Público** e Defensoria Pública, que, em parceria com o poder executivo, têm conseguido reverter quadros negativos. Nesse sentido, o juiz destacou a criação da Central de Regulação de Vagas, que visa organizar de forma permanente a ocupação nas prisões.

O **procurador-geral** de justiça, **Eduardo Nicolau**, também ressaltou que a história do sistema penitenciário maranhense já foi bem diferente e que a união de forças das instituições é benéfica para todos, pois tem como principal premissa a humanização. O chefe do **MPMA** aconselhou a governadora Raquel Lyra a chamar todas as instituições do seu estado para melhorar o sistema penitenciário, assim como ocorreu no Maranhão. "Chame todas as instituições porque todos têm que comungar do mesmo pensamento: solidariedade", destacou.

Após a apresentação, a comitiva visitou áreas da Unidade Prisional Feminina, como a digitalização, padaria e a malharia, e da Unidade Prisional Masculina, como a fábrica de blocos e de móveis.

Site: https://omaranhense.com/membros-do-ministerio-publico-do-maranhao-acompanham-visita-a-unidades-prisionais/

Cirurgias plásticas serão ofertadas para mulheres e crianças vítimas de violência

omaranhense

Com o objetivo viabilizar cirurgias plásticas reparadoras em mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) assinará termo de cooperação com a Fundação Instituto para Desenvolvimento do Ensino e Ação Humanitária (IDEAH) da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP), nesta segunda-feira (29/5), às 14h30 , no Palácio Clóvis Bevilácqua.

O termo de cooperação implantará o "Projeto Recomeçar" no Maranhão - iniciativa que tem se expandido aos tribunais do país - e deverá oferecer serviços de cirurgia plástica de rede privada credenciada e demais serviços credenciados à Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP).

As ações a serem executadas visarão o levantamento de pessoas (mulheres, crianças e adolescentes) vítimas de crime ou ato infracional, quando a sequela resultar do crime ou do ato infracional, com potencial indicação médica de cirurgia reparadora.

O encaminhamento das vítimas para a Fundação IDEAH se dará por intermédio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher/TJMA) e da Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJMA (CIJ/TJMA).

As vítimas serão indicadas pelas(os) magistradas(os) dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e dos Tribunais do Júri do TJMA, ou pela Vara da Infância e Juventude do TJMA, para fins de avaliação médica, visando a análise da indicação (ou não) da cirurgia reparadora.

A Fundação IDEAH - integrante da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica - é um órgão humanitário de ensino e pesquisa, fundado em 2012, tendo como instituição fiscalizadora curadoria do **Ministério Público**. Já realizou mais de 7 mil cirurgias plásticas reparadoras em pacientes carentes e mutirões de reconstrução mamária em pacientes mastectomizadas pós câncer de mama, pacientes escalpeladas na região amazônica e pacientes com lábio leporino.

Site: https://omaranhense.com/cirurgias-plasticas-serao-

ofertadas-para-mulheres-e-criancas-vitimas-de-violencia/

Governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, conheceu políticas penitenciárias desenvolvidas no Maranhão

Ribamar Guimarães

O **procurador-geral** de justiça, **Eduardo Nicolau**, e o subprocurador-geral de justiça para Assuntos Jurídicos, Danilo Castro, integraram comitiva que acompanhou a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, em uma visita institucional, organizada pelo Governo do Maranhão, a unidades do sistema prisional do estado.

O objetivo da visita foi apresentar políticas penitenciárias desenvolvidas no Maranhão na área de humanização, com destaque para ações voltadas para o trabalho e a educação da população carcerária.

Acompanharam a visita o secretário-chefe da Casa Civil, Sebastião Madeira, que, na ocasião, representou o governador Carlos Brandão; o secretário Nacional de Políticas Penais, Rafael Velasco Brandani; o secretário de Segurança Pública do estado, Maurício Martins; o **procurador-geral** do Estado, Rodrigo Maia; o juiz Douglas Martins, conselheiro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP); o defensor-geral, Gabriel Furtado, além de representantes das forças de segurança do estado.

O subsecretário de Estado de Administração Penitenciária do Maranhão, Fredson Pinheiro Maciel, que, na ocasião, representou o titular da Seap, Murilo Andrade, explicou como foi realizada a reconstrução do sistema penitenciário do Maranhão, destacando ações nas áreas de segurança, gestão, modernização e humanização. Ele explicou como são realizadas atividades de trabalho, como digitalização, produção de móveis e malharia, além de ações de educação, como o EAD prisional.

Em sua fala, o juiz Douglas Martins ressaltou o trabalho conjunto realizado pelas instituições integrantes do sistema de justiça, como Judiciário, **Ministério Público** e Defensoria Pública, que, em parceria com o poder executivo, têm conseguido reverter quadros negativos. Nesse sentido, o juiz destacou a criação da Central de Regulação de Vagas, que visa organizar de forma permanente a ocupação nas prisões.

O **procurador-geral** de justiça, **Eduardo Nicolau**, também ressaltou que a história do sistema penitenciário maranhense já foi bem diferente e que a união de forças das instituições é benéfica para todos, pois tem como principal premissa a humanização. O chefe do **MPMA** aconselhou a governadora Raquel Lyra a chamar todas as instituições do seu estado para melhorar o sistema penitenciário, assim como ocorreu no Maranhão. "Chame todas as instituições porque todos têm que comungar do mesmo pensamento: solidariedade", destacou.

Após a apresentação, a comitiva visitou áreas da Unidade Prisional Feminina, como a digitalização, padaria e a malharia, e da Unidade Prisional Masculina, como a fábrica de blocos e de móveis.

O Redação: CCOM-**MPMA**

Fotos: Larissa Ribeiro

Fonte: https://www.**mpma**.mp.br

Site: https://barradocorda.com/governadora-de-pernambuco-raquel-lyra-conheceu-politicas-penitenciarias-desenvolvidas-no-maranhao/

Prefeita de Pedreiras está sendo alvo de investigações do MPMA

Matias Marinho, Pedro de Almeida

A prefeita de Pedreiras, Vanessa Maia (Solidariedade), está sendo alvo de investigação do **Ministério Público do Maranhão** (**MPMA**) devido a possíveis irregularidades no número informado ao Sistema Único de Saúde (SUS) quanto à prestação de assistência médica pós-Covid no município. Tags: **MPMA**, prefeita, investigada.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/26/RDIOMAISFM999SOLUSMA-18.15.59-18.16.45-1685146470.mp3

Marcial Lima reúne sindicatos para discutir melhorias no funcionalismo público municipal

Encontro com os sindicalistas debateu melhores condições salariais e de trabalho para os trabalhadores

Texto: Mirlene Bezerra

Uma audiência pública proposta pelo vereador Marcial Lima (Podemos) reuniu, nesta sexta-feira (26), na sede da Câmara Municipal de São Luís, representantes de sindicatos ligados ao funcionalismo público municipal. O objetivo foi debater sobre melhorias de salário e das condições de trabalho para a categoria.

De acordo o vereador, a audiência é importante, pois trata-se de um suporte para encaminhamentos ao **Ministério Público** do Trabalho (MPT), **Ministério Público** Estadual (MPE) e **Ministério Público** Federal (MPF) e também para o Executivo Municipal e Mesa Diretora da Câmara de São Luís.

"Foi criada uma comissão pelo presidente Paulo Victor (PCdoB) para discutir a questão salarial de quem está na Casa. E aí propus esta audiência para que a gente possa ouvir os trabalhadores da Rede Municipal", afirmou o parlamentar.

Um dos debatedores, o vice-presidente do Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos Municipais de São Luís (SINFUSP-SL), Denison Sodré, fez uma explanação sobre o índice percentual de reajuste salarial, a defasagem da tabela de vencimentos, as perdas salariais acumuladas nos últimos anos e a ocupação de servidores efetivos em cargos comissionados no funcionalismo municipal.

"Em nome da diretoria do SINFUSP-SL, quero agradecer aos servidores públicos, representantes de entidades e autoridades presentes e, ainda, de todos que se dispõem a melhorar as condições salariais e de trabalho da categoria", falou o sindicalista.

O presidente do Sindicato dos Servidores da Câmara Municipal de São Luís (SINDISCAM-SLZ), Mauro Brandão, falou sobre a falta de valorização dos servidores municipais.

"Um dos pontos é que o servidor da casa não era olhado. A gente acompanhava da galeria, ou até mesmo pelo YouTube, discussões sobre vários agentes do executivo municipal e não sentíamos como se estivessem tratando da gente", disse o servidor da Câmara, lembrando que um dos motivos da fundação do sindicato, em janeiro deste ano, foi exatamente ter esta voz que representasse o funcionário do parlamento municipal.

Mauro Brandão esclareceu ainda que o SINDISCAM-SLZ abrange os servidores efetivos, estáveis e aposentados, mas que a luta é de todo o corpo funcional. "Aqui há várias realidades. E a gente tenta, ao máximo, levar em conta estas realidades, porque entendemos que este é o nosso papel até porque esta é uma luta de classe", pontuou, acrescentando que o sindicato quer integrar as discussões que envolva o funcionalismo municipal.

Já a presidente do Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de Educação de São Luís (SINDEDUCAÇÃO), Sheila Bordalo, se ateve, principalmente, às condições de trabalho dos mais de 30 mil servidores do município.

"Se a gente for pensar em como estão as condições dos postos de saúde e das escolas, por exemplo, a gente vai encontrar inúmeros problemas", alertou a sindicalista, observando que é necessário que o Legislativo Municipal se faça presente nas instituições públicas para ver e ouvir os trabalhadores.

Citando a Escola Felipe Conduru, no bairro do São Cristóvão, a sindicalista relatou que, mesmo tendo sido reformada recentemente, a unidade de ensino está parada há mais de dois meses para corrigir problemas da obra anterior. Ela chamou a atenção para servidores como os vigilantes, os agentes da limpeza, os assistentes sociais ou monitores e cuidadores escolares que, em termos de salário, jornada e condição de trabalho, vivem uma situação alarmante.

Saulo Arcangeli, da Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas), abordou, entre outros temas relacionados à discussão, a necessidade de um plano

de carreiras e a situação dos prestadores de serviço.

"A gente sabe que os prestadores de serviço fazem também um excelente trabalho, mas sofrem um assédio muito forte. É preciso garantir o serviço prestado, mas que tenha concurso público, para que possa se oferecer um melhor serviço à população", observou, criticando o prefeito Eduardo Braide (PSD) que segundo ele, não tem um bom diálogo com o funcionalismo público municipal.

Também fizeram parte das discussões a presidente do SINFUSP-SL, Lúcia Barbosa de Sousa, e o diretor de saúde e previdência da entidade, Norgênio Farias Neto, além de representantes de diversas outras organizações sindicais e de servidores da Rede Municipal, que foram acompanhar as discussões e dar suas contribuições.

Além de Marcial Lima, participaram ainda da audiência o vereador Pavão Filho (PDT) e os representantes do Coletivo Nós (PT), Jhonatan Soares e Raimunda Oliveira.

Site: https://www.camara.slz.br/marcial-lima-reune-sindicatos-para-discutir-melhorias-no-funcionalismo-publico-municipal/

MP promove em Imperatriz discussão sobre prevenção contra abuso e exploração sexual

Por iniciativa da 4ª **Promotoria de Justiça** Criminal de Imperatriz, em parceria com a 3ª Vara Criminal da comarca, foi realizado no anfiteatro da Escola Municipal Paulo Freire, o workshop "Prevenção à Exploração e Abuso Sexual na Infância e Adolescência", em alusão ao Maio Laranja.

Coordenado pela promotora de justiça Patrícia Fernandes Gomes Costa Ferreira, o evento foi destinado a membros e servidores do **Ministério Público** e do Judiciário, integrantes do Conselho Tutelar, gestores e coordenadores das redes municipais e estaduais de educação.

No workshop, foram abordados diversos temas, tais como: Violência sexual de crianças e adolescentes: o que é?; A escola contra o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes; Identificando sinais de abuso sexual em crianças e adolescentes; O papel do Conselheiro Tutelar, quando acionar em casos de abuso e a omissão da família; Estatísticas relacionadas aos dados de exploração sexual infantil em Imperatriz; e o funcionamento da rede de proteção.

Estiveram também presentes na solenidade a promotora de justiça Patrícia Fernandes Gomes Costa Ferreira, titular da 4ª **Promotoria de Justiça** Criminal de Imperatriz; o juiz Delvan Tavares, titular da Vara da Infância e da Juventude; o defensor público André Almeida; a delegada Suênia Abrantes, titular da Delegacia da Mulher; o secretário municipal de Educação, José Antônio Silva Pereira.

Site: https://oprogressonet.com/noticia/31572/mp-promove-em-imperatriz-discussao-sobre-prevencao-contra-abuso-e-exploracao-sexual

Cirurgias plásticas reparadoras serão ofertadas para mulheres e crianças vítimas de violência

Por Larissa Aguiar

Nesta segunda-feira (29), o Tribunal da Justiça do Maranhão (TJMA), assinará termo de cooperação com a Fundação Instituto para Desenvolvimento do Ensino e Ação Humanitária (IDEAH) da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP) para possibilitar cirurgias plásticas reparadoras em mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica.

O termo de cooperação implantará o "Projeto Recomeçar" no Maranhão e deverá oferecer serviços de cirurgia plástica de rede privada credenciada e demais serviços credenciados à Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP).

As ações a serem executadas visarão o levantamento de pessoas (mulheres, crianças e adolescentes) vítimas de crime ou ato infracional, quando a sequela resultar do crime ou do ato infracional, com potencial indicação médica de cirurgia reparadora.

As vítimas serão indicadas pelas(os) magistradas(os) dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e dos Tribunais do Júri do TJMA, ou pela Vara da Infância e Juventude do TJMA, para fins de avaliação médica, visando a análise da indicação (ou não) da cirurgia reparadora.

A Fundação IDEAH - integrante da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica - é um órgão humanitário de ensino e pesquisa, fundado em 2012, tendo como instituição fiscalizadora curadoria do **Ministério Público**. Já realizou mais de 7 mil cirurgias plásticas reparadoras em pacientes carentes e mutirões de reconstrução mamária em pacientes mastectomizadas pós câncer de mama, pacientes escalpeladas na região amazônica e pacientes com lábio leporino.

Fonte: Com informações do Tribunal de Justiça do Maranhão

Site: https://difusoraon.com/2023/05/26/cirurgias-plasticas-reparadoras-serao-ofertadas-para-mulheres-e-criancas-vitimas-de-violencia/

Cirurgias Plásticas serão ofertadas para mulheres e crianças vítimas de violência no Maranhão

Com o objetivo viabilizar cirurgias plásticas reparadoras em mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) assinará termo de cooperação com

a Fundação Instituto para Desenvolvimento do Ensino e Ação Humanitária (IDEAH) da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP), nesta segunda-feira (29/5), às 14h30, no Palácio Clóvis Bevilácqua.

O termo de cooperação implantará o Projeto Recomeçar no Maranhão - iniciativa que tem se expandido aos tribunais do pais - e deverá oferecer serviços de cirurgia plástica de rede privada credenciada

e demais serviços credenciados à Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP).

As ações a serem executadas visarão o levantamento de pessoas (mulheres, crianças e adolescentes) vítimas de crime ou ato infracional, quando a sequela resultar do crime ou do ato infracional, com

potencial indicação médica de cirurgia reparadora.

O encaminhamento das vítimas para a Fundação IDEAH se dará por intermédio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher/T]MA) e da Coordenadoria

da Infância e da Juventude do TJMA (CI/TJMA).

As vitimas serão indicadas pelas(os) magistradas(os) dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e dos Tribunais do Júri do TJMA, ou pela Vara da Infância e Juventude do TJMA, para fins

de avaliação médica, visando a análise da indicação (ou não) da cirurgia reparadora.

A Fundação IDEAH - integrante da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica - é um órgão humanitário de ensino e pesquisa, fundado em 2012, tendo como instituição fiscalizadora curadoria do **Ministério Público**. Já realizou mais de 7 mil cirurgias plásticas reparadoras em pacientes carentes e mutirões de reconstrução mamária em pacientes mastectomizadas pós cancer de mama, pacientes escalpeladas na região amazônica e pacientes com lábio leporino.

Site: https://portalarriegua.com.br/noticia/726-cirurgias-plasticas-serao-ofertadas-para-mulheres-e-criancas-vitimas-de-violencia-no-maranhao-

Deputados recebem representante do PROCON-MA para discutir preço abusivo da carne bovina

Emanuel Lemos

A Comissão de Assuntos Econômicos da Assembleia Legislativa do Maranhão recebeu, na tarde desta quinta-feira (25), o assessor jurídico do PROCON/MA, Ricardo Cruz, para discutir suposto monopólio de frigoríficos e aumento abusivo do preço da carne bovina no estado, proteína animal mais consumida no Brasil.

A reunião, coordenada pelo presidente da comissão, deputado Francisco Nagib (PSB), contou com a presença dos deputados Eric Costa (PSD), Fernando Braide (PSD), Júlio Mendonça (PCdoB) e Yglésio Moyses. Os parlamentares explanaram a situação ao assessor jurídico e o indagaram sobre o trabalho de fiscalização do órgão.

Francisco Nagib considerou a pauta de extrema relevância para a sociedade maranhense, uma vez que, segundo ele, os frigoríficos estão repassando o quilo da carne ao consumidor final a preços mais altos, embora tenham adquirido o produto por valores 30% mais baratos em relação aos praticados em 2022. Em outras palavras, ele disse que a redução não foi sentida no bolso do consumidor.

"Essa redução vem sendo observada há um ano, mas o consumidor final não sentiu ainda a diferença, o que significa dizer que está sendo lesado. E o preço da carne só aumenta. Aliás, vários produtos dos setores primário e secundário sofreram redução de preço, como é o caso do combustível, mas isto ainda não aconteceu com a carne, o que não é justo, pois se trata de alimento essencial na mesa do brasileiro", frisou Francisco Nagib.

Eric Costa, que provocou a discussão após denunciar o suposto monopólio ao **Ministério Público** e PROCON/MA (segundo ele, duas empresas frigoríficas estariam explorando os consumidores repassando preços mais altos), ressaltou que a reunião foi mais um passo em defesa do consumidor.

"Nós entendemos que o consumidor está pagando um preço abusivo pela carne que consome diariamente e precisamos fazer a nossa parte para ele passe a pagar um valor justo. Pedimos ao PROCON/MA que inicie fiscalizações nos estabelecimentos e que a justiça social seja feita", disse Eric Costa.

Cadeia produtiva

Júlio Mendonça ponderou que o problema é complexo, uma vez que envolve toda a cadeia produtiva. Ele frisou que as pessoas que produzem estão sendo mal remuneradas, no caso os criadores, e o consumidor, por sua vez, está pagando muito caro. "Ou seja, alguém está ganhando mais do que deveria. Esse trabalho da comissão é importante porque ele visa entender o processo e estimular os órgãos fiscalizadores a tomarem as devidas providências".

Deputado Yglésio Moyses afirmou que a constatação configura uma violação de práticas econômicas. "Do jeito que está não está bom. É preciso uma ação mais incisiva. Pelo andar da carruagem, os empreendimentos pequenos serão engolidos pelos grandes".

Investigação

O assessor jurídico do PROCON/MA, Ricardo Cruz, disse que o órgão fará uma investigação para saber o porquê de a redução no preço repassado aos frigoríficos não beneficiar o consumidor final. Ele informou que o órgão já iniciou uma operação de fiscalização em todo o estado, notificando estabelecimentos para que apresentem justificativas e as notas de compra e venda do produto.

"Esse não repasse configura uma cobrança abusiva, com base no Art. 39 do Código de Defesa do Consumidor. Caso os estabelecimentos não reduzam o valor, isto ficará caracterizado e as consequências serão penalidades que variam desde multas até suspensão das atividades", finalizou.

Ao término da reunião, o PROCON-MA comprometeu-se a fazer um levantamento dos preços de todos os tipos de carne bovina praticados pelos estabelecimentos do gênero no Maranhão. Esses dados deverão ser apresentados à comissão no dia 1º

de junho.

A reunião aconteceu, dia 25, o assessor jurídico do PROCON/MA e a Comissão de Assuntos Econômicos da ALEMA, para discutir suposto monopólio de frigoríficos e aumento abusivo do preço da carne bovina no estado. #OMaranhaoSeInformaAqui

Agência Assembleia

Site:
https://diariosulmaranhense.com.br/2023/05/26/deputados-recebem-representante-do-procon-ma-para-discutir-preco-abusivo-da-carne-bovina/

Justiça determina a implementação de sistema educacional inclusivo em todos os níveis

Marcelo Rodrigues, José Santos e Matheus Monteiro

Após pedido do **Ministério Público do Maranhão**, por meio da **Promotoria de Justiça** de Olinda Nova do Maranhão, em Ação Civil Pública ajuizada no último dia 22 de maio, o Poder Judiciário determinou ao Município de Olinda Nova do Maranhão a implementação a partir deste ano letivo de sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, para assegurar o direito à educação ao longo de toda a vida a todas as pessoas com deficiência, residentes na localidade, em especial às crianças e adolescentes. A Prefeitura foi notificada da decisão liminar nesta quarta-feira, 24. Foi determinado também que o município forneça os dados atualizados da rede de educação municipal sobre o número de crianças com deficiência matriculadas nas escolas que estão com frequência regular, bem como as que não estão frequentando as aulas, anexando relação nominal.

Tags: **MPMA**, Ação Civil, implementação, educação inclusiva.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/26/RDIOMIRANTEAM600SOLUSMA-11.08.09-11.10.36-1685114127.mp3

Anunciado novas ações para o enfrentamento à violência e garantia dos direitos das mulheres no MA

Por Jornalismo

No segundo dia do Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, o Governo do Maranhão anunciou uma série de políticas e ações para o enfrentamento à violência e a garantia dos direitos das mulheres maranhenses. Nesta quinta-feira (25), foi assinado o decreto que institui o programa Viva Mulher Maranhense, lançado o III Plano Estadual de Políticas Públicas para Mulheres e anunciada a implantação de mais 17 unidades da Casa da Mulher da Maranhense. Também foram assinados três termos de cooperação técnica entre a Secretaria de Estado da Mulher (Semu) e outros órgãos estaduais.

A Casa da Mulher Maranhense é um espaço integrado e especializado no atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência, ofertando os serviços de acolhimento e triagem, apoio psicossocial, delegacia especializada, juizado, **Ministério Público**, Defensoria Pública, Patrulha Maria da Penha e os demais órgãos e serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Também foi assinado o decreto que institui o programa Viva Mulher Maranhense para promover a oferta de serviços públicos para a prevenção e atendimento às mulheres em situação de violência, por meio da articulação com os sistemas de Justiça e com as políticas públicas de saúde, segurança, educação, assistência social, trabalho, emprego, renda, cultura, esporte e lazer para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Com a Escola de Governo do Maranhão (EGMA), outra parceria do evento, serão realizadas atividades formativas aos servidores públicos em formato de trilha, voltadas à promoção da igualdade de gênero na administração pública e enfrentamento da violência contra a mulher e sua relação com as políticas públicas.

Fonte: Ascom/MA

Site: https://difusoraon.com/2023/05/26/governo-do-maranhao-anuncia-novas-acoes-para-o-enfrentamento-a-violencia-e-garantia-dos-direitos-das-mulheres/

Pergentino Holanda: Maranhenses no TRF 1

PH

Maranhenses no TRF 1

Catorze novos desembargadores, entre os quais dois maranhenses, foram empossados no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF 1), que tem jurisdição sobre a Justiça Federal do Maranhão e mais 11 estados.

Foram eles: o juiz federal Roberto Carvalho Veloso, que nasceu no Piauí mas se considera maranhense de coração, e o juiz federal Newton Pereira Ramos Neto.

A nova composição aumenta para quatro a representação do Maranhão no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

O reitor da UFMA Natalino Salgado Filho esteve presente à solenidade de posse dos novos desembargadores federais.

Barrica faz a festa

A Companhia Barrica do Maranhão faz, nesta sexta-feira, às 15h30, o lançamento do material com o registro audiovisual do projeto "38 Anos-Luz de Estradas, Estrelas e Encantarias", com uma amostra das atividades artísticas realizadas desde o ano passado com o apoio da Lei Federal de Incentivo à Cultura.

O lançamento ocorrerá durante a programação da "Sexta de Festejos", na Casa Barrica (Madre Deus), com a presença de alunos das escolas Sousândrade (Lira), José Giorcelli Costa (Madre Deus), Sotero dos Reis (Centro), Centro de Ensino Manuel Beckman (Bequimão) e do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Iema), no Cruzeiro do Anil.

Os estudantes farão uma visita à exposição "Ponto de Luz", retratando a trajetória da Companhia Barrica desde 1985, e participarão de uma recreação artística com os bailarinos do espetáculo "Maranhão de Festejos".

Barrica faz a festa...2

O projeto comemorativo "38 Anos-Luz de Estradas, Estrelas e Encantarias" foi marcado por vasta programação e somou dez meses de atividades, realizadas em São Luís, nos municípios de Itapecuru-Mirim e Pindaré-Mirim, e, também, na Espanha, uma vez que a companhia maranhense mostrou sua arte nas Jornadas Internacionais Folclóricas da Catalunha em setembro do ano passado.

Segundo José Pereira Godão, diretor artístico da Companhia Barrica, o projeto foi de suma importância para que o grupo expandisse ainda mais os seus horizontes e alcançasse novos 'pontos de luz'.

"Afinal, estivemos em dois municípios maranhenses e fomos muito bem recebidos até na Espanha, onde a nossa arte ganhou ecos por meio das palmas do povo europeu. Os nossos bailados, a nossa música e a força da nossa tradição, com certeza, deram um brilho a mais àquele evento, do qual participamos com muito orgulho de exibir as bandeiras brasileira e maranhense", pontua Godão.

DE RELANCE

Nachtergaele volta ao TAA

Neste domingo, o ator Matheus Nachtergaele dará voz aos poemas da mãe no palco do Teatro Arthur Azevedo.

Moldar o afeto, a dor e a beleza. É nesse mar de sentimentos que retorna ao palco do Teatro Arthur Azevedo, em única apresentação, no dia 28 de maio (domingo), às 19h, o ator e diretor Matheus Nachtergaele.

"Processo de Conscerto do Desejo" é um recital iluminado que reúne poesias escritas por Maria Cecília Nachtergaele, mãe do artista, mulher que interrompeu a própria vida em 1968, aos 22 anos.

No espetáculo, os versos são entremeados por canções que Cecília gostava de ouvir.

Nachtergaele volta ao TAA...2

Matheus, que tinha apenas três meses de idade à época da perda, conecta os espectadores sobre um novo sentido de viver e arrebata-os.

"Não sou nada místico, mas é um pequeno milagre, porque ela vive todas as noites, ao meu modo. É uma experiência que transformou o meu pesar e me mostrou a beleza de ser quem sou, apesar de não ter conhecido essa grande mãe. Faço esse espetáculo com uma imensa alegria", conta.

Tocante e inspirador, como toda caminhada, "Processo de Conscerto do Desejo" cura e faz refletir. Este é um conserto do desejo com a poesia, num concerto.

Na homenagem, o ator é acompanhado pelo pianista curitibano, Fábio Cardoso.

Flávio Dino em São Luís

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, fará, nesta sexta-feira, o encerramento do evento Facções Criminosas com Atuação no Maranhão: integração e combate interestaduais, promovido pelo **Ministério Público do Maranhão**, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas do **Ministério Público do Maranhão**.

O seminário está sendo realizado no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, no Calhau.

O evento, aberto ontem pelo **procurador-geral** de justiça, **Eduardo Nicolau**, teve palestra inaugural proferida pelo conselheiro do Conselho Nacional do **Ministério Público** Jaime de Cássio Miranda e exposição do conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, João Paulo Santos Schoucair.

Resultados do Icec de maio

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) divulga nesta sexta-feira, os resultados de maio do Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec).

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) é um indicador antecedente, apurado exclusivamente entre os tomadores de decisão das empresas do varejo, cujo objetivo é detectar as tendências das ações do setor do ponto de vista do empresário.

A amostra é composta por aproximadamente seis mil empresas situadas em todas as capitais do País, e os subíndices, apurados mensalmente, apresentam dispersões que divergem de zero a dois pontos.

O Icec avalia as condições atuais, as expectativas de curto prazo e as intenções de investimento dos empresários do comércio.

91º Encoge no RGS

O corregedor-geral da Justiça e presidente do Fórum Fundiário Nacional, desembargador Froz Sobrinho, participa do 91º Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça - ENCOGE, que acontece até hoje na cidade de Porto Alegre, com o tema "As Corregedorias-Gerais da Justiça e as demandas sociais estratégicas".

Na mesma ocasião ocorrerá a 3ª Reunião do Fórum Nacional Fundiário das Corregedorias-Gerais da Justiça, com o tema "Desafios da Regularização Fundiária Rural no Brasil e a Pacificação de Conflitos Coletivos".

91º Encoge no RGS...2

A cerimônia de abertura aconteceu na noite de quarta-feira (24), no auditório do pleno no TJRS.

O corregedor nacional de Justiça, ministro Luís Felipe Salomão, proferiu palestra magna. Na solenidade, corregedores e autoridades foram condecorados com a medalha de Honra ao Mérito Desembargador Décio Erpen.

A delegação maranhense também é composta pelos juízes Gladiston Cutrim, Douglas Lima da Guia e Rodrigo Nina, e pelas juízas Tereza Palhares Nina e Ticiany Gedeon Maciel Palácio.

Combustíveis e fiscalização

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) começou um mutirão para fiscalizar os preços dos combustíveis em todo o País.

Os alvos são os estabelecimentos que não reduziram os preços médios de venda de gasolina e diesel, mesmo após a queda de valores anunciada pela Petrobras.

O Procon de cada estado será o órgão responsável pela tarefa.

A meta é garantir que a redução chegue ao bolso dos consumidores. A redução do preço médio da gasolina foi de R$ 0,40 por litro, passando de R$ 3,18 para R$ 2,78, valor também pago pelas distribuidoras.

Salário e impacto

Anunciado no início deste mês, o pagamento antecipado do 13º salário de aposentados e pensionistas do regime geral de previdência injetará, em maio, cerca de R$ 1,2 bilhão na economia maranhense.

O cálculo foi feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

Ao todo, quase um milhão de maranhenses vão

receber o pagamento antecipado.

Fórum Internacional Tributário

Será realizado na segunda-feira (29) o evento pré-Fórum Internacional Tributário.

Nessa data, a Federação Nacional dos Servidores do Fisco (Fenafisco), a Associação nacional (Anfip) e os sindicatos que representam auditores e fiscais da Fazenda vão reunir, na Câmara dos Deputados, representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento, do Fundo Monetário Internacional e do governo federal para falar sobre reforma tributária, com ênfase no imposto sobre grandes fortunas e sobre o consumo.

Para escrever na pedra:

"Não morda um prazer antes de certificar-se de que não tem um anzol oculto". De Thomas Jefferson, terceiro presidente dos Estados Unidos.

TRIVIAL VARIADO

O Ministério das Minas e Energia solta até o fim de junho o edital para a instalação de seis mil quilômetros de linhas de transmissão, algo em torno de R$ 40 bilhões. Das empresas brasileiras que postulam entrar no jogo, só a Novonor está apta.

A Novonor é a ex-Odebrecht, aquela que era uma das maiores do mundo na construção pesada, com 180 mil funcionários, caiu para 25 mil por causa da Lava Jato. Após o baque, agora vislumbra a expectativa de retomar o protagonismo.

A Lava Jato detonou também a Camargo Correia, a Andrade Gutierrez e a OAS. E aí alguns empresários questionam: já se sabe que Deltan Delagnol e Sérgio Moro se 'entendiam' previamente para atingir os acusados, mas ainda que ele estivesse certo nas acusações de corrupção, vale a pena sacrificar empresas desse porte em nome da moralidade?

O Supremo Tribunal Federal (STF) validou norma que prevê a titularidade da União sobre as ilhas fluviais que sofrem a influência das marés.

Com isso, as ilhas no entorno da Capital, São Luís, seguem sob domínio da Marinha.

Alerta: a OMS disse essa semana que o mundo deve se preparar para ameaças de novos patógenos mais mortais que o coronavírus.

Site: https://imirante.com/namira/sao-luis/2023/05/26/maranhenses-no-trf-1

Governo anuncia ações de garantia dos direitos das mulheres no Maranhão

No segundo dia do Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, o Governo do Maranhão anunciou uma série de políticas e ações para o enfrentamento à violência e a garantia dos direitos das mulheres maranhenses. Nesta quinta-feira (25), foi assinado o decreto que institui o programa Viva Mulher Maranhense, lançado o III Plano Estadual de Políticas Públicas para Mulheres e anunciada a implantação de mais 17 unidades da Casa da Mulher da Maranhense. Também foram assinados três termos de cooperação técnica entre a Secretaria de Estado da Mulher (Semu) e outros órgãos estaduais.

Além do governador do Maranhão, Carlos Brandão, acompanhando da primeira-dama, Larissa Brandão; também participaram da solenidade as ministras de Estado das Mulheres, Cida Gonçalves; dos Povos Originários, Sônia Guajajara; o ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil, Wellington Dias; a presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, deputada Iracema Vale (PSB); e a titular da Semu, Abigail Cunha.

Mais informações na reportagem de Laryssa Madeira, para a TV Cidade/Record TV.

Assista abaixo:

Casa da Mulher Maranhense

Para reforçar o compromisso da gestão estadual com as mulheres maranhenses foi assinado o decreto para a implantação de novas unidades do Serviço de Atendimento à Mulher Maranhense em Situação de Violência, a Casa da Mulher Maranhense, que atualmente conta com dois equipamentos do tipo, sendo um em Imperatriz e o outro em Caxias.

A Casa da Mulher Maranhense é um espaço integrado e especializado no atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência, ofertando os serviços de acolhimento e triagem, apoio psicossocial, delegacia especializada, juizado, **Ministério Público**, Defensoria Pública, Patrulha Maria da Penha e os demais órgãos e serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Programa Viva Mulher Maranhense

Também foi assinado o decreto que institui o programa Viva Mulher Maranhense para promover a oferta de serviços públicos para a prevenção e atendimento às mulheres em situação de violência, por meio da articulação com os sistemas de Justiça e com as políticas públicas de saúde, segurança, educação, assistência social, trabalho, emprego, renda, cultura, esporte e lazer para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

III Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres 2022-2023

Outra ação do governo estadual para a garantia dos direitos das mulheres foi o lançamento do III Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres 2022-2023 para a implantação de políticas prioritárias na promoção da igualdade entre mulheres e homens no estado com o objetivo de fortalecer as mulheres social e politicamente, com a interiorização e municipalização das ações de gênero, garantindo oportunidades de autonomia econômica, educação, saúde e enfrentamento da violência.

O plano é resultado de um trabalho realizado de forma coletiva sob a coordenação da Secretaria de Estado da Mulher (Semu) e do Conselho Estadual da Mulher (CEM), com a participação da sociedade civil, dos movimentos sociais e de mulheres, de entidades e órgãos de proteção à mulher, de vários setores governamentais e em parceria com a ONU Mulheres.

Cooperação Técnica

Foram assinados ainda três termos de cooperação técnica entre a Semu e outros órgãos estaduais. "A assinatura destes três termos de cooperação técnica representa a importância da transversalidade para a implantação e efetivação de políticas públicas para as mulheres, afinal, nós somos um governo só e estamos preocupados em ampliar as ações e avançar na garantia dos direitos para todas as mulheres maranhenses", afirmou Abigail Cunha.

Com a Escola de Governo do Maranhão (EGMA) serão realizadas atividades formativas aos servidores públicos em formato de trilha, voltadas à promoção da igualdade de gênero na administração pública e enfrentamento da violência contra a mulher e sua relação com as políticas públicas.

Em parceria com o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Iema) serão executadas atividades formativas e de capacitação para as mulheres negras com foco na garantia de direitos, promoção da igualdade racial e proteção dos indivíduos e grupos étnicos atingidos pela discriminação e demais formas de intolerância.

Já com a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF) serão feitas atividades formativas, de capacitação profissional, oficinas e orientações técnicas nos programas Mais Sustentabilidade no Campo, Cadastro Ambiental Rural (CAR), Programa Cisternas (Primeira Água), Quintais produtivos, Programa de Compras da Agricultura Familiar (Procaf) e Sementes Crioulas, este último voltado especificamente para as mulheres negras.

Ações em execução

A garantia de políticas públicas voltadas para as mulheres é um dos eixos principais do Governo do Estado do Maranhão, que vem desenvolvendo ações no sentido de promover a proteção contra a violência de gênero, garantia de direitos e o incentivo ao protagonismo feminino, por meio de iniciativas na saúde, assistência social, cidadania, segurança, dentre outras áreas.

Por isso, já estão em execução diversas ações como a Carreta da Mulher, que já realizou mais de 250 mil atendimentos em saúde. Por meio do Ônibus Lilás o governo tem levado informação e orientações para as mulheres de comunidades tradicionais e quilombolas sobre os seus direitos.

No enfrentamento à violência o estado já conta com 13 casas da Mulher Brasileira, duas casas da Mulher Maranhense e a Patrulha Maria da Penha, que já conta com 18 equipes e segue sendo ampliada. O governo também paga o Aluguel Social Maria da Penha às vítimas de violência em situação de vulnerabilidade social.

O Centro Estadual de Referência das Mulheres Negras combate o racismo estrutural e a intolerância religiosa., além de oferecer assistência jurídica, psicológica e cursos profissionalizantes. O projeto Minha Escola Me Acolhe capacita adolescentes das escolas da rede estadual e o Mulheres Guardiãs debate sobre direitos e serviços.

Por meio do Mulher Ativa o governo impulsiona o empreendedorismo feminino com cursos de qualificação e auxílio financeiro. O programa Te Empodera, Mulher já chegou a 30 municípios, combatendo a desigualdade social da mulher por meio de inclusão produtiva, qualificação e empreendedorismo.

Fórum Estadual

Realizado pela Semu, o Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres foi aberto na quarta-feira (24), no auditório Darcy Ribeiro, do Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, em São Luís. O evento reúne gestores municipais das cidades maranhenses, de outros estados e do Governo Federal para debaterem e articularem agendas coletivas para o fortalecimento da defesa, da valorização e do protagonismo feminino.

Site:
http://www.suacidade.com/noticias/politica/governo-anuncia-acoes-de-garantia-dos-direitos-das-mulheres-no-maranhao

Governo do Maranhão anuncia novas ações para o enfrentamento à violência

No segundo dia do Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, o Governo do Maranhão anunciou uma série de políticas e ações para o enfrentamento à violência e a garantia dos direitos das mulheres maranhenses. Nesta quinta-feira (25), foi assinado o decreto que institui o programa Viva Mulher Maranhense, lançado o III Plano Estadual de Políticas Públicas para Mulheres e anunciada a implantação de mais 17 unidades da Casa da Mulher da Maranhense. Também foram assinados três termos de cooperação técnica entre a Secretaria de Estado da Mulher (Semu) e outros órgãos estaduais.

Além do governador do Maranhão, Carlos Brandão, acompanhando da primeira-dama, Larissa Brandão; também participaram da solenidade as ministras de Estado das Mulheres, Cida Gonçalves; dos Povos Originários, Sônia Guajajaras; o ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil, Wellington Dias; a presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, deputada Iracema Vale (PSB); e a titular da Semu, Abigail Cunha.

O governador Carlos Brandão destacou a importância das novas ações anunciadas pelo seu governo. "Precisamos interiorizar as ações para garantia dos direitos das mulheres. Por isso, vamos construir mais 17 unidades da Casa da Mulher Maranhense, que serão a porta de entrada para as políticas públicas. Também estamos assinando decretos e termos de cooperação técnica para a implantação de mais ações, pois não basta só o discurso, é preciso implantar ações na prática. Também vamos conversar com os prefeitos para que os municípios implantem suas Secretarias da Mulher para levar estas ações para a ponta, para as cidades, que é onde a maioria das mulheres vivem", asseverou Brandão.

A ministra de Estado das Mulheres, Cida Gonçalves, ressaltou que entre os diversos resultados esperados, um deles é que o fórum garanta a implantação de Secretarias da Mulher em todas as cidades maranhenses. "Estamos há dois dias debatendo com as gestoras, vereadoras, prefeitas e representantes de movimentos para construirmos um caminho amplo e estruturado de políticas públicas para as mulheres. Após este fórum, esperamos que todos os municípios possam implantar suas Secretarias da Mulher para o atendimento, inclusão e valorização delas na sociedade", realçou a ministra.

O ministro Wellington Dias (Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome) informou que o Maranhão irá receber recursos para a assistência social que também beneficiarão as mulheres do Estado. "O nosso governo entende que ao fazer a distribuição de renda por meio de programas sociais é fundamental que esses recursos cheguem às famílias por meio da mão das mulheres. Hoje, vamos celebrar muitas parcerias com o governo estadual que com certeza irão beneficiar as mulheres chefe de família e contribuir para combater a desigualdade social", destacou Dias.

A ministra Sônia Guajajara (Povos Indígenas) lembrou que o Brasil completou pouco mais de 90 anos que as mulheres passaram a ter direito ao voto, mas que ainda é preciso avançar muito mais. "Hoje, nós votamos e podemos ser votadas. O Brasil tem atualmente 11 ministras, incluindo uma representante dos povos indígenas. Mas ainda precisamos aumentar nossa presença nos espaços de decisão, pois ainda somos minoria. Somente assim vamos avançar nas discussões e na efetivação das particularidades das políticas públicas para as mulheres das cidades, na zona rural, com deficiência, indígenas e todas as outras", salientou a ministra.

A deputada estadual Iracema Vale reafirmou o compromisso da Assembleia Legislativa com a população feminina maranhense. "Hoje, temos 12 mulheres deputadas. A maior bancada feminina dos 188 anos da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. E as mulheres maranhenses podem ter a certeza de que a Assembleia apoia a causa das mulheres, está ao lado delas na luta por direitos e trabalha firmemente para isso", evidenciou a parlamentar.

Casa da Mulher Maranhense

Para reforçar o compromisso da gestão estadual com as mulheres maranhenses foi assinado o decreto para a implantação de novas unidades do Serviço de Atendimento à Mulher Maranhense em Situação de Violência, a Casa da Mulher Maranhense, que atualmente conta com dois equipamentos do tipo, sendo um em Imperatriz e o outro em Caxias.

A Casa da Mulher Maranhense é um espaço integrado e especializado no atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência, ofertando os serviços de acolhimento e triagem, apoio psicossocial, delegacia especializada, juizado, **Ministério Público**, Defensoria Pública, Patrulha Maria da Penha e os demais órgãos e serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Programa Viva Mulher Maranhense

Também foi assinado o decreto que institui o programa Viva Mulher Maranhense para promover a oferta de serviços públicos para a prevenção e atendimento às mulheres em situação de violência, por meio da articulação com os sistemas de Justiça e com as políticas públicas de saúde, segurança, educação, assistência social, trabalho, emprego, renda, cultura, esporte e lazer para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

III Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres 2022-2023

Outra ação do governo estadual para a garantia dos direitos das mulheres foi o lançamento do III Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres 2022-2023 para a implantação de políticas prioritárias na promoção da igualdade entre mulheres e homens no estado com o objetivo de fortalecer as mulheres social e politicamente, com a interiorização e municipalização das ações de gênero, garantindo oportunidades de autonomia econômica, educação, saúde e enfrentamento da violência.

O plano é resultado de um trabalho realizado de forma coletiva sob a coordenação da Secretaria de Estado da Mulher (Semu) e do Conselho Estadual da Mulher (CEM), com a participação da sociedade civil, dos movimentos sociais e de mulheres, de entidades e órgãos de proteção à mulher, de vários setores governamentais e em parceria com a ONU Mulheres.

Cooperação Técnica

Foram assinados ainda três termos de cooperação técnica entre a Semu e outros órgãos estaduais. "A assinatura destes três termos de cooperação técnica representa a importância da transversalidade para a implantação e efetivação de políticas públicas para as mulheres, afinal, nós somos um governo só e estamos preocupados em ampliar as ações e avançar na garantia dos direitos para todas as mulheres maranhenses", afirmou Abigail Cunha.

Com a Escola de Governo do Maranhão (EGMA) serão realizadas atividades formativas aos servidores públicos em formato de trilha, voltadas à promoção da igualdade de gênero na administração pública e enfrentamento da violência contra a mulher e sua relação com as políticas públicas.

Em parceria com o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Iema) serão executadas atividades formativas e de capacitação para as mulheres negras com foco na garantia de direitos, promoção da igualdade racial e proteção dos indivíduos e grupos étnicos atingidos pela discriminação e demais formas de intolerância.

Já com a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF) serão feitas atividades formativas, de capacitação profissional, oficinas e orientações técnicas nos programas Mais Sustentabilidade no Campo, Cadastro Ambiental Rural (CAR), Programa Cisternas (Primeira Água), Quintais produtivos, Programa de Compras da Agricultura Familiar (Procaf) e Sementes Crioulas, este último voltado especificamente para as mulheres negras.

Ações em execução

A garantia de políticas públicas voltadas para as mulheres é um dos eixos principais do Governo do Estado do Maranhão, que vem desenvolvendo ações no sentido de promover a proteção contra a violência de gênero, garantia de direitos e o incentivo ao protagonismo feminino, por meio de iniciativas na saúde, assistência social, cidadania, segurança, dentre outras áreas.

Por isso, já estão em execução diversas ações como a Carreta da Mulher, que já realizou mais de 250 mil atendimentos em saúde. Por meio do Ônibus Lilás o governo tem levado informação e orientações para as mulheres de comunidades tradicionais e quilombolas sobre os seus direitos.

No enfrentamento à violência o estado já conta com 13 casas da Mulher Brasileira, duas casas da Mulher Maranhense e a Patrulha Maria da Penha, que já conta com 18 equipes e segue sendo ampliada. O governo também paga o Aluguel Social Maria da Penha às vítimas de violência em situação de vulnerabilidade social.

O Centro Estadual de Referência das Mulheres Negras combate o racismo estrutural e a intolerância religiosa., além de oferecer assistência jurídica, psicológica e cursos profissionalizantes. O projeto Minha Escola Me Acolhe capacita adolescentes das escolas da rede estadual e o Mulheres Guardiãs debate sobre direitos e serviços.

Por meio do Mulher Ativa o governo impulsiona o empreendedorismo feminino com cursos de

qualificação e auxílio financeiro. O programa Te Empodera, Mulher já chegou a 30 municípios, combatendo a desigualdade social da mulher por meio de inclusão produtiva, qualificação e empreendedorismo.

Fórum Estadual

Realizado pela Semu, o Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres foi aberto na quarta-feira (24), no auditório Darcy Ribeiro, do Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, em São Luís. O evento reúne gestores municipais das cidades maranhenses, de outros estados e do Governo Federal para debaterem e articularem agendas coletivas para o fortalecimento da defesa, da valorização e do protagonismo feminino.

Nesta quinta-feira (25), também compuseram o dispositivo de honra o deputado federal Marcio Honaiser (PDT); a prefeita de Buriticupu, Luciana Leocádio (PCdoB), representando a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem); e Isabelle Passinho, presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Também compareceram ao evento deputados e deputadas estaduais, secretários de governo, representantes dos diversos movimentos da sociedade civil organizada.

Site: https://g7ma.com/governo-do-maranhao-anuncia-novas-acoes-para-o-enfrentamento-a-violencia/

Justiça manda Prefeitura de São Luís rever as licenças ambientais de 2 empresas no bairro Forquilha

A Justiça condenou o Município de São Luís a rever o licenciamento ambiental da "Transporte Coletivo Maranhense (TCM)" e "Aço Maranhão" para avaliar os impactos ambientais causados aos moradores do Conjunto Residencial "Solar dos Encantos", no bairro da Forquilha, na capital maranhense.

A sentença foi proferida pelo juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos. O magistrado acolheu os pedidos feitos pelo **Ministério Público** estadual em Ação Civil Pública, com base em documento "abaixo-assinado" dos moradores do Conjunto Residencial "Solar dos Encantos".

Depois disso, deverá submeter a revisão de licenciamento à reavaliação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, com base na Lei Complementar 140/2011, sob pena de incidência do pagamento de multa diária de R$ 10 mil.

Abaixo-assinado - No abaixo-assinado, os moradores informaram intenso conflito de uso e ocupação do solo com as empresas TCM e Aço Maranhão, bem como sobre o uso residencial do seu entorno e reclamaram da "poluição sonora, poluição do ar e o receio de contaminação de águas subterrâneas" que abastecem as casas, pela contaminação do solo das empresas com resíduos de suas atividades.

O Município de São Luís alegou não ter se omitido no caso e declarou ter tomado "todas as cautelas prévias e necessárias ao licenciamento das empresas", bem como realizou "atuações repressivas no exercício do Poder de Polícia". Recorreu, ainda, à doutrina Chenery, adotada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em alguns julgados, para justificar o argumento de afastar a interferência do Judiciário nas escolhas políticas dos órgãos governamentais.

Segundo a análise do juiz, o caso trata de reclamações dos moradores do residencial em relação às atividades operadas pelas empresas vizinhas, que indicam impactos decorrentes das atividades empresariais não observados pelo Município de São Luís quando concedeu as licenças ambientais.

Vistoria - Registros fotográficos citados no processo demonstram a existência, nas casas, de sinais de fuligem oriundos do escapamento de veículos; máquinas fazendo o corte de ferro; na entrada do conjunto Solar dos Encantos, localizada entre o galpão e a loja de comercialização de produtos da empresa Aço Maranhão e rastro de óleo diesel na entrada do residencial.

Relatório da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de vistoria feita na Empresa Aço Maranhão constatou a realização de armazenamento e corte de materiais metálicos em um galpão, com resíduos depositados em céu aberto de metais não mais utilizados para venda.

Na garagem da empresa maranhense de Transporte Coletivo, foi observado um estacionamento com uma parte coberta, área de lavagem de veículos, além de local para troca de óleo e oficina mecânica.

Licenciamento ambiental - Segundo entendimento do juiz, os dois empreendimentos foram licenciados pelo Município de São Luís, mas de forma precária, já que o controle realizado dos impactos ambientais produzidos foi apenas documental. "Desse modo, há a necessidade de se fazer um licenciamento que avalie os impactos decorrentes das atividades dos empreendimentos também no entorno".

Por MaranhãoHoje

Site: https://g7ma.com/justica-manda-prefeitura-de-sao-luis-rever-as-licencas-ambientais-de-2-empresas-no-bairro-forquilha/

Prefeito de Itapecuru Mirim aciona vereador que denunciou pagamento de propina em sua gestão

Por: Alberto Júnior

O Diário Eletrônico do **Ministério Público do Maranhão** publicou na sua edição de hoje, sexta-feira (26), representação feita pelo prefeito Benedito Coroba (PSB) contra o vereador Neném Barradas (PMN) na promotoria da comarca de Itapecuru Mirim.

De acordo com o D.E.M.P.MA Coroba representou o parlamentar alegando prática de crime contra a honra e o MP instaurou processo investigatório criminal para apurar os fatos. O documento é assinado pelo **promotor de justiça**, titular da 1ª promotoria da comarca do município, Luís Samarone Batalha.

Antes de ser afastado do cargo na câmara de vereadores, Neném Barradas usou a tribuna e fez denúncias gravíssimas sobre a gestão do prefeito Benedito Coroba, que é promotor aposentado.

As acusações são de pagamento de proprina a vereadores, uso da máquina pública para benefício próprio, favorecimento de aliados e até nepotismo na administração pública muncipal desde 2021. Barradas chegou a gravar um vídeo no seu perfil do Instagram detalhando todas as denúncias e explicando com detalhes o processo que o afastou do mandato. Veja a seguir a íntegra do vídeo gravado antes da justiça conceder liminar para que ele retornasse a sua vaga no parlamento itapecuruense.

A representação foi registrada na última segunda-feira (22 de maio de 2023) e o MP realizará audiência com as partes envolvidas no decorrer dos próximos 30 dias, podendo haver prorrogação por mais 90 dias, caso necessário.

O prefeito Benedito Coroba está em viagem à Itália e tem precisão de retorno após dia 10 de junho. Para acessar o Diário Eletrônico do **Ministério Público do Maranhão** CLIQUE AQUI .

Site:
https://www.itapecurunoticias.com/noticia/7085/prefeito-de-itapecuru-mirim-aciona-vereador-que-denunciou-pagamento-de-propina-em-sua-gestao

Funcionalismo público de Viana está há 20 meses recebendo salários antecipados

Equipe MV

A administração do prefeito de Viana, Carrinho Cidreira, depositou nesta sexta-feira (26) o salário dos funcionários públicos municipais. O pagamento é referente ao mês de maio e deveria ser pago somente em junho, na já foi pago antecipado. Com isso, a Prefeitura Municipal atinge a marca de 20 meses de salários pagos antes do final do mês.

A administração do prefeito de Viana, Carrinho Cidreira, depositou nesta sexta-feira (26) o salário dos funcionários públicos municipais. O pagamento é referente ao mês de maio e deveria ser pago somente em junho, na já foi pago antecipado. Com isso, a Prefeitura Municipal atinge a marca de 20 meses de salários pagos antes do final do mês.

Com as finanças rigorosamente equilibradas, o município tem realizado uma política salarial exemplar ao honrar cada categoria profissional com o pagamento antes da data prevista.

Com as finanças rigorosamente equilibradas, o município tem realizado uma política salarial exemplar ao honrar cada categoria profissional com o pagamento antes da data prevista.

Um exemplo da organização na gestão financeira foi o pagamento à classe dos professores, que recebeu, este ano, o percentual de 15% acima dos 14,95% determinados pelo Ministérios da Educação. O complemento salarial, anunciado em dezembro, foi o maior investimento nos profissionais da Educação já feito na história de Viana. Foram cerca de 12 milhões de reais injetados.

Um exemplo da organização na gestão financeira foi o pagamento à classe dos professores, que recebeu, este ano, o percentual de 15% acima dos 14,95% determinados pelo Ministérios da Educação. O complemento salarial, anunciado em dezembro, foi o maior investimento nos profissionais da Educação já feito na história de Viana. Foram cerca de 12 milhões de reais injetados.

Outras categorias também já foram contempladas com abonos nos salários, a exemplo dos agentes comunitários de saúde, que receberam 1 mil reais em dezembro, de acordo com a Portaria nº 674, de 03 de junho de 2003, cuja verba é dividida em custeio para atividade, tais como uniformes e materiais e incentivo adicional.

Outras categorias também já foram contempladas com abonos nos salários, a exemplo dos agentes comunitários de saúde, que receberam 1 mil reais em dezembro, de acordo com a Portaria nº 674, de 03 de junho de 2003, cuja verba é dividida em custeio para atividade, tais como uniformes e materiais e incentivo adicional.

O prefeito de Viana, Carrinho Cidreira, que é economista e empresário, afirma que esse foi um dos principais compromissos de sua campanha. Quando ele assumiu a Prefeitura, não recebeu informação alguma sobre os recursos púbicos nos cofres do município, que teve o FPM (Fundo de Participação dos Municípios) bloqueado pelo **Ministério Público** por falhas da administração do ex-prefeito Magrado Barros.

O prefeito de Viana, Carrinho Cidreira, que é economista e empresário, afirma que esse foi um dos principais compromissos de sua campanha. Quando ele assumiu a Prefeitura, não recebeu informação alguma sobre os recursos púbicos nos cofres do município, que teve o FPM (Fundo de Participação dos Municípios) bloqueado pelo **Ministério Público** por falhas da administração do ex-prefeito Magrado Barros.

"Viana não quer retroceder. Se não tivéssemos organizado as finança e colocado a casa em ordem, estaríamos estagnados. Agora, depois das chuva, teremos ainda mais obras para entregar à população", comentou.

"Viana não quer retroceder. Se não tivéssemos organizado as finança e colocado a casa em ordem, estaríamos estagnados. Agora, depois das chuva, teremos ainda mais obras para entregar à população", comentou.

Site: https://maranhaodeverdade.com.br/funcionalismo-publico-de-viana-esta-ha-20-meses-recebendo-salarios-antecipados/

Governo do Maranhão anuncia novas ações para o enfrentamento à violência e garantia dos direitos das mulheres

No segundo dia do Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, o Governo do Maranhão anunciou uma série de políticas e ações para o enfrentamento à violência e a garantia dos direitos das mulheres maranhenses. Nesta quinta-feira (25), foi assinado o decreto que institui o programa Viva Mulher Maranhense, lançado o III Plano Estadual de Políticas Públicas para Mulheres e anunciada a implantação de mais 17 unidades da Casa da Mulher da Maranhense. Também foram assinados três termos de cooperação técnica entre a Secretaria de Estado da Mulher (Semu) e outros órgãos estaduais.

Além do governador do Maranhão, Carlos Brandão, acompanhando da primeira-dama, Larissa Brandão; também participaram da solenidade as ministras de Estado das Mulheres, Cida Gonçalves; dos Povos Originários, Sônia Guajajara; o ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil, Wellington Dias; a presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, deputada Iracema Vale (PSB); e a titular da Semu, Abigail Cunha.

O governador Carlos Brandão destacou a importância das novas ações anunciadas pelo seu governo. "Precisamos interiorizar as ações para garantia dos direitos das mulheres. Por isso, vamos construir mais 17 unidades da Casa da Mulher Maranhense, que serão a porta de entrada para as políticas públicas. Também estamos assinando decretos e termos de cooperação técnica para a implantação de mais ações, pois não basta só o discurso, é preciso implantar ações na prática. Também vamos conversar com os prefeitos para que os municípios implantem suas Secretarias da Mulher para levar estas ações para a ponta, para as cidades, que é onde a maioria das mulheres vivem", asseverou Brandão.

A ministra de Estado das Mulheres, Cida Gonçalves, ressaltou que entre os diversos resultados esperados, um deles é que o fórum garanta a implantação de Secretarias da Mulher em todas as cidades maranhenses. "Estamos há dois dias debatendo com as gestoras, vereadoras, prefeitas e representantes de movimentos para construirmos um caminho amplo e estruturado de políticas públicas para as mulheres. Após este fórum, esperamos que todos os municípios possam implantar suas Secretarias da Mulher para o atendimento, inclusão e valorização delas na sociedade", realçou a ministra.

O ministro Wellington Dias (Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome) informou que o Maranhão irá receber recursos para a assistência social que também beneficiarão as mulheres do Estado. "O nosso governo entende que ao fazer a distribuição de renda por meio de programas sociais é fundamental que esses recursos cheguem às famílias por meio da mão das mulheres. Hoje, vamos celebrar muitas parcerias com o governo estadual que com certeza irão beneficiar as mulheres chefe de família e contribuir para combater a desigualdade social", destacou Dias.

A ministra Sônia Guajajara (Povos Indígenas) lembrou que o Brasil completou pouco mais de 90 anos que as mulheres passaram a ter direito ao voto, mas que ainda é preciso avançar muito mais. "Hoje, nós votamos e podemos ser votadas. O Brasil tem atualmente 11 ministras, incluindo uma representante dos povos indígenas. Mas ainda precisamos aumentar nossa presença nos espaços de decisão, pois ainda somos minoria. Somente assim vamos avançar nas discussões e na efetivação das particularidades das políticas públicas para as mulheres das cidades, na zona rural, com deficiência, indígenas e todas as outras", salientou a ministra.

A deputada estadual Iracema Vale reafirmou o compromisso da Assembleia Legislativa com a população feminina maranhense. "Hoje, temos 12 mulheres deputadas. A maior bancada feminina dos 188 anos da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. E as mulheres maranhenses podem ter a certeza de que a Assembleia apoia a causa das mulheres, está ao lado delas na luta por direitos e trabalha firmemente para isso", evidenciou a parlamentar.

Casa da Mulher Maranhense

Para reforçar o compromisso da gestão estadual com as mulheres maranhenses foi assinado o decreto para

a implantação de novas unidades do Serviço de Atendimento à Mulher Maranhense em Situação de Violência, a Casa da Mulher Maranhense, que atualmente conta com dois equipamentos do tipo, sendo um em Imperatriz e o outro em Caxias.

A Casa da Mulher Maranhense é um espaço integrado e especializado no atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência, ofertando os serviços de acolhimento e triagem, apoio psicossocial, delegacia especializada, juizado, **Ministério Público**, Defensoria Pública, Patrulha Maria da Penha e os demais órgãos e serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Programa Viva Mulher Maranhense

Também foi assinado o decreto que institui o programa Viva Mulher Maranhense para promover a oferta de serviços públicos para a prevenção e atendimento às mulheres em situação de violência, por meio da articulação com os sistemas de Justiça e com as políticas públicas de saúde, segurança, educação, assistência social, trabalho, emprego, renda, cultura, esporte e lazer para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

III Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres 2022-2023

Outra ação do governo estadual para a garantia dos direitos das mulheres foi o lançamento do III Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres 2022-2023 para a implantação de políticas prioritárias na promoção da igualdade entre mulheres e homens no estado com o objetivo de fortalecer as mulheres social e politicamente, com a interiorização e municipalização das ações de gênero, garantindo oportunidades de autonomia econômica, educação, saúde e enfrentamento da violência.

O plano é resultado de um trabalho realizado de forma coletiva sob a coordenação da Secretaria de Estado da Mulher (Semu) e do Conselho Estadual da Mulher (CEM), com a participação da sociedade civil, dos movimentos sociais e de mulheres, de entidades e órgãos de proteção à mulher, de vários setores governamentais e em parceria com a ONU Mulheres.

Cooperação Técnica

Foram assinados ainda três termos de cooperação técnica entre a Semu e outros órgãos estaduais. "A assinatura destes três termos de cooperação técnica representa a importância da transversalidade para a implantação e efetivação de políticas públicas para as mulheres, afinal, nós somos um governo só e estamos preocupados em ampliar as ações e avançar na garantia dos direitos para todas as mulheres maranhenses", afirmou Abigail Cunha.

Com a Escola de Governo do Maranhão (EGMA) serão realizadas atividades formativas aos servidores públicos em formato de trilha, voltadas à promoção da igualdade de gênero na administração pública e enfrentamento da violência contra a mulher e sua relação com as políticas públicas.

Em parceria com o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Iema) serão executadas atividades formativas e de capacitação para as mulheres negras com foco na garantia de direitos, promoção da igualdade racial e proteção dos indivíduos e grupos étnicos atingidos pela discriminação e demais formas de intolerância.

Já com a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF) serão feitas atividades formativas, de capacitação profissional, oficinas e orientações técnicas nos programas Mais Sustentabilidade no Campo, Cadastro Ambiental Rural (CAR), Programa Cisternas (Primeira Água), Quintais produtivos, Programa de Compras da Agricultura Familiar (Procaf) e Sementes Crioulas, este último voltado especificamente para as mulheres negras.

Ações em execução

A garantia de políticas públicas voltadas para as mulheres é um dos eixos principais do Governo do Estado do Maranhão, que vem desenvolvendo ações no sentido de promover a proteção contra a violência de gênero, garantia de direitos e o incentivo ao protagonismo feminino, por meio de iniciativas na saúde, assistência social, cidadania, segurança, dentre outras áreas.

Por isso, já estão em execução diversas ações como a Carreta da Mulher, que já realizou mais de 250 mil atendimentos em saúde. Por meio do Ônibus Lilás o governo tem levado informação e orientações para as mulheres de comunidades tradicionais e quilombolas sobre os seus direitos.

No enfrentamento à violência o estado já conta com 13 casas da Mulher Brasileira, duas casas da Mulher Maranhense e a Patrulha Maria da Penha, que já conta com 18 equipes e segue sendo ampliada. O governo também paga o Aluguel Social Maria da Penha às vítimas de violência em situação de vulnerabilidade social.

O Centro Estadual de Referência das Mulheres Negras combate o racismo estrutural e a intolerância religiosa., além de oferecer assistência jurídica, psicológica e cursos profissionalizantes. O projeto

Minha Escola Me Acolhe capacita adolescentes das escolas da rede estadual e o Mulheres Guardiãs debate sobre direitos e serviços.

Por meio do Mulher Ativa o governo impulsiona o empreendedorismo feminino com cursos de qualificação e auxílio financeiro. O programa Te Empodera, Mulher já chegou a 30 municípios, combatendo a desigualdade social da mulher por meio de inclusão produtiva, qualificação e empreendedorismo.

Fórum Estadual

Realizado pela Semu, o Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres foi aberto na quarta-feira (24), no auditório Darcy Ribeiro, do Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, em São Luís. O evento reúne gestores municipais das cidades maranhenses, de outros estados e do Governo Federal para debaterem e articularem agendas coletivas para o fortalecimento da defesa, da valorização e do protagonismo feminino.

Nesta quinta-feira (25), também compuseram o dispositivo de honra o deputado federal Marcio Honaiser (PDT); a prefeita de Buriticupu, Luciana Leocádio (PCdoB), representando a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem); e Isabelle Passinho, presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Também compareceram ao evento deputados e deputadas estaduais, secretários de governo, representantes dos diversos movimentos da sociedade civil organizada.

Preencha os seus dados abaixo ou clique em um ícone para log in:

Conectando a %s

Site:
https://jornaleiroma.wordpress.com/2023/05/26/governo-do-maranhao-anuncia-novas-acoes-para-o-enfrentamento-a-violencia-e-garantia-dos-direitos-das-mulheres/

Justiça determina implementação de sistema educacional inclusivo em Olinda Nova do Maranhão

Da Redação

Após pedido do **Ministério Público do Maranhão**, por meio da **Promotoria de Justiça** de Olinda Nova do Maranhão, em Ação Civil Pública ajuizada na segunda-feira (22), o Poder Judiciário determinou ao Município de Olinda Nova do Maranhão a implementação a partir deste ano letivo, a implementação de sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades.

A medida tem como objetivo assegurar o direito à educação ao longo de toda a vida a todas as pessoas com deficiência, residentes na localidade, em especial às crianças e adolescentes. A Prefeitura foi notificada da decisão liminar nesta quarta-feira (24)

Foi determinado também que o município forneça os dados atualizados da rede de educação municipal sobre o número de crianças com deficiência matriculadas nas escolas que estão com frequência regular, bem como as que não estão frequentando as aulas, anexando relação nominal.

Em caso de descumprimento da medida, foi fixada multa diária no valor R$ 10 mil até o limite de R$ 300 mil.

A Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, foi ajuizada pela promotora de justiça titular da Promotoria de São João Batista, que responde pela Promotoria de Olinda Nova do Maranhão. A decisão liminar foi proferida pelo juiz titular da 2ª Vara da Comarca de Lago da Pedra, que responde pelo juízo de Olinda Nova do Maranhão.

A demanda foi tratada a partir do relato de uma mãe inconformada com a impossibilidade de seu filho, de 18 anos, diagnosticado com paralisia cerebral, de ter acesso à educação, visto que no município não há escola adequada e nem outro centro de apoio especializado para pessoas com deficiência.

Funcionária pública municipal, a mãe ressaltou, que, com sua renda mensal de apenas um salário mínimo, tem muita dificuldade para adquirir medicamentos, mantimentos e suprir demais necessidades dela e do filho.

A **Promotoria de Justiça** de Olinda Nova do Maranhão realizou investigação prévia e constatou que a rede municipal de educação não dispõe de sala de aula adequada com equipe multidisciplinar para receber crianças e adolescentes com deficiência.

Siga nossas redes, comente e compartilhe nossos conteúdos:

Envie sua denúncia , vídeo , foto ou sugestão :

Whatsapp da Redação: (98) 99144-5641

Site: https://oimparcial.com.br/noticias/2023/05/justica-determina-implementacao-de-sistema-educacional-inclusivo-em-olinda-nova-do-maranhao/

Procedimento administrativo investiga falta de repasses para Fundo de Meio Ambiente em Açailândia

Pedro Bertoldo

O prefeito de Açailândia, Aluísio Silva Sousa , está sendo investigado pelo **Ministério Público do Maranhão** (**MPMA**). Eles receberam uma denúncia do Conselho Municipal de Meio Ambiente, e agora estão tentando descobrir o que realmente aconteceu.

De acordo com a denúncia, o prefeito não estaria repassando verbas que deveriam ir para o Fundo Municipal de Meio Ambiente. Esse dinheiro faz parte de uma lei da cidade de Açailândia (Lei Municipal nº 515/2017). A lei diz que parte do dinheiro que a cidade arrecada tem que ir para esse fundo.

O **MPMA** está tratando a situação, eles criaram um procedimento administrativo para investigar o caso. Isso significa que eles vão olhar todos os detalhes para entender se o dinheiro está mesmo sendo desviado.

Eles já pediram informações para a Secretaria Municipal de Economia e Finanças de Açailândia, mas até agora não receberam resposta. Então, mandaram outro pedido de informações. O objetivo dessa investigação é descobrir se a lei está sendo descumprida e se alguém deve ser responsabilizado por isso.

O Jornal Mais Maranhão entrou em contato com a prefeitura de Açailândia, que respondeu que cumpre rigorosamente com a lei orçamentária aprovada em 2022.

Site:
https://maismaranhao.com.br/politica/procedimento-administrativo-investiga-falta-de-repasses-para-fundo-de-meio-ambiente-em-acailandia/2023/05/26/

Cirurgias plásticas serão ofertadas para mulheres e crianças vítimas de violência

Aquiles Emir

O termo de cooperação implantará o "Projeto Recomeçar" no Maranhão - iniciativa que tem se expandido aos tribunais do país - e deverá oferecer serviços de cirurgia plástica de rede privada credenciada e demais serviços credenciados à Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP).

As ações a serem executadas visarão o levantamento de pessoas (mulheres, crianças e adolescentes) vítimas de crime ou ato infracional, quando a sequela resultar do crime ou do ato infracional, com potencial indicação médica de cirurgia reparadora.

O encaminhamento das vítimas para a Fundação IDEAH se dará por intermédio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher/TJMA) e da Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJMA (CIJ/TJMA).

As vítimas serão indicadas pelas(os) magistradas(os) dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e dos Tribunais do Júri do TJMA, ou pela Vara da Infância e Juventude do TJMA, para fins de avaliação médica, visando a análise da indicação (ou não) da cirurgia reparadora.

A Fundação IDEAH - integrante da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica - é um órgão humanitário de ensino e pesquisa, fundado em 2012, tendo como instituição fiscalizadora curadoria do **Ministério Público**. Já realizou mais de 7 mil cirurgias plásticas reparadoras em pacientes carentes e mutirões de reconstrução mamária em pacientes mastectomizadas pós câncer de mama, pacientes escalpeladas na região amazônica e pacientes com lábio leporino.

SERVIÇO

Site: https://maranhaohoje.com/maranhao/cirurgias-plasticas-serao-ofertadas-para-mulheres-e-criancas-vitimas-de-violencia/

Termo de cooperação garante cirurgias plásticas a mulheres e crianças vítimas de violência

Com informações do TJMA

Com o objetivo viabilizar cirurgias plásticas reparadoras em mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) anunciou que assinará termo de cooperação com a Fundação Instituto para Desenvolvimento do Ensino e Ação Humanitária (IDEAH) da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP). A assinatura ocorrerá nesta segunda-feira (29/5), às 14h30, no Palácio Clóvis Bevilácqua.

O termo de cooperação implantará o "Projeto Recomeçar" no Maranhão - iniciativa que tem se expandido aos tribunais do país - e deverá oferecer serviços de cirurgia plástica de rede privada credenciada e demais serviços credenciados à Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP), de acordo com o TJMA.

As ações serão executadas com o levantamento das vítimas de crime ou ato infracional, quando a sequela resultar em potencial indicação médica de cirurgia reparadora.

O encaminhamento das vítimas para a Fundação IDEAH se dará por intermédio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher/TJMA) e da Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJMA (CIJ/TJMA).

As vítimas serão indicadas pelos magistrados dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e dos Tribunais do Júri do TJMA, ou pela Vara da Infância e Juventude do TJMA, para fins de avaliação médica, visando a análise da indicação (ou não) da cirurgia reparadora.

A Fundação IDEAH - integrante da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica - é um órgão humanitário de ensino e pesquisa, fundado em 2012, tendo como instituição fiscalizadora curadoria do **Ministério Público**. Já realizou mais de 7 mil cirurgias plásticas reparadoras em pacientes carentes e mutirões de reconstrução mamária em pacientes mastectomizadas pós câncer de mama, pacientes escalpeladas na região amazônica e pacientes com lábio leporino.

Site: https://jornalpequeno.com.br/2023/05/26/termo-de-cooperacao-garante-cirurgias-plasticas-a-mulheres-e-criancas-vitimas-de-violencia/

Cirurgias plásticas serão ofertadas para mulheres e crianças vítimas de violência no Maranhão

Redação

Com o objetivo viabilizar cirurgias plásticas reparadoras em mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) assinará termo de cooperação com a Fundação Instituto para Desenvolvimento do Ensino e Ação Humanitária (IDEAH) da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP), nesta segunda-feira (29/5), às 14h30, no Palácio Clóvis Bevilácqua.

O termo de cooperação implantará o "Projeto Recomeçar" no Maranhão - iniciativa que tem se expandido aos tribunais do país - e deverá oferecer serviços de cirurgia plástica de rede privada credenciada e demais serviços credenciados à Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP).

As ações a serem executadas visarão o levantamento de pessoas (mulheres, crianças e adolescentes) vítimas de crime ou ato infracional, quando a sequela resultar do crime ou do ato infracional, com potencial indicação médica de cirurgia reparadora.

O encaminhamento das vítimas para a Fundação IDEAH se dará por intermédio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher/TJMA) e da Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJMA (CIJ/TJMA).

As vítimas serão indicadas pelas(os) magistradas(os) dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e dos Tribunais do Júri do TJMA, ou pela Vara da Infância e Juventude do TJMA, para fins de avaliação médica, visando a análise da indicação (ou não) da cirurgia reparadora.

A Fundação IDEAH - integrante da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica - é um órgão humanitário de ensino e pesquisa, fundado em 2012, tendo como instituição fiscalizadora curadoria do **Ministério Público**. Já realizou mais de 7 mil cirurgias plásticas reparadoras em pacientes carentes e mutirões de reconstrução mamária em pacientes mastectomizadas pós câncer de mama, pacientes escalpeladas na região amazônica e pacientes com lábio leporino.

Site: https://enquantoissonomaranhao.com.br/cirurgias-plasticas-serao-ofertadas-para-mulheres-e-criancas-vitimas-de-violencia-no-maranhao/

Serão ofertadas cirurgias plásticas para vítimas de violência doméstica

Da Redação*

Com o objetivo viabilizar cirurgias plásticas reparadoras em mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) assinará termo de cooperação com a Fundação Instituto para Desenvolvimento do Ensino e Ação Humanitária (IDEAH) da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP).

O termo de cooperação, assinado nesta segunda-feira (29), às 14h30, no Palácio Clóvis Bevilácqua, implantará o "Projeto Recomeçar" no Maranhão e deverá oferecer serviços de cirurgia plástica de rede privada credenciada e demais serviços credenciados à Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP).

As ações a serem executadas visarão o levantamento de pessoas (mulheres, crianças e adolescentes) vítimas de crime ou ato infracional, quando a sequela resultar do crime ou do ato infracional, com potencial indicação médica de cirurgia reparadora.

O encaminhamento das vítimas para a Fundação IDEAH se dará por intermédio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher/TJMA) e da Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJMA (CIJ/TJMA).

As vítimas serão indicadas pelas(os) magistradas(os) dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e dos Tribunais do Júri do TJMA, ou pela Vara da Infância e Juventude do TJMA, para fins de avaliação médica, visando a análise da indicação (ou não) da cirurgia reparadora.

A Fundação IDEAH - integrante da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica - é um órgão humanitário de ensino e pesquisa, fundado em 2012, tendo como instituição fiscalizadora curadoria do **Ministério Público**. Já realizou mais de 7 mil cirurgias plásticas reparadoras em pacientes carentes e mutirões de reconstrução mamária em pacientes mastectomizadas pós câncer de mama, pacientes escalpeladas na região amazônica e pacientes com lábio leporino.

* Com informações do Tribunal de Justiça do Maranhão

Siga nossas redes, comente e compartilhe nossos conteúdos:

Envie sua denúncia , vídeo , foto ou sugestão :

Whatsapp da Redação: (98) 99144-5641

Site: https://oimparcial.com.br/justica/2023/05/serao-ofertadas-cirurgias-plasticas-para-vitimas-de-violencia-domestica/

Cirurgias plásticas serão ofertadas para mulheres e crianças vítimas de violência

Com o objetivo viabilizar cirurgias plásticas reparadoras em mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) assinará termo de cooperação com a Fundação Instituto para Desenvolvimento do Ensino e Ação Humanitária (IDEAH) da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP), nesta segunda-feira (29/5), às 14h30 ,no Palácio Clóvis Bevilácqua.

O termo de cooperação implantará o "Projeto Recomeçar" no Maranhão - iniciativa que tem se expandido aos tribunais do país - e deverá oferecer serviços de cirurgia plástica de rede privada credenciada e demais serviços credenciados à Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP).

As ações a serem executadas visarão o levantamento de pessoas (mulheres, crianças e adolescentes) vítimas de crime ou ato infracional, quando a sequela resultar do crime ou do ato infracional, com potencial indicação médica de cirurgia reparadora.

O encaminhamento das vítimas para a Fundação IDEAH se dará por intermédio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher/TJMA) e da Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJMA (CIJ/TJMA).

As vítimas serão indicadas pelas(os) magistradas(os) dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e dos Tribunais do Júri do TJMA, ou pela Vara da Infância e Juventude do TJMA, para fins de avaliação médica, visando a análise da indicação (ou não) da cirurgia reparadora.

A Fundação IDEAH - integrante da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica - é um órgão humanitário de ensino e pesquisa, fundado em 2012, tendo como instituição fiscalizadora curadoria do **Ministério Público**. Já realizou mais de 7 mil cirurgias plásticas reparadoras em pacientes carentes e mutirões de reconstrução mamária em pacientes mastectomizadas pós câncer de mama, pacientes escalpeladas na região amazônica e pacientes com lábio leporino.

SERVIÇO

O que: Cerimônia de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o TJMA e a Fundação IDEAH/SBPC

Quando: 29 de maio, às 14h30

Onde: Gabinete da Presidência - Palácio Clóvis Bevilácqua (Sede do TJMA) - Praça D. Pedro II, s/n - Centro

Agência TJMA de Notícias

asscom@tjma.jus.br

(98) 3198-4300

Site:
http://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/510203/cirurgias-plasticas-serao-ofertadas-para-mulheres-e-criancas-vitimas-de-violencia

Comissão de Assuntos Econômicos recebe representante do PROCON-MA para discutir 'preço abusivo da carne bovina'

omaranhense

A Comissão de Assuntos Econômicos da Assembleia Legislativa do Maranhão recebeu, na tarde desta quinta-feira (25), o assessor jurídico do PROCON/MA, Ricardo Cruz, para discutir suposto monopólio de frigoríficos e aumento abusivo do preço da carne bovina no estado, proteína animal mais consumida no Brasil.

A reunião, coordenada pelo presidente da comissão, deputado Francisco Nagib (PSB), contou com a presença dos deputados Eric Costa (PSD), Fernando Braide (PSD), Júlio Mendonça (PCdoB) e Yglésio Moyses. Os parlamentares explanaram a situação ao assessor jurídico e o indagaram sobre o trabalho de fiscalização do órgão.

Francisco Nagib considerou a pauta de extrema relevância para a sociedade maranhense, uma vez que, segundo ele, os frigoríficos estão repassando o quilo da carne ao consumidor final a preços mais altos, embora tenham adquirido o produto por valores 30% mais baratos em relação aos praticados em 2022. Em outras palavras, ele disse que a redução não foi sentida no bolso do consumidor.

"Essa redução vem sendo observada há um ano, mas o consumidor final não sentiu ainda a diferença, o que significa dizer que está sendo lesado. E o preço da carne só aumenta. Aliás, vários produtos dos setores primário e secundário sofreram redução de preço, como é o caso do combustível, mas isto ainda não aconteceu com a carne, o que não é justo, pois se trata de alimento essencial na mesa do brasileiro", frisou Francisco Nagib.

Eric Costa, que provocou a discussão após denunciar o suposto monopólio ao **Ministério Público** e PROCON/MA (segundo ele, duas empresas frigoríficas estariam explorando os consumidores repassando preços mais altos), ressaltou que a reunião foi mais um passo em defesa do consumidor.

"Nós entendemos que o consumidor está pagando um preço abusivo pela carne que consome diariamente e precisamos fazer a nossa parte para ele passe a pagar um valor justo. Pedimos ao PROCON/MA que inicie fiscalizações nos estabelecimentos e que a justiça social seja feita", disse Eric Costa.

Cadeia produtiva

Júlio Mendonça ponderou que o problema é complexo, uma vez que envolve toda a cadeia produtiva. Ele frisou que as pessoas que produzem estão sendo mal remuneradas, no caso os criadores, e o consumidor, por sua vez, está pagando muito caro. "Ou seja, alguém está ganhando mais do que deveria. Esse trabalho da comissão é importante porque ele visa entender o processo e estimular os órgãos fiscalizadores a tomarem as devidas providências".

Deputado Yglésio Moyses afirmou que a constatação configura uma violação de práticas econômicas. "Do jeito que está não está bom. É preciso uma ação mais incisiva. Pelo andar da carruagem, os empreendimentos pequenos serão engolidos pelos grandes".

Investigação

O assessor jurídico do PROCON/MA, Ricardo Cruz, disse que o órgão fará uma investigação para saber o porquê de a redução no preço repassado aos frigoríficos não beneficiar o consumidor final. Ele informou que o órgão já iniciou uma operação de fiscalização em todo o estado, notificando estabelecimentos para que apresentem justificativas e as notas de compra e venda do produto.

"Esse não repasse configura uma cobrança abusiva, com base no Art. 39 do Código de Defesa do Consumidor. Caso os estabelecimentos não reduzam o valor, isto ficará caracterizado e as consequências serão penalidades que variam desde multas até suspensão das atividades", finalizou.

Ao término da reunião, o PROCON-MA comprometeu-se a fazer um levantamento dos preços de todas os tipos de carne bovina praticados pelos estabelecimentos do gênero no Maranhão. Esses dados deverão ser apresentados à comissão no dia 1º

de junho.

Site: https://omaranhense.com/comissao-de-assuntos-economicos-recebe-representante-do-procon-ma-para-discutir-preco-abusivo-da-carne-bovina/

Ministro Flávio Dino encerrará evento do MPMA nesta sexta-feira (26)

omaranhense

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, fará, nesta sexta-feira, 26, o encerramento do evento Facções Criminosas com Atuação no Maranhão: integração e combate interestaduais, promovido pelo **Ministério Público do Maranhão**, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas do **Ministério Público do Maranhão**. O seminário está sendo realizado no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, no Calhau.

O evento, aberto nesta quinta-feira, 25, pelo **procurador-geral** de justiça, **Eduardo Nicolau**, teve palestra inaugural proferida pelo conselheiro do Conselho Nacional do **Ministério Público** Jaime de Cássio Miranda e exposição do conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, João Paulo Santos Schoucair.

Site: https://omaranhense.com/ministro-flavio-dino-encerrara-evento-do-mpma-nesta-sexta-feira-26/

OLINDA NOVA DO MARANHÃO - Justiça determina a implementação de sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades

omaranhense

Após pedido do **Ministério Público do Maranhão**, por meio da **Promotoria de Justiça** de Olinda Nova do Maranhão, em Ação Civil Pública ajuizada no último dia 22 de maio, o Poder Judiciário determinou ao Município de Olinda Nova do Maranhão a implementação a partir deste ano letivo de sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, para assegurar o direito à educação ao longo de toda a vida a todas as pessoas com deficiência, residentes na localidade, em especial às crianças e adolescentes.

A Prefeitura foi notificada da decisão liminar nesta quarta-feira, 24.

Foi determinado também que o município forneça os dados atualizados da rede de educação municipal sobre o número de crianças com deficiência matriculadas nas escolas que estão com frequência regular, bem como as que não estão frequentando as aulas, anexando relação nominal.

Em caso de descumprimento da medida, foi fixada multa diária no valor R$ 10 mil até o limite de R$ 300 mil.

A Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, foi ajuizada pela promotora de justiça titular da Promotoria de São João Batista, que responde pela Promotoria de Olinda Nova do Maranhão.

A decisão liminar foi proferida pelo juiz titular da 2ª Vara da Comarca de Lago da Pedra, que responde pelo juízo de Olinda Nova do Maranhão.

RELATO DA MÃE

A demanda foi tratada na unidade ministerial a partir do relato de uma mãe inconformada com a impossibilidade de seu filho, de 18 anos, diagnosticado com paralisia cerebral, de ter acesso à educação, visto que no município não há escola adequada e nem outro centro de apoio especializado para pessoas com deficiência.

Funcionária pública municipal, a mãe ressaltou, que, com sua renda mensal de apenas um salário mínimo, tem muita dificuldade para adquirir medicamentos, mantimentos e suprir demais necessidades dela e do filho.

A **Promotoria de Justiça** de Olinda Nova do Maranhão realizou investigação prévia e constatou que a rede municipal de educação não dispõe de sala de aula adequada com equipe multidisciplinar para receber crianças e adolescentes com deficiência.

Site: https://omaranhense.com/olinda-nova-do-maranhao-justica-determina-a-implementacao-de-sistema-educacional-inclusivo-em-todos-os-niveis-e-modalidades/

Comentários sobre reforma do Hospital da Criança

Matias Marinho, Pedro de Almeida

Ouvinte encaminha mensagem relatando fachada do Hospital da Criança, que está em reforma e a logo da Prefeitura de São Luís está maior que o nome do hospital, eles comentam sobre o **Ministério Público**, que deveria olhar para essa situação. Tags: **MPMA**, Hospital da Criança, fachada.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/25/RDIOMAISFM999SOLUSMA-18.46.19-18.50.20-1685061447.mp3

Governo do Maranhão anuncia novas ações para o enfrentamento à violência e garantia dos direitos das mulheres

No segundo dia do Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, o Governo do Maranhão anunciou uma série de políticas e ações para o enfrentamento à violência e a garantia dos direitos das mulheres maranhenses. Nesta quinta-feira (25), foi assinado o decreto que institui o programa Viva Mulher Maranhense, lançado o III Plano Estadual de Políticas Públicas para Mulheres e anunciada a implantação de mais 17 unidades da Casa da Mulher da Maranhense. Também foram assinados três termos de cooperação técnica entre a Secretaria de Estado da Mulher (Semu) e outros órgãos estaduais.

Além do governador do Maranhão, Carlos Brandão, acompanhando da primeira-dama, Larissa Brandão; também participaram da solenidade as ministras de Estado das Mulheres, Cida Gonçalves; dos Povos Originários, Sônia Guajajara; o ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil, Wellington Dias; a presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, deputada Iracema Vale (PSB); e a titular da Semu, Abigail Cunha.

O governador Carlos Brandão destacou a importância das novas ações anunciadas pelo seu governo. "Precisamos interiorizar as ações para garantia dos direitos das mulheres. Por isso, vamos construir mais 17 unidades da Casa da Mulher Maranhense, que serão a porta de entrada para as políticas públicas. Também estamos assinando decretos e termos de cooperação técnica para a implantação de mais ações, pois não basta só o discurso, é preciso implantar ações na prática. Também vamos conversar com os prefeitos para que os municípios implantem suas Secretarias da Mulher para levar estas ações para a ponta, para as cidades, que é onde a maioria das mulheres vivem", asseverou Brandão.

A ministra de Estado das Mulheres, Cida Gonçalves, ressaltou que entre os diversos resultados esperados, um deles é que o fórum garanta a implantação de Secretarias da Mulher em todas as cidades maranhenses. "Estamos há dois dias debatendo com as gestoras, vereadoras, prefeitas e representantes de movimentos para construirmos um caminho amplo e estruturado de políticas públicas para as mulheres. Após este fórum, esperamos que todos os municípios possam implantar suas Secretarias da Mulher para o atendimento, inclusão e valorização delas na sociedade", realçou a ministra.

O ministro Wellington Dias (Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome) informou que o Maranhão irá receber recursos para a assistência social que também beneficiarão as mulheres do Estado. "O nosso governo entende que ao fazer a distribuição de renda por meio de programas sociais é fundamental que esses recursos cheguem às famílias por meio da mão das mulheres. Hoje, vamos celebrar muitas parcerias com o governo estadual que com certeza irão beneficiar as mulheres chefe de família e contribuir para combater a desigualdade social", destacou Dias.

A ministra Sônia Guajajara (Povos Indígenas) lembrou que o Brasil completou pouco mais de 90 anos que as mulheres passaram a ter direito ao voto, mas que ainda é preciso avançar muito mais. "Hoje, nós votamos e podemos ser votadas. O Brasil tem atualmente 11 ministras, incluindo uma representante dos povos indígenas. Mas ainda precisamos aumentar nossa presença nos espaços de decisão, pois ainda somos minoria. Somente assim vamos avançar nas discussões e na efetivação das particularidades das políticas públicas para as mulheres das cidades, na zona rural, com deficiência, indígenas e todas as outras", salientou a ministra.

A deputada estadual Iracema Vale reafirmou o compromisso da Assembleia Legislativa com a população feminina maranhense. "Hoje, temos 12 mulheres deputadas. A maior bancada feminina dos 188 anos da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. E as mulheres maranhenses podem ter a certeza de que a Assembleia apoia a causa das mulheres, está ao lado delas na luta por direitos e trabalha firmemente para isso", evidenciou a parlamentar.

Casa da Mulher Maranhense

Para reforçar o compromisso da gestão estadual com as mulheres maranhenses foi assinado o decreto para

a implantação de novas unidades do Serviço de Atendimento à Mulher Maranhense em Situação de Violência, a Casa da Mulher Maranhense, que atualmente conta com dois equipamentos do tipo, sendo um em Imperatriz e o outro em Caxias.

A Casa da Mulher Maranhense é um espaço integrado e especializado no atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência, ofertando os serviços de acolhimento e triagem, apoio psicossocial, delegacia especializada, juizado, **Ministério Público**, Defensoria Pública, Patrulha Maria da Penha e os demais órgãos e serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Programa Viva Mulher Maranhense

Também foi assinado o decreto que institui o programa Viva Mulher Maranhense para promover a oferta de serviços públicos para a prevenção e atendimento às mulheres em situação de violência, por meio da articulação com os sistemas de Justiça e com as políticas públicas de saúde, segurança, educação, assistência social, trabalho, emprego, renda, cultura, esporte e lazer para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

I II Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres 2022-2023

Outra ação do governo estadual para a garantia dos direitos das mulheres foi o lançamento do III Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres 2022-2023 para a implantação de políticas prioritárias na promoção da igualdade entre mulheres e homens no estado com o objetivo de fortalecer as mulheres social e politicamente, com a interiorização e municipalização das ações de gênero, garantindo oportunidades de autonomia econômica, educação, saúde e enfrentamento da violência.

O plano é resultado de um trabalho realizado de forma coletiva sob a coordenação da Secretaria de Estado da Mulher (Semu) e do Conselho Estadual da Mulher (CEM), com a participação da sociedade civil, dos movimentos sociais e de mulheres, de entidades e órgãos de proteção à mulher, de vários setores governamentais e em parceria com a ONU Mulheres.

Cooperação Técnica

Foram assinados ainda três termos de cooperação técnica entre a Semu e outros órgãos estaduais. "A assinatura destes três termos de cooperação técnica representa a importância da transversalidade para a implantação e efetivação de políticas públicas para as mulheres, afinal, nós somos um governo só e estamos preocupados em ampliar as ações e avançar na garantia dos direitos para todas as mulheres maranhenses", afirmou Abigail Cunha.

Com a Escola de Governo do Maranhão (EGMA) serão realizadas atividades formativas aos servidores públicos em formato de trilha, voltadas à promoção da igualdade de gênero na administração pública e enfrentamento da violência contra a mulher e sua relação com as políticas públicas.

Em parceria com o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Iema) serão executadas atividades formativas e de capacitação para as mulheres negras com foco na garantia de direitos, promoção da igualdade racial e proteção dos indivíduos e grupos étnicos atingidos pela discriminação e demais formas de intolerância.

Já com a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF) serão feitas atividades formativas, de capacitação profissional, oficinas e orientações técnicas nos programas Mais Sustentabilidade no Campo, Cadastro Ambiental Rural (CAR), Programa Cisternas (Primeira Água), Quintais produtivos, Programa de Compras da Agricultura Familiar (Procaf) e Sementes Crioulas, este último voltado especificamente para as mulheres negras.

Ações em execução

A garantia de políticas públicas voltadas para as mulheres é um dos eixos principais do Governo do Estado do Maranhão, que vem desenvolvendo ações no sentido de promover a proteção contra a violência de gênero, garantia de direitos e o incentivo ao protagonismo feminino, por meio de iniciativas na saúde, assistência social, cidadania, segurança, dentre outras áreas.

Por isso, já estão em execução diversas ações como a Carreta da Mulher, que já realizou mais de 250 mil atendimentos em saúde. Por meio do Ônibus Lilás o governo tem levado informação e orientações para as mulheres de comunidades tradicionais e quilombolas sobre os seus direitos.

No enfrentamento à violência o estado já conta com 13 casas da Mulher Brasileira, duas casas da Mulher Maranhense e a Patrulha Maria da Penha, que já conta com 18 equipes e segue sendo ampliada. O governo também paga o Aluguel Social Maria da Penha às vítimas de violência em situação de vulnerabilidade social.

O Centro Estadual de Referência das Mulheres Negras combate o racismo estrutural e a intolerância religiosa., além de oferecer assistência jurídica, psicológica e cursos profissionalizantes. O projeto

Minha Escola Me Acolhe capacita adolescentes das escolas da rede estadual e o Mulheres Guardiãs debate sobre direitos e serviços.

Por meio do Mulher Ativa o governo impulsiona o empreendedorismo feminino com cursos de qualificação e auxílio financeiro. O programa Te Empodera, Mulher já chegou a 30 municípios, combatendo a desigualdade social da mulher por meio de inclusão produtiva, qualificação e empreendedorismo.

Fórum Estadual

Realizado pela Semu, o Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres foi aberto na quarta-feira (24), no auditório Darcy Ribeiro, do Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, em São Luís. O evento reúne gestores municipais das cidades maranhenses, de outros estados e do Governo Federal para debaterem e articularem agendas coletivas para o fortalecimento da defesa, da valorização e do protagonismo feminino.

Nesta quinta-feira (25), também compuseram o dispositivo de honra o deputado federal Marcio Honaiser (PDT); a prefeita de Buriticupu, Luciana Leocádio (PCdoB), representando a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem); e Isabelle Passinho, presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Também compareceram ao evento deputados e deputadas estaduais, secretários de governo, representantes dos diversos movimentos da sociedade civil organizada.

Site: https://oprogressonet.com/noticia/31555/governo-do-maranhao-anuncia-novas-acoes-para-o-enfrentamento-a-violencia-e-garantia-dos-direitos-das-mulheres

Justiça determina implementação de educação inclusiva, em Olinda Nova do MA

Por Gabriel Willian

Após pedido do **Ministério Público do Maranhão**, por meio da **Promotoria de Justiça** de Olinda Nova do Maranhão, em Ação Civil Pública ajuizada no último dia 22 de maio, o Poder Judiciário determinou ao Município de Olinda Nova do Maranhão a implementação a partir deste ano letivo de sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, para assegurar o direito à educação ao longo de toda a vida a todas as pessoas com deficiência, residentes na localidade, em especial às crianças e adolescentes.

A Prefeitura foi notificada da decisão liminar nesta quarta-feira, 24.

Foi determinado também que o município forneça os dados atualizados da rede de educação municipal sobre o número de crianças com deficiência matriculadas nas escolas que estão com frequência regular, bem como as que não estão frequentando as aulas, anexando relação nominal.

Em caso de descumprimento da medida, foi fixada multa diária no valor R$ 10 mil até o limite de R$ 300 mil.

A Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, foi ajuizada pela promotora de justiça titular da Promotoria de São João Batista, que responde pela Promotoria de Olinda Nova do Maranhão.

A decisão liminar foi proferida pelo juiz titular da 2ª Vara da Comarca de Lago da Pedra, que responde pelo juízo de Olinda Nova do Maranhão.

RELATO DA MÃE

A demanda foi tratada na unidade ministerial a partir do relato de uma mãe inconformada com a impossibilidade de seu filho, de 18 anos, diagnosticado com paralisia cerebral, de ter acesso à educação, visto que no município não há escola adequada e nem outro centro de apoio especializado para pessoas com deficiência.

Funcionária pública municipal, a mãe ressaltou, que, com sua renda mensal de apenas um salário mínimo, tem muita dificuldade para adquirir medicamentos, mantimentos e suprir demais necessidades dela e do filho.

A **Promotoria de Justiça** de Olinda Nova do Maranhão realizou investigação prévia e constatou que a rede municipal de educação não dispõe de sala de aula adequada com equipe multidisciplinar para receber crianças e adolescentes com deficiência.

Site: https://difusoraon.com/2023/05/25/justica-determina-implementacao-de-educacao-inclusiva-em-olinda-nova-do-ma/

Câmara realiza audiência sobre políticas públicas para pessoas com HIV/AIDS

Evento destacou atuação da Casa de Apoio Acolher, instituição que executa projetos voltados ao acolhimento de pessoas com HIV/AIDS, em todo o Maranhão.

Texto: Sandra Viana

Discutir e pontuar projetos e ações voltados às pessoas com HIV/AIDS foi o tema de audiência pública realizada na Câmara Municipal de São Luís, nesta quinta-feira (25). O debate é fruto de solicitação da vereadora Silvana Noely (PTB), que propôs o debate sobre o tema, com fins a implementar as deliberações na Casa de Apoio Acolher. A instituição executa projetos voltados ao acolhimento de pessoas com HIV/AIDS, em todo o Maranhão. Marcaram presença à audiência, autoridades de vários órgãos do Poder Público, representantes de entidades ligadas ao tema e sociedade civil.

A vereadora Silvana Noely destacou que a audiência foi o momento para ouvir e debater tema crucial para a saúde pública e para a garantia dos direitos humanos. "Enquanto vereadora, presidente da Comissão de Direitos Humanos e alguém que vivencia a cidade, sei da importância deste tema e penso que nossa responsabilidade é dupla, no sentido de garantirmos o respeito e a dignidade às pessoas afetadas e para que tenham maior acesso à informação e ao tratamento adequado", frisou.

Silvana Noely reiterou que "a saúde é um direito fundamental e ninguém deve ser privado dele" e se colocou à disposição "para receber a todos em nosso gabinete, ampliar esse debate e encontrar soluções". A parlamentar também agradeceu as presenças. "Expresso minha grande gratidão a todos que participaram desta audiência e contribuíram para avançarmos nas discussões destas políticas públicas", pontuou a vereadora.

A parlamentar citou que a Casa Acolher tem uma importância enorme para toda a população do Maranhão e que "devemos garantir o funcionamento adequado do espaço, que oferta estadia, alimentação, kits de higiene, atendimentos terapêuticos e outros, para oferecer mais qualidade de vida às pessoas portadoras da HIV/AIDS".

"Agradecemos a oportunidade de poder debater sobre o tema, em um momento simbólico, em que homenageamos quem já se foi por conta da Aids. Realizamos um trabalho pelo qual somos apaixonados, que é esse tema e pelo qual lutamos e queremos ver avançar para a melhor qualidade de vidas das pessoas com HIV e dos que as rodeiam", disse o coordenador de IST/AIDS e Hepatites Virais, Wendel Alencar, representando a Vigilância Municipal de Saúde de São Luís.

"Nossa instituição precisa de mais apoio do poder público e que este tema seja tratado com mais humanidade e mais amor. Nos doamos e podemos contar com alguns parceiros, mas, temos feito muito malabarismos para atender a demanda imensa que nos procura. Essa audiência se mostrou importante para que haja um olhar mais sensível a esse tema e às pessoas com HIV/AIDS. Nosso contexto de acolhimento é pelo apoio de doadores e de quem se solidariza com nosso trabalho e aos quais agradecemos", frisou o coordenador da Casa Acolher, Paulo Ribeiro. A instituição fica no bairro Jordoa, próximo ao Hospital Presidente Vargas, e é mantida com as contribuições de voluntários e doações feitas por pessoas e segmentos da sociedade.

Participaram ainda, o diretor para Assuntos Institucionais da Secretaria do **Ministério Público**, José Márcio Maia Alves; **promotor de Justiça** e assessor da Procuradoria Geral do **Ministério Público**, Marco Aurélio; coordenadora do Programa de Atendimento às IST HIV AIDS e IHV, Jocélia Frazão de Matos, que representou o titular da Secretaria de Estado da Saúde (SES), Tiago Fernandes; a membro da Comissão de Saúde da OAB-MA, Ana Flávia; coordenação do Fórum AIDS Maranhão, Fernando Cardoso; membro da Atenção Primária em Saúde, representando a Secretaria Municipal de Saúde (Semus); entre outras autoridades e membros de entidades ligadas ao tema.

Site: https://www.camara.slz.br/camara-realiza-audiencia-sobre-politicas-publicas-para-pessoas-com-hiv-aids/

Comissão de Assuntos Econômicos recebe representante do PROCON-MA para discutir preço abusivo da carne bovina

A Comissão de Assuntos Econômicos da Assembleia Legislativa do Maranhão recebeu, na tarde desta quinta-feira (25), o assessor jurídico do PROCON/MA, Ricardo Cruz, para discutir suposto monopólio de frigoríficos e aumento abusivo do preço da carne bovina no estado, proteína animal mais consumida no Brasil.

A reunião, coordenada pelo presidente da comissão, deputado Francisco Nagib (PSB), contou com a presença dos deputados Eric Costa (PSD), Fernando Braide (PSD), Júlio Mendonça (PCdoB) e Yglésio Moyses. Os parlamentares explanaram a situação ao assessor jurídico e o indagaram sobre o trabalho de fiscalização do órgão.

Francisco Nagib considerou a pauta de extrema relevância para a sociedade maranhense, uma vez que, segundo ele, os frigoríficos estão repassando o quilo da carne ao consumidor final a preços mais altos, embora tenham adquirido o produto por valores 30% mais baratos em relação aos praticados em 2022. Em outras palavras, ele disse que a redução não foi sentida no bolso do consumidor.

"Essa redução vem sendo observada há um ano, mas o consumidor final não sentiu ainda a diferença, o que significa dizer que está sendo lesado. E o preço da carne só aumenta. Aliás, vários produtos dos setores primário e secundário sofreram redução de preço, como é o caso do combustível, mas isto ainda não aconteceu com a carne, o que não é justo, pois se trata de alimento essencial na mesa do brasileiro", frisou Francisco Nagib.

Eric Costa, que provocou a discussão após denunciar o suposto monopólio ao **Ministério Público** e PROCON/MA (segundo ele, duas empresas frigoríficas estariam explorando os consumidores repassando preços mais altos), ressaltou que a reunião foi mais um passo em defesa do consumidor.

"Nós entendemos que o consumidor está pagando um preço abusivo pela carne que consome diariamente e precisamos fazer a nossa parte para ele passe a pagar um valor justo. Pedimos ao PROCON/MA que inicie fiscalizações nos estabelecimentos e que a justiça social seja feita", disse Eric Costa.

Cadeia produtiva

Júlio Mendonça ponderou que o problema é complexo, uma vez que envolve toda a cadeia produtiva. Ele frisou que as pessoas que produzem estão sendo mal remuneradas, no caso os criadores, e o consumidor, por sua vez, está pagando muito caro. "Ou seja, alguém está ganhando mais do que deveria. Esse trabalho da comissão é importante porque ele visa entender o processo e estimular os órgãos fiscalizadores a tomarem as devidas providências".

Deputado Yglésio Moyses afirmou que a constatação configura uma violação de práticas econômicas. "Do jeito que está não está bom. É preciso uma ação mais incisiva. Pelo andar da carruagem, os empreendimentos pequenos serão engolidos pelos grandes".

Investigação

O assessor jurídico do PROCON/MA, Ricardo Cruz, disse que o órgão fará uma investigação para saber o porquê de a redução no preço repassado aos frigoríficos não beneficiar o consumidor final. Ele informou que o órgão já iniciou uma operação de fiscalização em todo o estado, notificando estabelecimentos para que apresentem justificativas e as notas de compra e venda do produto.

"Esse não repasse configura uma cobrança abusiva, com base no Art. 39 do Código de Defesa do Consumidor. Caso os estabelecimentos não reduzam o valor, isto ficará caracterizado e as consequências serão penalidades que variam desde multas até suspensão das atividades", finalizou.

Ao término da reunião, o PROCON-MA comprometeu-se a fazer um levantamento dos preços de todas os tipos de carne bovina praticados pelos estabelecimentos do gênero no Maranhão. Esses dados deverão ser apresentados à comissão no dia 1º de junho.

Site: http://www.al.ma.leg.br/../noticias/47447

"Diário da Manhã" - Gerson Pinheiro anuncia criação de grupo de trabalho sobre situação dos quilombolas de Alcântara

O secretário estadual de Igualdade Racial, Gerson Pinheiro, destacou em entrevista ao programa "Diário da Manhã desta quinta-feira (24), na Rádio Assembleia (96,9 FM), a criação de um grupo de trabalho para tratar sobre a situação dos quilombolas de Alcântara, por conta da violação de seus direitos, fato que o Estado brasileiro reconheceu como havendo a negação de direitos de prioridade e de proteção jurídica durante a construção do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), na década de 1980.

O secretário lembrou que o caso está sendo julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (IDH), em Santiago, no Chile.

Segundo Gerson Pinheiro, é a primeira vez que o Estado brasileiro é julgado por um caso envolvendo quilombolas, reconhecendo 152 comunidades do Maranhão representadas no caso como sendo remanescentes de quilombos e, também, o primeiro em que as Forças Armadas são confrontadas num tribunal internacional.

Na conversa com o apresentador, jornalista Ronald Segundo, o secretário destacou, entre outros pontos, que a Corte ainda não julgou a questão e que o governador Carlos Brandão (PSB) determinou a criação do grupo de trabalho envolvendo a União, o Estado, o município e a sociedade civil para definir ações no sentido de minimizar o problema. A ideia, segundo o entrevistado, é envolver também o **Ministério Público**, a Defensoria Pública, o Iterma e o Incra.

"Enquanto o Governo Federal vai tratando das questões relativa à regularização fundiária, vai ser elaborado um programa de ações com recursos da União e iniciativas desenvolvidas pelo governo estadual, além da prefeitura municipal, para que as comunidade digam suas principais demandas, se precisam de água, saúde, escola, etc.", explicou.

Por fim, o secretário disse ainda que, entre as violações mais recentes, destaca-se a ação arbitrária no território, em 2008, o que levou as lideranças de Alcântara a denunciarem o Estado à Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, por descumprimento da Convenção 169 no Projeto Alcântara Cyclone Space - Acordo de Cooperação Tecnológica Brasil-Ucrânia. O documento diz que as empresas contratadas invadiram e depredaram roças das comunidades de Mamuna e Baracatatiua, na tentativa de implantar outros três sítios de lançamento de aluguel.

Site: http://www.al.ma.leg.br/../noticias/47445

Assembleia celebra aniversário de primeiro ano de fundação da União dos Vice-Prefeitos do Maranhão

A Assembleia Legislativa realizou, na manhã desta quinta-feira (25), no Plenário Nagib Haickel, sessão solene comemorativa do aniversário de primeiro ano de fundação da União dos Vice-Prefeitos e Vice-Prefeitas do Maranhão (Univimar).

Ao proferir discurso em nome do Poder Legislativo, deputado Rodrigo Lago (PCdoB), autor da proposição da homenagem à Univimar, destacou a importância política e institucional dos vice-prefeitos e vice-prefeitas. Ele ressaltou que a instituição, constituída em 18 de março de 2022, vem desempenhando um importante serviço no aprimoramento de políticas públicas para o fortalecimento do municipalismo no Maranhão.

O deputado estadual licenciado, Othelino Neto, atual secretário de Relações Institucionais do Maranhão no Distrito Federal, ocupou a tribuna para louvar a iniciativa da homenagem à Univimar. Ele frisou que o Parlamento Estadual tomou uma importante iniciativa ao promover a sessão solene.

"É um importante reconhecimento do trabalho destes políticos que muito fazem pelo desenvolvimento de seus municípios e pela população. Esta categoria merece contar com a Assembleia como um agente político que valorizará sempre a atuação de todos os vice-prefeitos maranhenses", declarou Othelino Neto.

Durante a solenidade, os deputados Juscelino Marreca (Patriotas), Júlio Mendonça (PCdoB) e Wellington do Curso (PSC) também proferiram discursos em homenagem à Univimar e aos seus dirigentes.

Na condição de representante do governador Carlos Brandão, o secretário de Estado de Articulação Política, Rubens Pereira, lembrou que foi na gestão de Othelino Neto, como presidente da Assembleia Legislativa, que foi oficializada uma importante parceria entre o Parlamento Estadual e a Univimar, celebrada por meio de um Acordo de Cooperação Técnica, que garantiu a cessão de um espaço para funcionamento da nova sede da instituição, em uma das dependências do Palácio Manoel Beckman.

Conquistas

Em seu discurso, o presidente da Univimar, Mário Cardoso, vice-prefeito da cidade de Monção, discorreu sobre o papel da entidade, salientando ações e conquistas obtidas. "Nós criamos a Univimar para dar um suporte técnico, uma atenção melhor para que os vice-prefeitos possam estar realmente preparados para assumir a administração da cidade quando for necessário", ressaltou Mário Cardoso.

A vice-presidente da Univimar, Maiara Pinheiro, que é vice-prefeita do município de São João Batista, assinalou que o papel do vice vai além de substituir o titular quando necessário, mas também desenvolver movimentos sociais, organizar reuniões para debater políticas públicas, ouvir as reivindicações da população local e elaborar ações que levem melhorias para o seu município, entre outras iniciativas.

A sessão solene, que também contou com a presença do **procurador-geral** de Justiça, **Eduardo Nicolau**, e da defensora pública Débora Alcântara, além de outras autoridades e representantes de instituições, foi encerrada com a assinatura de um Termo de Cooperação celebrado entre a Univimar e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA).

Site: http://www.al.ma.leg.br/../noticias/47444

Justiça determina implementação de educação inclusiva, em Olinda Nova do MA

A pós pedido do **Ministério Público do Maranhão**, por meio da **Promotoria de Justiça** de Olinda Nova do Maranhão, em Ação Civil Pública ajuizada no último dia 22 de maio, o Poder Judiciário determinou ao Município de Olinda Nova do Maranhão a implementação a partir deste ano letivo de sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, para assegurar o direito à educação ao longo de toda a vida a todas as pessoas com deficiência, residentes na localidade, em especial às crianças e adolescentes.

A Prefeitura foi notificada da decisão liminar nesta quarta-feira, 24.

Foi determinado também que o município forneça os dados atualizados da rede de educação municipal sobre o número de crianças com deficiência matriculadas nas escolas que estão com frequência regular, bem como as que não estão frequentando as aulas, anexando relação nominal.

Em caso de descumprimento da medida, foi fixada multa diária no valor R$ 10 mil até o limite de R$ 300 mil.

A Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, foi ajuizada pela promotora de justiça titular da Promotoria de São João Batista, que responde pela Promotoria de Olinda Nova do Maranhão.

A decisão liminar foi proferida pelo juiz titular da 2ª Vara da Comarca de Lago da Pedra, que responde pelo juízo de Olinda Nova do Maranhão.

RELATO DA MÃE

A demanda foi tratada na unidade ministerial a partir do relato de uma mãe inconformada com a impossibilidade de seu filho, de 18 anos, diagnosticado com paralisia cerebral, de ter acesso à educação, visto que no município não há escola adequada e nem outro centro de apoio especializado para pessoas com deficiência.

Funcionária pública municipal, a mãe ressaltou, que, com sua renda mensal de apenas um salário mínimo, tem muita dificuldade para adquirir medicamentos, mantimentos e suprir demais necessidades dela e do filho.

A **Promotoria de Justiça** de Olinda Nova do Maranhão realizou investigação prévia e constatou que a rede municipal de educação não dispõe de sala de aula adequada com equipe multidisciplinar para receber crianças e adolescentes com deficiência.

Com informações do **MPMA**

Site: https://centraldenoticiasbrasil.com/materia/justica-determina-implementacao-de-educacao-inclusiva-em-olinda-nova-do-ma2023-05-25-14-22-14-645318

São Luis - Reunião discute cessão de urnas eletrônicas para eleição dos conselheiros tutelares

A pedido do **Ministério Público do Maranhão**, por meio do Centro de Apoio Operacional da infância e Juventude (CAO/IJ), foi realizada reunião, no dia 22 de maio, na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, para acertar detalhes sobre a cessão de urnas eletrônicas para a eleição de conselheiros tutelares em todo o Maranhão.

Na reunião, o **MPMA** foi representado pelo coordenador do CAO/IJ, **promotor de justiça** Gleudson Malheiros.

A organização e condução do processo de escolha de conselheiros tutelares cabe aos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCAs) e a fiscalização é responsabilidade do **Ministério Público**.

Na ocasião, o juiz Marcelo Moreira e a equipe técnica do TRE repassaram calendário provisório com prazos a serem cumpridos por todos os CMDCAs interessados em receber apoio da Justiça Eleitoral no processo de escolha dos conselheiros tutelares em 2023.

PEDIDO

O dia 2 de junho é o prazo máximo para os CMDCAs realizarem novo pedido de urnas eletrônicas ao TRE. O pedido deve ser entregue ao Cartório Eleitoral do município. O prazo é improrrogável.

O documento deve conteras seguintes informações: pedido de urna eletrônica ou de lona, indicação se o eleitor do município poderá votar em apenas um ou em até cinco candidatos; a informação se o município possui apenas um ou mais de um conselho tutelar; o nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato de um representante da Comissão Eleitoral.

AMPLIAÇÃO

No último processo de escolha de conselheiro tutelar, em 2019, no Maranhão apenas os 11 maiores municípios contaram com uso de urnas eletrônicas. Para esse ano, o CAO-IJ tem buscado articulação com o TRE para ampliar a cessão de urnas eletrônicas para todos os municípios maranhenses interessados. "Dessa forma estará se garantido que a sociedade eleja pessoas comprometidas na proteção de crianças e adolescentes por meio de eleições mais confiáveis e transparentes", afirmou o **promotor de justiça** Gleudson Malheiros.

Site:
http://www.agorasantaines.com.br/index.php?topicos=nav/single&topico=23784

Ouvinte do povoado Paraíso relata indignação sobre escolas paralisadas

Paulo Castro

Segundo o ouvinte e morador do povoado Paraíso relata que nunca houve um dia de escola, e tanto a escola quando o posto de saúde está com o prédio quase caindo, o mesmo relata precariedade no atendimento médico e na estrutura, e o prefeito só está interessado em saber de produções par adquirir verbas, a mesma pede a presença dos vereadores no povoado Paraíso.

O apresentador indaga se está tudo realmente alinhado, pois, não se vê nenhuma atitude do **Ministério público** diante da realidade da população, o apresentador também frisa que não é necessário sair nem do gabinete diante de tantas informações e queixas.

Tags: **MPMA**

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/25/RDIOPERICUMFM1051PINHEIROMA-13.05.26-13.09.27-1685032601.mp3

Evento do Ministério público vai abordar facções criminosas no Maranhão

Adalberto Júnior

O **ministério público** junto com o **GAECO** irá realizar um evento aonde irá abordar o tema de facções criminosas no estado do Maranhão, o evento começará nesta quinta-feira e terminará na sexta-feira, o evento vai contar com o **procurador de justiça Eduardo Nicolau**.

Tags: **MPMA**, **GAECO**, Flávio Dino

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/25/RDIOUNIVERSIDADEFM1069SOLUSMA-07.38.33-07.39.59-1685041157.mp3

Iracema Vale fala de potencialidades e protagonismo feminino

A presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputada Iracema Vale (PSB), participou, na manhã desta quarta-feira (24), do Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, promovido pela Secretaria de Estado da Mulher (Semu), no Multicenter Sebrae. O evento contou com a presença da ministra da Mulher, Aparecida Gonçalves.

"Hoje, nesse grande encontro, temos a oportunidade de discutir políticas capazes de garantir que cada vez mais mulheres consigam atingir suas potencialidades, protagonizar suas vidas e nos espaços por elas ocupados", afirmou Iracema Vale.

A iniciativa faz parte das atividades desenvolvidas pelo Governo do Maranhão para promover a troca de experiências e conhecimentos acerca das demandas específicas de cada município do Estado, visando à construção de políticas concretas que possam transformar a realidade das mulheres maranhenses.

Em pronunciamento, a parlamentar também lembrou que, pela primeira vez, em 188 anos, a Assembleia Legislativa do Estado possui uma mulher à frente da presidência, bem como também consolidou a maior bancada feminina da história do Parlamento maranhense ao eleger 12 deputadas estaduais.

"Nós fizemos história elegendo a primeira mulher presidente. E ter uma voz feminina no comando é também sobre ter vez. Além disso, 12 mulheres foram eleitas e as vozes dessas deputadas estão ecoando muitas outras. A representatividade feminina é fundamental para o exercício da democracia e continuaremos, juntas, lutando pelas maranhenses", salientou.

Estiveram presentes, ainda, as deputadas estaduais Daniella (PSB), Solange Almeida (PL), Andréia Rezende (PSB), Ana do Gás (PCdoB), Cláudia Coutinho (PDT), Dra. Viviane (PDT), Janaína Ramos (Republicanos), Edna Silva (Patriotas), além dos deputados Roberto Costa (MDB), Ricardo Arruda (MDB), Ricardo Rios (PCdoB) e Davi Brandão (PSB).

Reflexões

Segundo a ministra da Mulher, Aparecida Gonçalves, a programação do evento irá trazer importantes reflexões sobre as políticas públicas voltadas para as mulheres e a sua implementação em níveis locais, estaduais e nacionais, principalmente as que visam à autonomia econômica, geração de renda, o combate ao feminicídio e o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

"O grande desafio no Brasil, não só no Maranhão, é dar conta de criar uma cura, onde as pessoas se respeitem e onde sejam valorizadas em todos os espaços, principalmente as mulheres. Nós precisamos reconstruir o Brasil e formar uma nova cultura para acabar com o feminicídio", acrescentou a ministra.

Intercâmbio

A secretária de Estado da Mulher, Abigail Cunha, ressaltou que haverá painéis com palestrantes renomadas na área, durante os dois dias de evento. "A ideia é articular e mobilizar, junto ao Governo Federal, intercâmbios e agendas coletivas, a fim de fortalecer a defesa e a valorização das mulheres em todo o país", frisou.

Também marcaram presença no evento a senadora Eliziane Gama (Cidadania); a Subdefensora-Geral do Estado, Cristiane Marques; a vereadora Karla Sarney (PSD), representando a Câmara Municipal; o **procurador-geral** de Justiça, **Eduardo Nicolau**; e a prefeita de Buriti Bravo, Luciana Leocádio (PCdoB), representando a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem).

Site: https://g7ma.com/iracema-vale-fala-de-potencialidades-e-protagonismo-feminino/

Procedimento administrativo investiga falta de repasses para Fundo de Meio Ambiente em Açailândia

Marjorie Sara Sampaio de Sousa

O prefeito de Açailândia, Aluísio Silva Sousa , está sendo investigado pelo **Ministério Público do Maranhão** (**MPMA**). Eles receberam uma denúncia do Conselho Municipal de Meio Ambiente, e agora estão tentando descobrir o que realmente aconteceu.

De acordo com a denúncia, o prefeito não estaria repassando verbas que deveriam ir para o Fundo Municipal de Meio Ambiente. Esse dinheiro faz parte de uma lei da cidade de Açailândia (Lei Municipal nº 515/2017). A lei diz que parte do dinheiro que a cidade arrecada tem que ir para esse fundo.

O **MPMA** está tratando a situação, eles criaram um procedimento administrativo para investigar o caso. Isso significa que eles vão olhar todos os detalhes para entender se o dinheiro está mesmo sendo desviado.

Eles já pediram informações para a Secretaria Municipal de Economia e Finanças de

Açailândia, mas até agora não receberam resposta. Então, mandaram outro pedido de informações. O objetivo dessa investigação é descobrir se a lei está sendo descumprida e se alguém deve ser responsabilizado por isso.

Site: https://imperatriz.online/noticias-assinante/procedimento-administrativo-investiga-falta-de-repasses-para-fundo-de-meio-ambiente-em-acailandia/2023/05/26/

Brandão anuncia novas ações contra a violência e garantia dos direitos das mulheres

Da Redação

No segundo dia do Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, o Governo do Maranhão anunciou uma série de políticas e ações para o enfrentamento à violência e a garantia dos direitos das mulheres maranhenses.

Nesta quinta-feira (25), foi assinado o decreto que institui o programa Viva Mulher Maranhense, lançado o III Plano Estadual de Políticas Públicas para Mulheres e anunciada a implantação de mais 17 unidades da Casa da Mulher da Maranhense.

Também foram assinados três termos de cooperação técnica entre a Secretaria de Estado da Mulher (Semu) e outros órgãos estaduais.

Além do governador do Maranhão, Carlos Brandão, acompanhando da primeira-dama, Larissa Brandão; também participaram da solenidade as ministras de Estado das Mulheres, Cida Gonçalves; dos Povos Originários, Sônia Guajajara; o ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil, Wellington Dias; a presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, deputada Iracema Vale (PSB); e a titular da Semu, Abigail Cunha.

O governador Carlos Brandão destacou a importância das novas ações anunciadas pelo seu governo.

"Precisamos interiorizar as ações para garantia dos direitos das mulheres. Por isso, vamos construir mais 17 unidades da Casa da Mulher Maranhense, que serão a porta de entrada para as políticas públicas. Também estamos assinando decretos e termos de cooperação técnica para a implantação de mais ações, pois não basta só o discurso, é preciso implantar ações na prática. Também vamos conversar com os prefeitos para que os municípios implantem suas Secretarias da Mulher para levar estas ações para a ponta, para as cidades, que é onde a maioria das mulheres vivem", asseverou Brandão.

A ministra de Estado das Mulheres, Cida Gonçalves, ressaltou que entre os diversos resultados esperados, um deles é que o fórum garanta a implantação de Secretarias da Mulher em todas as cidades maranhenses.

"Estamos há dois dias debatendo com as gestoras, vereadoras, prefeitas e representantes de movimentos para construirmos um caminho amplo e estruturado de políticas públicas para as mulheres. Após este fórum, esperamos que todos os municípios possam implantar suas Secretarias da Mulher para o atendimento, inclusão e valorização delas na sociedade", realçou a ministra.

O ministro Wellington Dias (Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome) informou que o Maranhão irá receber recursos para a assistência social que também beneficiarão as mulheres do Estado.

"O nosso governo entende que ao fazer a distribuição de renda por meio de programas sociais é fundamental que esses recursos cheguem às famílias por meio da mão das mulheres. Hoje, vamos celebrar muitas parcerias com o governo estadual que com certeza irão beneficiar as mulheres chefe de família e contribuir para combater a desigualdade social", destacou Dias.

A ministra Sônia Guajajara (Povos Indígenas) lembrou que o Brasil completou pouco mais de 90 anos que as mulheres passaram a ter direito ao voto, mas que ainda é preciso avançar muito mais.

"Hoje, nós votamos e podemos ser votadas. O Brasil tem atualmente 11 ministras, incluindo uma representante dos povos indígenas. Mas ainda precisamos aumentar nossa presença nos espaços de decisão, pois ainda somos minoria. Somente assim vamos avançar nas discussões e na efetivação das particularidades das políticas públicas para as mulheres das cidades, na zona rural, com deficiência, indígenas e todas as outras", salientou a ministra.

A deputada estadual Iracema Vale reafirmou o compromisso da Assembleia Legislativa com a população feminina maranhense.

"Hoje, temos 12 mulheres deputadas. A maior bancada feminina dos 188 anos da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. E as mulheres maranhenses podem ter a certeza de que a Assembleia apoia a causa das mulheres, está ao lado delas na luta por direitos e trabalha firmemente para isso", evidenciou a parlamentar.

Casa da Mulher Maranhense

Para reforçar o compromisso da gestão estadual com as mulheres maranhenses foi assinado o decreto para a implantação de novas unidades do Serviço de Atendimento à Mulher Maranhense em Situação de Violência, a Casa da Mulher Maranhense, que atualmente conta com dois equipamentos do tipo, sendo um em Imperatriz e o outro em Caxias.

A Casa da Mulher Maranhense é um espaço integrado e especializado no atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência, ofertando os serviços de acolhimento e triagem, apoio psicossocial, delegacia especializada, juizado, **Ministério Público**, Defensoria Pública, Patrulha Maria da Penha e os demais órgãos e serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Programa Viva Mulher Maranhense

Também foi assinado o decreto que institui o programa Viva Mulher Maranhense para promover a oferta de serviços públicos para a prevenção e atendimento às mulheres em situação de violência, por meio da articulação com os sistemas de Justiça e com as políticas públicas de saúde, segurança, educação, assistência social, trabalho, emprego, renda, cultura, esporte e lazer para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

III Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres 2022-2023

Outra ação do governo estadual para a garantia dos direitos das mulheres foi o lançamento do III Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres 2022-2023 para a implantação de políticas prioritárias na promoção da igualdade entre mulheres e homens no estado com o objetivo de fortalecer as mulheres social e politicamente, com a interiorização e municipalização das ações de gênero, garantindo oportunidades de autonomia econômica, educação, saúde e enfrentamento da violência.

O plano é resultado de um trabalho realizado de forma coletiva sob a coordenação da Secretaria de Estado da Mulher (Semu) e do Conselho Estadual da Mulher (CEM), com a participação da sociedade civil, dos movimentos sociais e de mulheres, de entidades e órgãos de proteção à mulher, de vários setores governamentais e em parceria com a ONU Mulheres.

Cooperação Técnica

Foram assinados ainda três termos de cooperação técnica entre a Semu e outros órgãos estaduais. "A assinatura destes três termos de cooperação técnica representa a importância da transversalidade para a implantação e efetivação de políticas públicas para as mulheres, afinal, nós somos um governo só e estamos preocupados em ampliar as ações e avançar na garantia dos direitos para todas as mulheres maranhenses", afirmou Abigail Cunha.

Com a Escola de Governo do Maranhão (EGMA) serão realizadas atividades formativas aos servidores públicos em formato de trilha, voltadas à promoção da igualdade de gênero na administração pública e enfrentamento da violência contra a mulher e sua relação com as políticas públicas.

Em parceria com o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Iema) serão executadas atividades formativas e de capacitação para as mulheres negras com foco na garantia de direitos, promoção da igualdade racial e proteção dos indivíduos e grupos étnicos atingidos pela discriminação e demais formas de intolerância.

Já com a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF) serão feitas atividades formativas, de capacitação profissional, oficinas e orientações técnicas nos programas Mais Sustentabilidade no Campo, Cadastro Ambiental Rural (CAR), Programa Cisternas (Primeira Água), Quintais produtivos, Programa de Compras da Agricultura Familiar (Procaf) e Sementes Crioulas, este último voltado especificamente para as mulheres negras.

Ações em execução

A garantia de políticas públicas voltadas para as mulheres é um dos eixos principais do Governo do Estado do Maranhão, que vem desenvolvendo ações no sentido de promover a proteção contra a violência de gênero, garantia de direitos e o incentivo ao protagonismo feminino, por meio de iniciativas na saúde, assistência social, cidadania, segurança, dentre outras áreas.

Por isso, já estão em execução diversas ações como a Carreta da Mulher, que já realizou mais de 250 mil atendimentos em saúde. Por meio do Ônibus Lilás o governo tem levado informação e orientações para as mulheres de comunidades tradicionais e quilombolas sobre os seus direitos.

No enfrentamento à violência o estado já conta com 13 casas da Mulher Brasileira, duas casas da Mulher Maranhense e a Patrulha Maria da Penha, que já conta com 18 equipes e segue sendo ampliada. O governo também paga o Aluguel Social Maria da Penha às vítimas de violência em situação de vulnerabilidade social.

O Centro Estadual de Referência das Mulheres Negras combate o racismo estrutural e a intolerância religiosa., além de oferecer assistência jurídica, psicológica e cursos profissionalizantes. O projeto Minha Escola Me Acolhe capacita adolescentes das escolas da rede estadual e o Mulheres Guardiãs debate sobre direitos e serviços.

Por meio do Mulher Ativa o governo impulsiona o empreendedorismo feminino com cursos de qualificação e auxílio financeiro. O programa Te Empodera, Mulher já chegou a 30 municípios, combatendo a desigualdade social da mulher por meio de inclusão produtiva, qualificação e empreendedorismo.

Fórum Estadual

Realizado pela Semu, o Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres foi aberto na quarta-feira (24), no auditório Darcy Ribeiro, do Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, em São Luís. O evento reúne gestores municipais das cidades maranhenses, de outros estados e do Governo Federal para debaterem e articularem agendas coletivas para o fortalecimento da defesa, da valorização e do protagonismo feminino.

Nesta quinta-feira (25), também compuseram o dispositivo de honra o deputado federal Marcio Honaiser (PDT); a prefeita de Buriticupu, Luciana Leocádio (PCdoB), representando a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem); e Isabelle Passinho, presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Também compareceram ao evento deputados e deputadas estaduais, secretários de governo, representantes dos diversos movimentos da sociedade civil organizada.

Site: https://oimparcial.com.br/noticias/2023/05/brandao-anuncia-novas-acoes-contra-a-violencia-e-garantia-dos-direitos-das-mulheres/

Maranhão anuncia novas ações para o enfrentamento à violência e garantia dos direitos das mulheres

omaranhense

No segundo dia do Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, o Governo do Maranhão anunciou uma série de políticas e ações para o enfrentamento à violência e a garantia dos direitos das mulheres maranhenses. Nesta quinta-feira (25), foi assinado o decreto que institui o programa Viva Mulher Maranhense, lançado o III Plano Estadual de Políticas Públicas para Mulheres e anunciada a implantação de mais 17 unidades da Casa da Mulher da Maranhense. Também foram assinados três termos de cooperação técnica entre a Secretaria de Estado da Mulher (Semu) e outros órgãos estaduais.

Além do governador do Maranhão, Carlos Brandão, acompanhando da primeira-dama, Larissa Brandão; também participaram da solenidade as ministras de Estado das Mulheres, Cida Gonçalves; dos Povos Originários, Sônia Guajajara; o ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil, Wellington Dias; a presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, deputada Iracema Vale (PSB); e a titular da Semu, Abigail Cunha.

O governador Carlos Brandão destacou a importância das novas ações anunciadas pelo seu governo. "Precisamos interiorizar as ações para garantia dos direitos das mulheres. Por isso, vamos construir mais 17 unidades da Casa da Mulher Maranhense, que serão a porta de entrada para as políticas públicas. Também estamos assinando decretos e termos de cooperação técnica para a implantação de mais ações, pois não basta só o discurso, é preciso implantar ações na prática. Também vamos conversar com os prefeitos para que os municípios implantem suas Secretarias da Mulher para levar estas ações para a ponta, para as cidades, que é onde a maioria das mulheres vivem", asseverou Brandão.

A ministra de Estado das Mulheres, Cida Gonçalves, ressaltou que entre os diversos resultados esperados, um deles é que o fórum garanta a implantação de Secretarias da Mulher em todas as cidades maranhenses. "Estamos há dois dias debatendo com as gestoras, vereadoras, prefeitas e representantes de movimentos para construirmos um caminho amplo e estruturado de políticas públicas para as mulheres. Após este fórum, esperamos que todos os municípios possam implantar suas Secretarias da Mulher para o atendimento, inclusão e valorização delas na sociedade", realçou a ministra.

O ministro Wellington Dias (Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome) informou que o Maranhão irá receber recursos para a assistência social que também beneficiarão as mulheres do Estado. "O nosso governo entende que ao fazer a distribuição de renda por meio de programas sociais é fundamental que esses recursos cheguem às famílias por meio da mão das mulheres. Hoje, vamos celebrar muitas parcerias com o governo estadual que com certeza irão beneficiar as mulheres chefe de família e contribuir para combater a desigualdade social", destacou Dias.

A ministra Sônia Guajajara (Povos Indígenas) lembrou que o Brasil completou pouco mais de 90 anos que as mulheres passaram a ter direito ao voto, mas que ainda é preciso avançar muito mais. "Hoje, nós votamos e podemos ser votadas. O Brasil tem atualmente 11 ministras, incluindo uma representante dos povos indígenas. Mas ainda precisamos aumentar nossa presença nos espaços de decisão, pois ainda somos minoria. Somente assim vamos avançar nas discussões e na efetivação das particularidades das políticas públicas para as mulheres das cidades, na zona rural, com deficiência, indígenas e todas as outras", salientou a ministra.

A deputada estadual Iracema Vale reafirmou o compromisso da Assembleia Legislativa com a população feminina maranhense. "Hoje, temos 12 mulheres deputadas. A maior bancada feminina dos 188 anos da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. E as mulheres maranhenses podem ter a certeza de que a Assembleia apoia a causa das mulheres, está ao lado delas na luta por direitos e trabalha firmemente para isso", evidenciou a parlamentar.

Casa da Mulher Maranhense

Para reforçar o compromisso da gestão estadual com as mulheres maranhenses foi assinado o decreto para a implantação de novas unidades do Serviço de Atendimento à Mulher Maranhense em Situação de Violência, a Casa da Mulher Maranhense, que atualmente conta com dois equipamentos do tipo, sendo um em Imperatriz e o outro em Caxias.

A Casa da Mulher Maranhense é um espaço integrado e especializado no atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência, ofertando os serviços de acolhimento e triagem, apoio psicossocial, delegacia especializada, juizado, **Ministério Público**, Defensoria Pública, Patrulha Maria da Penha e os demais órgãos e serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Programa Viva Mulher Maranhense

Também foi assinado o decreto que institui o programa Viva Mulher Maranhense para promover a oferta de serviços públicos para a prevenção e atendimento às mulheres em situação de violência, por meio da articulação com os sistemas de Justiça e com as políticas públicas de saúde, segurança, educação, assistência social, trabalho, emprego, renda, cultura, esporte e lazer para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

III Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres 2022-2023

Outra ação do governo estadual para a garantia dos direitos das mulheres foi o lançamento do III Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres 2022-2023 para a implantação de políticas prioritárias na promoção da igualdade entre mulheres e homens no estado com o objetivo de fortalecer as mulheres social e politicamente, com a interiorização e municipalização das ações de gênero, garantindo oportunidades de autonomia econômica, educação, saúde e enfrentamento da violência.

O plano é resultado de um trabalho realizado de forma coletiva sob a coordenação da Secretaria de Estado da Mulher (Semu) e do Conselho Estadual da Mulher (CEM), com a participação da sociedade civil, dos movimentos sociais e de mulheres, de entidades e órgãos de proteção à mulher, de vários setores governamentais e em parceria com a ONU Mulheres.

Cooperação Técnica

Foram assinados ainda três termos de cooperação técnica entre a Semu e outros órgãos estaduais. "A assinatura destes três termos de cooperação técnica representa a importância da transversalidade para a implantação e efetivação de políticas públicas para as mulheres, afinal, nós somos um governo só e estamos preocupados em ampliar as ações e avançar na garantia dos direitos para todas as mulheres maranhenses", afirmou Abigail Cunha.

Com a Escola de Governo do Maranhão (EGMA) serão realizadas atividades formativas aos servidores públicos em formato de trilha, voltadas à promoção da igualdade de gênero na administração pública e enfrentamento da violência contra a mulher e sua relação com as políticas públicas.

Em parceria com o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Iema) serão executadas atividades formativas e de capacitação para as mulheres negras com foco na garantia de direitos, promoção da igualdade racial e proteção dos indivíduos e grupos étnicos atingidos pela discriminação e demais formas de intolerância.

Já com a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF) serão feitas atividades formativas, de capacitação profissional, oficinas e orientações técnicas nos programas Mais Sustentabilidade no Campo, Cadastro Ambiental Rural (CAR), Programa Cisternas (Primeira Água), Quintais produtivos, Programa de Compras da Agricultura Familiar (Procaf) e Sementes Crioulas, este último voltado especificamente para as mulheres negras.

Ações em execução

A garantia de políticas públicas voltadas para as mulheres é um dos eixos principais do Governo do Estado do Maranhão, que vem desenvolvendo ações no sentido de promover a proteção contra a violência de gênero, garantia de direitos e o incentivo ao protagonismo feminino, por meio de iniciativas na saúde, assistência social, cidadania, segurança, dentre outras áreas.

Por isso, já estão em execução diversas ações como a Carreta da Mulher, que já realizou mais de 250 mil atendimentos em saúde. Por meio do Ônibus Lilás o governo tem levado informação e orientações para as mulheres de comunidades tradicionais e quilombolas sobre os seus direitos.

No enfrentamento à violência o estado já conta com 13 casas da Mulher Brasileira, duas casas da Mulher Maranhense e a Patrulha Maria da Penha, que já conta com 18 equipes e segue sendo ampliada. O governo também paga o Aluguel Social Maria da Penha às vítimas de violência em situação de vulnerabilidade social.

O Centro Estadual de Referência das Mulheres Negras combate o racismo estrutural e a intolerância

religiosa., além de oferecer assistência jurídica, psicológica e cursos profissionalizantes. O projeto Minha Escola Me Acolhe capacita adolescentes das escolas da rede estadual e o Mulheres Guardiãs debate sobre direitos e serviços.

Por meio do Mulher Ativa o governo impulsiona o empreendedorismo feminino com cursos de qualificação e auxílio financeiro. O programa Te Empodera, Mulher já chegou a 30 municípios, combatendo a desigualdade social da mulher por meio de inclusão produtiva, qualificação e empreendedorismo.

Fórum Estadual

Realizado pela Semu, o Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres foi aberto na quarta-feira (24), no auditório Darcy Ribeiro, do Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, em São Luís. O evento reúne gestores municipais das cidades maranhenses, de outros estados e do Governo Federal para debaterem e articularem agendas coletivas para o fortalecimento da defesa, da valorização e do protagonismo feminino.

Nesta quinta-feira (25), também compuseram o dispositivo de honra o deputado federal Marcio Honaiser (PDT); a prefeita de Buriticupu, Luciana Leocádio (PCdoB), representando a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem); e Isabelle Passinho, presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Também compareceram ao evento deputados e deputadas estaduais, secretários de governo, representantes dos diversos movimentos da sociedade civil organizada.

Site: https://omaranhense.com/maranhao-anuncia-novas-acoes-para-o-enfrentamento-a-violencia-e-garantia-dos-direitos-das-mulheres/

Campanha Maio Laranja teve adesão em diversas comarcas do Maranhão

A 23ª edição da campanha nacional de mobilização do 18 de Maio - Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - instituído pela Lei Federal 9.970/00, teve adesão de diversas comarcas do Poder Judiciário do Maranhão. As comarcas promoveram ações de mobilização, sensibilização, informação, e convocaram a sociedade para participar da defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

No âmbito do Poder Judiciário maranhense, a Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ/TJMA) - sob a coordenação da desembargadora Sônia Amaral - lançou a campanha com o mote "Ouvir a criança é proteger a infância", convocando magistrados, magistradas, servidores e servidoras para participação da "Semana de julgamento de ações penais envolvendo crimes contra crianças ou adolescentes" que aconteceu entre os dias 8 e 12 de maio.

Além da força-tarefa de julgamentos relacionados a crimes cometidos contra crianças e adolescentes, a CIJ promoveu ações de sensibilização, com ampla divulgação nos canais institucionais do TJMA, a fim de mobilizar a sociedade para que nenhuma criança ou adolescente tenha que vivenciar as marcas da violência sexual ou da impunidade.

Acompanhe (abaixo) as principais ações desenvolvidas nas comarcas do Maranhão:

COMARCA DA ILHA DE SÃO LUÍS

Na comarca de São Luís, a 8ª Vara Criminal, que trabalha nos crimes contra crianças e adolescentes, organizou duas frentes de atividades para a Campanha Maio Laranja.

A primeira teve como destaque a organização de uma pauta extraordinária de depoimentos especiais, de processos de natureza relacionada à infância e à juventude, garantindo o direito de crianças e adolescentes a serem ouvidos por meio do Protocolo de Depoimento especializado em cada atendimento. As doze audiências da pauta foram realizadas no período de 17 a 30 de maio, com apoio de juízes(as) auxiliares.

A segunda atividade foi desenvolvida no dia 18 de maio, com a mobilização na área térrea do Fórum Desembargador Sarney Costa. A programação contou com uma mostra de vídeos e distribuição de material de conscientização sobre a Campanha.

COMARCA DE SANTA INÊS

A Comarca de Santa Inês, em parceria com a Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ), realizou, na manhã do dia D de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a Roda de Conversa Ouvir a Criança é Proteger a Infância , que contou com a participação do juiz titular da 3ª Vara da Comarca de Santa Inês, Alexandre Antônio José de Mesquita.

A Roda de Conversa teve como público a rede de educação municipal, estadual e federal de Santa Inês e Bela Vista do Maranhão, municípios que integram a Comarca de Santa Inês, bem como, outros parceiros da rede de proteção local como os Conselhos Tutelares, as Secretarias de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, **Ministério Público** e Defensoria Pública.

Ao trazer o tema para discussão, o Judiciário contribui para divulgação e adoção de estratégias de fortalecimento da rede, visando a garantia da proteção das crianças e dos adolescentes.

COMARCA DE CHAPADINHA

A comarca de Chapadinha, em alusão ao 18 de Maio, realizou uma roda de conversa na escola pública Unidade Integrada Francisco Isaías do Nascimento (CAIC), no Bairro Areal, com grupo de profissionais de educação, composto por professores e equipe pedagógica. O encontro abordou a importância de "Ouvir a criança e proteger a infância", para que esses profissionais possam estar mais alertas no ambiente com alunos, crianças e adolescentes.

COMARCA DE AÇAILÂNDIA

A Campanha Maio laranja teve a sua abertura no dia 9 de maio, em Açailândia, na Praça do Patizal (Vila Ildemar), com início às 8 horas, com a participação da Banda Municipal, representantes da Rede de Proteção, alunos e professores de escolas do bairro.

A realização foi de forma conjunta entre Município de

Açailândia e CIJ/TJMA. O juiz de Direito titular da 2ª Vara de Família, Alessandro Arrais Pereira, compôs a mesa sobre o tema. Também no dia 9 de maio houve mobilização dos servidores e servidoras do Fórum, em prol da campanha.

No dia 18 de maio, aconteceu uma caminhada de mobilização no Bairro do Jacu, Prainha do Jacu, com concentração às oito horas.

Durante a semana da programação, foram cedidas entrevistas em rádios e TVs e ministradas palestras em diversas escolas por profissionais do CRAS/CREAS, além da distribuição de materiais informativos no Centro de Açailândia.

COMARCA DE BALSAS

A campanha Maio laranja teve seu lançamento em Balsas no dia 8 de maio, com uma roda de conversa sobre o tema. A atividade foi voltada para alunos do 9º ano do ensino fundamental da escola pública Agostinho Neves.

No dia 15 de maio, houve mais uma roda de conversa na mesma escola, em parceria com o Centro de referência de assistência social (CRAS), que faz parte da rede de proteção da cidade.

No dia 18 de maio, pela manhã, a mobilização aconteceu na Feira de Agro Balsas, organizada pelo núcleo psicossocial do TJMA e contou com a presença do juiz Alexandre Sabino Meira para a atividade com alunos da rede pública de ensino. Pela tarde, cerca de 260 adolescentes do IEMA de Balsas participaram de palestra sobre a temática da campanha.

COMARCA DE IMPERATRIZ

A Comarca de Imperatriz, por meio da Vara da Infância e da Juventude e 3º Vara Criminal, teve programação diversificada no Maio Laranja.

A Campanha teve abertura com dois seminários nos dias 15 de maio, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Davinópolis e 16 de maio, em parceria com a Secretaria de Educação de Governador Edison Lobão-MA.

Os seminários tiveram como público-alvo, diretores, pais de alunos e professores, em razão da necessidade de difundir conhecimento sobre os temas no ambiente escolar.

No dia 21 de maio, a corrida "Faça Bonito. proteja nossas crianças e adolescentes" teve concentração em frente ao Fórum e arrecadou produtos de higiene pessoal para instituições de acolhimento.

A programação finalizou no dia 24 de maio, com o encontro: "Fortalecimento da Rede de Proteção no Combate ao Abuso Sexual Infantil", para todos os atores do sistema de garantia de direitos, no salão do Júri do Fórum.

COMARCA DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

A comarca de São José de Ribamar iniciou sua participação oferecendo uma programação diversificada, envolvendo escolas, mobilização no Fórum, com ambientação e blitz de sensibilização, caminhada e panfletagem no dia 18 de maio,

No dia 10 de maio, houve a formação com os professores do Colégio Marista Aracagy. No dia 15 de maio, ambientação dos espaços do Fórum e Anexo de São José de Ribamar sobre Maio Laranja.

No dia 16 de maio, a Comarca realizou uma Blitz pela Infância com os(as) servidores(as) do Fórum e Anexo de São José de Ribamar. No dia 17 de maio, foi organizada uma formação com os professores da rede de ensino municipal de São José de Ribamar (com a presença da desembargadora Sônia Amaral) e no dia seguinte, uma caminhada com panfletagem no centro, em parceria com a Secretaria de Assistência Social de São José de Ribamar.

Acesse os álbuns completos de fotos no Flickr do TJMA: https://www.flickr.com/photos/tjma-oficial/albums

Agência TJMA de Notícias

asscom@tjma.jus.br

(98) 3198-4374

Site:
http://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/510220/campanha-maio-laranja-teve-adesao-em-diversas-comarcas-do-maranhao

Justiça manda Prefeitura de São Luís rever as licenças para TCM e Aço Maranhão na Forquilha

Aquiles Emir

A Justiça condenou o Município de São Luís a rever o licenciamento ambiental da "Transporte Coletivo Maranhense (TCM)" e "Aço Maranhão" para avaliar os impactos ambientais causados aos moradores do Conjunto Residencial "Solar dos Encantos", no bairro da Forquilha. A sentença, do juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos.

O magistrado acolheu os pedidos feitos pelo **Ministério Público** estadual em Ação Civil Pública, com base em documento "abaixo-assinado" dos moradores do Conjunto Residencial "Solar dos Encantos".

Depois disso, deverá submeter a revisão de licenciamento à reavaliação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, com base na Lei Complementar 140/2011, sob pena de incidência do pagamento de multa diária de R$ 10 mil.

Abaixo-assinado - No abaixo-assinado, os moradores informaram intenso conflito de uso e ocupação do solo com as empresas TCM e Aço Maranhão, bem como sobre o uso residencial do seu entorno e reclamaram da "poluição sonora, poluição do ar e o receio de contaminação de águas subterrâneas" que abastecem as casas, pela contaminação do solo das empresas com resíduos de suas atividades.

O Município de São Luís alegou não ter se omitido no caso e declarou ter tomado "todas as cautelas prévias e necessárias ao licenciamento das empresas", bem como realizou "atuações repressivas no exercício do Poder de Polícia".

Recorreu, ainda, à doutrina Chenery, adotada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em alguns julgados, para justificar o argumento de afastar a interferência do Judiciário nas escolhas políticas dos órgãos governamentais.

Segundo a análise do juiz, o caso trata de reclamações dos moradores do residencial em relação às atividades operadas pelas empresas vizinhas, que indicam impactos decorrentes das atividades empresariais não observados pelo Município de São Luís quando concedeu as licenças ambientais.

Vistoria - Registros fotográficos citados no processo demonstram a existência, nas casas, de sinais de fuligem oriundos do escapamento de veículos; máquinas fazendo o corte de ferro; na entrada do conjunto Solar dos Encantos, localizada entre o galpão e a loja de comercialização de produtos da empresa Aço Maranhão e rastro de óleo diesel na entrada do residencial.

Relatório da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de vistoria feita na Empresa Aço Maranhão constatou a realização de armazenamento e corte de materiais metálicos em um galpão, com resíduos depositados em céu aberto de metais não mais utilizados para venda. Na garagem da empresa maranhense de Transporte Coletivo, foi observado um estacionamento com uma parte coberta, área de lavagem de veículos, além de local para troca de óleo e oficina mecânica.

Licenciamento ambiental - Segundo entendimento do juiz, os dois empreendimentos foram licenciados pelo Município de São Luís, mas de forma precária, já que o controle realizado dos impactos ambientais produzidos foi apenas documental. "Desse modo, há a necessidade de se fazer um licenciamento que avalie os impactos decorrentes das atividades dos empreendimentos também no entorno".

Site: https://maranhaohoje.com/destaque/justica-manda-prefeitura-de-sao-luis-rever-licencas-para-tcm-e-aco-maranhao-se-instalarem-na-forquilha/

'12 mulheres foram eleitas e as vozes dessas deputadas estão ecoando muitas outras. continuaremos, juntas, lutando pelas maranhenses', diz Iracema Vale

SLZMA

A presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputada Iracema Vale (PSB), participou, na manhã desta quarta-feira (24), do Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, promovido pela Secretaria de Estado da Mulher (Semu), no Multicenter Sebrae. O evento contou com a presença da ministra da Mulher, Aparecida Gonçalves.

" Hoje, nesse grande encontro, temos a oportunidade de discutir políticas capazes de garantir que cada vez mais mulheres consigam atingir suas potencialidades, protagonizar suas vidas e nos espaços por elas ocupados ", afirmou Iracema Vale.

A iniciativa faz parte das atividades desenvolvidas pelo Governo do Maranhão para promover a troca de experiências e conhecimentos acerca das demandas específicas de cada município do Estado, visando à construção de políticas concretas que possam transformar a realidade das mulheres maranhenses.

Em pronunciamento, a parlamentar também lembrou que, pela primeira vez, em 188 anos, a Assembleia Legislativa do Estado possui uma mulher à frente da presidência, bem como também consolidou a maior bancada feminina da história do Parlamento maranhense ao eleger 12 deputadas estaduais.

" Nós fizemos história elegendo a primeira mulher presidente. E ter uma voz feminina no comando é também sobre ter vez. Além disso, 12 mulheres foram eleitas e as vozes dessas deputadas estão ecoando muitas outras. A representatividade feminina é fundamental para o exercício da democracia e continuaremos, juntas, lutando pelas maranhenses ", salientou.

Estiveram presentes, ainda, as deputadas estaduais Daniella (PSB), Solange Almeida (PL), Andréia Rezende (PSB), Ana do Gás (PCdoB), Cláudia Coutinho (PDT), Dra. Viviane (PDT), Janaína Ramos (Republicanos), Edna Silva (Patriotas), além dos deputados Roberto Costa (MDB), Ricardo Arruda (MDB), Ricardo Rios (PCdoB) e Davi Brandão (PSB).

Reflexões - Segundo a ministra da Mulher, Aparecida Gonçalves, a programação do evento irá trazer importantes reflexões sobre as políticas públicas voltadas para as mulheres e a sua implementação em níveis locais, estaduais e nacionais, principalmente as que visam à autonomia econômica, geração de renda, o combate ao feminicídio e o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

" O grande desafio no Brasil, não só no Maranhão, é dar conta de criar uma cura, onde as pessoas se respeitem e onde sejam valorizadas em todos os espaços, principalmente as mulheres. Nós precisamos reconstruir o Brasil e formar uma nova cultura para acabar com o feminicídio ", acrescentou a ministra.

Intercâmbio - A secretária de Estado da Mulher, Abigail Cunha, ressaltou que haverá painéis com palestrantes renomadas na área, durante os dois dias de evento. " A ideia é articular e mobilizar, junto ao Governo Federal, intercâmbios e agendas coletivas, a fim de fortalecer a defesa e a valorização das mulheres em todo o país ", frisou.

Também marcaram presença no evento a senadora Eliziane Gama (Cidadania); a Subdefensora-Geral do Estado, Cristiane Marques; a vereadora Karla Sarney (PSD), representando a Câmara Municipal; o **procurador-geral** de Justiça, **Eduardo Nicolau**; e a prefeita de Buriti Bravo, Luciana Leocádio (PCdoB), representando a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem).

Site: https://slzma.com.br/protagonismo-feminino-12-mulheres-foram-eleitas-e-as-vozes-dessas-deputadas-estao-ecoando-muitas-outras-continuaremos-juntas-lutando-pelas-maranhenses-diz-iracema-vale/

Anunciadas novas ações para combater a violência contra as mulheres no Maranhão

Com Governo do Maranhão

No segundo dia do Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, o Governo do Maranhão anunciou uma série de políticas e ações para o enfrentamento à violência e a garantia dos direitos das mulheres maranhenses. Nesta quinta-feira (25), foi assinado o decreto que institui o programa Viva Mulher Maranhense, lançado o III Plano Estadual de Políticas Públicas para Mulheres e anunciada a implantação de mais 17 unidades da Casa da Mulher da Maranhense. Também foram assinados três termos de cooperação técnica entre a Secretaria de Estado da Mulher (Semu) e outros órgãos estaduais.

Além do governador do Maranhão, Carlos Brandão, acompanhando da primeira-dama, Larissa Brandão; também participaram da solenidade as ministras de Estado das Mulheres, Cida Gonçalves; dos Povos Originários, Sônia Guajajara; o ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil, Wellington Dias; a presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, deputada Iracema Vale (PSB); e a titular da Semu, Abigail Cunha.

O governador Carlos Brandão destacou a importância das novas ações anunciadas pelo seu governo. "Precisamos interiorizar as ações para garantia dos direitos das mulheres. Por isso, vamos construir mais 17 unidades da Casa da Mulher Maranhense, que serão a porta de entrada para as políticas públicas. Também estamos assinando decretos e termos de cooperação técnica para a implantação de mais ações, pois não basta só o discurso, é preciso implantar ações na prática. Também vamos conversar com os prefeitos para que os municípios implantem suas Secretarias da Mulher para levar estas ações para a ponta, para as cidades, que é onde a maioria das mulheres vivem", asseverou Brandão.

A ministra de Estado das Mulheres, Cida Gonçalves, ressaltou que entre os diversos resultados esperados, um deles é que o fórum garanta a implantação de Secretarias da Mulher em todas as cidades maranhenses. "Estamos há dois dias debatendo com as gestoras, vereadoras, prefeitas e representantes de movimentos para construirmos um caminho amplo e estruturado de políticas públicas para as mulheres. Após este fórum, esperamos que todos os municípios possam implantar suas Secretarias da Mulher para o atendimento, inclusão e valorização delas na sociedade", realçou a ministra.

O ministro Wellington Dias (Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome) informou que o Maranhão irá receber recursos para a assistência social que também beneficiarão as mulheres do Estado. "O nosso governo entende que ao fazer a distribuição de renda por meio de programas sociais é fundamental que esses recursos cheguem às famílias por meio da mão das mulheres. Hoje, vamos celebrar muitas parcerias com o governo estadual que com certeza irão beneficiar as mulheres chefe de família e contribuir para combater a desigualdade social", destacou Dias.

A ministra Sônia Guajajara (Povos Indígenas) lembrou que o Brasil completou pouco mais de 90 anos que as mulheres passaram a ter direito ao voto, mas que ainda é preciso avançar muito mais. "Hoje, nós votamos e podemos ser votadas. O Brasil tem atualmente 11 ministras, incluindo uma representante dos povos indígenas. Mas ainda precisamos aumentar nossa presença nos espaços de decisão, pois ainda somos minoria. Somente assim vamos avançar nas discussões e na efetivação das particularidades das políticas públicas para as mulheres das cidades, na zona rural, com deficiência, indígenas e todas as outras", salientou a ministra.

A deputada estadual Iracema Vale reafirmou o compromisso da Assembleia Legislativa com a população feminina maranhense. "Hoje, temos 12 mulheres deputadas. A maior bancada feminina dos 188 anos da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. E as mulheres maranhenses podem ter a certeza de que a Assembleia apoia a causa das mulheres, está ao lado delas na luta por direitos e trabalha firmemente para isso", evidenciou a parlamentar.

Casa da Mulher Maranhense

Para reforçar o compromisso da gestão estadual com as mulheres maranhenses foi assinado o decreto para a implantação de novas unidades do Serviço de Atendimento à Mulher Maranhense em Situação de Violência, a Casa da Mulher Maranhense, que atualmente conta com dois equipamentos do tipo,

sendo um em Imperatriz e o outro em Caxias.

A Casa da Mulher Maranhense é um espaço integrado e especializado no atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência, ofertando os serviços de acolhimento e triagem, apoio psicossocial, delegacia especializada, juizado, **Ministério Público**, Defensoria Pública, Patrulha Maria da Penha e os demais órgãos e serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Programa Viva Mulher Maranhense

Também foi assinado o decreto que institui o programa Viva Mulher Maranhense para promover a oferta de serviços públicos para a prevenção e atendimento às mulheres em situação de violência, por meio da articulação com os sistemas de Justiça e com as políticas públicas de saúde, segurança, educação, assistência social, trabalho, emprego, renda, cultura, esporte e lazer para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

III Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres 2022-2023

Outra ação do governo estadual para a garantia dos direitos das mulheres foi o lançamento do III Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres 2022-2023 para a implantação de políticas prioritárias na promoção da igualdade entre mulheres e homens no estado com o objetivo de fortalecer as mulheres social e politicamente, com a interiorização e municipalização das ações de gênero, garantindo oportunidades de autonomia econômica, educação, saúde e enfrentamento da violência.

O plano é resultado de um trabalho realizado de forma coletiva sob a coordenação da Secretaria de Estado da Mulher (Semu) e do Conselho Estadual da Mulher (CEM), com a participação da sociedade civil, dos movimentos sociais e de mulheres, de entidades e órgãos de proteção à mulher, de vários setores governamentais e em parceria com a ONU Mulheres.

Cooperação Técnica

Foram assinados ainda três termos de cooperação técnica entre a Semu e outros órgãos estaduais. "A assinatura destes três termos de cooperação técnica representa a importância da transversalidade para a implantação e efetivação de políticas públicas para as mulheres, afinal, nós somos um governo só e estamos preocupados em ampliar as ações e avançar na garantia dos direitos para todas as mulheres maranhenses", afirmou Abigail Cunha.

Com a Escola de Governo do Maranhão (EGMA) serão realizadas atividades formativas aos servidores públicos em formato de trilha, voltadas à promoção da igualdade de gênero na administração pública e enfrentamento da violência contra a mulher e sua relação com as políticas públicas.

Em parceria com o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Iema) serão executadas atividades formativas e de capacitação para as mulheres negras com foco na garantia de direitos, promoção da igualdade racial e proteção dos indivíduos e grupos étnicos atingidos pela discriminação e demais formas de intolerância.

Já com a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF) serão feitas atividades formativas, de capacitação profissional, oficinas e orientações técnicas nos programas Mais Sustentabilidade no Campo, Cadastro Ambiental Rural (CAR), Programa Cisternas (Primeira Água), Quintais produtivos, Programa de Compras da Agricultura Familiar (Procaf) e Sementes Crioulas, este último voltado especificamente para as mulheres negras.

Ações em execução

A garantia de políticas públicas voltadas para as mulheres é um dos eixos principais do Governo do Estado do Maranhão, que vem desenvolvendo ações no sentido de promover a proteção contra a violência de gênero, garantia de direitos e o incentivo ao protagonismo feminino, por meio de iniciativas na saúde, assistência social, cidadania, segurança, dentre outras áreas.

Por isso, já estão em execução diversas ações como a Carreta da Mulher, que já realizou mais de 250 mil atendimentos em saúde. Por meio do Ônibus Lilás o governo tem levado informação e orientações para as mulheres de comunidades tradicionais e quilombolas sobre os seus direitos.

No enfrentamento à violência o estado já conta com 13 casas da Mulher Brasileira, duas casas da Mulher Maranhense e a Patrulha Maria da Penha, que já conta com 18 equipes e segue sendo ampliada. O governo também paga o Aluguel Social Maria da Penha às vítimas de violência em situação de vulnerabilidade social.

O Centro Estadual de Referência das Mulheres Negras combate o racismo estrutural e a intolerância religiosa., além de oferecer assistência jurídica, psicológica e cursos profissionalizantes. O projeto Minha Escola Me Acolhe capacita adolescentes das escolas da rede estadual e o Mulheres Guardiãs debate sobre direitos e serviços.

Por meio do Mulher Ativa o governo impulsiona o empreendedorismo feminino com cursos de qualificação e auxílio financeiro. O programa Te Empodera, Mulher já chegou a 30 municípios, combatendo a desigualdade social da mulher por meio de inclusão produtiva, qualificação e empreendedorismo.

Fórum Estadual

Realizado pela Semu, o Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres foi aberto na quarta-feira (24), no auditório Darcy Ribeiro, do Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, em São Luís. O evento reúne gestores municipais das cidades maranhenses, de outros estados e do Governo Federal para debaterem e articularem agendas coletivas para o fortalecimento da defesa, da valorização e do protagonismo feminino.

Nesta quinta-feira (25), também compuseram o dispositivo de honra o deputado federal Marcio Honaiser (PDT); a prefeita de Buriticupu, Luciana Leocádio (PCdoB), representando a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem); e Isabelle Passinho, presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Também compareceram ao evento deputados e deputadas estaduais, secretários de governo, representantes dos diversos movimentos da sociedade civil organizada.

Site:
https://jornalpequeno.com.br/2023/05/25/anunciadas-novas-acoes-para-combater-a-violencia-contra-as-mulheres-no-maranhao/

'Diário da Manhã' - Gerson Pinheiro anuncia criação de grupo de trabalho sobre situação dos quilombolas de Alcântara

O secretário estadual de Igualdade Racial, Gerson Pinheiro, destacou em entrevista ao programa 'Diário da Manhã' desta quinta-feira (24), na Rádio Assembleia (96,9 FM), a criação de um grupo de trabalho para tratar sobre a situação dos quilombolas de Alcântara, por conta da violação de seus direitos, fato que o Estado brasileiro reconheceu como havendo a negação de direitos de prioridade e de proteção jurídica durante a construção do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), na década de 1980.

O secretário lembrou que o caso está sendo julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (IDH), em Santiago, no Chile.

Segundo Gerson Pinheiro, é a primeira vez que o Estado brasileiro é julgado por um caso envolvendo quilombolas, reconhecendo 152 comunidades do Maranhão representadas no caso como sendo remanescentes de quilombos e, também, o primeiro em que as Forças Armadas são confrontadas num tribunal internacional.

Na conversa com o apresentador, jornalista Ronald Segundo, o secretário destacou, entre outros pontos, que a Corte ainda não julgou a questão e que o governador Carlos Brandão (PSB) determinou a criação do grupo de trabalho envolvendo a União, o Estado, o município e a sociedade civil para definir ações no sentido de minimizar o problema. A ideia, segundo o entrevistado, é envolver também o **Ministério Público**, a Defensoria Pública, o Iterma e o Incra.

"Enquanto o Governo Federal vai tratando das questões relativa à regularização fundiária, vai ser elaborado um programa de ações com recursos da União e iniciativas desenvolvidas pelo governo estadual, além da prefeitura municipal, para que as comunidade digam suas principais demandas, se precisam de água, saúde, escola, etc.", explicou.

Por fim, o secretário disse ainda que, entre as violações mais recentes, destaca-se a ação arbitrária no território, em 2008, o que levou as lideranças de Alcântara a denunciarem o Estado à Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, por descumprimento da Convenção 169 no Projeto Alcântara Cyclone Space - Acordo de Cooperação Tecnológica Brasil-Ucrânia. O documento diz que as empresas contratadas invadiram e depredaram roças das comunidades de Mamuna e Baracatatiua, na tentativa de implantar outros três sítios de lançamento de aluguel.

Preencha os seus dados abaixo ou clique em um ícone para log in:

Conectando a %s

Site:
https://jornaleiroma.wordpress.com/2023/05/25/diario-da-manha-gerson-pinheiro-anuncia-criacao-de-grupo-de-trabalho-sobre-situacao-dos-quilombolas-de-alcantara/

Atuação das facções criminosas no Maranhão é tema de seminário no Ministério Público

Aquiles Emir

Foi aberto na manhã desta quinta-feira, 25, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, em São Luís, o seminário "Facções criminosas com atuação no Maranhão: integração e combate interestaduais". Promovido pelo **Ministério Público do Maranhão**, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) e da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (Caei), o encontro reuniu membros do **MPMA**, autoridades do sistema de justiça, operadores do Direito e agentes de segurança pública.

Na abertura, o **procurador-geral** de justiça do **MPMA**, **Eduardo Nicolau**, ressaltou que, em toda a sua carreira, sempre buscou compreender as causas da pobreza que atinge parte significativa da população brasileira, bem como a dificuldade do Estado brasileiro aos direitos sociais estabelecidos no artigo 6º da Constituição Federal, a exemplo da saúde, educação, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência etc.

"Não demorei a perceber que um dos maiores entraves para a implementação desses direitos é a criminalidade, que desvia recursos públicos de áreas essenciais", enfatizou.

O chefe do **MPMA** também afirmou que recentemente a expansão das facções criminosas elevaram bastante os índices de violência no estado, impondo o terror e se espalhando principalmente em comunidades pobres e desassistidas pelo Poder Público.

"Para o enfrentamento dessas organizações criminosas, o **Ministério Público** tem que priorizar investimentos, investir em inteligência e promover uma atuação interestadual. Nesse cenário, foi idealizado esse seminário para debater a atuação integrada dos Ministérios Públicos estaduais no combate às facções", declarou.

Palestras - Iniciando a programação, o conselheiro do Conselho Nacional do **Ministério Público**, Jaime de Cássio Miranda, proferiu a palestra "Comissão do sistema prisional, controle da atividade policial e segurança pública". Em seguida, foi apresentada a exposição do conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, João Paulo Santos Schoucair, que abordou o tema "O enfrentamento das organizações criminosas na perspectiva do Conselho Nacional de Justiça".

O evento prossegue nesta sexta-feira (26). A programação será encerrada com o pronunciamento do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, marcada para o final da tarde desta sexta.

Site: https://maranhaohoje.com/maranhao/atuacao-das-faccoes-criminosas-no-maranhao-e-tema-de-seminario-no-ministerio-publico/

Iracema Vale fala de potencialidades e protagonismo feminino em fórum de políticas públicas para mulheres

Equipe MV

A presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputada Iracema Vale (PSB), participou, na manhã desta quarta-feira (24), do Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, promovido pela Secretaria de Estado da Mulher (Semu), no Multicenter Sebrae. O evento contou com a presença da ministra da Mulher, Aparecida Gonçalves.

"Hoje, nesse grande encontro, temos a oportunidade de discutir políticas capazes de garantir que cada vez mais mulheres consigam atingir suas potencialidades, protagonizar suas vidas e nos espaços por elas ocupados", afirmou Iracema Vale.

A iniciativa faz parte das atividades desenvolvidas pelo Governo do Maranhão para promover a troca de experiências e conhecimentos acerca das demandas específicas de cada município do Estado, visando à construção de políticas concretas que possam transformar a realidade das mulheres maranhenses.

Em pronunciamento, a parlamentar também lembrou que, pela primeira vez, em 188 anos, a Assembleia Legislativa do Estado possui uma mulher à frente da presidência, bem como também consolidou a maior bancada feminina da história do Parlamento maranhense ao eleger 12 deputadas estaduais.

"Nós fizemos história elegendo a primeira mulher presidente. E ter uma voz feminina no comando é também sobre ter vez. Além disso, 12 mulheres foram eleitas e as vozes dessas deputadas estão ecoando muitas outras. A representatividade feminina é fundamental para o exercício da democracia e continuaremos, juntas, lutando pelas maranhenses", salientou.

Estiveram presentes, ainda, as deputadas estaduais Daniella (PSB), Solange Almeida (PL), Andréia Rezende (PSB), Ana do Gás (PCdoB), Cláudia Coutinho (PDT), Dra. Viviane (PDT), Janaína Ramos (Republicanos), Edna Silva (Patriotas), além dos deputados Roberto Costa (MDB), Ricardo Arruda (MDB), Ricardo Rios (PCdoB) e Davi Brandão (PSB).

Reflexões - Segundo a ministra da Mulher, Aparecida Gonçalves, a programação do evento irá trazer importantes reflexões sobre as políticas públicas voltadas para as mulheres e a sua implementação em níveis locais, estaduais e nacionais, principalmente as que visam à autonomia econômica, geração de renda, o combate ao feminicídio e o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

"O grande desafio no Brasil, não só no Maranhão, é dar conta de criar uma cura, onde as pessoas se respeitem e onde sejam valorizadas em todos os espaços, principalmente as mulheres. Nós precisamos reconstruir o Brasil e formar uma nova cultura para acabar com o feminicídio", acrescentou a ministra.

Intercâmbio - A secretária de Estado da Mulher, Abigail Cunha, ressaltou que haverá painéis com palestrantes renomadas na área, durante os dois dias de evento. "A ideia é articular e mobilizar, junto ao Governo Federal, intercâmbios e agendas coletivas, a fim de fortalecer a defesa e a valorização das mulheres em todo o país", frisou.

Também marcaram presença no evento a senadora Eliziane Gama (Cidadania); a Subdefensora-Geral do Estado, Cristiane Marques; a vereadora Karla Sarney (PSD), representando a Câmara Municipal; o **procurador-geral** de Justiça, **Eduardo Nicolau**; e a prefeita de Buriti Bravo, Luciana Leocádio (PCdoB), representando a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem).

Site: https://maranhaodeverdade.com.br/iracema-vale-fala-de-potencialidades-e-protagonismo-feminino-em-forum-de-politicas-publicas-para-mulheres/

SÃO LUÍS - Atuação das facções criminosas no Maranhão é tema de seminário

omaranhense

Foi aberto na manhã desta quinta-feira, 25, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, em São Luís, o seminário "Facções criminosas com atuação no Maranhão: integração e combate interestaduais". Promovido pelo **Ministério Público do Maranhão**, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) e da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (Caei), o encontro reuniu membros do **MPMA**, autoridades do sistema de justiça, operadores do Direito e agentes de segurança pública.

Na abertura, o **procurador-geral** de justiça do **MPMA**, **Eduardo Nicolau**, ressaltou que, em toda a sua carreira, sempre buscou compreender as causas da pobreza que atinge parte significativa da população brasileira, bem como a dificuldade do Estado brasileiro aos direitos sociais estabelecidos no artigo 6º da Constituição Federal, a exemplo da saúde, educação, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência etc. "Não demorei a perceber que um dos maiores entraves para a implementação desses direitos é a criminalidade, que desvia recursos públicos de áreas essenciais", enfatizou.

O chefe do **MPMA** também afirmou que recentemente a expansão das facções criminosas elevaram bastante os índices de violência no estado, impondo o terror e se espalhando principalmente em comunidades pobres e desassistidas pelo Poder Público. "Portanto, para o enfrentamento dessas organizações criminosas, o **Ministério Público** tem que priorizar investimentos, investir em inteligência e promover uma atuação interestadual. Nesse cenário, foi idealizado esse seminário para debater a atuação integrada dos Ministérios Públicos estaduais no combate às facções", declarou.

PALESTRAS

Iniciando a programação, o conselheiro do Conselho Nacional do **Ministério Público**, Jaime de Cássio Miranda, proferiu a palestra "Comissão do sistema prisional, controle da atividade policial e segurança pública". O conferencista foi apresentado aos presentes pelo subprocurador-geral de justiça para Assuntos Jurídicos do **MPMA**, **Danilo José de Castro Ferreira**.

Em seguida, foi apresentada a exposição do conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, João Paulo Santos Schoucair, que abordou o tema "O enfrentamento das organizações criminosas na perspectiva do Conselho Nacional de Justiça".

O evento prossegue com ampla programação no turno da tarde desta quinta e durante toda a sexta-feira, 25. A programação será encerrada com o pronunciamento do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, marcada para o final da tarde desta sexta.

Do **MPMA**, também compuseram a mesa de abertura a corregedora-geral da instituição, **Themis Maria Pacheco de Carvalho**; a subprocurador-geral de justiça para Assuntos Administrativos, Regina Leite; a ouvidora do **MPMA**, Sandra Alves Elouf; o coordenador do **Gaeco** e da Caei do **MPMA**, Luiz Muniz Rocha Filho; o vice-presidente da Associação do **Ministério Público do Maranhão**, Reinaldo Campos Castro Júnior.

Igualmente estiveram presentes no dispositivo de honra da solenidade o deputado estadual Ariston Ribeiro; o **procurador-geral** do MPAP, Paulo Celso Santos; secretário municipal de Segurança com Cidadania, Marcos Afonso; o chefe do **Ministério Público** Militar em São Luís, Fabiano Matos; o chefe do **Gaeco** da Procuradoria da República no Maranhão, Juraci Guimarães; o procurador do **Ministério Público** de Contas, Jairo Cavalcanti.

Site: https://omaranhense.com/sao-luis-atuacao-das-faccoes-criminosas-no-maranhao-e-tema-de-seminario/

Assembleia celebra aniversário de primeiro ano de fundação da união dos vice-prefeitos do Maranhão

Equipe MV

A Assembleia Legislativa realizou, na manhã desta quinta-feira (25), no Plenário Nagib Haickel, sessão solene comemorativa do aniversário de primeiro ano de fundação da União dos Vice-Prefeitos e Vice-Prefeitas do Maranhão (Univimar).

A Assembleia Legislativa realizou, na manhã desta quinta-feira (25), no Plenário Nagib Haickel, sessão solene comemorativa do aniversário de primeiro ano de fundação da União dos Vice-Prefeitos e Vice-Prefeitas do Maranhão (Univimar).

Ao proferir discurso em nome do Poder Legislativo, deputado Rodrigo Lago (PCdoB), autor da proposição da homenagem à Univimar, destacou a importância política e institucional dos vice-prefeitos e vice-prefeitas. Ele ressaltou que a instituição, constituída em 18 de março de 2022, vem desempenhando um importante serviço no aprimoramento de políticas públicas para o fortalecimento do municipalismo no Maranhão.

Ao proferir discurso em nome do Poder Legislativo, deputado Rodrigo Lago (PCdoB), autor da proposição da homenagem à Univimar, destacou a importância política e institucional dos vice-prefeitos e vice-prefeitas. Ele ressaltou que a instituição, constituída em 18 de março de 2022, vem desempenhando um importante serviço no aprimoramento de políticas públicas para o fortalecimento do municipalismo no Maranhão.

O deputado estadual licenciado, Othelino Neto, atual secretário de Relações Institucionais do Maranhão no Distrito Federal, ocupou a tribuna para louvar a iniciativa da homenagem à Univimar. Ele frisou que o Parlamento Estadual tomou uma importante iniciativa ao promover a sessão solene.

O deputado estadual licenciado, Othelino Neto, atual secretário de Relações Institucionais do Maranhão no Distrito Federal, ocupou a tribuna para louvar a iniciativa da homenagem à Univimar. Ele frisou que o Parlamento Estadual tomou uma importante iniciativa ao promover a sessão solene.

"É um importante reconhecimento do trabalho destes políticos que muito fazem pelo desenvolvimento de seus municípios e pela população. Esta categoria merece contar com a Assembleia como um agente político que valorizará sempre a atuação de todos os vice-prefeitos maranhenses", declarou Othelino Neto.

"É um importante reconhecimento do trabalho destes políticos que muito fazem pelo desenvolvimento de seus municípios e pela população. Esta categoria merece contar com a Assembleia como um agente político que valorizará sempre a atuação de todos os vice-prefeitos maranhenses", declarou Othelino Neto.

Na condição de representante do governador Carlos Brandão, o secretário de Estado de Articulação Política, Rubens Pereira, lembrou que foi na gestão de Othelino Neto, como presidente da Assembleia Legislativa, que foi oficializada uma importante parceria entre o Parlamento Estadual e a Univimar, celebrada por meio de um Acordo de Cooperação Técnica, que garantiu a cessão de um espaço para funcionamento da nova sede da instituição, em uma das dependências do Palácio Manoel Beckman.

Na condição de representante do governador Carlos Brandão, o secretário de Estado de Articulação Política, Rubens Pereira, lembrou que foi na gestão de Othelino Neto, como presidente da Assembleia Legislativa, que foi oficializada uma importante parceria entre o Parlamento Estadual e a Univimar, celebrada por meio de um Acordo de Cooperação Técnica, que garantiu a cessão de um espaço para funcionamento da nova sede da instituição, em uma das dependências do Palácio Manoel Beckman.

A vice-presidente da Univimar, Maiara Pinheiro, que é vice-prefeita do município de São João Batista, assinalou que o papel do vice vai além de substituir o titular quando necessário, mas também desenvolver movimentos sociais, organizar reuniões para debater políticas públicas, ouvir as reivindicações da população local e elaborar ações que levem melhorias para o seu município, entre outras iniciativas.

A vice-presidente da Univimar, Maiara Pinheiro, que é

vice-prefeita do município de São João Batista, assinalou que o papel do vice vai além de substituir o titular quando necessário, mas também desenvolver movimentos sociais, organizar reuniões para debater políticas públicas, ouvir as reivindicações da população local e elaborar ações que levem melhorias para o seu município, entre outras iniciativas.

A sessão solene, que também contou com a presença do **procurador-geral** de Justiça, **Eduardo Nicolau**, e da defensora pública Débora Alcântara, além de outras autoridades e representantes de instituições, foi encerrada com a assinatura de um Termo de Cooperação celebrado entre a Univimar e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA).

A sessão solene, que também contou com a presença do **procurador-geral** de Justiça, **Eduardo Nicolau**, e da defensora pública Débora Alcântara, além de outras autoridades e representantes de instituições, foi encerrada com a assinatura de um Termo de Cooperação celebrado entre a Univimar e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA).

Site: https://maranhaodeverdade.com.br/assembleia-celebra-aniversario-de-primeiro-ano-de-fundacao-da-uniao-dos-vice-prefeitos-do-maranhao/

Iracema Vale fala de potencialidades e protagonismo feminino em Fórum de Políticas Públicas para Mulheres

Daniela Bandeira

A presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputada Iracema Vale (PSB), participou, na manhã desta quarta-feira (24), do Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, promovido pela Secretaria de Estado da Mulher (Semu), no Multicenter Sebrae. O evento contou com a presença da ministra da Mulher, Aparecida Gonçalves.

"Hoje, nesse grande encontro, temos a oportunidade de discutir políticas capazes de garantir que cada vez mais mulheres consigam atingir suas potencialidades, protagonizar suas vidas e nos espaços por elas ocupados", afirmou Iracema Vale.

A iniciativa faz parte das atividades desenvolvidas pelo Governo do Maranhão para promover a troca de experiências e conhecimentos acerca das demandas específicas de cada município do Estado, visando à construção de políticas concretas que possam transformar a realidade das mulheres maranhenses.

Em pronunciamento, a parlamentar também lembrou que, pela primeira vez, em 188 anos, a Assembleia Legislativa do Estado possui uma mulher à frente da presidência, bem como também consolidou a maior bancada feminina da história do Parlamento maranhense ao eleger 12 deputadas estaduais.

"Nós fizemos história elegendo a primeira mulher presidente. E ter uma voz feminina no comando é também sobre ter vez. Além disso, 12 mulheres foram eleitas e as vozes dessas deputadas estão ecoando muitas outras. A representatividade feminina é fundamental para o exercício da democracia e continuaremos, juntas, lutando pelas maranhenses", salientou.

Estiveram presentes, ainda, as deputadas estaduais Daniella (PSB), Solange Almeida (PL), Andréia Rezende (PSB), Ana do Gás (PCdoB), Cláudia Coutinho (PDT), Dra. Viviane (PDT), Janaína Ramos (Republicanos), Edna Silva (Patriotas), além dos deputados Roberto Costa (MDB), Ricardo Arruda (MDB), Ricardo Rios (PCdoB) e Davi Brandão (PSB).

Reflexões

Segundo a ministra da Mulher, Aparecida Gonçalves, a programação do evento irá trazer importantes reflexões sobre as políticas públicas voltadas para as mulheres e a sua implementação em níveis locais, estaduais e nacionais, principalmente as que visam à autonomia econômica, geração de renda, o combate ao feminicídio e o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

"O grande desafio no Brasil, não só no Maranhão, é dar conta de criar uma cura, onde as pessoas se respeitem e onde sejam valorizadas em todos os espaços, principalmente as mulheres. Nós precisamos reconstruir o Brasil e formar uma nova cultura para acabar com o feminicídio", acrescentou a ministra.

Intercâmbio

A secretária de Estado da Mulher, Abigail Cunha, ressaltou que haverá painéis com palestrantes renomadas na área, durante os dois dias de evento. "A ideia é articular e mobilizar, junto ao Governo Federal, intercâmbios e agendas coletivas, a fim de fortalecer a defesa e a valorização das mulheres em todo o país", frisou.

Também marcaram presença no evento a senadora Eliziane Gama (Cidadania); a Subdefensora-Geral do Estado, Cristiane Marques; a vereadora Karla Sarney (PSD), representando a Câmara Municipal; o **procurador-geral** de Justiça, **Eduardo Nicolau**; e a prefeita de Buriti Bravo, Luciana Leocádio (PCdoB), representando a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem).

Fonte: Alema

Site: https://danielabandeira.com.br/2023/05/iracema-vale-fala-de-potencialidades-e-protagonismo-feminino-em-forum-de-politicas-publicas-para-mulheres/

Iracema Vale fala de potencialidades e protagonismo feminino em Fórum de Políticas Públicas para Mulheres

O evento do Governo do Estado tem como objetivo promover a troca de experiências e conhecimentos acerca das demandas visando à construção de políticas públicas para mulheres

Agência Assembleia

A presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputada Iracema Vale (PSB), participou, na manhã desta quarta-feira (24), do Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, promovido pela Secretaria de Estado da Mulher (Semu), no Multicenter Sebrae. O evento contou com a presença da ministra da Mulher, Aparecida Gonçalves.

"Hoje, nesse grande encontro, temos a oportunidade de discutir políticas capazes de garantir que cada vez mais mulheres consigam atingir suas potencialidades, protagonizar suas vidas e nos espaços por elas ocupados", afirmou Iracema Vale.

A iniciativa faz parte das atividades desenvolvidas pelo Governo do Maranhão para promover a troca de experiências e conhecimentos acerca das demandas específicas de cada município do Estado, visando à construção de políticas concretas que possam transformar a realidade das mulheres maranhenses.

Em pronunciamento, a parlamentar também lembrou que, pela primeira vez, em 188 anos, a Assembleia Legislativa do Estado possui uma mulher à frente da presidência, bem como também consolidou a maior bancada feminina da história do Parlamento maranhense ao eleger 12 deputadas estaduais.

"Nós fizemos história elegendo a primeira mulher presidente. E ter uma voz feminina no comando é também sobre ter vez. Além disso, 12 mulheres foram eleitas e as vozes dessas deputadas estão ecoando muitas outras. A representatividade feminina é fundamental para o exercício da democracia e continuaremos, juntas, lutando pelas maranhenses", salientou.

Estiveram presentes, ainda, as deputadas estaduais Daniella (PSB), Solange Almeida (PL), Andréia Rezende (PSB), Ana do Gás (PCdoB), Cláudia Coutinho (PDT), Dra. Viviane (PDT), Janaína Ramos (Republicanos), Edna Silva (Patriotas), além dos deputados Roberto Costa (MDB), Ricardo Arruda (MDB), Ricardo Rios (PCdoB) e Davi Brandão (PSB).

O Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres é uma iniciativa do Governo do Maranhão

Reflexões

Segundo a ministra da Mulher, Aparecida Gonçalves, a programação do evento irá trazer importantes reflexões sobre as políticas públicas voltadas para as mulheres e a sua implementação em níveis locais, estaduais e nacionais, principalmente as que visam à autonomia econômica, geração de renda, o combate ao feminicídio e o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

"O grande desafio no Brasil, não só no Maranhão, é dar conta de criar uma cura, onde as pessoas se respeitem e onde sejam valorizadas em todos os espaços, principalmente as mulheres. Nós precisamos reconstruir o Brasil e formar uma nova cultura para acabar com o feminicídio", acrescentou a ministra.

A presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputada Iracema Vale (PSB), participou, na manhã desta quarta-feira (24), do Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, promovido pela Secretaria de Estado da Mulher (Semu), no Multicenter Sebrae. O evento contou com a presença da ministra da Mulher, Aparecida Gonçalves.

"Hoje, nesse grande encontro, temos a oportunidade de discutir políticas capazes de garantir que cada vez mais mulheres consigam atingir suas potencialidades, protagonizar suas vidas e nos espaços por elas ocupados", afirmou Iracema Vale.

A iniciativa faz parte das atividades desenvolvidas pelo Governo do Maranhão para promover a troca de experiências e conhecimentos acerca das demandas específicas de cada município do Estado, visando à construção de políticas concretas que possam transformar a realidade das mulheres maranhenses.

Em pronunciamento, a parlamentar também lembrou que, pela primeira vez, em 188 anos, a Assembleia Legislativa do Estado possui uma mulher à frente da presidência, bem como também consolidou a maior bancada feminina da história do Parlamento maranhense ao eleger 12 deputadas estaduais.

"Nós fizemos história elegendo a primeira mulher presidente. E ter uma voz feminina no comando é também sobre ter vez. Além disso, 12 mulheres foram eleitas e as vozes dessas deputadas estão ecoando muitas outras. A representatividade feminina é fundamental para o exercício da democracia e continuaremos, juntas, lutando pelas maranhenses", salientou.

Estiveram presentes, ainda, as deputadas estaduais Daniella (PSB), Solange Almeida (PL), Andréia Rezende (PSB), Ana do Gás (PCdoB), Cláudia Coutinho (PDT), Dra. Viviane (PDT), Janaína Ramos (Republicanos), Edna Silva (Patriotas), além dos deputados Roberto Costa (MDB), Ricardo Arruda (MDB), Ricardo Rios (PCdoB) e Davi Brandão (PSB).

O Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres é uma iniciativa do Governo do Maranhão

Reflexões

Segundo a ministra da Mulher, Aparecida Gonçalves, a programação do evento irá trazer importantes reflexões sobre as políticas públicas voltadas para as mulheres e a sua implementação em níveis locais, estaduais e nacionais, principalmente as que visam à autonomia econômica, geração de renda, o combate ao feminicídio e o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

"O grande desafio no Brasil, não só no Maranhão, é dar conta de criar uma cura, onde as pessoas se respeitem e onde sejam valorizadas em todos os espaços, principalmente as mulheres. Nós precisamos reconstruir o Brasil e formar uma nova cultura para acabar com o feminicídio", acrescentou a ministra.

Intercâmbio

A secretária de Estado da Mulher, Abigail Cunha, ressaltou que haverá painéis com palestrantes renomadas na área, durante os dois dias de evento. "A ideia é articular e mobilizar, junto ao Governo Federal, intercâmbios e agendas coletivas, a fim de fortalecer a defesa e a valorização das mulheres em todo o país", frisou.

Também marcaram presença no evento a senadora Eliziane Gama (Cidadania); a Subdefensora-Geral do Estado, Cristiane Marques; a vereadora Karla Sarney (PSD), representando a Câmara Municipal; o **procurador-geral** de Justiça, **Eduardo Nicolau**; e a prefeita de Buriti Bravo, Luciana Leocádio (PCdoB), representando a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem).

O evento reuniu representantes de diversos órgãos e entidades integrantes da rede de enfrentamento e de defesa das causas femininas

Site: https://www.portalimaranhao.com.br/iracema-vale-fala-de-potencialidades-e-protagonismo-feminino-em-forum-de-politicas-publicas-para-mulheres/

Município de São Luís deve rever licença de empresas que atuam no Solar dos Encantos

A Justiça condenou o Município de São Luís a rever o licenciamento ambiental das empresas "Transporte Coletivo Maranhense (TCM)" e "Aço Maranhão", para avaliar de todos os impactos ambientais causados aos moradores do Conjunto Residencial "Solar dos Encantos", no bairro da Forquilha, na capital.

Depois disso, deverá submeter a revisão de licenciamento à reavaliação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, com base na Lei Complementar 140/2011, sob pena de incidência do pagamento de multa diária de R$ 10 mil.

A sentença, do juiz Douglas de Melo Martins (Vara de Interesses Difusos e Coletivos) acolheu os pedidos feitos pelo **Ministério Público** estadual em Ação Civil Pública, com base em documento abaixo-assinado dos moradores do Conjunto Residencial "Solar dos Encantos".

ABAIXO-ASSINADO

No abaixo-assinado, os moradores informaram intenso conflito de uso e ocupação do solo com as empresas TCM e Aço Maranhão, bem como sobre o uso residencial do seu entorno e reclamaram da "poluição sonora, poluição do ar e o receio de contaminação de águas subterrâneas" que abastecem as casas, pela contaminação do solo das empresas com resíduos de suas atividades.

O Município de São Luís alegou não ter se omitido no caso e declarou ter tomado "todas as cautelas prévias e necessárias ao licenciamento das empresas", bem como realizou "atuações repressivas no exercício do Poder de Polícia".

Recorreu, ainda, à doutrina Chenery, adotada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em alguns julgados, para justificar o argumento de afastar a interferência do Judiciário nas escolhas políticas dos órgãos governamentais.

Segundo a análise do juiz, o caso trata de reclamações dos moradores do residencial em relação às atividades operadas pelas empresas vizinhas, que indicam impactos decorrentes das atividades empresariais não observados pelo Município de São Luís quando concedeu as licenças ambientais.

Na fundamentação da sentença, o juiz citou a Lei Complementar nº 140/2011 e Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (nª 6938/1981), que traz a possibilidade de revisão do licenciamento ambiental. Ademais, por toda documentação probatória, restou caracterizado a necessidade do Município revisar o licenciamento concedido considerando a evidente poluição ambiental que ocorre no local , enfatizou.

RELATÓRIO DE VISTORIA

Registros fotográficos citados no processo demonstram a existência, nas casas, de sinais de fuligem oriundos do escapamento de veículos; máquinas fazendo o corte de ferro; na entrada do conjunto Solar dos Encantos, localizada entre o galpão e a loja de comercialização de produtos da empresa Aço Maranhão e rastro de óleo diesel na entrada do residencial.

Relatório da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de vistoria feita na Empresa Aço Maranhão constatou a realização de armazenamento e corte de materiais metálicos em um galpão, com resíduos depositados em céu aberto de metais não mais utilizados para venda. Na garagem da empresa maranhense de Transporte Coletivo, foi observado um estacionamento com uma parte coberta, área de lavagem de veículos, além de local para troca de óleo e oficina mecânica.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL PRECÁRIO

Segundo entendimento do juiz, os dois empreendimentos foram licenciados pelo Município de São Luís, mas de forma precária, já que o controle realizado dos impactos ambientais produzidos foi apenas documental. "Desse modo, há a necessidade de se fazer um licenciamento que avalie os impactos decorrentes das atividades dos empreendimentos também no entorno".

"É importante ressaltar que a revisão de uma licença não significa necessariamente a desconstituição do ato administrativo anteriormente proferido, mas uma oportunidade de ajuste das condicionantes e das medidas de controle e fiscalização, com o intuito de evitar danos e mitigar outros impactos ambientais", enfatiza o juiz na sentença.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

asscom_cgj@tjma.jus.br

Site:
http://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/510212/municipio-de-sao-luis-deve-rever-licenca-de-empresas-que-atuam-no-solar-dos-encantos

Seminário sobre gestão da Central de Regulação de Vagas Prisionais

O aprimoramento e a efetivação de práticas legais nas ações de entrada e saída do sistema criminal maranhense serão discutidos no Seminário de Gestão da Central de Regulação de Vagas no Sistema Prisional do Maranhão , que acontecerá, presencialmente, nos dias 1º e 2 de junho , na Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), envolvendo membros e profissionais do Poder Judiciário, Corregedoria Geral de Justiça, **Ministério Público**, Defensoria Pública, SEAP/MA, OAB, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), Conselhos de Comunidade e o Conselho Penitenciário (Copen).

O evento, de caráter formativo, visa orientar os operadores do direito sobre o controle da superlotação carcerária, por meio de métodos e práticas inovadoras de gerenciamento dos fluxos e de ferramentas para aplicação do princípio da ocupação máxima taxativa, garantindo a racionalização na ocupação das vagas disponíveis - um dos objetivos da Central de Regulação de Vagas Penais do Maranhão, que está em processo de implantação.

O seminário é promovido pela Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF-TJMA) em parceria com a Escola Superior de Magistratura do Maranhão (ESMAM) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

INSCRIÇÕES

São 110 vagas disponíveis, com inscrições abertas, até 26 de maio , no sistema acadêmico Tutor (para o público do TJMA), e por meio de listas próprias de cada órgãos e entidades do sistema prisional.

Inscrições para a magistraura e outros profisisonais do TJMA - AQUI

CENTRAL DE REGULAÇÃO

A instituição da Central leva em consideração que a Constituição Federal assegura às pessoas presas o respeito à integridade física e moral e veda expressamente o tratamento desumano ou degradante e penas cruéis, entre outros critérios internacionais.

A atuação da Central de Regulação de Vagas Penais, instituída por meio de Ato Normativo Conjunto nº 12022, abrange tanto as pessoas em cumprimento de pena quanto aquelas submetidas à prisão provisória.

PROGRAMAÇÃO E PALESTRANTES

A temática será dividida em painéis que tratarão sobre os fluxos de encaminhamento para serviços penais e alternativas ao encarceramento na porta de entrada, além de ferramentas de revisão processual e outros mecanismos para regulação da porta de saída.

VEJA A PROGRAMAÇÃO COMPLETA AQUI

Núcleo de Comunicação da ESMAM

(esmam@tjma.jus.br)

Facebook - @esmam.tjma

Instagram - esmam_tjma

Site:
http://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/510213/seminario-sobre-gestao-da-central-de-regulacao-de-vagas-prisionais

Baby Disney Papelaria de Colinas ganha ata milionária em Sucupira do Norte

Equipe MV

A prefeitura de Sucupira do Norte, localizada no sertão maranhense, na gestão do atual mandatário do município, Marcony de Silva dos Santos, pretende gastar cifra milionária para o fornecimento de matérias de informática diversos para atender as necessidades das secretarias municipais.

A prefeitura de Sucupira do Norte, localizada no sertão maranhense, na gestão do atual mandatário do município, Marcony de Silva dos Santos, pretende gastar cifra milionária para o fornecimento de matérias de informática diversos para atender as necessidades das secretarias municipais.

Segundo informações do diário oficial, o objeto desta ata é o registro de preços dos itens das empresa vencedora, conforme dados abaixo, para o fornecimento de materiais de informática, conforme quantidades e especificações constantes da cláusula quarta desta ata, conforme condições e especificações constantes do edital do pregão eletrônico N.021/2023, bem como das propostas comerciais das promitente contratada.

Segundo informações do diário oficial, o objeto desta ata é o registro de preços dos itens das empresa vencedora, conforme dados abaixo, para o fornecimento de materiais de informática, conforme quantidades e especificações constantes da cláusula quarta desta ata, conforme condições e especificações constantes do edital do pregão eletrônico N.021/2023, bem como das propostas comerciais das promitente contratada.

A empresa vencedora do registro de preço foi a A. G. M. LUSTOSA LTDA, cujo o nome fantasia é Baby Disney Papelaria no valor de R$ 1.280.835,00 (um milhão e duzentos e oitenta mil e oitocentos e trinta e cinco reais). A firma Baby Disney Papelaria, foi criada em 2005 e de propriedade de Ana Gorete Martins Lustosa, a papelaria fica localizada na Avenida Dr Osano Brandão, no centro do município de Colinas.

A empresa vencedora do registro de preço foi a A. G. M. LUSTOSA LTDA, cujo o nome fantasia é Baby Disney Papelaria no valor de R$ 1.280.835,00 (um milhão e duzentos e oitenta mil e oitocentos e trinta e cinco reais). A firma Baby Disney Papelaria, foi criada em 2005 e de propriedade de Ana Gorete Martins Lustosa, a papelaria fica localizada na Avenida Dr Osano Brandão, no centro do município de Colinas.

Sucupira do Norte é um município com pouco mais de 43 mil habitantes. A ata de registro de preço foi assinado no dia 23 de maio deste ano e tem validade de 12 (doze) meses, conforme publicado no diário oficial. O contrato foi assinado pelos secretários municipais de saúde, administração, educação e assistência social: Ananda de Oliveira Almeida, João Rocha dos Santos, Silvana Alves de Araujo Lima e Ivon-Carla Rego dos Santos.

Sucupira do Norte é um município com pouco mais de 43 mil habitantes. A ata de registro de preço foi assinado no dia 23 de maio deste ano e tem validade de 12 (doze) meses, conforme publicado no diário oficial. O contrato foi assinado pelos secretários municipais de saúde, administração, educação e assistência social: Ananda de Oliveira Almeida, João Rocha dos Santos, Silvana Alves de Araujo Lima e Ivon-Carla Rego dos Santos.

Enquanto a cidade vive um grande caos, em diversos meios básicos, o dinheiro público vem sendo destinado a grandes fraudes e povo do município vem perecendo de muitas coisas. Os meios competentes, **ministério público** e câmara municipal, tem que tomar ciência do que vem ocorrendo no município e uma atitude tem que ser tomada.

Enquanto a cidade vive um grande caos, em diversos meios básicos, o dinheiro público vem sendo destinado a grandes fraudes e povo do município vem perecendo de muitas coisas. Os meios competentes, **ministério público** e câmara municipal, tem que tomar ciência do que vem ocorrendo no município e uma atitude tem que ser tomada.

Site: https://maranhaodeverdade.com.br/baby-disney-papelaria-de-colinas-ganha-ata-milionaria-em-sucupira-do-norte/

Iracema Vale fala de potencialidades e protagonismo feminino em Fórum de Políticas Públicas para Mulheres

O evento do Governo do Estado tem como objetivo promover a troca de experiências e conhecimentos acerca das demandas visando à construção de políticas públicas para mulheres

A presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputada Iracema Vale (PSB), participou, na manhã desta quarta-feira (24), do Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, promovido pela Secretaria de Estado da Mulher (Semu), no Multicenter Sebrae. O evento contou com a presença da ministra da Mulher, Aparecida Gonçalves.

"Hoje, nesse grande encontro, temos a oportunidade de discutir políticas capazes de garantir que cada vez mais mulheres consigam atingir suas potencialidades, protagonizar suas vidas e nos espaços por elas ocupados", afirmou Iracema Vale.

A iniciativa faz parte das atividades desenvolvidas pelo Governo do Maranhão para promover a troca de experiências e conhecimentos acerca das demandas específicas de cada município do Estado, visando à construção de políticas concretas que possam transformar a realidade das mulheres maranhenses.

Em pronunciamento, a parlamentar também lembrou que, pela primeira vez, em 188 anos, a Assembleia Legislativa do Estado possui uma mulher à frente da presidência, bem como também consolidou a maior bancada feminina da história do Parlamento maranhense ao eleger 12 deputadas estaduais.

"Nós fizemos história elegendo a primeira mulher presidente. E ter uma voz feminina no comando é também sobre ter vez. Além disso, 12 mulheres foram eleitas e as vozes dessas deputadas estão ecoando muitas outras. A representatividade feminina é fundamental para o exercício da democracia e continuaremos, juntas, lutando pelas maranhenses", salientou.

Estiveram presentes, ainda, as deputadas estaduais Daniella (PSB), Solange Almeida (PL), Andréia Rezende (PSB), Ana do Gás (PCdoB), Cláudia Coutinho (PDT), Dra. Viviane (PDT), Janaína Ramos (Republicanos), Edna Silva (Patriotas), além dos deputados Roberto Costa (MDB), Ricardo Arruda (MDB), Ricardo Rios (PCdoB) e Davi Brandão (PSB).

Reflexões

Segundo a ministra da Mulher, Aparecida Gonçalves, a programação do evento irá trazer importantes reflexões sobre as políticas públicas voltadas para as mulheres e a sua implementação em níveis locais, estaduais e nacionais, principalmente as que visam à autonomia econômica, geração de renda, o combate ao feminicídio e o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

"O grande desafio no Brasil, não só no Maranhão, é dar conta de criar uma cura, onde as pessoas se respeitem e onde sejam valorizadas em todos os espaços, principalmente as mulheres. Nós precisamos reconstruir o Brasil e formar uma nova cultura para acabar com o feminicídio", acrescentou a ministra.

Intercâmbio

A secretária de Estado da Mulher, Abigail Cunha, ressaltou que haverá painéis com palestrantes renomadas na área, durante os dois dias de evento. "A ideia é articular e mobilizar, junto ao Governo Federal, intercâmbios e agendas coletivas, a fim de fortalecer a defesa e a valorização das mulheres em todo o país", frisou.

Também marcaram presença no evento a senadora Eliziane Gama (Cidadania); a Subdefensora-Geral do Estado, Cristiane Marques; a vereadora Karla Sarney (PSD), representando a Câmara Municipal; o **procurador-geral** de Justiça, **Eduardo Nicolau**; e a prefeita de Buriti Bravo, Luciana Leocádio (PCdoB), representando a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem).

O seu endereço de e-mail não será publicado. Campos obrigatórios são marcados com *

Site: https://www.atosefatos.jor.br/iracema-vale-fala-de-potencialidades-e-protagonismo-feminino-em-forum-de-politicas-publicas-para-mulheres/

Prefeitura de Imperatriz é multada em R$ 4 milhões por irregularidades em hospital

Jeferson Abreu

A justiça determinou bloqueio de quatro milhões de reais nas contas da Prefeitura de Imperatriz. A decisão vem após ação do **Ministério Público do Maranhão** que denunciava irregularidades, faltava de pagamentos e de serviços essenciais no Hospital Municipal do Município.

Na decisão, a Juíza Ana Lucrécia Bezerra Sodré, titular da 2ª Vara da Fazenda Pública de Imperatriz determina que o município apresente um plano de ação no prazo de até 90 dias para o plano restabelecimento do quantitativo de servidores e profissionais de saúde contratados e serviços oferecidos no Hospital.

A Juíza determina ainda bloqueio imediato de quatro milhões de reais, além de multa diária de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), estabelecendo um prazo de 15 dias para que o Município de Imperatriz cumpra a decisão.

Decisão - Por todo o exposto, determino o imediato bloqueio, via SISBAJUD, do Valor equivalente a R$ 4.000.00,00 (quatro milhões de reais), a título de astreinte, pelo descumprimento dos comandos assinalados no título executivo judicial, diretamente das contas bancárias vinculadas ao Tesouro municipal do ente público executado. Além disso, Majoro a multa diária já arbitrada pelo juízo para R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser igualmente contabilizada considerando cada item inadimplido da decisão de urgência, limitando a sua incidência a R$ 10.000,00 (dez milhões de reais) e, determino o envio de cópia dos autos à autoridade policial, para fins de instauração de procedimento investigativo quanto à prática de infração penal, em tese, decorrente do descumprimento de ordem judicial, no que se refere aos responsáveis pelo cumprimento das determinações irrogadas liminarmente nos autos do processo n°. 0801825- 64. 2023.8. 10. 0040 em especial o Secretário Municipal de Saúde.

Assinalo, ainda, novo prazo de 15 (quinze) dias para cumprimento de todos os comandos da decisão executadas, após o que, findado, ensejará nova análise de persistência da situação de mora obrigacional noticiada, com a aplicação da multa majorada aqui estabelecida e sem prejuízo de imposição de outras sanções e adoção de providências diversas direcionadas a garantir a efetivação da tutela específica ou a obtenção de resultado prático equivalente.

A magistrada decidiu também que a prefeitura deve manter sem interrupção, os pagamentos dos fornecedores e prestadores de serviços da unidade, e elaborar um plano de regularização dos pagamentos atrasados. Outra determinação foi a implementação de mais dez leitos de UTI no prazo de 30 dias, assim como a imediata substituição do aparelho de radiografia do Hospital.

Relembre - Desde agosto de 2022, o **MPMA** recebeu informações sobre paralisação de serviços por conta da inadimplência do município com os prestadores de serviço médicos eletivos e de urgência e emergência. Especialidades como as de otorrinolaringologia, cirurgia de cabeça e pescoço estão sob risco de paralisação devido à falta de pagamento por mais de oito meses aos prestadores de serviço. Assim como a demora na ampliação nos leitos de UTI do Hospital Municipal.

Com isso o **Ministério Público** ingressou com pedidos na Justiça para correção das irregularidades, também foi proposta uma ação Civil Pública para regular fornecimento de farmácia do hospital e funcionamento da tomografia na época.

A Procuradoria Geral do Município de Imperatriz disse que vai recorrer da decisão.

Site:
https://www.codonoticias.com.br/2023/05/prefeitura-de-imperatriz-e-multada-em-r-4-milhoes-por-irregularidades-em-hospital/

Audiências concentradas nas instituições de acolhimento terminam nesta sexta (26)

omaranhense

O juiz da 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, José Américo Abreu Costa, está realizando durante toda esta semana audiências concentradas nas instituições que acolhem crianças e adolescentes na capital, com a participação de todos os atores da rede de proteção infantojuvenil. As audiências vão até sexta-feira (26) e, além do acolhimento institucional, também são analisados os processos de medidas protetivas das crianças em acolhimento familiar.

As audiências ocorrem na Casa da Criança Menino Jesus, Casa Sonho de Criança, Lar de José, Abrigo Luz e Vida, Pouso Obras Sociais, Casa Acolher e Amar e Casas-Lar Calábria. Nos locais que não possuem estrutura física para as audiências, elas são realizadas na 1ª Vara da Infância e Juventude, no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). Participam os defensores Públicos Davi Rafael Silva Veras e Ana Lorena Moniz Costa; os promotores de Justiça Rosalvo Bezerra de Lima Filho e Márcio Thadeu Silva Marques; as equipes técnicas do **Ministério Público** e Defensoria, da Vara da Infância, da Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS) e das instituições de acolhimento.

Realizadas semestralmente - maio e novembro - com reavaliações trimestrais, as audiências concentradas seguem o Provimento nº 118/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Portaria Conjunta nº 15/2022 da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão (CIJ-TJMA). A medida visa a atualização da situação processual e pessoal das crianças e adolescentes atendidos por programas de acolhimento familiar ou institucional.

Conforme o juiz José Américo Abreu o objetivo das audiências concentradas é reavaliar a situação jurídica e psicossocial da criança e do adolescente, com a finalidade de discutir conjuntamente a situação processual de cada caso de forma individualizada. É avaliada cada uma das medidas protetivas de acolhimento, diante do seu caráter excepcional e provisório. A partir dos estudos técnicos realizados, o magistrado determina a manutenção do acolhimento ou o retorno daquela criança à sua família de origem ou família acolhedora. Se esgotadas as possibilidades de reinserção familiar, pode ser determinada a inclusão do acolhido no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) para busca de família substituta, seja pela adoção ou guarda.

Nas audiências concentradas desta semana (22 a 26 de maio) serão analisados 52 processos. Atualmente há 87 crianças e adolescentes em acolhimento institucional e uma criança em acolhimento familiar, segundo dados da 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís. Há grupos de irmãos e crianças e adolescentes oriundos de outras comarcas, que estão acolhidos em instituições na capital e a responsabilidade da análise processual desses casos é da comarca de origem.

A equipe técnica da 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís que participa das audiências concentradas é formada por Januária Aires (psicóloga), Amelici Rego (pedagoga) e Ana Cláudia Nepomuceno (assistente social). As audiências envolvem todos os atores da rede de proteção infantojuvenil para buscar o melhor interesse para crianças e adolescentes, bem como é uma importante ferramenta para reavaliar a situação deles, visando diminuir o tempo na instituição ou verificando a qualidade no acolhimento deles.

Site: https://omaranhense.com/audiencias-concentradas-nas-instituicoes-de-acolhimento-terminam-nesta-sexta-26/

Promotoria em Santa Inês instaura Procedimento Administrativo para apurar ausência de fluxo de atendimento rotineiro do CRAS e CREAS

LEIA A ÍNTEGRA DA PORTARIA:

PORTARIA-3ªPJSI - 212023 Código de validação: 1ADC8DE669 O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO**, por seu **Promotor de Justiça**, ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, e Considerando que o Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014-GPGJ/CGMP prevê a instauração de Procedimento Administrativo de ofício, de cunho preventivo (art.3º, V); Considerando que no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a proteção social está hierarquizada em Básica e Especial de Média e de Alta Complexidade, por decorrência do impacto de situações de risco do indivíduo e da sua família; Considerando que a proteção social básica tem como objetivo prevenir situações de riscos por meio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, para população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras); Considerando que a proteção social especial de média complexidade tem como finalidade atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares não foram rompidos, requerendo maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e individualizada com um acompanhamento sistemático e monitorado (Violência física, psicológica e negligência; Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; Tráfico de pessoas; Situação de rua e mendicância; Abandono; Vivência de trabalho infantil; Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia); Considerando que a proteção social especial de alta complexidade garante proteção integral - moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido - para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário (Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: Abrigo institucional; Casa Lar; Casa de Passagem; Residência Inclusiva. Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências); Considerando as diversas medidas de proteção ajuizadas por esta **Promotoria de Justiça** e a ausência de fluxo de atendimento rotineiro do CRAS e CREAS, principalmente em casos da Infância e Juventude; Considerando, por fim, que passei a responder pela presente **Promotoria de Justiça** a partir do dia 19/04/2023 (PORTARIAGAB/PGJ-32602023) e, devido à grande quantidade de processos judiciais, audiências e atendimentos, somente foi possível o registro dos autos na presente data. RESOLVO Instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, na forma do art.3º, V, c/c art.5º, II, do Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014-GPGJ/CGMP, para acompanhar o funcionamento do CRAS e CREAS de Santa Inês, em relação à Infância e Juventude, e, desde já, determino as seguintes providências: a) Registre o procedimento no SIMP e insira a portaria como página inicial; b) Encaminhe a cópia da presente Portaria à Coordenadoria de Documentação e Biblioteca da PGJ/MA, via e-mail institucional, para publicação no Diário Eletrônico do **Ministério Público** visando maior publicidade; c) Encaminhe ofício para a Secretária de Assistência Social de Santa Inês para, em dez dias, encaminhar informações sobre as equipes do CRAS e CREAS, indicando a composição de cada equipe, fluxo de atendimento dos casos da Infância e Juventude, tratamento de expedientes recebimentos pelo Conselho Tutelar e diretores de escolas; Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Inês/MA, data da assinatura. assinado eletronicamente em 02/05/2023 às 08:51 h (*) CLAUDIO BORGES DOS SANTOS **PROMOTOR DE JUSTIÇA** RESPONDENDO

OBSERVAÇÃO: Publicado no Diário Eletrônico do dia

22 de maio de 2023.

Site:
http://www.agorasantaines.com.br/index.php?topicos=nav/single&topico=23770

Município de Bom Jardim é acionado pelo MP depois de denúncias de que psiquiatra só atende duas vezes por mês no Caps

Em Bom Jardim MP converte Notícia de Fato de em Procedimento Administrativo, apurar demanda registrada na Ouvidoria do MPE a respeito dos atendimentos prestados pelo CAPS de Bom Jardim, segundo a qual o Psiquiatra do Município atenderia apenas em dois dias no mês. Em anexo íntegra da Portaria do MP:

BOM JARDIM PORTARIA-PJBOJ - 62023 Código de validação: 68C22F5E7C PORTARIA-PJBOJ - 62023 PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 001511-509/2022 O **Ministério Público** Estadual, por meio da Promotora de Justiça que esta subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.127, caput e art. 129, II, III da Constituição Federal, além das disposições contidas no art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347 de 24.07.85 e art.25, IV, b, da Lei nº8.265, de 12.02.93; CONSIDERANDO que incumbe ao **Ministério Público** a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, adotando, para tanto, as medidas cabíveis para a correta aplicação da lei, nos termos doa rt. 127, caput da Constituição Federal de 1988; CONSIDERANDO a Notícia de Fato instaurada para apurar demanda registrada na Ouvidoria do MPE a respeito dos atendimentos prestados pelo CAPS de Bom Jardim, segundo a qual o Psiquiatra do Município atenderia apenas em dois dias no mês, não perfazendo a carga horária devida. Relata o noticiante, ainda, que, nesses dois dias de trabalho, o profissional atenderia mais de 30 pacientes por dia, o que o reclamante sustenta ser ruim e sofrido . Para exemplificar, citou uma situação alegadamente por si vivenciada, quando, apesar de chegar ao CAPS às 8h para atendimento, o médico o teria recebido somente as 17h, para providências cabíveis; RESOLVE: DETERMINAR a conversão da Notícia de Fato de n. 001511-509/2022 em Procedimento Administrativo, que segue com sua numeração original, visando a atribuição do **Ministério Público**, que deve ser contínua, de garantir a publicidade, transparência e que sejam obedecidas as competências dos órgãos públicos. Para secretariar os trabalhos, DESIGNO a servidora Christiany Nunes Pessoa, Técnica Ministerial do quadro permanente de servidores da Procuradoria-geral de Justiça do Maranhão, lotada nesta **Promotoria de Justiça**, podendo ser, de acordo com a necessidade de serviço, substituída pelos demais servidores das Promotorias de Justiça de Bom Jardim; DETERMINO, desde já, a fim de promover a necessária instrução procedimental, o cumprimento das seguintes providências: a) Autue-se, com a portaria sendo a página inicial, numerem-se as páginas e registre-se no SIMP; b) Encaminhe-se cópia da presente Portaria para a Biblioteca da PGJ/MA, via e-mail institucional, para publicação no Diário Eletrônico do **Ministério Público do Maranhão** visando maior publicidade; c) Publique-se esta Portaria no átrio das Promotorias de Justiça de Bom Jardim pelo prazo de 10 dias. Registre-se. Publique-se. Cumpra-se. Bom Jardim, 10 de maio de 2023.

assinado eletronicamente em 10/05/2023 às 21:09 h (*) CAMILA GASPAR LEITE PROMOTORA DE JUSTIÇA

Site:
http://www.agorasantaines.com.br/index.php?topicos=nav/single&topico=23772

Promotor respondendo por promotoria de Santa Inês instaura Procedimento Administrativo para acompanhamento do Programa Bolsa Família, no âmbito educacional

VEJA A ÍNTEGRA DA PORTARIA:

SANTA INÊS - PORTARIA-3ªPJSI - 192023 Código de validação: A4A263D479 O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO**, por seu **Promotor de Justiça**, ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, e Considerando que cabe ao **Ministério Público** a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127, caput; Lei nº 8.625/93, art. 26 e Lei Complementar Estadual nº 013/91, art. 1º, caput); Considerando que o Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014-GPGJ/CGMP prevê a instauração de Procedimento Administrativo de ofício, de cunho preventivo (art.3º, V); Considerando que a Alfabetização na idade certa é prioridade absoluta do Ministério da Educação 1 ; Considerando que a aprendizagem dos alunos da educação infantil e do ensino fundamental de Santa Inês é inferior à média estadual 2 Considerando que a Medida Provisória nº 1.164, de 2023, restituiu o Programa Bolsa Família (PBF), no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), em substituição ao Programa Auxílio Brasil (PAB), instituído pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021 (conversão da MPV nº 1.061, de 2021); Considerando a instauração de procedimento administrativo para verificação da proficiência em escrita e leitura, conforme SIMP n° 481-267/2023; Considerando que algumas das condicionalidades para permanência como beneficiários do Programa Bolsa Família são: cumprimento do calendário nacional de vacinação, acompanhamento do estado nutricional, para os beneficiários que tenham até 6 anos, e à frequência escolar mínima de: 60%, para os beneficiários de 4 e 5 anos; e 75%, para os beneficiários de 6 a 17 anos que não tenham concluído a educação básica; Considerando, por fim, que passei a responder pela presente **Promotoria de Justiça** a partir do dia 19/04/2023 (PORTARIAGAB/PGJ-32602023) e, devido à grande quantidade de processos judiciais, audiências e atendimentos, somente foi possível o registro dos autos na presente data. RESOLVO Instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, na forma do art.3º, V, c/c art.5º, II, do Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014-GPGJ/CGMP, para acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, no âmbito educacional, e, desde já, determino as seguintes providências: a) Autue-se, com a portaria sendo a página inicial e registre-se no SIMP; b) Encaminhe-se cópia da presente Portaria à Coordenadoria de Documentação e Biblioteca da PGJ/MA, via e-mail institucional, para publicação no Diário Eletrônico do **Ministério Público** visando maior publicidade; c) Encaminhe-se ofício ao Secretário Municipal de Educação para, em dez dias úteis, encaminhar o plano de verificação e acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, no âmbito educacional; d) Encaminhe-se ofício à Secretária Municipal de Assistência Social para, em dez dias úteis, encaminhar o plano de verificação e acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família; Registre-se. Publique-se. Cumpra-se. Santa Inês/MA, data da assinatura. _____ 1. Disponível em: https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/01/02/camilo-santana-assume-o-cargo-de-ministro-daeducacao-em-cerimonia.ghtml. Acesso em 03/03/2023. 2. Disponível em: https://paineledujamunicipios.todospelaeducacao.org.br/buscar/2109908.

Acesso em 03/03/2023. assinado eletronicamente em 02/05/2023 às 08:49 h (*) CLAUDIO BORGES DOS SANTOS **PROMOTOR DE JUSTIÇA** RESPONDENDO

Observação: Portaria publicada na Edição do dia 22 de maio, do Diário Eletrônico do MP

Site:

http://www.agorasantaines.com.br/index.php?topicos=nav/single&topico=23769

Ministério Público instaura inquérito para apurar irregularidades na Educação de Bacabeira-MA

O **Ministério Público do Maranhão** instaurou um inquérito civil para investigar possíveis irregularidades praticadas na gestão de Fernando Gonçalo, prefeitura do município de Bacabeira, por meio da Secretaria Municipal de Educação. O objetivo é apurar denúncias relacionadas ao quadro de servidores da educação, incluindo excesso de contratados em detrimento da realização de concurso público, desvio de função e falta de transparência na divulgação de dados no Portal da Transparência.

A Promotora de Justiça Titular da 2ª **Promotoria de Justiça** da Comarca de Rosário, Fabiola Fernandes Faheina Ferreira, determinou a instauração do inquérito e a realização de diligências para averiguar os fatos denunciados, que poderão subsidiar eventuais ações cíveis e criminais.

Entre os pontos a serem investigados estão o pagamento de professores contratados em desacordo com o piso nacional, a falta de alimentação dos sistemas da educação e a possível inconstitucionalidade de leis municipais relacionadas à contratação de servidores públicos na área da educação. Além disso, a apuração busca verificar a conformidade dos atos praticados pela Secretaria Municipal de Educação com a legislação vigente.

A Promotora Fabiola Fernandes destacou que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Nesse sentido, ressaltou a importância de valorizar os profissionais da educação e garantir seus direitos, como a realização de concursos públicos e o pagamento do piso salarial nacional.

A partir da instauração do inquérito civil, serão adotadas medidas como o registro da portaria em livro próprio e no Sistema de Informações e Procedimentos Ministeriais (SIMP), o envio de cópia para o Caop - Educação (Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação) para conhecimento e registro em banco de dados, a publicação da portaria no Diário Eletrônico do **MPMA** e a notificação do **Procurador Geral** de Justiça para análise da constitucionalidade das leis municipais envolvidas.

Por Folha do Maranhão

Site: https://g7ma.com/ministerio-publico-instaura-inquerito-para-apurar-irregularidades-na-educacao-de-bacabeira-ma/

Justiça condena Município de Santa Inês a recuperar Terminal Rodoviário no prazo de 60 dias sob pena de multas diárias de 10 mil reais

A Sentença elenca mais de 3 dezenas de problemas que comprovadamente foram encontrados no terminal rodoviário depois de várias inspeções e vistorias feitas pelo MPE, pelo PROCON, pelo MOB, pela Equatorial, pelo Corpo de Bombeiros, pela Vigilância Sanitária e por Engenheiro Civil da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão além videos de matérias jornalísticas, reportagens de jornais etc.

Uma sentença proferida na segunda-feira (22) na 1ª Vara de Santa Inês, confirmou parcialmente uma decisão antecipada, no sentido de determinar que o Município, no prazo de 60 dias, observando todas as normas orçamentárias e de licitação, adote as providências necessárias para sanar ou mitigar os defeitos constatados que possam representar riscos de desabamento do telhado, de choques elétricos aos usuários do serviço ou de incêndio, visando a obter certificado de aprovação de projeto e funcionamento perante o Corpo de Bombeiros, e isolando imediatamente o acesso do público às áreas do prédio que representam riscos aos transeuntes até que sejam sanados os defeitos. O pedido de interdição do terminal não foi acatado pela Justiça. O documento, assinado pelo juiz Raphael Leite Guedes, impõe a multa diária de R$ 10.000,00, em caso de descumprimento. O valor arrecadado será revertido a um fundo, que deverá ser indicado pelo autor da ação em momento oportuno. O caso em questão trata-se de ação civil pública ajuizada pelo **Ministério Público**, em desfavor do Município de Santa Inês, visando à cominação de obrigação de fazer ao réu consistente na recuperação e manutenção do Terminal Rodoviário de Santa Inês, procedendo às imediatas reformas e adaptações imprescindíveis para um funcionamento de acordo com as normas estabelecidas pelos relatórios de inspeção anexos ao processo, sanando todas as irregularidades apontadas.

Na ação, alegou o MP que o prédio em questão possui diversos problemas de infraestrutura, segurança, oferta de serviços, acessibilidade, além de serem presenciadas práticas de condutas abusivas aos direitos dos consumidores por parte das empresas de transporte. Argumentou que há omissão do réu em reformar o terminal e em fiscalizar as atividades exercidas por particulares no local. Em razão de tais situações, foi instaurado o Inquérito Civil, durante o qual foram realizadas inspeções e vistorias pelo MPE, pelo PROCON, pelo MOB, pela Equatorial, pelo Corpo de Bombeiros, pela Vigilância Sanitária e por Engenheiro Civil da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão.

Essas inspeções e vistorias constataram, dentre outras, as seguintes irregularidades: rachaduras no teto; banheiros em péssimas condições de conservação e sem atendimento às normas de acessibilidade; paredes sujas, quebradas e com infiltrações; inexistência de sinalização tátil para pessoas com deficiência; inexistência de postos de informações ou atendimento ao turista e de local para recuperação de objetos perdidos; inexistência de guarda-volumes; bem como ausência de informativos nos guichês das empresas sobre a gratuidade das passagens.

Outros fatos verificados foram: ausência de informativos sobre a proibição de venda de bebidas alcoólicas para menores de idade nos boxes de alimentos; ausência de segurança; cobrança de taxa de embarque sem comprovação de lei a instituindo; inexistência de posto telefônico; acesso de transportes clandestinos; ausência de bancas de revistas e jornais; ausência de estacionamento próprio para veículos; grande incidência de dependentes químicos no período noturno; existência de fiação exposta e fixada diretamente sobre estruturas metálicas, ausência de proteção no quadro de distribuição, existência de ligações clandestinas, ausência de aterramento e desrespeito aos padrões, requisitos e normas de segurança, com risco de choques elétricos e/ou incêndio e, ainda, inexistência de preventivo contra incêndio e pânico, de sistema de proteção contra descargas atmosféricas, e de certificado de aprovação de projeto e funcionamento, bem como a presença de instalações elétricas deterioradas e expostas, com risco de incêndios.

COBERTURA COMPROMETIDA

Foi constatado, ainda, que parte da cobertura está com problemas de deterioração da estrutura metálica, com vários pontos de oxidação e pontos em perda de seção severa nos elementos estruturais. Daí, restou comprovado que o terminal rodoviário necessita de reforma emergencial para cumprimento de todas as exigências dos órgãos de fiscalização. O magistrado citou na sentença que já foram publicadas diversas reportagens jornalísticas, dando conta da situação do prédio que abriga a rodoviária. "Outrossim, é fato público e notório a situação atual do Terminal Rodoviário de Santa Inês, e qualquer pessoa que utilize o local, ainda que esporadicamente, percebe os diversos problemas que lá existem (.) Todos os referidos problemas estão devidamente comprovados nos autos por imagens fotográficas, relatórios técnicos de diversos órgãos, vídeos de matérias jornalísticas, reportagens de jornais etc", pontuou. O Município, em suas manifestações no processo, não afastou as alegações de fato aduzidas pelo autor, limitando-se a dizer que realizou uma reforma e que estava tomando as providências necessárias para solucionar a questão, o que demandaria bastante tempo, diante da complexidade do caso. "A situação em que se encontra o Terminal Rodoviário de Santa Inês demonstra a existência de violações a diversas normas constitucionais e infraconstitucionais, impondo a atuação judicial, após provocação por parte do interessado, para determinar que elas sejam sanadas (.) A violação dos direitos difusos e coletivos é nítida, e a inércia dos poderes públicos municipais (Executivo e Legislativo) está demonstrada pela permanência dos problemas há vários anos", observou a Justiça na sentença. O Judiciário entendeu que, considerando que os problemas do Terminal Rodoviário de Santa Inês são generalizados, impõe-se a realização de uma reforma ampla que vise à resolução de todos os problemas, sem prejuízo da adoção de medidas urgentes para sanar as irregularidades críticas do prédio, que representam riscos imediatos à vida e à segurança dos passageiros e trabalhadores do local, com a concessão de prazo mais amplo para a solução dos problemas que não põem em risco imediato os usuários do serviço. (Fonte: )

Site:
http://www.agorasantaines.com.br/index.php?topicos=nav/single&topico=23760

Iracema Vale fala de potencialidades e protagonismo feminino em Fórum de Políticas Públicas para Mulheres

SÃO LUÍS - A presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputada Iracema Vale (PSB), participou, na manhã desta quarta-feira (24), do Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, promovido pela Secretaria de Estado da Mulher (Semu), no Multicenter Sebrae. O evento contou com a presença da ministra da Mulher, Aparecida Gonçalves.

"Hoje, nesse grande encontro, temos a oportunidade de discutir políticas capazes de garantir que cada vez mais mulheres consigam atingir suas potencialidades, protagonizar suas vidas e nos espaços por elas ocupados", afirmou Iracema Vale.

A iniciativa faz parte das atividades desenvolvidas pelo Governo do Maranhão para promover a troca de experiências e conhecimentos acerca das demandas específicas de cada município do Estado, visando à construção de políticas concretas que possam transformar a realidade das mulheres maranhenses.

Em pronunciamento, a parlamentar também lembrou que, pela primeira vez, em 188 anos, a Assembleia Legislativa do Estado possui uma mulher à frente da presidência, bem como também consolidou a maior bancada feminina da história do Parlamento maranhense ao eleger 12 deputadas estaduais.

"Nós fizemos história elegendo a primeira mulher presidente. E ter uma voz feminina no comando é também sobre ter vez. Além disso, 12 mulheres foram eleitas e as vozes dessas deputadas estão ecoando muitas outras. A representatividade feminina é fundamental para o exercício da democracia e continuaremos, juntas, lutando pelas maranhenses", salientou.

Estiveram presentes, ainda, as deputadas estaduais Daniella (PSB), Solange Almeida (PL), Andréia Rezende (PSB), Ana do Gás (PCdoB), Cláudia Coutinho (PDT), Dra. Viviane (PDT), Janaína Ramos (Republicanos), Edna Silva (Patriotas), além dos deputados Roberto Costa (MDB), Ricardo Arruda (MDB), Ricardo Rios (PCdoB) e Davi Brandão (PSB).

Reflexões

Segundo a ministra da Mulher, Aparecida Gonçalves, a programação do evento irá trazer importantes reflexões sobre as políticas públicas voltadas para as mulheres e a sua implementação em níveis locais, estaduais e nacionais, principalmente as que visam à autonomia econômica, geração de renda, o combate ao feminicídio e o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

"O grande desafio no Brasil, não só no Maranhão, é dar conta de criar uma cura, onde as pessoas se respeitem e onde sejam valorizadas em todos os espaços, principalmente as mulheres. Nós precisamos reconstruir o Brasil e formar uma nova cultura para acabar com o feminicídio", acrescentou a ministra.

Intercâmbio

A secretária de Estado da Mulher, Abigail Cunha, ressaltou que haverá painéis com palestrantes renomadas na área, durante os dois dias de evento. "A ideia é articular e mobilizar, junto ao Governo Federal, intercâmbios e agendas coletivas, a fim de fortalecer a defesa e a valorização das mulheres em todo o país", frisou.

Também marcaram presença no evento a senadora Eliziane Gama (Cidadania); a Subdefensora-Geral do Estado, Cristiane Marques; a vereadora Karla Sarney (PSD), representando a Câmara Municipal; o **procurador-geral** de Justiça, **Eduardo Nicolau**; e a prefeita de Buriti Bravo, Luciana Leocádio (PCdoB), representando a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem).

Site:
https://imirante.com/noticias/maranhao/2023/05/24/ipolitica-iracema-vale-fala-de-potencialidades-e-protagonismo-feminino-em-forum-de-politicas-publicas-para-mulheres

Promotor de Justiça mantém denúncia de nepotismo na prefeitura e cobra solução

Promotor Thiago Pires cobra que o município obedeça à ordem judicial

Por Marjorie Sara Sampaio de Sousa

Imperatriz, MA - O **promotor de Justiça** Thiago Pires, representante da Promotoria de Saúde do **Ministério Público do Maranhão**, anunciou que manterá a denúncia de nepotismo contra a prefeitura municipal de Imperatriz. De acordo com o promotor, a administração pública conta com mais de 11 mil funcionários e precisa passar por um processo de enxugamento para reduzir os gastos com folha de pagamento.

Thiago Pires cobra que o município obedeça à ordem judicial e identifique os casos de nepotismo, a fim de desocupar os cargos ocupados por parentes. Além disso, o promotor afirmou que a recontratação de duas mulheres com vínculos de parentesco com parlamentares de alto escalão será investigada como possível improbidade administrativa.

Em relação a uma recente ação judicial, o **Promotor de Justiça** da Saúde de Imperatriz, Dr. Thiago de Oliveira, comentou sobre o bloqueio de R$ 4 milhões dos cofres municipais. Esse bloqueio foi resultado do descumprimento da ordem judicial, que exigia, principalmente, o pagamento de prestadores de serviços do Socorrão, a retomada do funcionamento dos equipamentos de raio-x e tomografia, além da apresentação de um plano para a prestação de contas na área da saúde.

O promotor reiterou o compromisso do **Ministério Público** em fazer valer a decisão judicial e afirmou que encaminhará o caso aos promotores responsáveis para apuração do crime de desobediência de ordem judicial, bem como para a responsabilização por ato de improbidade administrativa.

Diante desses fatos, fica evidente a necessidade de uma atuação rigorosa por parte do **Ministério Público** para garantir a transparência e a eficiência na administração pública de Imperatriz. O combate ao nepotismo e a exigência do cumprimento das determinações judiciais são elementos fundamentais para o fortalecimento do Estado de Direito e o bom funcionamento das instituições democráticas.

Site: https://arimateiajr.com/noticia/1387983/promotor-de-justica-mantem-denuncia-de-nepotismo-na-prefeitura-e-cobra-solucao

Iracema Vale fala de potencialidades e protagonismo feminino em Fórum de Políticas Públicas para Mulheres

A presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputada Iracema Vale (PSB), participou, na manhã desta quarta-feira (24), do Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, promovido pela Secretaria de Estado da Mulher (Semu), no Multicenter Sebrae. O evento contou com a presença da ministra da Mulher, Aparecida Gonçalves.

"Hoje, nesse grande encontro, temos a oportunidade de discutir políticas capazes de garantir que cada vez mais mulheres consigam atingir suas potencialidades, protagonizar suas vidas e nos espaços por elas ocupados", afirmou Iracema Vale.

A iniciativa faz parte das atividades desenvolvidas pelo Governo do Maranhão para promover a troca de experiências e conhecimentos acerca das demandas específicas de cada município do Estado, visando à construção de políticas concretas que possam transformar a realidade das mulheres maranhenses.

Em pronunciamento, a parlamentar também lembrou que, pela primeira vez, em 188 anos, a Assembleia Legislativa do Estado possui uma mulher à frente da presidência, bem como também consolidou a maior bancada feminina da história do Parlamento maranhense ao eleger 12 deputadas estaduais.

"Nós fizemos história elegendo a primeira mulher presidente. E ter uma voz feminina no comando é também sobre ter vez. Além disso, 12 mulheres foram eleitas e as vozes dessas deputadas estão ecoando muitas outras. A representatividade feminina é fundamental para o exercício da democracia e continuaremos, juntas, lutando pelas maranhenses", salientou.

Estiveram presentes, ainda, as deputadas estaduais Daniella (PSB), Solange Almeida (PL), Andréia Rezende (PSB), Ana do Gás (PCdoB), Cláudia Coutinho (PDT), Dra. Viviane (PDT), Janaína Ramos (Republicanos), Edna Silva (Patriotas), além dos deputados Roberto Costa (MDB), Ricardo Arruda (MDB), Ricardo Rios (PCdoB) e Davi Brandão (PSB).

Reflexões - Segundo a ministra da Mulher, Aparecida Gonçalves, a programação do evento irá trazer importantes reflexões sobre as políticas públicas voltadas para as mulheres e a sua implementação em níveis locais, estaduais e nacionais, principalmente as que visam à autonomia econômica, geração de renda, o combate ao feminicídio e o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

"O grande desafio no Brasil, não só no Maranhão, é dar conta de criar uma cura, onde as pessoas se respeitem e onde sejam valorizadas em todos os espaços, principalmente as mulheres. Nós precisamos reconstruir o Brasil e formar uma nova cultura para acabar com o feminicídio", acrescentou a ministra.

Intercâmbio - A secretária de Estado da Mulher, Abigail Cunha, ressaltou que haverá painéis com palestrantes renomadas na área, durante os dois dias de evento. "A ideia é articular e mobilizar, junto ao Governo Federal, intercâmbios e agendas coletivas, a fim de fortalecer a defesa e a valorização das mulheres em todo o país", frisou.

Também marcaram presença no evento a senadora Eliziane Gama (Cidadania); a Subdefensora-Geral do Estado, Cristiane Marques; a vereadora Karla Sarney (PSD), representando a Câmara Municipal; o **procurador-geral** de Justiça, **Eduardo Nicolau**; e a prefeita de Buriti Bravo, Luciana Leocádio (PCdoB), representando a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem).

Site: https://oprogressonet.com/noticia/31523/iracema-vale-fala-de-potencialidades-e-protagonismo-feminino-em-forum-de-politicas-publicas-para-mulheres

Ministério Público cobra do Estado delegado, escrivão e agentes de polícia para Pastos Bons

Teresa Cristina

MP cobra do Governo do Estado delegado, escrivão e agentes de polícia para Pastos Bons. O **Ministério Público do Maranhão** entrou com uma ação na Justiça pedindo que o Estado do Maranhão seja obrigado a designar e manter um delegado de polícia, um escrivão e dois agentes da Polícia Civil na cidade de Pastos Bons. O **promotor de justiça** Hélder Ferreira Bezerra assinou o documento. Além disso, foi solicitada a reforma do prédio da Delegacia de Polícia Civil de Pastos Bons, assim como a disponibilização de móveis e equipamentos necessários para o trabalho dos funcionários, ou então a transferência para outro local adequado para as atividades policiais, dentro de três meses. Segundo o promotor, desde 2019 não há delegado, escrivão e agentes de polícia civil na cidade, e a segurança pública está sendo mantida apenas pela Polícia Militar. As investigações de todos os tipos de crimes estão sendo conduzidas por delegados de outras regiões.

Tags: **MPMA**, cobra, Governo do Estado.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/24/RDIONOVAFM1025BALSASMA-18.13.42-18.14.50-1684969522.mp3

Polícia Civil do Maranhão realiza curso do programa nacional para combate à corrupção

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por meio da Polícia Civil do Maranhão(PC-MA), iniciou, na manhã desta terça-feira (23), o Curso de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro.

O curso faz parte do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD) que surgiu em cumprimento à meta nº 25 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) 2004, com o objetivo de criar um plano integrado de capacitação e treinamento de agentes públicos e de orientação à sociedade, otimizando a utilização de recursos públicos e disseminando uma cultura de prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro no Brasil.

Atualmente o Programa é um dos eixos de atuação[2] da Coordenação-Geral de Articulação Institucional (CGAI) do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), vinculado à Secretaria Nacional de Justiça (SENAJUS) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).No Maranhão, a capacitação que está sendo promovida pela Polícia Civil do Maranhão, por intermédio da Academia de Polícia Civil do Maranhão (ACADEPOL-MA), conta com as participações de delegados , escrivães e investigadores da PC-MA, de representantes do **Ministério Público**, Polícia Militar do Maranhão , Perícia Oficial do Maranhão, Corpo de Bombeiros do Maranhão, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Agência Brasileira de Inteligência (ABIN),Secretaria de Estado de Segurança, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Eleitoral e Secretaria de Estado de Fazenda.

A solenidade de abertura do curso contou com as presenças do delegado-geral da PC-MA, Jair Paiva; o delegado-geral operacional da PC-MA, Lúcio Reis ; o delegado-geral administrativo da PC-MA, Alessandro Gomes ; o diretor do Centro de Inteligência da SSP-MA , Luís Jorge ; o diretor-geral da ACADEPOL-MA, Breno Galdino ; o representante do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica (DRCI), Rodrigo Sagastume e juíza de direito da 7ª Vara Criminal de São Luís, Stela Pereira Muniz Braga.

Em seu breve discurso, o delegado-geral Jair Paiva, agradeceu ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por disponibilizar o curso, destacando a importância da capacitação que deve promover a integração e a troca de experiências entre os órgãos participantes, propiciando a organização do Estado no combate ao crime organizado. "O combate à corrupção é um grande desafio para as instituições que apuram, investigam e julgam os casos, sendo assim, acredito que o curso será de extrema importância nas instruções das investigações necessárias para o enfrentamento da criminalidade organizada", destacou Paiva.

Para o diretor-geral da ACADEPOL-MA, delegado Breno Galdino, o treinamento nessa área é fundamental para promover a integração entre as instituições públicas, fortalecendo assim a investigação contra esse tipo de crime, produzindo resultados eficazes para a sociedade", afirmou.

O curso que segue até a próxima sexta-feira (26), acontece no auditório da Secretaria de Estado da Fazenda(SEFAZ), no bairro do Calhau, em São Luís.

Site: https://oprogressonet.com/noticia/31518/policia-civil-do-maranhao-realiza-curso-do-programa-nacional-para-combate-a-corrupcao

Iracema Vale fala de potencialidades e protagonismo feminino em Fórum de Políticas Públicas para Mulheres

A presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputada Iracema Vale (PSB), participou, na manhã desta quarta-feira (24), do Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, promovido pela Secretaria de Estado da Mulher (Semu), no Multicenter Sebrae. O evento contou com a presença da ministra da Mulher, Aparecida Gonçalves.

"Hoje, nesse grande encontro, temos a oportunidade de discutir políticas capazes de garantir que cada vez mais mulheres consigam atingir suas potencialidades, protagonizar suas vidas e nos espaços por elas ocupados", afirmou Iracema Vale.

A iniciativa faz parte das atividades desenvolvidas pelo Governo do Maranhão para promover a troca de experiências e conhecimentos acerca das demandas específicas de cada município do Estado, visando à construção de políticas concretas que possam transformar a realidade das mulheres maranhenses.

Em pronunciamento, a parlamentar também lembrou que, pela primeira vez, em 188 anos, a Assembleia Legislativa do Estado possui uma mulher à frente da presidência, bem como também consolidou a maior bancada feminina da história do Parlamento maranhense ao eleger 12 deputadas estaduais.

"Nós fizemos história elegendo a primeira mulher presidente. E ter uma voz feminina no comando é também sobre ter vez. Além disso, 12 mulheres foram eleitas e as vozes dessas deputadas estão ecoando muitas outras. A representatividade feminina é fundamental para o exercício da democracia e continuaremos, juntas, lutando pelas maranhenses", salientou.

Estiveram presentes, ainda, as deputadas estaduais Daniella (PSB), Solange Almeida (PL), Andréia Rezende (PSB), Ana do Gás (PCdoB), Cláudia Coutinho (PDT), Dra. Viviane (PDT), Janaína Ramos (Republicanos), Edna Silva (Patriotas), além dos deputados Roberto Costa (MDB), Ricardo Arruda (MDB), Ricardo Rios (PCdoB) e Davi Brandão (PSB).

Reflexões

Segundo a ministra da Mulher, Aparecida Gonçalves, a programação do evento irá trazer importantes reflexões sobre as políticas públicas voltadas para as mulheres e a sua implementação em níveis locais, estaduais e nacionais, principalmente as que visam à autonomia econômica, geração de renda, o combate ao feminicídio e o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

"O grande desafio no Brasil, não só no Maranhão, é dar conta de criar uma cura, onde as pessoas se respeitem e onde sejam valorizadas em todos os espaços, principalmente as mulheres. Nós precisamos reconstruir o Brasil e formar uma nova cultura para acabar com o feminicídio", acrescentou a ministra.

Intercâmbio

A secretária de Estado da Mulher, Abigail Cunha, ressaltou que haverá painéis com palestrantes renomadas na área, durante os dois dias de evento. "A ideia é articular e mobilizar, junto ao Governo Federal, intercâmbios e agendas coletivas, a fim de fortalecer a defesa e a valorização das mulheres em todo o país", frisou.

Também marcaram presença no evento a senadora Eliziane Gama (Cidadania); a Subdefensora-Geral do Estado, Cristiane Marques; a vereadora Karla Sarney (PSD), representando a Câmara Municipal; o **procurador-geral** de Justiça, **Eduardo Nicolau**; e a prefeita de Buriti Bravo, Luciana Leocádio (PCdoB), representando a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem).

Site: http://www.al.ma.leg.br/../noticias/47425

Processo judicial movido pelo Ministério Público contra o aumento abusivo da conta de água em Codó

Marcelo Rodrigues, José Santos e Matheus Monteiro

A mais recente movimentação do processo judicial movido pelo **Ministério Público** contra o aumento abusivo da conta de água em Codó, processo este iniciado em 13 de abril, mostra um despacho da juíza que julgará o caso.

Tags: **MPMA**, processo, aumento, conta de água.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/24/RDIOMIRANTEAM600SOLUSMA-11.14.10-11.17.22-1684941919.mp3

MPMA propõe ação por falta de medicamentos nas unidades de saúde

O **Ministério Público do Maranhão** ajuizou Ação Civil Pública, em 14 de maio, contra o Município de Alcântara, requerendo, como medida liminar, o fornecimento, no prazo de 72 horas, de todos os medicamentos e insumos indispensáveis ao regular funcionamento dos estabelecimentos de saúde existentes na sede e no interior do município. A manifestação foi ajuizada pelo **promotor de justiça** Raimundo Nonato Leite Filho. Em caso de descumprimento, foi sugerido o pagamento de multa diária no valor de R$ 10 mil. IRREGULARIDADES Em 2022, ao tomar conhecimento dos problemas existentes nas unidades de saúde de responsabilidade municipal, especialmente a falta de remédios, insumos e materiais de higiene e limpeza, o **MPMA** solicitou vistoria à Superintendência de Vigilância Sanitária Municipal. O relatório referente à inspeção, realizada no dia 20 de janeiro de 2022, no Hospital Municipal Dr. Neto Guterres, e das vistorias nas Unidades Básicas de Saúde, confirmou as denúncias anteriormente encaminhadas à **Promotoria de Justiça** de Alcântara.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/24/RDIOEDUCADORAAM560SOLUSMA-08.36.34-08.40.22-1684933666.mp3

MPMA requer delegado, escrivão e agentes da polícia civil para município de Pasto dos bons

Arimatéia Júnior

Em Pastos dos bons, o **MPMA** requer que delegado, escrivão e agentes da polícia civil seja direcionados para o município.

Tags: **MPMA**, polícia civil

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/24/RDIONATIVAFM995IMPERATRIZMA-08.17.54-08.18.12-1684947666.mp3

Promotor de Justiça mantém denúncia de nepotismo na prefeitura e cobra solução

Marjorie Sara Sampaio de Sousa

Imperatriz, MA - O **promotor de Justiça** Thiago Pires, representante da Promotoria de Saúde do **Ministério Público do Maranhão**, anunciou que manterá a denúncia de nepotismo contra a prefeitura municipal de Imperatriz. De acordo com o promotor, a administração pública conta com mais de 11 mil funcionários e precisa passar por um processo de enxugamento para reduzir os gastos com folha de pagamento.

Thiago Pires cobra que o município obedeça à ordem judicial e identifique os casos de nepotismo, a fim de desocupar os cargos ocupados por parentes. Além disso, o promotor afirmou que a recontratação de duas mulheres com vínculos de parentesco com parlamentares de alto escalão será investigada como possível improbidade administrativa.

Em relação a uma recente ação judicial, o **Promotor de Justiça** da Saúde de Imperatriz, Dr. Thiago de Oliveira, comentou sobre o bloqueio de R$ 4 milhões dos cofres municipais. Esse bloqueio foi resultado do descumprimento da ordem judicial, que exigia, principalmente, o pagamento de prestadores de serviços do Socorrão, a retomada do funcionamento dos equipamentos de raio-x e tomografia, além da apresentação de um plano para a prestação de contas na área da saúde.

O promotor reiterou o compromisso do **Ministério Público** em fazer valer a decisão judicial e afirmou que encaminhará o caso aos promotores responsáveis para apuração do crime de desobediência de ordem judicial, bem como para a responsabilização por ato de improbidade administrativa.

Diante desses fatos, fica evidente a necessidade de uma atuação rigorosa por parte do **Ministério Público** para garantir a transparência e a eficiência na administração pública de Imperatriz. O combate ao nepotismo e a exigência do cumprimento das determinações judiciais são elementos fundamentais para o fortalecimento do Estado de Direito e o bom funcionamento das instituições democráticas.

Site: https://imperatriz.online/noticias-assinante/promotor-de-justica-mantem-denuncia-de-nepotismo-na-prefeitura-e-cobra-solucao/2023/05/24/

Iracema Vale fala de potencialidades e protagonismo feminino em Fórum de Políticas Públicas para Mulheres

Aquiles Emir

A presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputada Iracema Vale (PSB), participou, na manhã desta quarta-feira (24), do Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, promovido pela Secretaria de Estado da Mulher (Semu), no Multicenter Sebrae. O evento contou com a presença da ministra da Mulher, Aparecida Gonçalves.

"Hoje, nesse grande encontro, temos a oportunidade de discutir políticas capazes de garantir que cada vez mais mulheres consigam atingir suas potencialidades, protagonizar suas vidas e nos espaços por elas ocupados", afirmou Iracema Vale.

A iniciativa faz parte das atividades desenvolvidas pelo Governo do Maranhão para promover a troca de experiências e conhecimentos acerca das demandas específicas de cada município do Estado, visando à construção de políticas concretas que possam transformar a realidade das mulheres maranhenses.

Em pronunciamento, a parlamentar também lembrou que, pela primeira vez, em 188 anos, a Assembleia Legislativa do Estado possui uma mulher à frente da presidência, bem como também consolidou a maior bancada feminina da história do Parlamento maranhense ao eleger 12 deputadas estaduais.

"Nós fizemos história elegendo a primeira mulher presidente. E ter uma voz feminina no comando é também sobre ter vez. Além disso, 12 mulheres foram eleitas e as vozes dessas deputadas estão ecoando muitas outras. A representatividade feminina é fundamental para o exercício da democracia e continuaremos, juntas, lutando pelas maranhenses", salientou.

Estiveram presentes, ainda, as deputadas estaduais Daniella (PSB), Solange Almeida (PL), Andréia Rezende (PSB), Ana do Gás (PCdoB), Cláudia Coutinho (PDT), Dra. Viviane (PDT), Janaína Ramos (Republicanos), Edna Silva (Patriotas), além dos deputados Roberto Costa (MDB), Ricardo Arruda (MDB), Ricardo Rios (PCdoB) e Davi Brandão (PSB).

Reflexões - Segundo a ministra da Mulher, Aparecida Gonçalves, a programação do evento irá trazer importantes reflexões sobre as políticas públicas voltadas para as mulheres e a sua implementação em níveis locais, estaduais e nacionais, principalmente as que visam à autonomia econômica, geração de renda, o combate ao feminicídio e o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

"O grande desafio no Brasil, não só no Maranhão, é dar conta de criar uma cura, onde as pessoas se respeitem e onde sejam valorizadas em todos os espaços, principalmente as mulheres. Nós precisamos reconstruir o Brasil e formar uma nova cultura para acabar com o feminicídio", acrescentou a ministra.

Intercâmbio - A secretária de Estado da Mulher, Abigail Cunha, ressaltou que haverá painéis com palestrantes renomadas na área, durante os dois dias de evento. "A ideia é articular e mobilizar, junto ao Governo Federal, intercâmbios e agendas coletivas, a fim de fortalecer a defesa e a valorização das mulheres em todo o país", frisou.

Também marcaram presença no evento a senadora Eliziane Gama (Cidadania); a Subdefensora-Geral do Estado, Cristiane Marques; a vereadora Karla Sarney (PSD), representando a Câmara Municipal; o **procurador-geral** de Justiça, **Eduardo Nicolau**; e a prefeita de Buriti Bravo, Luciana Leocádio (PCdoB), representando a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem).

Site: https://maranhaohoje.com/politica/iracema-vale-fala-de-potencialidades-e-protagonismo-feminino-em-forum-de-politicas-publicas-para-mulheres/

Nivaldo deixa Alcântara zerada mesmo com receita de mais de R$ 70 milhões

Equipe MV

Nesses últimos meses a gestão de Nivaldo Araújo em Alcântara tem sido alvo de várias ações por parte do **Ministério Público do Maranhão** que inclusive já pediu a condenação do prefeito e mais 10 vereadores locais por diversas irregularidades e atos de improbidade. Uma se refere ao pagamento ilegal de verbas indenizatórias por uma sessão extraordinária na Câmara Municipal, realizada no dia 13 de setembro do ano passado.

Convocada pelo prefeito, a sessão apreciou o Projeto de Lei n° 12/2022, que dispõe sobre o instrumento de avaliação de mérito e desempenho dos candidatos à direção das unidades da rede municipal de ensino. A Câmara de Vereadores recebeu da Prefeitura de Alcântara o valor de R$ 16.875,00 para realizar o pagamento das verbas indenizatórias aos vereadores pela participação na sessão. O pagamento foi efetuado sob a rubrica de diárias.

Mas os problemas não param por aí. As deficiências no serviço de iluminação pública de Alcântara também foram denunciadas na Justiça pelo **MPMA**. Na Ação Civil Pública (ACP) ajuizada pelo titular da **Promotoria de Justiça** local, Raimundo Nonato Leite Filho foi solicitada urgência na regularização dos serviços por parte da prefeitura sob pena de multa.

Em outra Ação, o Município pode ser condenado se não passar a fornecer medicamentos e insumos e materiais de higiene e limpeza indispensáveis de forma regular no Hospital Dr. Neto Guterres, na Unidade Mista de Saúde e em todas as Unidades Básicas de Saúde existentes na sede e no interior de Alcântara, caso contrário o prefeito Nivaldo Araújo deverá pagar multa diária no valor de R$ 10 mil.

Não bastasse a falta de remédios, na farmácia do Hospital Dr. Neto Guterres não há climatização adequada, porque o ar condicionado não funciona, conforme constatado pelo **MPMA**. Diante de tanto caos, a reportagem do site buscou informações no portal da transparência do município onde verificou os seguintes dados:

Em Receitas Acumuladas - Transferências da União - Exercício 2023 , consta que o município de Alcântara recebeu valores que somam mais de R$ 60 milhões. Em Transferências do Estado, tem pouco mais de R$ 5 milhões. E no Geral somam mais de R$ 79 milhões, somente de 1º Janeiro de 2023 até a data de hoje, 23 de maio.

Site: https://maranhaodeverdade.com.br/nivaldo-deixa-alcantara-zerada-mesmo-com-receita-de-mais-de-r-70-milhoes/

Promotoria investiga suspeita de manipulação de dados no atendimento pós-COVID na gestão de Vanessa Maia em Pedreiras

O **Ministério Público do Estado do Maranhão**, por meio da Promotora de Justiça Marina Carneiro Lima de Oliveira, abriu um inquérito civil para apurar possíveis irregularidades na prestação de assistência médica aos pacientes do pós-COVID na gestão de Vanessa Maia, no município de Pedreiras, no Maranhão.

De acordo com a portaria, o objetivo do inquérito é averiguar as denúncias relacionadas ao número informado ao Sistema Único de Saúde (SUS) em relação à prestação de assistência médica pós-COVID em Pedreiras. A notícia que gerou a investigação foi veiculada em um site de notícias e apontou que o município teria realizado um número excessivo de terapias de reabilitação no período de janeiro a agosto deste ano, em comparação com a quantidade de habitantes e casos de COVID registrados na região.

Segundo dados do SUS, os atendimentos pós-COVID registrados em Pedreiras correspondem a quase nove sessões para cada habitante e 21 sessões para cada caso da doença na cidade. Além disso, a administração local recebe automaticamente um valor por cada atendimento relatado ao SUS, o que levanta suspeitas sobre possíveis irregularidades.

Diante dessas informações, a promotora de justiça Marina Carneiro Lima de Oliveira determinou uma série de medidas iniciais para dar andamento ao inquérito. Entre elas, destaca-se a expedição de ofícios ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA) e ao AUDSUS (antigo Denasus) para solicitar informações atualizadas sobre os procedimentos de auditoria relacionados aos recursos da saúde no município de Pedreiras, especialmente no que diz respeito às reabilitações pós-COVID, onde há indícios de fraude.

Além disso, o **Ministério Público** solicitou informações atualizadas ao **Ministério Público** Federal (MPF) sobre a Notícia de Fato nº 1.19.000.002181/2022-03, bem como compartilhamento de documentos e provas que possam subsidiar a investigação. O MP de Contas também foi informado sobre a instauração do procedimento administrativo.

Outra medida adotada foi o envio de ofícios ao **Procurador Geral** de Justiça do Estado do Maranhão e às Coordenadoras dos Centros de Apoio da Saúde e da Probidade Administrativa do **MPMA**, a fim de informá-los sobre a abertura do inquérito e enviar uma cópia da portaria.

Além disso, o Ministério da Saúde foi notificado sobre a investigação, com o envio de uma cópia da portaria, solicitando que adote ações que estiverem ao seu alcance e que entender cabíveis no sentido de acompanhar e fiscalizar a aplicação das verbas públicas federais repassadas ao município.

Desde o início da pandemia, a gestão de Vanessa Maia à frente da prefeitura de Pedreiras, já foi alvo de duas operações da Polícia Federal: Operação Arrivismo e a Operação Tira-Dente, ambas relacionadas a corrupção na área da saúde. Em novembro de 2022, após uma matéria da Revista Piauí, onde o município ficou conhecido como "A cidade mais banguela do Brasil", a Polícia Federal fez uma operação afim de esclarecer as extrações de dentro que foram realizadas pelo município.

Ao todo, Pedreiras, cidade com 39 mil habitantes, informou ao Sistema Único de Saúde (SUS) que em 2021, realizou 540,6 mil extrações de dentes, porém para chegar a esse número exorbitante, cada morador de Pedreiras teria que ter arrancado 14 dentes, quantidade quatro vezes maior do que as extrações de dentes realizadas na São Paulo, por exemplo.

Agora, o MP do Maranhão investiga a inserção dos dados falsos no SUS para o tratamento de paciente pós-COVID. O prazo para conclusão das investigações é de 1 ano.

Site: https://folhadomaranhao.com/2023/05/promotoria-investiga-suspeita-de-manipulacao-de-dados-no-

atendimento-pos-covid-na-gestao-de-vanessa-maia-em-pedreiras/

Audiências concentradas nas instituições de acolhimento terminam nesta sexta (26)

O juiz da 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, José Américo Abreu Costa, está realizando durante toda esta semana audiências concentradas nas instituições que acolhem crianças e adolescentes na capital, com a participação de todos os atores da rede de proteção infantojuvenil. As audiências vão até sexta-feira (26) e, além do acolhimento institucional, também são analisados os processos de medidas protetivas das crianças em acolhimento familiar.

As audiências ocorrem na Casa da Criança Menino Jesus, Casa Sonho de Criança, Lar de José, Abrigo Luz e Vida, Pouso Obras Sociais, Casa Acolher e Amar e Casas-Lar Calábria. Nos locais que não possuem estrutura física para as audiências, elas são realizadas na 1ª Vara da Infância e Juventude, no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). Participam os defensores Públicos Davi Rafael Silva Veras e Ana Lorena Moniz Costa; os promotores de Justiça Rosalvo Bezerra de Lima Filho e Márcio Thadeu Silva Marques; as equipes técnicas do **Ministério Público** e Defensoria, da Vara da Infância, da Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS) e das instituições de acolhimento.

Realizadas semestralmente - maio e novembro - com reavaliações trimestrais, as audiências concentradas seguem o Provimento nº 118/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Portaria Conjunta nº 15/2022 da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão (CIJ-TJMA). A medida visa a atualização da situação processual e pessoal das crianças e adolescentes atendidos por programas de acolhimento familiar ou institucional.

Conforme o juiz José Américo Abreu o objetivo das audiências concentradas é reavaliar a situação jurídica e psicossocial da criança e do adolescente, com a finalidade de discutir conjuntamente a situação processual de cada caso de forma individualizada. É avaliada cada uma das medidas protetivas de acolhimento, diante do seu caráter excepcional e provisório. A partir dos estudos técnicos realizados, o magistrado determina a manutenção do acolhimento ou o retorno daquela criança à sua família de origem ou família acolhedora. Se esgotadas as possibilidades de reinserção familiar, pode ser determinada a inclusão do acolhido no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) para busca de família substituta, seja pela adoção ou guarda.

Nas audiências concentradas desta semana (22 a 26 de maio) serão analisados 52 processos. Atualmente há 87 crianças e adolescentes em acolhimento institucional e uma criança em acolhimento familiar, segundo dados da 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís. Há grupos de irmãos e crianças e adolescentes oriundos de outras comarcas, que estão acolhidos em instituições na capital e a responsabilidade da análise processual desses casos é da comarca de origem.

A equipe técnica da 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís que participa das audiências concentradas é formada por Januária Aires (psicóloga), Amelici Rego (pedagoga) e Ana Cláudia Nepomuceno (assistente social). As audiências envolvem todos os atores da rede de proteção infantojuvenil para buscar o melhor interesse para crianças e adolescentes, bem como é uma importante ferramenta para reavaliar a situação deles, visando diminuir o tempo na instituição ou verificando a qualidade no acolhimento deles.

Núcleo de Comunicação do Fórum de São Luís

Site:
http://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/510202/audiencias-concentradas-nas-instituicoes-de-acolhimento-terminam-nesta-sexta-26

Em Carutapera, Airton Marques busca autorização para contratar empréstimo de R$ 30 milhões

Equipe MV

Vai tramitar na câmara de vereadores de Carutapera, localizado na região de planejamento do gurupi, um projeto de lei do executivo que autoriza a administração municipal a contratar operação de crédito com a caixa econômica federal, no valor de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), no âmbito do programa FINISA - financiamento à infraestrutura e ao saneamento.

Caso seja autorizado pelo legislativo, a caixa econômica federal irá analisar as condições financeiras do município para definir qual o valor máximo que o município poderá contratar no empréstimo.

De acordo com denúncias que chegaram ao Maranhão de Verdade, a população de Carutapera está a mercê dos desmandos do prefeito e vereadores da situação que desafiam o **Ministério Público** Estadual.

Cadê Agenor?

Site: https://maranhaodeverdade.com.br/em-carutapera-airton-marques-busca-autorizacao-para-contratar-emprestimo-de-r-30-milhoes/

Vereador Evimar Barbosa analisa documento e denuncia reajuste abusivo do SAAE de Codó

Jeferson Abreu

O vereador Evimar Barbosa utilizou seu tempo na Tribuna da Câmara nesta terça-feira, 23 de maio, durante a 14ª Sessão Ordinária, para analisar e contestar um relatório do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) que chegou a Câmara, a pedido do colega de vereança Leonel Filho. O parlamentar, que também é engenheiro sanitarista e especialista em saneamento básico, analisou, parágrafo a parágrafo, o documento e revelou uma série de inconsistências e irregularidades nas justificativas para os reajustes nas contas de água feitas pela autarquia.

Manobras e reajustes acima de inflação

O vereador falou de informações ocultadas no relatório, como o reajuste de 2021, e também analisou os talões de contas de usuários do serviço, constatando o que chamou de uma manobra usada pela autarquia para deixar o consumo de água mais caro até para a faixa dos mais pobres, aqueles que consomem na casa dos 20 metros cúbicos/mês. O edil mostrou que, enquanto a inflação de 2021 a março de 2023 foi de 20,37%, o reajuste total na conta de água chegou a 32,92%,

"O relatório falta com a verdade, pois diz que no período de três anos, de 2012 à 2023 houve apenas dois reajustes. O que não é verdade, pois constatamos três reajustes nas contas analisadas, incluindo o reajuste de julho de 2021, de 8,10%, de março de 2022, de 6,95% e no mês de março de 2023, ouçam e pasmem, um reajuste de 19,96%, enquanto que a inflação do período, no caso de ano anterior, foi de 5,79%. Foi feita uma manobra para prejudicar o usuário. Se o dispositivo direto na faixa for acionado e provocar um aumento acima da inflação, esse reajuste tem que passar pela câmara para ser aprovado", revelou.

Reajuste Progressivo X Direto Na Faixa

Evimar Barbosa, que já foi diretor do SAAE, explicou de forma bem clara a diferença sobre os dois tipos de reajustes e seus efeitos no bolso do consumidor. De acordo com o vereador, o justo seria aplicar o chamado reajuste progressivo, mas o que a autarquia fez foi 'aplicar direto na faixa", fato que aumenta, significativamente, o resultado que aparece na conta que chega à casa do consumidor codoense.

Como exemplo na casa dos mais pobres citou que uma conta que seria de pouco mais de 30 reais sobe para R$ 42,76 quando a aplicação do reajuste é direto na faixa, como defendeu que vem ocorrendo. "O reajuste progressivo é aquele que funciona desta forma: Quem consome 20 metros cúbicos mês pagaria os primeiros 15 metros cúbicos a R$ 1,80 e o restante (de 16 a 20 metros cúbicos) pagaria R$ 2,03. O QUE É APLICAR NA FAIXA? é pegar os 20 metros cúbicos e multiplicar pelo total de R$ 2,03", pontuou.

'Olha como fica a diferença, se eu usasse a tabela progressiva o consumidor de 20 metros cúbicos mês pagaria uma conta de R$ 35, 52, se for aplicado direto na faixa essa conta passa para R$ 42,76. Então, foi um aumento acima da inflação porque primeiro eles aplicaram o reajuste e, depois, mudaram de faixa, por isso que gerou um aumento acima da inflação de 19,87%", explicou Evimar

Justificativa infundada

Evimar criticou uma justificativa do relatório na parte do 'CONSIDERANDO" (parte introdutória deste tipo de documento oficial). Nela o SAAE escreveu, de acordo com o vereador, que 'considerando o fato de que tem uma inadimplência de R$ 466.127,00, ou seja, contas a receber, isso justifica o reajuste que deu apenas duas vezes e não três como defende inclusive o **Ministério Público** na Justiça.

"Pasmem, disseram aqui que ainda temo uma inadimplência de, em março, de R$ 466.127,00. Ora, você justificar um aumento acima da inflação porque na companhia há uma inadimplência, é falta de gestão, é como se você punisse - como tem algumas pessoas que não pagam eu vou aumentar o valor da conta daqueles que pagam, olha a lógica que eles utilizaram aqui. Não consegue, se você aumenta (o valor) você aumenta, inclusive, a inadimplência", criticou o vereador

Site: https://www.codonoticias.com.br/2023/05/vereador-evimar-barbosa-analisa-documento-e-denuncia-reajuste-abusivo-do-saae-de-codo/

MP abre investigação contra Luciano Genésio após denúncias de moradores de Pinheiro

Equipe MV

O atual mandatário do município de Pinheiro, João Luciano da Silva Soares, conhecido no meio político como Luciano Genésio, do PDT, está sob investigação após denúncias dos moradores do município sobre suposta omissão em relação à atuação da empresa DB Construções e Empreendimento.

O **MPMA** - **Ministério Público do Estado do Maranhão** está conduzindo um procedimento administrativo preparatório de inquérito civil para dar continuidade às diligências e apurar as possíveis omissões por parte do Poder Público Municipal e da referida empresa.

O foco da investigação é a construção de um sistema de drenagem adequado e suficiente para solucionar os constantes alagamentos nas residências dos moradores da Rua Padre Newton Pereira, no bairro Fomento, em Pinheiro. A falta de um sistema eficiente de drenagem tem causado transtornos e prejuízos aos moradores, que enfrentam inundações frequentes.

O prefeito Luciano Genésio terá que prestar esclarecimentos e apresentar as informações solicitadas pelo **Ministério Público** durante o andamento do inquérito civil.

Site: https://maranhaodeverdade.com.br/mp-abre-investigacao-contra-luciano-genesio-apos-denuncias-de-moradores-de-pinheiro/

Polícia Civil do Maranhão realiza curso do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro

ASCOM PC/MA

Foto : Imagem da solenidade de abertura do Curso de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro.(Ascom-PCMA)

ASCOMPC/MA

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por meio da Polícia Civil do Maranhão(PC-MA), iniciou, na manhã desta terça-feira(23), o Curso de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro.

O curso faz parte do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD) que surgiu em cumprimento à meta nº 25 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) 2004, com o objetivo de criar um plano integrado de capacitação e treinamento de agentes públicos e de orientação à sociedade, otimizando a utilização de recursos públicos e disseminando uma cultura de prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro no Brasil.

Atualmente o Programa é um dos eixos de atuação[2] da Coordenação-Geral de Articulação Institucional (CGAI) do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), vinculado à Secretaria Nacional de Justiça (SENAJUS) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

No Maranhão, a capacitação que está sendo promovida pela Polícia Civil do Maranhão, por intermédio da Academia de Polícia Civil do Maranhão (ACADEPOL-MA), conta com as participações de delegados , escrivães e investigadores da PC-MA, de representantes do **Ministério Público**, Polícia Militar do Maranhão , Perícia Oficial do Maranhão, Corpo de Bombeiros do Maranhão, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Agência Brasileira de Inteligência (ABIN),Secretaria de Estado de Segurança, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Eleitoral e Secretaria de Estado de Fazenda.

A solenidade de abertura do curso contou com as presenças do delegado-geral da PC-MA, Jair Paiva; o delegado-geral operacional da PC-MA, Lúcio Reis ; o delegado-geral administrativo da PC-MA, Alessandro Gomes ; o diretor do Centro de Inteligência da SSP-MA , Luís Jorge ; o diretor-geral da ACADEPOL-MA, Breno Galdino ; o representante do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica (DRCI), Rodrigo Sagastume e juíza de direito da 7ª Vara Criminal de São Luís , Stela Pereira Muniz Braga.

Em seu breve discurso, o delegado-geral Jair Paiva, agradeceu ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por disponibilizar o curso, destacando a importância da capacitação que deve promover a integração e a troca de experiências entre os órgãos participantes, propiciando a organização do Estado no combate ao crime organizado. "O combate à corrupção é um grande desafio para as instituições que apuram, investigam e julgam os casos, sendo assim, acredito que o curso será de extrema importância nas instruções das investigações necessárias para o enfretamento da criminalidade organizada", destacou Paiva.

Para o diretor-geral da ACADEPOL-MA, delegado Breno Galdino, o treinamento nessa área é fundamental para promover a integração entre as instituições públicas, fortalecendo assim a investigação contra esse tipo de crime, produzindo resultados eficazes para a sociedade", afirmou.

O curso que segue até a próxima sexta-feira (26), acontece no auditório da Secretaria de Estado da Fazenda(SEFAZ), no bairro do Calhau, em São Luís.

Site: https://www.policiacivil.ma.gov.br/policia-civil-do-maranhao-realiza-curso-do-programa-nacional-de-capacitacao-e-treinamento-para-o-combate-a-corrupcao-e-a-lavagem-de-dinheiro/

Malharia registrada em condomínio de luxo na capital ganha ata milionária em São Francisco do Maranhão

Equipe MV

A prefeitura de São Francisco do Maranhão, localizada no sertão maranhense, na gestão do atual mandatário do município, Adelbarto Rodrigues Santos, pretende gastar cifra milionária para prestação de serviços de confecção de fardamentos, conforme constante no edital e seus anexos, conforme consta neste edital e seus anexos, para atender a demanda do órgão participante, especificados no edital do pregão eletrônico Nº 011/2023 - CPL/PMSDM, que passa a fazer parte desta ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes vencedoras, conforme consta nos autos do processo administrativo nº 97/2023.

A empresa vencedora do registro de preço foi a Lana Leticia Araújo Sousa com o CNPJ nº 39.513.345/0001-84 no valor de R$ 1.125.850,00 (um milhão e cento e vinte e cinco mil e oitocentos e cinquenta reais). A firma Lana Leticia Araújo Sousa, foi criada em 2020, cujo o nome fantasia é Lisbelle - Moda Feminina é registrada no mesmo endereço onde a proprietária reside, um apartamento luxuoso residencial na Avenida Dos Holandeses, Edifício Acqua Bella, Apt. 202 E Gr. 124/G2, no bairro Ponta D'areia na capital maranhense, portanto, claramente uma empresa apenas de fachada.

São Francisco do Maranhão é um município com pouco mais de 35 mil habitantes. A ata de registro de preço foi assinado no dia 23 de maio deste ano e tem validade de 12 (doze) meses, conforme publicado no diário oficial. O contratro foi assinado pelo secretario municipal de saúde, Clodomir Gomes da Silva Junior.

Enquanto a cidade vive um grande caos, em diversos meios básicos, o dinheiro público vem sendo destinado a grandes fraudes e povo do município vem perecendo de muitas coisas. Os meios competentes, **ministério público** e câmara municipal, tem que tomar ciência do que vem ocorrendo no município e uma atitude tem que ser tomada.

Site: https://maranhaodeverdade.com.br/malharia-registrada-em-condominio-de-luxo-na-capital-ganha-ata-milionaria-em-sao-francisco-do-maranhao/

Promotorias Distritais garantem mais de 400 vagas em escolas municipais

omaranhense

Os titulares das Promotorias de Justiça Distritais da Cidadania de São Luís participaram, no último dia 12, de uma reunião com a Secretaria Municipal de Educação (Semed), na qual foram apresentados números sobre as demandas apresentadas pelas Promotorias a respeito da falta de vagas em escolas da rede municipal de ensino.

De um total de 445 vagas demandadas, foram atendidas, de acordo com a Semed, 404 solicitações. Nos polos Centro (24 vagas), Cohatrac (25), Coroadinho (24) e Cidade Operária (63), todas as vagas foram garantidas.

A Promotoria Distrital da Divineia solicitou 49 vagas, das quais cinco ainda estão pendentes; na zona rural permanecem seis pendências; e no Itaqui-Bacanga, das 127 solicitações, ainda restam 30 em aberto.

Na avaliação do titular da Promotoria Distrital da Cidade Operária, Joaquim Júnior, os avanços obtidos são resultado de uma atuação conjunta das Promotorias junto ao poder público. "A atuação das distritais na busca por vagas escolares se mostra bastante exitosa. Intensificamos o diálogo, sem recorrer à judicialização, tratando o problema como complexo e estrutural, no sentido de se planejar formas de não deixar nenhuma criança fora da escola", avaliou.

De acordo com o titular da **Promotoria de Justiça** Distrital do Centro, Marco Aurélio Ramos Fonseca, além das demandas de vagas apresentadas ao Município, atendidas em 100%, também foram totalmente acolhidos os pedidos de vagas em escolas da rede estadual apresentados à Promotoria.

Para o **procurador-geral** de justiça, **Eduardo Nicolau**, a garantia de vagas nas escolas para crianças é uma demonstração concreta da importância das Promotorias de Justiça Distritais da Cidadania. "O nosso objetivo ao aproximar os promotores de justiça das comunidades foi esse, de que eles pudessem atuar de forma mais ágil e direta na garantia dos direitos fundamentais. Toda criança tem o direito à educação e, mais que isso, precisa estar na escola. Garantimos esse direito a 400 crianças e vamos avançar mais, entregando cada vez mais resultados à população", garantiu.

Site: https://omaranhense.com/promotorias-distritais-garantem-mais-de-400-vagas-em-escolas-municipais/

Janaína Ramos coordena seminário sobre enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes

A deputada Janaína Ramos (Republicanos) coordenou, na tarde desta terça-feira (23), o I Seminário Maio Laranja - O Maranhão no Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes , abrindo um amplo leque de discussões com vários setores da sociedade em torno dessa prática delituosa.

"Os dados são alarmantes e torna-se imperativo uma verdadeira cruzada contra esse tipo de crime. Dados da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) apontam que, somente este ano, foram registrados 41 casos em São Luís e São José de Ribamar e 15 em Imperatriz", acrescentou.

A parlamentar disse, ainda, que a maioria dos episódios acontece dentro do ambiente familiar. "São parentes, padrastos e, em alguns casos, até mesmo pais biológicos que abusam sexualmente dos filhos", destacou a deputada, afirmando ser necessário fortalecer a rede de proteção à criança e ao adolescente em todo o Maranhão.

Durante o seminário, foram realizadas palestras, proferidas por Linete Nascimento, assistente social e perita, e pelos psicólogos e peritos Alecxander Carvalho e Richardson Gomes, todos integrantes do Instituto de Perícias para Crianças e Adolescentes (IPCA), órgão vinculado à Secretaria de Segurança do Estado.

Os três fizeram exposição de números, avaliação de situações e destacaram que o combate à violência sexual contra a criança no Maranhão tem de ser reforçado, necessitando de aglutinação de forças de todos os órgãos envolvidos nessa luta.

O **promotor de Justiça** Glaudson Malheiros também destacou a importância de se fortalecer o sistema de proteção à criança e ao adolescente no Maranhão.

O deputado Wellington do Curso (PSC) parabenizou a iniciativa da deputada Janaína e lembrou que há uma lei, de sua autoria, de número 11.135, de 2019, que instituiu a Semana Estadual de Proteção à Criança e à Adolescência no Estado do Maranhão.

Caso Aracelli

A mobilização pelo dia 18 de maio, que marca o Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Criança e Adolescente foi instituído pela Lei Federal 9.970/200, em memória da menina Aracelli Crespo, de 8 anos, que em 1973 foi sequestrada, abusada sexualmente e assassinada na cidade de Vitória, no Espírito Santo.

Também estavam presentes os deputados Wellington do Curso (PSC), Rildo Amaral (PP), Drª Viviane (PDT), Fernando Braide (PSC) e Júlio Mendonça (PC do B), além do vereador Ribeiro Neto (Patriota), 2° vice-presidente da Câmara Municipal de São Luís.

Site: http://www.al.ma.leg.br/../noticias/47415

MPMA requer delegado, escrivão e agentes da Polícia Civil para o município de Pastos Bons

O **Ministério Público do Maranhão** ajuizou, em 23 de maio, Ação Civil Pública requerendo, tanto como medida liminar quanto pedido final, que a Justiça obrigue o Estado do Maranhão a lotar e manter, no município de Pastos Bons, um delegado de Polícia, um escrivão e dois agentes de Polícia Civil. A manifestação foi assinada pelo **promotor de justiça** Hélder Ferreira Bezerra.

Também foi requerida a requalificação das instalações prediais da Delegacia de Polícia Civil de Pastos Bons, além da destinação de mobiliário e equipamentos necessários para as atividades dos servidores do estabelecimento, ou a relocação de outro prédio desde que adequado aos serviços de polícia judiciária, no prazo de três meses.

De acordo com o **promotor de justiça**, desde 2019 não há delegado, escrivão e agente de polícia civil lotados no município, ficando a segurança pública da cidade sob responsabilidade unicamente da Polícia Militar. As investigações de crimes de toda natureza estão sendo feitas por delegados de outras circunscrições.

"Por conta dessa realidade, especialmente a ausência de delegado de polícia, fica inviável a conclusão das centenas de procedimentos policiais em tempo hábil, principalmente a apuração de atos infracionais, cujo prazo de prescrição é bastante reduzido em relação aos demais e crimes de violência doméstica que, pelo elevado número e gravidade, têm repressão deficiente", afirmou Hélder Bezerra, na ação.

Site: https://oprogressonet.com/noticia/31499/mpma-requer-delegado-escrivao-e-agentes-da-policia-civil-para-o-municipio-de-pastos-bons

Tribunal impede bloqueio de valores de Água Doce do Maranhão

A 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão manteve decisão do Juízo da 1ª Vara de Araioses, que indeferiu o pedido de indisponibilidade de bens com bloqueio de valores referentes ao Fundo de Participação dos Municípios de Água Doce do Maranhão, em razão da ausência dos requisitos para concessão da tutela de urgência.

O entendimento do órgão colegiado do TJMA é de que, em que pese a comprovação do débito executado, no valor de R$ 2.668.622,43, conforme instrumento de confissão de dívida, o pedido da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia não possui possibilidade jurídica, pois esbarra nos princípios da Supremacia do Interesse Público e da Indisponibilidade dos bens da Fazenda Pública.

Em resumo, a empresa agravante ajuizou ação de execução de título, diante de suposta inadimplência injustificada do ente público municipal, referente a acordo extrajudicial firmado entre as partes.

A Procuradoria Geral de Justiça, em parecer do **procurador de Justiça Francisco das Chagas Barros de Sousa**, opinou pelo conhecimento e desprovimento do agravo.

VOTO - Para o relator do agravo de instrumento ajuizado pela companhia de energia elétrica, desembargador Antônio José Vieira Filho, a execução pretendida pela agravante é capaz de trazer impacto significativo às finanças do município, impondo o comprometimento da execução do orçamento municipal.

O relator entendeu que a manutenção da decisão agravada é medida que se impõe, pois o eventual prejuízo a sofrer o município de Água Doce do Maranhão compromete as políticas públicas a serem executadas, bem como o serviço público em geral.

O desembargador acrescentou que o pedido da parte agravante deve observar o procedimento constitucional especial de precatórios, conforme artigo 100, caput, da CFRB/88, em razão da vultosa quantia que busca o adimplemento.

Concluiu que a empresa agravante não trouxe elementos capazes de reformar a decisão agravada.

Os desembargadores Josemar Lopes Santos e Tyrone Silva concordaram com o voto do relator, negando provimento ao agravo de instrumento, mantendo a decisão de primeira instância.

Site: https://oprogressonet.com/noticia/31498/tribunal-impede-bloqueio-de-valores-de-agua-doce-do-maranhao

Crise no Socorrão: Comissão Processante vai apurar denúncias que podem resultar no afastamento do prefeito de Imperatriz

Em sessão ordinária realizada nesta terça-feira, 23, na Câmara Municipal de Imperatriz, foi colocada em discussão e votação a criação de uma Comissão Processante para investigar graves denúncias relacionadas à situação da saúde na cidade.

A iniciativa partiu de uma denúncia formal apresentada pelo cidadão Teotônio Aparecido de Freitas Jr.

Caso as acusações sejam comprovadas, o atual prefeito de Imperatriz, Assis Ramos, poderá ser afastado do cargo por infração política e administrativa.

A cidade de Imperatriz tem enfrentado uma série de problemas e dificuldades em seu principal hospital, o Socorrão Municipal. Segundo vistoria realizada em fevereiro, o próprio **Ministério Público** encontrou irregularidades desde problemas no funcionamento de aparelhos como raio-x até questões relacionadas ao pagamento de funcionários e fornecedores.

Segundo vereadores da oposição, o montante de recursos que entram nos cofres da prefeitura não estão sendo devidamente tratados com transparência.

Para o vereador Adhemar Freitas Jr. (SDD) as denúncias apontam para uma grave crise na área da saúde, afetando diretamente a qualidade de vida dos moradores de Imperatriz. "Diante disso, a criação da Comissão Processante visa investigar minuciosamente as acusações e apurar as responsabilidades dos envolvidos", disse ele.

" A Comissão Processante terá a função de reunir provas, ouvir depoimentos e analisar documentos para embasar seu relatório final", informou.

Afastamento - Caso as evidências confirmem as denúncias, poderá ser proposto o afastamento do prefeito Assis Ramos, tendo em vista as infrações políticas e administrativas.

Votaram a favor da criação da Comissão doze vereadores. Oito votaram contra a investigação.

Para o vereador Wanderson Manchinha (PSB), a população de Imperatriz aguarda com expectativa os resultados das investigações, na esperança de que medidas efetivas sejam tomadas para solucionar os problemas e garantir uma assistência médica adequada para todos. "A Comissão Processante terá um papel crucial nesse processo, buscando promover a transparência e a responsabilização dos responsáveis pelos problemas enfrentados na saúde municipal", disse ele.

A Comissão Processante será presidida pelo vereador Carlos Hermes (PCdoB), na relatoria o vereador Rubinho Lima (PTB) e Berson do Posto (SDD) como membro.

É importante ressaltar que o prefeito Assis Ramos terá o direito de se defender durante o processo, apresentando sua versão dos fatos e argumentos que julgar pertinentes. O resultado da investigação e as possíveis medidas a serem tomadas serão de extrema relevância para o futuro da administração municipal e a qualidade de vida dos cidadãos de Imperatriz.

Site: https://oprogressonet.com/noticia/31490/crise-no-socorrao-comissao-processante-vai-apurar-denuncias-que-podem-resultar-no-afastamento-do-prefeito-de-imperatriz

Crise no Socorrão: Comissão processante vai apurar denúncias

A iniciativa partiu de uma denúncia formal apresentada pelo cidadão Teotônio Aparecido de Freitas Jr.

Por: Carlos Leen

Em uma sessão ordinária realizada nesta terça-feira (23), na Câmara Municipal de Imperatriz, foi colocada em discussão e votada a criação de uma Comissão Processante para investigar graves denúncias relacionadas a situação da saúde na cidade.

A iniciativa partiu de uma denúncia formal apresentada pelo cidadão Teotônio Aparecido de Freitas Jr.

Caso as acusações sejam comprovadas, o atual prefeito de Imperatriz, Assis Ramos, poderá ser afastado de seu cargo por infração política e administrativa.

A cidade de Imperatriz tem enfrentado uma série de problemas e dificuldades em seu principal hospital, o Socorrão Municipal. Segundo próprio **Ministério Público** uma série de irregularidades foram constatadas, desde problemas no funcionamento de aparelhos como raio-x até questões relacionadas ao pagamento de funcionários e fornecedores.

Segundo vereadores da oposição o montante de recursos que entram nos cofres da prefeitura não estão sendo devidamente tratados com transparência.

Para o vereador Adhemar Jr. (SDD) as denúncias apontam para uma grave crise na área da saúde, afetando diretamente a qualidade de vida dos moradores de Imperatriz.

" Diante disso, a criação da Comissão Processante visa investigar minuciosamente as acusações e apurar as responsabilidades dos envolvidos. " Informou ele. A Comissão Processante terá a função de reunir provas, ouvir depoimentos e analisar documentos para embasar seu relatório final." Informou ele.

Afastamento

Caso as evidências confirmem as denúncias, poderá ser proposto o afastamento do prefeito Assis Ramos, tendo em vista as infrações políticas e administrativas relacionadas aos problemas enfrentados na área da saúde.

Votaram a favor da denúncia, pela criação da Comissão, doze vereadores. Oito vereadores votaram contra a investigação.

Para o vereador Wanderson Manchinha (PSB) a população de Imperatriz aguarda com expectativa os resultados das investigações, na esperança de que medidas efetivas sejam tomadas para solucionar os problemas e garantir uma assistência médica adequada para todos.

"A Comissão Processante terá um papel crucial nesse processo, buscando promover a transparência e a responsabilização dos responsáveis pelos problemas enfrentados na saúde municipal." Disse ele.

A comissão processante será presidida pelo vereador Carlos Hermes (PCdoB), na relatória o vereador Rubinho Lima (PTB) e Berson do Posto (SDD) como membro.

É importante ressaltar que o prefeito Assis Ramos terá o direito de se defender durante o processo, apresentando sua versão dos fatos e argumentos que julgar pertinentes. O resultado da investigação e as possíveis medidas a serem tomadas serão de extrema relevância para o futuro da administração municipal e a qualidade de vida dos cidadãos de Imperatriz.

Site: https://arimateiajr.com/noticia/1387331/crise-no-socorrao-comissao-processante-vai-apurar-denuncias

Carlos Lula fala sobre diagnóstico do Corpo de Bombeiros após vistoria no Hospital da Criança

O deputado Carlos Lula (PSB) revelou, nesta terça-feira (23), o resultado da vistoria técnica realizada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA) no Hospital da Criança Dr. Odorico Amaral de Matos, em São Luís, após solicitação feita pelo parlamentar. De acordo com o laudo, a vistoria constatou falhas de instalação e a inexistência de diversos sistemas de proteção previstos na Lei 11.390/2020, aplicada aos processos de segurança contra incêndio.

"Equipamentos insuficientes e inadequados. Este é o diagnóstico da vistoria técnica que o Corpo de Bombeiros trouxe, em razão do ofício que protocolei, sobre o Hospital da Criança. Temos a mais importante unidade hospitalar que cuida das crianças maranhenses funcionando de maneira precária", afirmou.

Segundo o laudo, a Prefeitura de São Luís tem 30 dias para providenciar o projeto de proteção por extintores, iluminação e sinalização de emergência atualizados para a locação de tais equipamentos, visto que os equipamentos instalados são insuficientes ou inadequados ao local, cujas placas de sinalização estão com o direcionamento errado das saídas de emergência.

Após a vistoria, o CBMMA determinou a manutenção da canalização preventiva de incêndio com a instalação de bomba e do hidrante, além da implantação imediata de Brigada de Combate a Incêndio. O Corpo de Bombeiros recomendou, ainda, a inspeção da condição estrutural do prédio da unidade de saúde, que apresenta trincas e rachaduras, assim como da situação da instalação elétrica e gerador de energia de emergência, entre outros apontamentos.

Carlos Lula também revelou a preocupação dos pais que precisam da unidade para o tratamento de seus filhos. "Que pai, que mãe consegue dormir tranquilo sabendo que seu filho, sua filha, que está hospitalizado, passando por um momento de dificuldade, ainda tem que conviver com a insegurança de um hospital que não oferece o mínimo aos seus pacientes? Em que planeta isso parece justo ou adequado? É razoável obter respostas concretas sobre o que está acontecendo de errado e como fazer para reverter esse quadro alarmante", alertou.

Diante do relatório apresentado pelo Corpo de Bombeiros, Carlos Lula solicitou aos membros da Comissão de Saúde uma força-tarefa a fim de serem adotadas medidas para a solução dos problemas estruturais e de segurança do Hospital da Criança. A unidade de referência pediátrica é administrada pela Prefeitura de São Luís.

"Estou encaminhando esse relatório tanto para a Prefeitura de São Luís quanto para a Secretaria Municipal de Saúde e **Ministério Público** para que adotem providências. Além disso, a Comissão de Saúde da Assembleia vai fiscalizar a unidade ao término do prazo de 30 dias e esperamos que as providências tenham sido tomadas por parte do poder público municipal. Enquanto eu for deputado, não permitirei que uma vida sequer seja perdida por irresponsabilidade, omissão ou negligência de quem quer seja", assegurou Carlos Lula.

Requerimento

No mês de março, o deputado solicitou a vistoria do Corpo de Bombeiros no Hospital da Criança, após um vídeo circular nas redes sociais com imagens de um princípio de incêndio na unidade de saúde. Na publicação, é possível observar muita fumaça, funcionários e acompanhantes saindo às pressas da ala, assustados com o ocorrido.

Site: http://www.al.ma.leg.br/../noticias/47411

Justiça multa em 4 milhões Prefeitura de Imperatriz por irregularidades em hospital

IMPERATRIZ - A justiça determinou bloqueio de quatro milhões de reais nas contas da Prefeitura de Imperatriz. A decisão vem após ação do **Ministério Público do Maranhão** que denunciava irregularidades, falta de pagamentos e de serviços essenciais no Hospital Municipal do Município.

Na decisão, a Juíza Ana Lucrécia Bezerra Sodré, titular da 2ª Vara da Fazenda Pública de Imperatriz determina que o município apresente um plano de ação no prazo de até 90 dias para o amplo restabelecimento do quantitativo de servidores e profissionais de saúde contratados e serviços oferecidos no Hospital.

A Juíza determina bloqueio imediato de quatro milhões de reais, além de multa diária de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), estabelecendo um prazo de 15 dias para que o Município de Imperatriz cumpra a decisão.

DECISÃO - Por todo o exposto, determino o imediato bloqueio, via SISBAJUD, do valor equivalente a R$ 4.000.00,00 (quatro milhões de reais), a título de astreinte, pelo descumprimento dos comandos assinalados no título executivo judicial, diretamente das contas bancárias vinculadas ao Tesouro municipal do ente público executado. Além disso, Majoro a multa diária já arbitrada pelo juízo para R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser igualmente contabilizada considerando cada item inadimplido da decisão de urgência, limitando a sua incidência a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e, deterrmino o envio de cópia dos autos à autoridade policial, para fins de instauração de procedimento investigativo quanto à prática de infração penal, em tese, decorrente do descumprimento de ordem judicial, no que se refere aos responsáveis pelo cumprimento das determinações irrogadas liminarmente nos autos do processo nº. 0801825-64.2023.8.10.0040, em especial o Secretário Municipal de Saúde. Assinalo, ainda, novo prazo de 15 (quinze) dias para cumprimento de todos os comandos da decisão executada, após o que, findado, ensejará nova análise de persistência da situação de mora obrigacional noticiada, com a aplicação da multa majorada aqui estabelecida e sem prejuízo da imposição de outras sanções e adoção de providências diversas direcionadas a garantir a efetivação da tutela específica ou a obtenção de resultado prático equivalente.

A magistrada determinou ainda que a prefeitura deve manter sem interrupção, os pagamentos dos fornecedores e prestadores de serviços da unidade, e elaborar um plano para regularização dos pagamentos atraso. Outra determinação foi a implementação de mais dez leitos de UTI no prazo de até 30 dias, assim como e a imediata substituição do aparelho de radiografia do Hospital.

Entenda o caso

Desde agosto de 2022, o **MPMA** recebeu informações sobre paralisação de serviços por conta da inadimplência do Município com os prestadores de serviços médicos eletivos e de urgência e emergência. Especialidades como as de otorrinolaringologia, cirurgia de cabeça e pescoço estão sob risco de paralisação devido à falta de pagamento por mais de oito meses aos prestadores de serviço. Assim como a demora na ampliação nos leitos de UTI do Hospital Municipal.

Com isso o **Ministério Público** engressou com pedidos na Justiça para correção das irregularidades, também foi proposta uma ação Civil Pública para o regular fornecimento da farmácia do hospital e funcionamento da tomografia na época.

Em contato com o imirante a Procuradoria Geral do Município de Imperatriz disse que vai recorrer da decisão.

Site:
https://imirante.com/noticias/imperatriz/2023/05/23/ipolitica-justica-determina-bloqueio-de-4-milhoes-nas-contas-da-prefeitura-de-imperatriz-por-irregularidades-no-hospital-do-municipio

Fabiana Vilar defende projeto de combate à violência contra pessoas com deficiência em condomínios

O Plenário da Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, na sessão plenária desta terça-feira (23), o Projeto de Lei 067/2023, de autoria da deputada Fabiana Vilar (PL), que obriga edifícios e condomínios residenciais, comerciais e industriais a denunciarem aos órgãos de segurança pública e ao **Ministério Público** casos de violência contra pessoas com deficiência quando ocorridas no âmbito de suas dependências.

Ao defender o PL, a deputada argumenta que a proposição tem o condão de garantir condições de vida com dignidade para pessoas com deficiência e que sofrem qualquer tipo de violência.

"É sabido que essa prática sempre está associada a fatores sociais, culturais e econômicos da coletividade, que vê a deficiência como algo negativo. A violência a que estão expostas essas pessoas, independente da faixa etária, está atrelada, entre outras coisas, à falta de compreensão de que as incapacidades e as desvantagens ocasionadas pela deficiência são geradas no próprio meio", afirma a deputada.

Ela acrescenta que a violência e a deficiência associam-se a fatores de risco, principalmente àqueles relacionados à pobreza, moradia precária ou à falta dela, ao isolamento social, às doenças físicas e mentais associadas à deficiência. E a violência acontece de formas diversas.

"A nossa ideia é somar esforços com a construção de mais uma norma, juntamente com as autoridades constituídas para reduzir os indicadores de violência ou violação de direitos às pessoas com deficiência. Há uma violência que parece invisível para muitos. Entretanto, é necessário que cada um de nós entendamos o nosso papel para que direitos de fato sejam efetivados", assinala a deputada.

Site: http://www.al.ma.leg.br/../noticias/47406

Irregularidades no transporte escolar de São Luís são expostas em propaganda na TV

A Câmara Municipal de São Luís surpreendeu os telespectadores da capital maranhense, na noite desse domingo (21) e logo virou o principal assunto nos lares das famílias ludovicenses. Isso porque, durante o horário nobre da TV Globo, o Legislativo exibiu um informe em que aponta eventuais irregularidades no transporte escolar da capital maranhense.

A propaganda focou em uma das principais funções da Câmara que é a de fiscalizar as ações do Executivo Municipal, e foi exibida na grade da TV Globo no intervalo do programa Fantástico, revista eletrônica de maior audiência da emissora no país.

"Como a denúncia de que mais de 40 ônibus escolares estão parados e sem utilização, deixando centenas de crianças e jovens sem a possibilidade de ir à escola", diz a impactante peça publicitária.

Um dia após a exibição do informe publicitário de 1 minuto, o **Ministério Público** acionou a Prefeitura para regularizar a situação dos 40 ônibus escolares , que seguem parados no pátio da Secretaria Municipal de Educação (Semed), na Avenida São Luís Rei de França.

O prefeito Eduardo Braide, que tem mania de tentar se vitimar, ficou em silêncio. A população espera uma resposta do prefeito de São Luís, que usa dos mesmos modus operandi de Bolsonaro para tratar a educação da capital maranhense.

Texto: Dalvana Mendes

Site: https://g7ma.com/irregularidades-no-transporte-escolar-de-sao-luis-sao-expostas-em-propaganda-na-tv/

Ministério Público aciona Prefeitura de São Luís para regularizar 40 ônibus escolares guardados

A 2ª **Promotoria de Justiça** Especializada na Defesa da Educação de São Luís ingressou, no último dia 16, com uma Ação Civil Pública contra o Município de São Luís e o Estado do Maranhão. O documento busca garantir a regularização do transporte escolar oferecido aos alunos da rede municipal de ensino da capital.

Como medida liminar, o **Ministério Público do Maranhão** requer a condenação da Prefeitura de São Luís a realizar e concluir, no prazo de 45 dias, processo licitatório para contratação de empresa para prestar os serviços de transporte escolar, bem como a fixação de rotas para a utilização dos quarenta ônibus parados nas garagens do Município, bem como sistema de pessoas e manuseio dos referidos ônibus, com motoristas e monitores.

A Promotoria também requer liminar para que a Prefeitura preste uma série de informações sobre o sistema de transporte escolar. Estão sendo cobrados o contrato firmado com a empresa Sousa Campelo Transportes Ltda. para o transporte de alunos da rede pública municipal; e comprovantes de liquidação das despesas de transporte escolar (com cópias dos empenhos, contratos, ordens de pagamento, notas fiscais, transferências bancárias e extratos das contas movimentadas) em favor da empresa Transporte Premium Ltda.

Foram solicitadas listas com a relação e escolas atendidas pelo serviço de transporte escolar, com seus endereços, diretores e seus contatos, atos de nomeação e horários de trabalho; relação dos alunos que utilizam o transporte, com identificação de idade e série; relatório de controle de horários de chegada e saída do transporte das unidades escolares; e a relação dos veículos utilizados pela Transporte Premium Ltda, com os respectivos Certificados de Registro e Licenciamento do Veículo.

Também devem ser informados os condutores responsáveis pelo transporte escolar oferecido pela empresa, com cópias dos documentos de habilitação e treinamento específico; a relação das rotas percorridas pelos veículos, com a quilometragem, horários, locais de parada e quantitativo de alunos atendidos, tanto por veículos da Secretaria Municipal de Educação (Semed) quanto da empresa Transporte Premium; o relatório de vistoria e inspeção dos veículos; e o relatório de controle das embarcações que atuam no transporte escolar, incluindo itinerários percorridos, observando os critérios estabelecidos pela Capitania dos Portos;

Foram solicitados, ainda, a demonstração da aplicação dos recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) referente ao transporte escolar no ensino fundamental e a demonstração das retenções efetivadas nos pagamentos.

"O **Ministério Público** solicitou informações sobre os contratos de transporte escolar, durante dois eventos com a titular da Semed, em 2022. Entre as informações negadas ao MP, estão os procedimentos licitatórios e contratações do sistema de transporte escolar, empenhos das despesas com transporte escolar e demais documentos de gestão da prestação dos serviços", explica o **promotor de justiça** Lindonjonsom Gonçalves de Sousa.

PROCEDIMENTOS

Na Ação Civil Pública, o **promotor de justiça** Lindonjonsom Gonçalves de Sousa fez um resgate, desde 2016, dos procedimentos que tramitam nas Promotorias de Justiça de Defesa da Educação de São Luís a respeito do tema. Neste processo, foram realizadas várias reuniões e inspeções aos veículos de transporte escolar.

A Promotoria também resgata diversos contratos firmados para o oferecimento do serviço. Em abril de 2022, por exemplo, consta no Diário Oficial do Município a contratação emergencial da empresa Transporte Premium, no valor de R$ 7.797.440,70, por 180 dias de fornecimento de ônibus e motoristas. A mesma empresa já teria recebido, em 2019 e 2020, R$ 11.293.800,00. Em 2018, o custo do transporte escolar pago pela Prefeitura de São Luís teria sido superior a R$ 23 milhões.

"Em 2020, o Município de São Luís não prestou contas para o PNADE sobre os recursos do transporte

escolar. Toda a situação relatada implica em uma total falta de transparência na gestão pública, em relação aos recursos, veículos e profissionais contratados para prestação dos serviços de transporte escolar", aponta o autor da Ação.

VEÍCULOS PARADOS

O **promotor de justiça** cita que nas últimas semanas foi divulgada a existência de 40 ônibus recebidos do Programa Caminho da Escola, do Fundo Nacional de Defesa da Educação (FNDE), que estariam parados em uma garagem da Prefeitura de São Luís. De acordo com a gestão municipal, os veículos aguardariam regularização perante o Detran-MA, o que foi desmentido pelo órgão de trânsito.

Ao mesmo tempo, há duas contratações, sem licitação, vigentes para transporte escolar em São Luís e não há inspeções para fiscalizar a qualidade e a observância dos critérios de segurança pelos veículos. Lindonjonsom Gonçalves ressalta que não houve comprovação de urgência ou emergência que justificasse a contratação sem procedimento licitatório.

"Como justificar a contratação sem licitação de duas empresas, para prestar serviços de transporte escolar, quando o Município de São Luís possui, em seus pátios e garagens, dezenas ou centenas de veículos novos, parados e sem uso, degradando-se, expostos a sol e chuva, dia após dia?", questiona o **promotor de justiça**.

Para o autor da Ação, a postura do Executivo Municipal "é de completo desrespeito com o patrimônio público, pois além das perdas decorrentes da degradação, seja pelo tempo ou pelo não uso, dos veículos escolares próprios, ainda contrata, com gravíssimos indícios de irregularidades, empresas à míngua de procedimento licitatório, para basicamente locar ônibus escolares para os trajetos atendidos".

TRANSPARÊNCIA

Ao final do processo, além da confirmação dos pedidos liminares, o **Ministério Público do Maranhão** requer a condenação do Município para que cumpra a Lei de Governança Digital (14.129/2021), "implementando sistema informatizado, com disponibilidade para consulta pública, com as rotas atendidas pelos veículos de transporte escolar, quantidade de estudantes atendidos, nomes dos motoristas responsáveis, placas dos veículos e demais informações eventualmente pertinentes".

Foi pedida, ainda, a condenação do Estado do Maranhão, por meio do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-MA), a cumprir a portaria n° 1.117/2015, do próprio órgão, fazendo a inspeção de todos os ônibus escolares em serviço no Município de São Luís, fornecendo relatório completo, com ou sem a constatação de irregularidades, em suas plataformas eletrônicas.

Site: https://g7ma.com/ministerio-publico-aciona-prefeitura-de-sao-luis-para-regularizar-40-onibus-escolares-guardados/

Catulé Júnior denuncia retenção de salários de servidores municipais de Caxias

"Reter o salário do trabalhador é crime, tipificado no nosso código penal". Essa citação faz parte da denúncia feita pelo ex-secretário de Estado do Turismo e atual pré-candidato a prefeito, Catulé Júnior, em suas suas redes sociais nesta segunda-feira (22) sobre a retenção dos salários de alguns funcionários da Prefeitura de Caxias.

Em vídeo, Catulé Júnior diz que no fim de semana recebeu vários telefonemas e mensagens de funcionários municipais que relatavam que seus vencimentos estavam sendo retidos. Para ele, a única explicação para o ato é por qualquer tipo de ligação dessas pessoas consigo ou o seu pai, o vereador Catulé.

"É público e notório de toda a cidade de Caxias que nós decidimos trilhar outro caminho diferente do prefeito Fábio Gentil. E eu disse, quando anunciei esse rompimento, que eu já não mais queria acompanhá-lo, porque deixei de acreditar nele como homem, como cidadão, como gestor, como pessoa. E eu tenho a convicção que foi a decisão mais acertada, porque atos como esse, de extrema insensibilidade, mostram que o prefeito está consumido pelo poder, está obcecado pela manutenção do poder em suas mãos, nas mãos da sua família", explicou Catulé Júnior.

Catulé anunciou que estará nos próximos dias ingressando junto ao **Ministério Público** com a denúncia que o gestor municipal usa desse tipo de expediente para perseguir e oprimir pais e mães de família. "E eu quero dizer ao prefeito Fábio Gentil que acima dele tem Deus, o povo e a justiça", concluiu.

Site: https://portalarriegua.com.br/noticia/687-catule-junior-denuncia-retencao-de-salarios-de-servidores-municipais-de-caxias-

Justiça condena Município de Santa Inês a recuperar Terminal Rodoviário

Por Gabriel Willian

Na tarde desta segunda-feira (22), a 1ª Vara de Santa Inês determinou que o município de Santa Inês tem um prazo de 60 dias para recuperar o terminal rodoviário. De acordo com o Tribunal de Justiça do Maranhão os defeitos constatados são o riscos de desabamento do telhado e risco de choques elétricos aos usuários do serviço ou de incêndio.

O documento impõe a multa diária de R$ 10.000,00, em caso de descumprimento. O valor arrecadado será revertido a um fundo, que deverá ser indicado pelo autor da ação em momento oportuno. O caso em questão trata-se de ação civil pública ajuizada pelo **Ministério Público**, em desfavor do Município de Santa Inês, visando à cominação de obrigação de fazer ao réu consistente na recuperação e manutenção do Terminal Rodoviário de Santa Inês.

Na ação, alegou o MP que o prédio em questão possui diversos problemas de infraestrutura, segurança, oferta de serviços, acessibilidade, além de serem presenciadas práticas de condutas abusivas aos direitos dos consumidores por parte das empresas de transporte.

Essas inspeções e vistorias constataram, dentre outras, as seguintes irregularidades: rachaduras no teto; banheiros em péssimas condições de conservação e sem atendimento às normas de acessibilidade; paredes sujas, quebradas e com infiltrações; inexistência de sinalização tátil para pessoas com deficiência; inexistência de postos de informações ou atendimento ao turista e de local para recuperação de objetos perdidos; inexistência de guarda-volumes; bem como ausência de informativos nos guichês das empresas sobre a gratuidade das passagens.

Site: https://difusoraon.com/2023/05/23/justica-condena-municipio-de-santa-ines-a-recuperar-terminal-rodoviario/

"Diário da Manhã - Rildo Amaral defende convocação de policiais da reserva para atuarem em escolas

O deputado estadual Rildo Amaral (PP), entrevistado no programa "Diário da Manhã desta terça-feira (23), na Rádio Assembleia (96,9 FM), falou sobre sua atuação parlamentar. Ele destacou proposição de sua autoria prevendo a convocação de policiais da reserva para atuarem nas escolas, garantindo mais segurança a alunos e profissionais da educação no Maranhão, por conta ameaças de ataques a estes locais.

Ao jornalista e apresentador Ronald Segundo, o parlamentar contou que, por ser filho de Imperatriz, começou como vereador da cidade por três vezes, sendo, em 2018, eleito deputado estadual, tendo como bandeiras o esporte, a educação, a saúde e a segurança. "Tornei-me ainda mais forte defensor da Região Tocantina", garantiu.

Em relação à indicação de sua autoria que prevê a convocação de policiais da reserva para atuar na segurança das escolas públicas, Rildo Amaral disse que é a forma mais rápida de minimizar o problema, já que o Governo do Estado teria que chamar de imediato mais de mil PMs do cadastro de reserva do concurso.

Segundo ele, em outros estados já existe a contratação de militares reformados para atuar nesta área. "Nos estados de Santa Catarina e São Paulo, a proposta já está sendo debatida. Como vários órgãos públicos do Maranhão contam com o excelente trabalho dos militares reformados, como Defensoria, **Ministério Público** e Assembleia Legislativa, e por ser uma mão de obra já treinada, custaria menos para o Estado", justificou o parlamentar.

E complementou: "Essa contratação é o caminho mais curto para agirmos contra essa violência, precisamos proteger nossas crianças e nossos professores".

Site: http://www.al.ma.leg.br/../noticias/47401

Ação do Ministério Público cobra regularização do transporte escolar na capital maranhense

Humberto Fernandes, Carlos Roger e Jaúber Pereira

A 2ª **Promotoria de Justiça** Especializada na Defesa da Educação de São Luís ingressou, no último dia 16, com uma Ação Civil Pública contra o Município de São Luís e o Estado do Maranhão. O documento busca garantir a regularização do transporte escolar oferecido aos alunos da rede municipal de ensino da capital. Tags: **MPMA**, Judiciário, Transporte, Detran.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/23/RDIOJITIRANABARRADOCORDAMA-10.50.51-10.53.11-1684865183.mp3

Chamada: ação do Ministério Público cobra regularização do transporte escolar na capital maranhense

Humberto Fernandes, Carlos Roger e Jaúber Pereira

Tags: **MPMA**, Educação.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/05/23/RDIOJITIRANABARRADOCORDAMA-09.58.11-09.58.17-1684856799.mp3

Çailândia: Comucaa em parceria com AMVC promove capacitação continuada

Com o objetivo de fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Açailândia (COMUCAA) em parceria com a Associação de Moradores da Vila Capeloza (AMVC) promoveram o projeto de formação continuada ´Fortalecendo a Rede de Proteção e Garantia de Direitos´.

O curso foi realizado de terça-feira (15/05), das 08h às 16h30min, no auditório do Centro Empresarial de Açailândia, no bairro GETAT. o encontro está possibilitando a formação técnica e política, além de promover formação articulada e conjunta para representantes de organizações da sociedade civil e do poder público, priorizando os setores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, conselheiros de direitos municipais e tutelares.

´O Estatuto da criança e do adolescente, lei municipal 662/2022 voltado para as atribuições de Conselheiros Municipais e Tutelares´ foi o tema da capacitação e palestra ministrada pelo **Promotor de Justiça** e Coordenador do CAOP IJ, Dr. Gleudson Malheiros. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o conselheiro tutelar atende crianças e adolescentes em situações de violação de direitos, bem como aconselha os pais ou responsáveis. Além disso, ele deve aplicar as medidas de proteção, tendo como competência zelar pelo cumprimento dos direitos destas.

ASCOM

Site: https://www.acaivip.com.br/noticias/brasil/957543

MPMA propõe ação por falta de medicamentos nas unidades de saúde de Alcântara

Jorge Aragão

O **Ministério Público do Maranhão** ajuizou Ação Civil Pública, em 14 de maio, contra o Município de Alcântara, requerendo, como medida liminar, o fornecimento, no prazo de 72 horas, de todos os medicamentos e insumos indispensáveis ao regular funcionamento dos estabelecimentos de saúde existentes na sede e no interior do município. Em caso de descumprimento, foi sugerido o pagamento de multa diária no valor de R$ 10 mil. Tags: **MPMA**, Saúde.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/video/2023/05/23/RDIOMIRANTEAM600SOLUSMA-00.00.51-00.02.49-1684867863.mp4

Hospital municipal e unidades de saúde de Alcântara estão sem medicamentos básicos há mais de um ano; justiça cobra

ALCÂNTARA - Desde janeiro de 2022, inspeções no hospital municipal e nas unidades de saúde de Alcântara, no Maranhão, constataram a falta de medicamentos e insumos considerados indispensáveis para o funcionamento dos estabelecimentos de saúde na região.

Uma ação do **Ministério Público do Maranhão** (**MP-MA**), ajuizada contra o município do dia 14 de maio deste ano, cobrou o fornecimento, no prazo de 72 horas, de medicamentos que faltam nas unidades. A manifestação foi ajuizada pelo **promotor de justiça** Raimundo Nonato Leite Filho. Em caso de descumprimento da medida, foi sugerido o pagamento de multa diária no valor de R$ 10 mil.

Segundo o **Ministério Público**, em 2022, ao tomar conhecimento, dos problemas existentes nas unidades de saúde de responsabilidade municipal, como a falta de remédios, insumos e materiais de higiene e limpeza, o **MP-MA** solicitou vistoria à Superintendência de Vigilância Sanitária Municipal. As vitorias foram realizadas no dia 20 de janeiro do ano passado.

O relatório referente à inspeção no Hospital Municipal Dr. Neto Guterres, e nas Unidades Básicas de Saúde confirmou as denúncias anteriormente encaminhadas à **Promotoria de Justiça** de Alcântara.

Após a entrega do documento à Secretaria Municipal de Saúde de Alcântara, foi requerida a solução das irregularidades no prazo de 60 dias. Posteriormente, o **MP-MA** enviou um ofício à referida Secretaria, requerendo a elaboração de um plano de ação, no prazo de 30 dias.

Em maio e setembro de 2022, o **Ministério Público** promoveu reunião com a Secretaria Municipal de Saúde para a regularização do fornecimento de medicamentos, insumos e materiais nos estabelecimentos de saúde. Contudo, a prefeitura não apresentou a comprovação das providências tomadas.

Uma nova inspeção foi realizada pelo **MP-MA**, em outubro de 2022, no Hospital Dr. Neto Guterres, atestando a ausência de medicamentos indicados para auxiliar o metabolismo ou para os sistemas hematológico, cardiovascular, nervoso, muscular e respiratório, além de remédios para terapia hormonal e para o combate a infecções.

Além disso, na farmácia do estabelecimento, não havia climatização adequada, porque o ar condicionado não estava funcionando, o que comprometia o armazenamento adequado dos medicamentos.

Na ação, o **promotor de justiça** afirmou que a saúde pública está esquecida pelo município e a evidência principal é a constante falta de medicamentos e insumos básicos no hospital público e nos postos de saúde na sede e nos povoados de Alcântara. No documento, Raimundo Nonato Leite Filho também ressaltou que a Constituição Federal estabelece o direito à saúde, como fundamental.

"Percebe-se que o Município não tem cumprido com o seu inalienável dever de garantir este primordial serviço aos munícipes. Com sua conduta negligente e desidiosa, demonstra desrespeito aos cidadãos que procuram tal serviço público na ânsia de serem socorridos diante das enfermidades que os acometem", afirmou no documento.

Pedido final

Como pedido final, o **Ministério Público** requereu a condenação do Município à obrigação de fazer, com o objetivo de regularizar o fornecimento e abastecimento de medicamentos e insumos necessários para o regular funcionamento do Hospital Dr. Neto Guterres, da Unidade Mista de Saúde e das Unidades Básicas de Saúde existentes em Alcântara, conforme estabelece a Constituição Federal, sob pena de pagamento de multa diária de R$ 10 mil.

Site:
https://imirante.com/noticias/alcantara/2023/05/23/hospital-municipal-e-unidades-de-saude-de-alcantara-estao-sem-medicamentos-basicos-ha-mais-de-um-ano-justica-cobra

BACABEIRA - Ação preventiva contra a automutilação e o suicídio é realizada em escola

omaranhense

O **Ministério Público do Maranhão**, por meio da 2ª **Promotoria de Justiça** de Rosário e do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAO-DHC), realizou nesta terça-feira, 23, na Unidade Integrada Raimundo Aquino Macedo, em Bacabeira, uma programação com ações preventivas de combate à automutilação e ao suicídio.

A iniciativa, que integra o projeto institucional Rede do Bem: estamos aqui para ajudar!, e é realizado pelo CAO-DHC em parceria com o Fepas-MA, contou com o apoio da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), Instituto Ruy Palhano e a Prefeitura de Bacabeira. O município é termo judiciário da Comarca de Rosário.

Os trabalhos foram coordenados pela promotora de justiça Fabíola Fernandes Ferreira, titular da 2ª **Promotoria de Justiça** de Rosário. Na abertura, estiveram presentes a secretária de Assistência Social de Bacabeira, Leilian Calvet, a gestora da escola Jacirema Santos e o vereador Jefferson Calvet.

Segundo Fabíola Ferreira, a iniciativa visa fomentar dentro das escolas o debate acerca da importância da política de prevenção ao suicídio e do tratamento das doenças mentais, estimulando o contato das unidades educacionais com os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) nos respectivos municípios, bem como fortalecer o funcionamento desses centros.

Durante a programação foram realizadas oficinas de capacitação destinadas aos diversos segmentos da comunidade escolar. Para os pais e familiares dos alunos, foi oferecida a oficina "Como ajudar os nossos filhos?", ministrada pela terapeuta ocupacional Kamyla Fortaleza, do Instituto Ruy Palhano.

Para os alunos, a oficina teve como tema "Aluno consciente, escola segura!", dada pela psicóloga Vanessa Martins, também do Instituto Ruy Palhano. Aos professores e funcionários da escola foi apresentada a capacitação "A escola como instrumento de prevenção de doenças mentais", ministrada pelas assistentes sociais Ângela da Silva Lopes e Ana Maria Machado, da Unidade Regional de Educação da Seduc.

De acordo com a organização da atividade, o público alcançado atingiu 600 alunos, 78 servidores da escola, entre professores e prestadores de serviços, além de centenas de pais ou responsáveis, totalizando quase 1000 pessoas.

Site: https://omaranhense.com/bacabeira-acao-preventiva-contra-a-automutilacao-e-o-suicidio-e-realizada-em-escola/

Rildo Amaral defende convocação de policiais da reserva para atuarem em escolas

Equipe MV

O deputado estadual Rildo Amaral (PP), entrevistado no programa 'Diário da Manhã' desta terça-feira (23), na Rádio Assembleia (96,9 FM), falou sobre sua atuação parlamentar. Ele destacou proposição de sua autoria prevendo a convocação de policiais da reserva para atuarem nas escolas, garantindo mais segurança a alunos e profissionais da educação no Maranhão, por conta ameaças de ataques a estes locais.

O deputado estadual Rildo Amaral (PP), entrevistado no programa 'Diário da Manhã' desta terça-feira (23), na Rádio Assembleia (96,9 FM), falou sobre sua atuação parlamentar. Ele destacou proposição de sua autoria prevendo a convocação de policiais da reserva para atuarem nas escolas, garantindo mais segurança a alunos e profissionais da educação no Maranhão, por conta ameaças de ataques a estes locais.

Ao jornalista e apresentador Ronald Segundo, o parlamentar contou que, por ser filho de Imperatriz, começou como vereador da cidade por três vezes, sendo, em 2018, eleito deputado estadual, tendo como bandeiras o esporte, a educação, a saúde e a segurança. "Tornei-me ainda mais forte defensor da Região Tocantina", garantiu.

Ao jornalista e apresentador Ronald Segundo, o parlamentar contou que, por ser filho de Imperatriz, começou como vereador da cidade por três vezes, sendo, em 2018, eleito deputado estadual, tendo como bandeiras o esporte, a educação, a saúde e a segurança. "Tornei-me ainda mais forte defensor da Região Tocantina", garantiu.

Em relação à indicação de sua autoria que prevê a convocação de policiais da reserva para atuar na segurança das escolas públicas, Rildo Amaral disse que é a forma mais rápida de minimizar o problema, já que o Governo do Estado teria que chamar de imediato mais de mil PMs do cadastro de reserva do concurso.

Em relação à indicação de sua autoria que prevê a convocação de policiais da reserva para atuar na segurança das escolas públicas, Rildo Amaral disse que é a forma mais rápida de minimizar o problema, já que o Governo do Estado teria que chamar de imediato mais de mil PMs do cadastro de reserva do concurso.

Segundo ele, em outros estados já existe a contratação de militares reformados para atuar nesta área. "Nos estados de Santa Catarina e São Paulo, a proposta já está sendo debatida. Como vários órgãos públicos do Maranhão contam com o excelente trabalho dos militares reformados, como Defensoria, **Ministério Público** e Assembleia Legislativa, e por ser uma mão de obra já treinada, custaria menos para o Estado", justificou o parlamentar.

Segundo ele, em outros estados já existe a contratação de militares reformados para atuar nesta área. "Nos estados de Santa Catarina e São Paulo, a proposta já está sendo debatida. Como vários órgãos públicos do Maranhão contam com o excelente trabalho dos militares reformados, como Defensoria, **Ministério Público** e Assembleia Legislativa, e por ser uma mão de obra já treinada, custaria menos para o Estado", justificou o parlamentar.

E complementou: "Essa contratação é o caminho mais curto para agirmos contra essa violência, precisamos proteger nossas crianças e nossos professores".

E complementou: "Essa contratação é o caminho mais curto para agirmos contra essa violência, precisamos proteger nossas crianças e nossos professores".

Site: https://maranhaodeverdade.com.br/rildo-amaral-defende-convocacao-de-policiais-da-reserva-para-atuarem-em-escolas/

Fabiana Vilar defende projeto de combate à violência contra pessoas com deficiência em condomínios

Redacao

O Plenário da Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, na sessão plenária desta terça-feira (23), o Projeto de Lei 067/2023, de autoria da deputada Fabiana Vilar (PL), que obriga edifícios e condomínios residenciais, comerciais e industriais a denunciarem aos órgãos de segurança pública e ao **Ministério Público** casos de violência contra pessoas com deficiência quando ocorridas no âmbito de suas dependências.

Ao defender o PL, a deputada argumenta que a proposição tem o condão de garantir condições de vida com dignidade para pessoas com deficiência e que sofrem qualquer tipo de violência.

"É sabido que essa prática sempre está associada a fatores sociais, culturais e econômicos da coletividade, que vê a deficiência como algo negativo. A violência a que estão expostas essas pessoas, independente da faixa etária, está atrelada, entre outras coisas, à falta de compreensão de que as incapacidades e as desvantagens ocasionadas pela deficiência são geradas no próprio meio", afirma a deputada.

Ela acrescenta que a violência e a deficiência associam-se a fatores de risco, principalmente àqueles relacionados à pobreza, moradia precária ou à falta dela, ao isolamento social, às doenças físicas e mentais associadas à deficiência. E a violência acontece de formas diversas.

"A nossa ideia é somar esforços com a construção de mais uma norma, juntamente com as autoridades constituídas para reduzir os indicadores de violência ou violação de direitos às pessoas com deficiência. Há uma violência que parece invisível para muitos. Entretanto, é necessário que cada um de nós entendamos o nosso papel para que direitos de fato sejam efetivados", assinala a deputada.

Site: https://oquartopoder.com/politica/assembleia-ma/fabiana-vilar-defende-projeto-de-combate-a-violencia-contra-pessoas-com-deficiencia-em-condominios/

Polícia Civil realiza curso de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

Redacao

A Polícia Civil do Maranhão, em parceria com Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação da Jurídica Internacional (DRCI), deu inicio na manhã desta terça-feira (23) ao Curso de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro.

O treinamento faz parte do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD), que surgiu em cumprimento à meta nº 25 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) 2004 com o objetivo de criar um plano integrado de capacitação e treinamento de agentes públicos e de orientação à sociedade, otimizando a utilização de recursos públicos e disseminando uma cultura de prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro no Brasil. O Programa é um dos eixos de atuação da Coordenação Geral de Articulação Institucional (CGAI) do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), vinculado à Secretaria Nacional de Justiça (SENAJUS) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

No Maranhão, a capacitação, que está sendo promovida pela Polícia Civil, por intermédio da Academia de Polícia Civil (ACADEPOL-MA), conta com as participações de 110 agentes públicos, entre delegados, escrivães e investigadores da Polícia Civil, representantes do **Ministério Público**, Polícia Militar, Perícia Oficial, Corpo de Bombeiros, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Eleitoral e Secretaria de Estado de Fazenda.

Na abertura, Jair Paiva destacou a importância da capacitação, que deve promover a integração e a troca de experiências entre os órgãos participantes, propiciando a organização do Estado no combate ao crime organizado. "O combate à corrupção é um grande desafio para as instituições que apuram, investigam e julgam os casos, sendo assim, acredito que o curso será de extrema importância nas instruções das investigações necessárias para o enfretamento da criminalidade organizada", destacou Paiva.

Para o diretor-geral da ACADEPOL-MA, delegado Breno Galdino, o treinamento nessa área é fundamental para promover a integração entre as instituições públicas, fortalecendo assim a investigação contra esse tipo de crime, produzindo resultados eficazes para a sociedade", afirmou.

Participaram ainda do curso o delegado-geral operacional de Polícia Civil, Lúcio Reis; o delegado-geral administrativo da PC-MA, Alessandro Gomes; o diretor do Centro de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública (SSP-MA), Luís Jorge; o representante do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica (DRCI), Rodrigo Sagastume e a juíza de direito da 7ª Vara Criminal de São Luís, Stela Pereira Muniz Braga.

O curso que segue até a próxima sexta-feira (26) e acontece no auditório da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), no bairro do Calhau, em São Luís.

Site: https://oquartopoder.com/policia/policia-civil-realiza-curso-de-capacitacao-e-treinamento-para-o-combate-a-corrupcao-e-a-lavagem-de-dinheiro/

Justiça bloqueia R$ 4 milhões da prefeitura por irregularidades em hospital de Imperatriz

Equipe MV

A juíza Ana Lucrécia Bezerra Sodré, titular da 2ª Vara da Fazenda Pública de Imperatriz, decretou o bloqueio de R$ 4 milhões das contas da Prefeitura de Imperatriz, administrada por Assis Ramos, por irregularidades em hospital municipal da cidade.

A juíza Ana Lucrécia Bezerra Sodré, titular da 2ª Vara da Fazenda Pública de Imperatriz, decretou o bloqueio de R$ 4 milhões das contas da Prefeitura de Imperatriz, administrada por Assis Ramos, por irregularidades em hospital municipal da cidade.

A decisão acolheu o pedido do **Ministério Público** estadual que alegava falta de pagamentos e de serviços essenciais na unidade hospitalar.

A decisão acolheu o pedido do **Ministério Público** estadual que alegava falta de pagamentos e de serviços essenciais na unidade hospitalar.

Além do bloqueio, a magistrada determinou que o município apresente um plano de ação no prazo de até 90 dias para o amplo restabelecimento do quantitativo de servidores e profissionais de saúde contratados e serviços oferecidos no Hospital e multa diária de R$ 50 mil com limite de R$ 10 milhões por cada item descumprido das decisões.

Além do bloqueio, a magistrada determinou que o município apresente um plano de ação no prazo de até 90 dias para o amplo restabelecimento do quantitativo de servidores e profissionais de saúde contratados e serviços oferecidos no Hospital e multa diária de R$ 50 mil com limite de R$ 10 milhões por cada item descumprido das decisões.

Ana Lucrécia Sodré mandou ainda a cópia dos autos à autoridade policial para que seja instaurado um procedimento investigatório visando a apuração o descumprimento de ordens judiciais pelo secretário municipal de Saúde, que foram deferidas nos autos do processo nº. 0801825-64.2023.8.10.0040, no qual determinava a garantia, mesmo que minimamente, da regularidade e continuidade da prestação do serviço público de saúde, de natureza constitucional e essencial, no âmbito do HMI.

Ana Lucrécia Sodré mandou ainda a cópia dos autos à autoridade policial para que seja instaurado um procedimento investigatório visando a apuração o descumprimento de ordens judiciais pelo secretário municipal de Saúde, que foram deferidas nos autos do processo nº. 0801825-64.2023.8.10.0040, no qual determinava a garantia, mesmo que minimamente, da regularidade e continuidade da prestação do serviço público de saúde, de natureza constitucional e essencial, no âmbito do HMI.

A Prefeitura tem 15 dias para cumprir todos os comandos da decisão executada.

A Prefeitura tem 15 dias para cumprir todos os comandos da decisão executada.

A magistrada determinou ainda que a prefeitura deve manter sem interrupção, os pagamentos dos fornecedores e prestadores de serviços da unidade, e elaborar um plano para regularização dos pagamentos atraso. Outra determinação foi a implementação de mais dez leitos de UTI no prazo de até 30 dias, assim como e a imediata substituição do aparelho de radiografia do Hospital.

A magistrada determinou ainda que a prefeitura deve manter sem interrupção, os pagamentos dos fornecedores e prestadores de serviços da unidade, e elaborar um plano para regularização dos pagamentos atraso. Outra determinação foi a implementação de mais dez leitos de UTI no prazo de até 30 dias, assim como e a imediata substituição do aparelho de radiografia do Hospital.

Site: https://maranhaodeverdade.com.br/justica-bloqueia-r-4-milhoes-da-prefeitura-por-irregularidades-em-hospital-de-imperatriz/

MP investiga prefeito de Pedro do Rosário por falhas na Educação

Equipe MV

O **MPMA** - **Ministério Público do Estado do Maranhão** está conduzindo uma investigação contra o prefeito de Pedro do Rosário, Toca Serra (PCdoB). O procedimento administrativo foi iniciado devido às denúncias de suposta precariedade estrutural na Escola Municipal Adrião Romão Gomes da Silva, localizada no Povoado Timbiras.

O **MPMA** - **Ministério Público do Estado do Maranhão** está conduzindo uma investigação contra o prefeito de Pedro do Rosário, Toca Serra (PCdoB). O procedimento administrativo foi iniciado devido às denúncias de suposta precariedade estrutural na Escola Municipal Adrião Romão Gomes da Silva, localizada no Povoado Timbiras.

Segundo apurou a reportagem do site, após receber informações sobre a situação da escola, o MP decidiu realizar novos levantamentos para averiguar a veracidade das denúncias. Alega-se que a unidade escolar apresenta condições precárias, o que pode comprometer a segurança e a qualidade do ensino oferecido aos alunos.

Segundo apurou a reportagem do site, após receber informações sobre a situação da escola, o MP decidiu realizar novos levantamentos para averiguar a veracidade das denúncias. Alega-se que a unidade escolar apresenta condições precárias, o que pode comprometer a segurança e a qualidade do ensino oferecido aos alunos.

O MP visa esclarecer os fatos, coletar provas e adotar as medidas cabíveis para solucionar os problemas identificados. Caso sejam confirmadas as irregularidades, o prefeito Toca Serra poderá ser responsabilizado pelas condições inadequadas da escola.

O MP visa esclarecer os fatos, coletar provas e adotar as medidas cabíveis para solucionar os problemas identificados. Caso sejam confirmadas as irregularidades, o prefeito Toca Serra poderá ser responsabilizado pelas condições inadequadas da escola.

Site: https://maranhaodeverdade.com.br/mp-investiga-prefeito-de-pedro-do-rosario-por-falhas-na-educacao/

Promotor de Justiça cobra prefeitura por melhorias urgentes no Socorrão de Imperatriz

Vanessa Carvalho

O **Promotor de Justiça** da Saúde de Imperatriz, Dr. Thiago de Oliveira Costa Pires, fala sobre a última ação da justiça que resultou no bloqueio de R$ 4 milhões do município, por descumprir a ordem judicial que pedia principalmente o pagamento de prestadores de serviços do Hospital Municipal de Imperatriz (HMI), funcionamento do raio x e tomografia, além de um plano de para a prestação de contas da saúde.

O promotor afirmou que o **Ministério Público** vai insistir no cumprimento da decisão e requerer o aumento da multa, além de encaminhar o caso aos promotores responsáveis para a apuração do crime de desobediência de ordem judicial e de responsabilização por ato de improbidade administrativa.

Ainda de acordo com a fala do promotor, o município afirma não ter recursos para cumprir com todos os pedidos da decisão, porém, segundo o Dr. Thiago, há pontos da decisão que não precisam ser feitos com recursos, como a elaboração do plano de contingência e a prestação de contas.

Ainda de acordo com o Dr. Thiago, as ações com pedidos de melhorias no atendimento das UBS (Unidade de Saúde Básica), do SAMU e no Socorrão foram realizados várias vezes, desde 2018.

O imperatriz Online enviou um pedido de nota para a prefeitura sobre o assunto.

Entenda a decisão da justiça sobre o bloqueio de R$4 milhões

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da 2ª Vara da Fazenda Pública de Imperatriz, determinou na última sexta-feira (19), o bloqueio de R$ 4 milhões em verbas da prefeitura, devido ao descumprimento de uma ordem judicial.

Prefeitura descumpre decisão e justiça bloqueia R$ 4 milhões do município

Ainda na ação, foi solicitado a apresentação de um plano de ação com a quantidade de servidores e profissionais de saúde contratados, de equipamentos e serviços oferecidos como consultas, exames,cirurgias e procedimentos em geral. Além de um levantamento de quantos leitos de urgência e emergência e leitos hospitalares possuem no HMI.

Votação na Câmara Municipal

A Câmara Municipal de Imperatriz votou e aprovou hoje (23). O pedido para a investigação foi protocolado principalmente por causa dos relatos de dificuldades em conseguir atendimento médico na cidade pelo Socorrão e das ações da justiça cobrando melhorias na saúde pública municipal.

Câmara aprova comissão para investigar a saúde de Imperatriz

O documento para a criação da comissão é chamado de "Pedido de instauração de comissão processante", e foi protocolada por alguns vereadores da Câmara Municipal para investigar a prefeitura de Imperatriz, com foco principal para a área da saúde.

Saúde Pública

Uma saúde pública municipal de qualidade desempenha um papel fundamental na melhoria da qualidade de vida da população. Quando uma cidade investe em serviços de saúde eficientes e acessíveis, os benefícios se estendem a todos os seus moradores, proporcionando um ambiente mais saudável e promovendo o bem-estar geral.

Site: https://imperatriz.online/noticias-assinante/promotor-de-justica-cobra-prefeitura-por-melhorias-urgentes-no-socorrao-de-imperatriz/2023/05/23/

Fabiana Vilar defende projeto de combate à violência contra pessoas com deficiência em condomínios

omaranhense

O Plenário da Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, na sessão plenária desta terça-feira (23), o Projeto de Lei 067/2023, de autoria da deputada Fabiana Vilar (PL), que obriga edifícios e condomínios residenciais, comerciais e industriais a denunciarem aos órgãos de segurança pública e ao **Ministério Público** casos de violência contra pessoas com deficiência quando ocorridas no âmbito de suas dependências.

Ao defender o PL, a deputada argumenta que a proposição tem o condão de garantir condições de vida com dignidade para pessoas com deficiência e que sofrem qualquer tipo de violência.

"É sabido que essa prática sempre está associada a fatores sociais, culturais e econômicos da coletividade, que vê a deficiência como algo negativo. A violência a que estão expostas essas pessoas, independente da faixa etária, está atrelada, entre outras coisas, à falta de compreensão de que as incapacidades e as desvantagens ocasionadas pela deficiência são geradas no próprio meio", afirma a deputada.

Ela acrescenta que a violência e a deficiência associam-se a fatores de risco, principalmente àqueles relacionados à pobreza, moradia precária ou à falta dela, ao isolamento social, às doenças físicas e mentais associadas à deficiência. E a violência acontece de formas diversas.

"A nossa ideia é somar esforços com a construção de mais uma norma, juntamente com as autoridades constituídas para reduzir os indicadores de violência ou violação de direitos às pessoas com deficiência. Há uma violência que parece invisível para muitos. Entretanto, é necessário que cada um de nós entendamos o nosso papel para que direitos de fato sejam efetivados", assinala a deputada.

Site: https://omaranhense.com/deputada-dra-vivianne-destaca-entrega-de-ambulancias-a-municipios-maranhenses/

Tribunal impede bloqueio de valores de Água Doce do Maranhão

Aquiles Emir

A 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão manteve decisão do Juízo da 1ª Vara de Araioses, que indeferiu o pedido de indisponibilidade de bens com bloqueio de valores referentes ao Fundo de Participação dos Municípios de Água Doce do Maranhão, em razão da ausência dos requisitos para concessão da tutela de urgência.

O entendimento do órgão colegiado do TJMA é de que, em que pese a comprovação do débito executado, no valor de R$ 2.668.622,43, conforme instrumento de confissão de dívida, o pedido da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia não possui possibilidade jurídica, pois esbarra nos princípios da Supremacia do Interesse Público e da Indisponibilidade dos bens da Fazenda Pública.

Em resumo, a empresa agravante ajuizou ação de execução de título, diante de suposta inadimplência injustificada do ente público municipal, referente a acordo extrajudicial firmado entre as partes.

A Procuradoria Geral de Justiça, em parecer do **procurador de Justiça Francisco das Chagas Barros de Sousa**, opinou pelo conhecimento e desprovimento do agravo.

Voto - Para o relator do agravo de instrumento ajuizado pela companhia de energia elétrica, desembargador Antônio José Vieira Filho, a execução pretendida pela agravante é capaz de trazer impacto significativo às finanças do município, impondo o comprometimento da execução do orçamento municipal.

O relator entendeu que a manutenção da decisão agravada é medida que se impõe, pois o eventual prejuízo a sofrer o município de Água Doce do Maranhão compromete as políticas públicas a serem executadas, bem como o serviço público em geral.

O desembargador acrescentou que o pedido da parte agravante deve observar o procedimento constitucional especial de precatórios, conforme artigo 100, caput, da CFRB/88, em razão da vultosa quantia que busca o adimplemento.

Concluiu que a empresa agravante não trouxe elementos capazes de reformar a decisão agravada.

Os desembargadores Josemar Lopes Santos e Tyrone Silva concordaram com o voto do relator, negando provimento ao agravo de instrumento, mantendo a decisão de primeira instância.

Site: https://maranhaohoje.com/maranhao/tribunal-impede-bloqueio-de-valores-de-agua-doce-do-maranhao/

"Equipamentos insuficientes e inadequados", diz Carlos Lula sobre diagnóstico do Corpo de Bombeiros após vistoria ao Hospital da Criança

Da Redação

O deputado estadual Carlos Lula (PSB) revelou, nesta terça-feira (23), o resultado da vistoria técnica realizada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA) no Hospital da Criança Dr. Odorico de Amaral Matos, em São Luís, após solicitação feita pelo parlamentar. De acordo com o laudo, a vistoria constatou falhas de instalação e a inexistência de diversos sistemas de proteção previstos na Lei 11.390/2020, aplicada aos processos de segurança contra incêndio.

"Equipamentos insuficientes e inadequados. Este é o diagnóstico da vistoria técnica que o Corpo de Bombeiros trouxe, em razão do ofício que protocolei, sobre o Hospital da Criança. Temos a mais importante unidade hospitalar que cuida das crianças ludovicenses, das crianças maranhenses, funcionando de maneira precária", afirmou.

Segundo o laudo, a Prefeitura de São Luís tem 30 dias para providenciar o projeto de proteção por extintores, iluminação e sinalização de emergência atualizados para a locação de tais equipamentos, visto que os equipamentos instalados são insuficientes ou inadequados ao local, cujas placas de sinalização estão com o direcionamento errado das saídas de emergência.

Após a vistoria, o CBMMA determinou a manutenção da canalização preventiva de incêndio com a instalação de bomba e do hidrante, além da implantação imediata de Brigada de Combate a Incêndio. O Corpo de Bombeiros recomendou, ainda, a inspeção da condição estrutural do prédio da unidade de saúde, que apresenta trincas e rachaduras, assim como da situação da instalação elétrica e gerador de energia de emergência, entre outros apontamentos.

Carlos Lula também revelou a preocupação dos pais que precisam da unidade para o tratamento de seus filhos. "Que pai, que mãe consegue dormir tranquilo sabendo que seu filho, sua filha, que está hospitalizado, passando por um momento de dificuldade, ainda tem que conviver com a insegurança de um hospital que não oferece o mínimo aos seus pacientes?! Em que planeta isso parece justo ou adequado?! É razoável, obter respostas concretas sobre o que está acontecendo de errado e como fazer para reverter esse quadro alarmante", alertou.

Diante do relatório apresentado pelo Corpo de Bombeiros, Carlos Lula solicitou aos membros da Comissão de Saúde uma força-tarefa a fim de serem adotadas medidas para a solução dos problemas estruturais e de segurança do Hospital da Criança. A unidade de referência pediátrica é administrada pela Prefeitura de São Luís.

"Estou encaminhando esse relatório tanto para a prefeitura de São Luís, quanto para a Secretaria Municipal de Saúde e **Ministério Público** para que adotem providências. Além disso, a Comissão de Saúde da Assembleia vai fiscalizar a unidade ao término do prazo de 30 dias e esperamos que as providências tenham sido tomadas por parte do Poder Público Municipal. Pois, enquanto eu for deputado, não permitirei que uma vida sequer seja perdida por irresponsabilidade, omissão ou negligência. De quem quer seja", assegurou Carlos Lula.

No mês de março, o deputado estadual solicitou a vistoria do Corpo de Bombeiros ao Hospital da Criança, após um vídeo circular nas redes sociais com imagens de um princípio de incêndio na unidade de saúde. Na publicação, é possível observar muita fumaça, funcionários e acompanhantes saindo às pressas da ala, assustado com o ocorrido.

Site:
https://acartapolitica.com.br/2023/05/23/equipamentos-insuficientes-e-inadequados-diz-carlos-lula-sobre-diagnostico-do-corpo-de-bombeiros-apos-vistoria-ao-hospital-da-crianca/

Comissão Processante vai apurar denúncias e pode resultar no afastamento do prefeito de Imperatriz

Carlos Leen

Em uma sessão ordinária realizada nesta terça-feira (23), na Câmara Municipal de Imperatriz, foi colocada em discussão e votada a criação de uma Comissão Processante para investigar graves denúncias relacionadas a situação da saúde na cidade.

A iniciativa partiu de uma denúncia formal apresentada pelo cidadão Teotônio Aparecido de Freitas Jr.

Caso as acusações sejam comprovadas, o atual prefeito de Imperatriz, Assis Ramos, poderá ser afastado de seu cargo por infração política e administrativa.

A cidade de Imperatriz tem enfrentado uma série de problemas e dificuldades em seu principal hospital, o Socorrão Municipal. Segundo próprio **Ministério Público** uma série de irregularidades foram constatadas, desde problemas no funcionamento de aparelhos como raio-x até questões relacionadas ao pagamento de funcionários e fornecedores.

Segundo vereadores da oposição o montante de recursos que entram nos cofres da prefeitura não estão sendo devidamente tratados com transparência.

Para o vereador Adhemar Jr. (SDD) as denúncias apontam para uma grave crise na área da saúde, afetando diretamente a qualidade de vida dos moradores de Imperatriz.

Caso as evidências confirmem as denúncias, poderá ser proposto o afastamento do prefeito Assis Ramos, tendo em vista as infrações políticas e administrativas relacionadas aos problemas enfrentados na área da saúde.

Votaram a favor da denúncia, pela criação da Comissão, doze vereadores. Oito vereadores votaram contra a investigação.

Para o vereador Wanderson Manchinha (PSB) a população de Imperatriz aguarda com expectativa os resultados das investigações, na esperança de que medidas efetivas sejam tomadas para solucionar os problemas e garantir uma assistência médica adequada para todos.

A comissão processante será presidida pelo vereador Carlos Hermes (PCdoB), na relatória o vereador Rubinho Lima (PTB) e Berson do Posto (SDD) como membro.

É importante ressaltar que o prefeito Assis Ramos terá o direito de se defender durante o processo, apresentando sua versão dos fatos e argumentos que julgar pertinentes. O resultado da investigação e as possíveis medidas a serem tomadas serão de extrema relevância para o futuro da administração municipal e a qualidade de vida dos cidadãos de Imperatriz.

Siga nossas redes, comente e compartilhe nossos conteúdos:

Envie sua denúncia , vídeo , foto ou sugestão :

Whatsapp da Redação: (98) 99144-5641

Site:
https://oimparcial.com.br/noticias/2023/05/comissao-processante-vai-apurar-denuncias-e-pode-resultar-no-afastamento-do-prefeito-de-imperatriz/

Tribunal impede bloqueio de valores de Água Doce do Maranhão

omaranhense

A 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão manteve decisão do Juízo da 1ª Vara de Araioses, que indeferiu o pedido de indisponibilidade de bens com bloqueio de valores referentes ao Fundo de Participação dos Municípios de Água Doce do Maranhão, em razão da ausência dos requisitos para concessão da tutela de urgência.

O entendimento do órgão colegiado do TJMA é de que, em que pese a comprovação do débito executado, no valor de R$ 2.668.622,43, conforme instrumento de confissão de dívida, o pedido da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia não possui possibilidade jurídica, pois esbarra nos princípios da Supremacia do Interesse Público e da Indisponibilidade dos bens da Fazenda Pública.

Em resumo, a empresa agravante ajuizou ação de execução de título, diante de suposta inadimplência injustificada do ente público municipal, referente a acordo extrajudicial firmado entre as partes.

A Procuradoria Geral de Justiça, em parecer do **procurador de Justiça Francisco das Chagas Barros de Sousa**, opinou pelo conhecimento e desprovimento do agravo.

VOTO

Para o relator do agravo de instrumento ajuizado pela companhia de energia elétrica, desembargador Antônio José Vieira Filho, a execução pretendida pela agravante é capaz de trazer impacto significativo às finanças do município, impondo o comprometimento da execução do orçamento municipal.

O relator entendeu que a manutenção da decisão agravada é medida que se impõe, pois o eventual prejuízo a sofrer o município de Água Doce do Maranhão compromete as políticas públicas a serem executadas, bem como o serviço público em geral.

O desembargador acrescentou que o pedido da parte agravante deve observar o procedimento constitucional especial de precatórios, conforme artigo 100, caput, da CFRB/88, em razão da vultosa quantia que busca o adimplemento.

Concluiu que a empresa agravante não trouxe elementos capazes de reformar a decisão agravada.

Os desembargadores Josemar Lopes Santos e Tyrone Silva concordaram com o voto do relator, negando provimento ao agravo de instrumento, mantendo a decisão de primeira instância.

Site: https://omaranhense.com/tribunal-impede-bloqueio-de-valores-de-agua-doce-do-maranhao/

Ex-participantes de Grupo Reflexivo contam como mudaram de comportamento

Dos 45 homens que respondem processos nas Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São Luís e que frequentaram, por determinação judicial, no ano de 2022, o Grupo Reflexivo desenvolvido pela equipe multidisciplinar dessas unidades judiciais, não houve nenhum caso de reincidência de violência. Nos 15 anos de atividade do grupo, dos mais de 300 participantes foi constatado apenas um reincidente. Ex-integrantes estiveram nesta terça-feira (23), durante encontro com novos participantes, no Fórum Des. Sarney Costa, para relatar como mudaram seus comportamentos após essa experiência.

O técnico em radiologia Raimundo Buna relatou que hoje utiliza sua experiência e o que aprendeu no Grupo Reflexivo para disseminar a cultura da paz e mostrar a outros homens que é possível resolver um conflito sem agressões, sejam físicas ou verbais. "No ano de 2021 eu cheguei no primeiro dia de atividade do grupo sem entender porque eu estava aqui e achando que era injusto o que ocorria comigo. No decorrer dos encontros fui me conscientizando, aprendendo sobre a Lei Maria da Penha e hoje não me envolvo mais em briga", afirmou. Disse também que depois desse período de aprendizado reconstruiu seu casamento com a mãe dos dois filhos dele, com a qual vive há 23 anos. Atualmente ele cumpre a penalidade imposta pela Vara da Mulher.

Um marchante de 29 anos de idade, dois filhos, que responde processo por violência contra a mulher e que, por determinação judicial, frequentou as atividades do Grupo Reflexivo, disse que os primeiros dias de participação no grupo para ele foram conturbados porque não compreendia o motivo de estar naquela situação. "Quando começou eu não entendia e nem aceitava estar aqui, mas com o decorrer dos encontros fui entendendo e refletindo sobre o que eu havia feito", contou. Ele lembra que seu comportamento mudou completamente e que hoje aplica esse aprendizado em todas as áreas de sua vida.

O psicólogo da Vara da Mulher, Raimundo Ferreira, explica que os homens em situação de violência de gênero chegam com visões bem distintas. Uns entendem ter feito algo grave e por isso estão no grupo; outros afirmam que a culpa foi da mulher. "Ainda falta neles um processo de responsabilização. O Grupo Reflexivo vai construindo com eles o conceito de violência e os vários caminhos de resolver conflitos de forma não violenta", esclarece.

Os participantes são obrigados a frequentar 10 encontros semanais e quatro reuniões mensais. Essa nova turma, iniciada no último mês de abril, é composta por 13 homens que respondem processos na 1ª e 3ª Varas da Mulher, independente de já terem uma sentença no processo. As atividades vão até o mês de outubro deste ano. São abordados assuntos como relacionamento conjugal, resolução de conflitos, Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), violência doméstica e familiar, entre outros.

Acompanharam o momento de relatos de ex-participantes, nesta terça-feira (23), durante o encontro do Grupo Reflexivo, a juíza titular da 3ª Vara da Mulher, Samira Barros Heluy; o **promotor de justiça** e a defensora pública que atuam na unidade, Marco Aurélio Cordeiro e Clara Welma Florentino; a ouvidora da Mulher (Tribunal de Justiça do Maranhão), Danyelle Bitencourt; e a psicóloga Edla Ferreira, uma das facilitadoras do Grupo Reflexivo e integrante da equipe multidisciplinar da da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMA.

O Grupo Reflexivo tem como objetivo o combate à violência contra as mulheres, buscando responsabilizar os homens pelo ato praticado, desnaturalizar a violência, combater as expectativas de poderes de controle dos homens sobre as mulheres e promover relações mais respeitosas e equitativas de gênero. A participação no grupo está prevista na Lei Maria da Penha. Conforme a legislação, o agressor deve frequentar centro de educação e de reabilitação e ter acompanhamento psicossocial, medidas que o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor em conjunto ou separadamente, com outras medidas de urgência.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

asscom_cgj@tjma.jus.br

Site:
http://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/510193/ex-

participantes-de-grupo-reflexivo-contam-como-mudaram-de-comportamento

Vistoria no Hospital da Criança constata equipamentos insuficientes e inadequados, revela laudo

Redação / Assessoria

O deputado estadual Carlos Lula (PSB) revelou, nesta terça-feira (23), o resultado da vistoria técnica realizada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA) no Hospital da Criança Dr. Odorico de Amaral Matos, em São Luís, após solicitação feita pelo parlamentar. De acordo com o laudo, a vistoria constatou falhas de instalação e a inexistência de diversos sistemas de proteção previstos na Lei 11.390/2020, aplicada aos processos de segurança contra incêndio.

"Equipamentos insuficientes e inadequados. Este é o diagnóstico da vistoria técnica que o Corpo de Bombeiros trouxe, em razão do ofício que protocolei, sobre o Hospital da Criança. Temos a mais importante unidade hospitalar que cuida das crianças ludovicenses, das crianças maranhenses, funcionando de maneira precária", afirmou.

Segundo o laudo, a Prefeitura de São Luís tem 30 dias para providenciar o projeto de proteção por extintores, iluminação e sinalização de emergência atualizados para a locação de tais equipamentos. Além dos aparelhos instalados serem insuficientes ou inadequados ao local, as placas de sinalização estão com o direcionamento errado das saídas de emergência.

Após a vistoria, o CBMMA determinou a manutenção da canalização preventiva de incêndio com a instalação de bomba e do hidrante, além da implantação imediata de Brigada de Combate a Incêndio.

O Corpo de Bombeiros recomendou, ainda, a inspeção da condição estrutural do prédio da unidade de saúde, que apresenta trincas e rachaduras, assim como da situação da instalação elétrica e gerador de energia de emergência, entre outros apontamentos.

Carlos Lula também revelou a preocupação dos pais que precisam da unidade para o tratamento de seus filhos. "Que pai, que mãe consegue dormir tranquilo sabendo que seu filho, sua filha, que está hospitalizado, passando por um momento de dificuldade, ainda tem que conviver com a insegurança de um hospital que não oferece o mínimo aos seus pacientes?! Em que planeta isso parece justo ou adequado?! É razoável, obter respostas concretas sobre o que está acontecendo de errado e como fazer para reverter esse quadro alarmante", alertou.

Diante do relatório apresentado pelo Corpo de Bombeiros, Carlos Lula solicitou aos membros da Comissão de Saúde uma força-tarefa a fim de serem adotadas medidas para a solução dos problemas estruturais e de segurança do Hospital da Criança. A unidade de referência pediátrica é administrada pela Prefeitura de São Luís.

"Estou encaminhando esse relatório tanto para a prefeitura de São Luís, quanto para a Secretaria Municipal de Saúde e **Ministério Público** para que adotem providências. Além disso, a Comissão de Saúde da Assembleia vai fiscalizar a unidade ao término do prazo de 30 dias e esperamos que as providências tenham sido tomadas por parte do Poder Público Municipal. Pois, enquanto eu for deputado, não permitirei que uma vida sequer seja perdida por irresponsabilidade, omissão ou negligência. De quem quer seja", assegurou Carlos Lula.

Requerimento

No mês de março, o deputado estadual solicitou a vistoria do Corpo de Bombeiros ao Hospital da Criança, após um vídeo circular nas redes sociais com imagens de um princípio de incêndio na unidade de saúde. Na publicação, é possível observar muita fumaça, funcionários e acompanhantes saindo às pressas da ala, assustado com o ocorrido.

Site: https://jornalpequeno.com.br/2023/05/23/vistoria-no-hospital-da-crianca-constata-equipamentos-insuficientes-e-inadequados-revela-laudo/

Justiça condena Município de Santa Inês a recuperar Terminal Rodoviário em até 60 dias

Uma sentença proferida nesta segunda-feira (22) na 1ª Vara de Santa Inês, confirmou parcialmente uma decisão antecipada, no sentido de determinar que o Município, no prazo de 60 dias, observando todas as normas orçamentárias e de licitação, adote as providências necessárias para sanar ou mitigar os defeitos constatados que possam representar riscos de desabamento do telhado, de choques elétricos aos usuários do serviço ou de incêndio, visando a obter certificado de aprovação de projeto e funcionamento perante o Corpo de Bombeiros, e isolando imediatamente o acesso do público às áreas do prédio que representam riscos aos transeuntes até que sejam sanados os defeitos. O pedido de interdição do terminal não foi acatado pela Justiça.

O documento, assinado pelo juiz Raphael Leite Guedes, impõe a multa diária de R$ 10.000,00, em caso de descumprimento. O valor arrecadado será revertido a um fundo, que deverá ser indicado pelo autor da ação em momento oportuno. O caso em questão trata-se de ação civil pública ajuizada pelo **Ministério Público**, em desfavor do Município de Santa Inês, visando à cominação de obrigação de fazer ao réu consistente na recuperação e manutenção do Terminal Rodoviário de Santa Inês, procedendo às imediatas reformas e adaptações imprescindíveis para um funcionamento de acordo com as normas estabelecidas pelos relatórios de inspeção anexos ao processo, sanando todas as irregularidades apontadas.

Na ação, alegou o MP que o prédio em questão possui diversos problemas de infraestrutura, segurança, oferta de serviços, acessibilidade, além de serem presenciadas práticas de condutas abusivas aos direitos dos consumidores por parte das empresas de transporte. Argumentou que há omissão do réu em reformar o terminal e em fiscalizar as atividades exercidas por particulares no local. Em razão de tais situações, foi instaurado o Inquérito Civil, durante o qual foram realizadas inspeções e vistorias pelo MPE, pelo PROCON, pelo MOB, pela CEMAR, pelo Corpo de Bombeiros, pela Vigilância Sanitária e por Engenheiro Civil da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão.

Essas inspeções e vistorias constataram, dentre outras, as seguintes irregularidades: rachaduras no teto; banheiros em péssimas condições de conservação e sem atendimento às normas de acessibilidade; paredes sujas, quebradas e com infiltrações; inexistência de sinalização tátil para pessoas com deficiência; inexistência de postos de informações ou atendimento ao turista e de local para recuperação de objetos perdidos; inexistência de guarda-volumes; bem como ausência de informativos nos guichês das empresas sobre a gratuidade das passagens.

Outros fatos verificados foram: ausência de informativos sobre a proibição de venda de bebidas alcoólicas para menores de idade nos boxes de alimentos; ausência de segurança; cobrança de taxa de embarque sem comprovação de lei a instituindo; inexistência de posto telefônico; acesso de transportes clandestinos; ausência de bancas de revistas e jornais; ausência de estacionamento próprio para veículos; grande incidência de dependentes químicos no período noturno; existência de fiação exposta e fixada diretamente sobre estruturas metálicas, ausência de proteção no quadro de distribuição, existência de ligações clandestinas, ausência de aterramento e desrespeito aos padrões, requisitos e normas de segurança, com risco de choques elétricos e/ou incêndio e, ainda, inexistência de preventivo contra incêndio e pânico, de sistema de proteção contra descargas atmosféricas, e de certificado de aprovação de projeto e funcionamento, bem como a presença de instalações elétricas deterioradas e expostas, com risco de incêndios.

COBERTURA COMPROMETIDA

Foi constatado, ainda, que parte da cobertura está com problemas de deterioração da estrutura metálica, com vários pontos de oxidação e pontos em perda de seção severa nos elementos estruturais. Daí, restou comprovado que o terminal rodoviário necessita de reforma emergencial para cumprimento de todas as exigências dos órgãos de fiscalização. O magistrado citou na sentença que já foram publicadas diversas reportagens jornalísticas, dando conta da situação do prédio que abriga a rodoviária.

"Outrossim, é fato público e notório a situação atual do Terminal Rodoviário de Santa Inês, e qualquer pessoa que utilize o local, ainda que esporadicamente, percebe os diversos problemas que lá existem (.) Todos os referidos problemas estão devidamente comprovados nos autos por imagens fotográficas, relatórios técnicos de diversos órgãos, vídeos de matérias jornalísticas, reportagens de jornais etc", pontuou. O Município, em suas manifestações no processo, não afastou as alegações de fato aduzidas pelo autor, limitando-se a dizer que realizou uma reforma e que estava tomando as providências necessárias para solucionar a questão, o que demandaria bastante tempo, diante da complexidade do caso.

"A situação em que se encontra o Terminal Rodoviário de Santa Inês demonstra a existência de violações a diversas normas constitucionais e infraconstitucionais, impondo a atuação judicial, após provocação por parte do interessado, para determinar que elas sejam sanadas (.) A violação dos direitos difusos e coletivos é nítida, e a inércia dos poderes públicos municipais (Executivo e Legislativo) está demonstrada pela permanência dos problemas há vários anos", observou a Justiça na sentença.

O Judiciário entendeu que, considerando que os problemas do Terminal Rodoviário de Santa Inês são generalizados, impõe-se a realização de uma reforma ampla que vise à resolução de todos os problemas, sem prejuízo da adoção de medidas urgentes para sanar as irregularidades críticas do prédio, que representam riscos imediatos à vida e à segurança dos passageiros e trabalhadores do local, com a concessão de prazo mais amplo para a solução dos problemas que não põem em risco imediato os usuários do serviço.

Site: https://folhadomaranhao.com/2023/05/justica-condena-municipio-de-santa-ines-a-recuperar-terminal-rodoviario-em-ate-60-dias/

MP cobra do Governo do Estado delegado, escrivão e agentes de polícia para Pastos Bons

Marjorie Sara Sampaio de Sousa

O **Ministério Público do Maranhão** entrou com uma ação na Justiça pedindo que o Estado do Maranhão seja obrigado a designar e manter um delegado de polícia, um escrivão e dois agentes da Polícia Civil na cidade de Pastos Bons. O **promotor de justiça** Hélder Ferreira Bezerra assinou o documento.

Além disso, foi solicitada a reforma do prédio da Delegacia de Polícia Civil de Pastos Bons, assim como a disponibilização de móveis e equipamentos necessários para o trabalho dos funcionários, ou então a transferência para outro local adequado para as atividades policiais, dentro de três meses.

Segundo o promotor, desde 2019 não há delegado, escrivão e agentes de polícia civil na cidade, e a segurança pública está sendo mantida apenas pela Polícia Militar. As investigações de todos os tipos de crimes estão sendo conduzidas por delegados de outras regiões.

"Com essa situação, fica impossível concluir centenas de procedimentos policiais em tempo hábil, especialmente a apuração de infrações cometidas por menores, que têm prazos de prescrição mais curtos, e os casos de violência doméstica, que são numerosos e graves e não estão recebendo uma repressão adequada", afirmou Hélder Bezerra na ação.

Site: https://imperatriz.online/noticias-do-estado-do-maranhao-hoje/mp-cobra-do-governo-do-estado-delegado-escrivao-e-agentes-de-policia-para-pastos-bons/2023/05/23/

MP cobra do Governo do Estado delegado, escrivão e agentes de polícia para Pastos Bons

Marjorie Sampaio

O **Ministério Público do Maranhão** entrou com uma ação na Justiça pedindo que o Estado do Maranhão seja obrigado a designar e manter um delegado de polícia, um escrivão e dois agentes da Polícia Civil na cidade de Pastos Bons. O **promotor de justiça** Hélder Ferreira Bezerra assinou o documento.

Além disso, foi solicitada a reforma do prédio da Delegacia de Polícia Civil de Pastos Bons, assim como a disponibilização de móveis e equipamentos necessários para o trabalho dos funcionários, ou então a transferência para outro local adequado para as atividades policiais, dentro de três meses.

Segundo o promotor, desde 2019 não há delegado, escrivão e agentes de polícia civil na cidade, e a segurança pública está sendo mantida apenas pela Polícia Militar. As investigações de todos os tipos de crimes estão sendo conduzidas por delegados de outras regiões.

"Com essa situação, fica impossível concluir centenas de procedimentos policiais em tempo hábil, especialmente a apuração de infrações cometidas por menores, que têm prazos de prescrição mais curtos, e os casos de violência doméstica, que são numerosos e graves e não estão recebendo uma repressão adequada", afirmou Hélder Bezerra na ação.

Site: https://maismaranhao.com.br/noticias-do-estado/mp-cobra-do-governo-do-estado-delegado-escrivao-e-agentes-de-policia-para-pastos-bons/2023/05/23/

Justiça condena Município de Santa Inês a recuperar Terminal Rodoviário

Com informações da assessoria

Uma sentença proferida nesta segunda-feira (22) na 1ª Vara de Santa Inês, confirmou parcialmente uma decisão antecipada, no sentido de determinar que o Município, no prazo de 60 dias, observando todas as normas orçamentárias e de licitação, adote as providências necessárias para sanar ou mitigar os defeitos constatados que possam representar riscos de desabamento do telhado, de choques elétricos aos usuários do serviço ou de incêndio, visando a obter certificado de aprovação de projeto e funcionamento perante o Corpo de Bombeiros, e isolando imediatamente o acesso do público às áreas do prédio que representam riscos aos transeuntes até que sejam sanados os defeitos. O pedido de interdição do terminal não foi acatado pela Justiça.

O documento, assinado pelo juiz Raphael Leite Guedes, impõe a multa diária de R$ 10.000,00, em caso de descumprimento. O valor arrecadado será revertido a um fundo, que deverá ser indicado pelo autor da ação em momento oportuno. O caso em questão trata-se de ação civil pública ajuizada pelo **Ministério Público**, em desfavor do Município de Santa Inês, visando à cominação de obrigação de fazer ao réu consistente na recuperação e manutenção do Terminal Rodoviário de Santa Inês, procedendo às imediatas reformas e adaptações imprescindíveis para um funcionamento de acordo com as normas estabelecidas pelos relatórios de inspeção anexos ao processo, sanando todas as irregularidades apontadas.

Na ação, alegou o MP que o prédio em questão possui diversos problemas de infraestrutura, segurança, oferta de serviços, acessibilidade, além de serem presenciadas práticas de condutas abusivas aos direitos dos consumidores por parte das empresas de transporte. Argumentou que há omissão do réu em reformar o terminal e em fiscalizar as atividades exercidas por particulares no local. Em razão de tais situações, foi instaurado o Inquérito Civil, durante o qual foram realizadas inspeções e vistorias pelo MPE, pelo PROCON, pelo MOB, pela CEMAR, pelo Corpo de Bombeiros, pela Vigilância Sanitária e por Engenheiro Civil da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão.

Essas inspeções e vistorias constataram, dentre outras, as seguintes irregularidades: rachaduras no teto; banheiros em péssimas condições de conservação e sem atendimento às normas de acessibilidade; paredes sujas, quebradas e com infiltrações; inexistência de sinalização tátil para pessoas com deficiência; inexistência de postos de informações ou atendimento ao turista e de local para recuperação de objetos perdidos; inexistência de guarda-volumes; bem como ausência de informativos nos guichês das empresas sobre a gratuidade das passagens.

Outros fatos verificados foram: ausência de informativos sobre a proibição de venda de bebidas alcoólicas para menores de idade nos boxes de alimentos; ausência de segurança; cobrança de taxa de embarque sem comprovação de lei a instituindo; inexistência de posto telefônico; acesso de transportes clandestinos; ausência de bancas de revistas e jornais; ausência de estacionamento próprio para veículos; grande incidência de dependentes químicos no período noturno; existência de fiação exposta e fixada diretamente sobre estruturas metálicas, ausência de proteção no quadro de distribuição, existência de ligações clandestinas, ausência de aterramento e desrespeito aos padrões, requisitos e normas de segurança, com risco de choques elétricos e/ou incêndio e, ainda, inexistência de preventivo contra incêndio e pânico, de sistema de proteção contra descargas atmosféricas, e de certificado de aprovação de projeto e funcionamento, bem como a presença de instalações elétricas deterioradas e expostas, com risco de incêndios.

COBERTURA COMPROMETIDA

Foi constatado, ainda, que parte da cobertura está com problemas de deterioração da estrutura metálica, com vários pontos de oxidação e pontos em perda de seção severa nos elementos estruturais. Daí, restou comprovado que o terminal rodoviário necessita de reforma emergencial para cumprimento de todas as exigências dos órgãos de fiscalização. O magistrado citou na sentença que já foram publicadas diversas reportagens jornalísticas, dando conta da situação do prédio que abriga a rodoviária.

"Outrossim, é fato público e notório a situação atual do Terminal Rodoviário de Santa Inês, e qualquer pessoa que utilize o local, ainda que esporadicamente,

percebe os diversos problemas que lá existem (.) Todos os referidos problemas estão devidamente comprovados nos autos por imagens fotográficas, relatórios técnicos de diversos órgãos, vídeos de matérias jornalísticas, reportagens de jornais etc", pontuou. O Município, em suas manifestações no processo, não afastou as alegações de fato aduzidas pelo autor, limitando-se a dizer que realizou uma reforma e que estava tomando as providências necessárias para solucionar a questão, o que demandaria bastante tempo, diante da complexidade do caso.

"A situação em que se encontra o Terminal Rodoviário de Santa Inês demonstra a existência de violações a diversas normas constitucionais e infraconstitucionais, impondo a atuação judicial, após provocação por parte do interessado, para determinar que elas sejam sanadas (.) A violação dos direitos difusos e coletivos é nítida, e a inércia dos poderes públicos municipais (Executivo e Legislativo) está demonstrada pela permanência dos problemas há vários anos", observou a Justiça na sentença.

O Judiciário entendeu que, considerando que os problemas do Terminal Rodoviário de Santa Inês são generalizados, impõe-se a realização de uma reforma ampla que vise à resolução de todos os problemas, sem prejuízo da adoção de medidas urgentes para sanar as irregularidades críticas do prédio, que representam riscos imediatos à vida e à segurança dos passageiros e trabalhadores do local, com a concessão de prazo mais amplo para a solução dos problemas que não põem em risco imediato os usuários do serviço.

Site: https://jornalpequeno.com.br/2023/05/23/justica-condena-municipio-de-santa-ines-a-recuperar-terminal-rodoviario/

Luciano Genésio é alvo de investigação por não repassar recursos para conselheiros tutelares

Equipe MV

O prefeito de Pinheiro, Luciano Genésio (PDT), está sendo investigado em um procedimento administrativo preparatório de inquérito civil. O objetivo da investigação é apurar supostas omissões ou falta de apoio por parte do Poder Público Municipal em relação aos repasses de recursos destinados às diárias e passagens dos conselheiros tutelares.

A investigação apura, principalmente, a falta de apoio do município no que diz respeito ao deslocamento dos conselheiros tutelares até a capital do estado, São Luís, para acompanhar crianças e adolescentes quando necessário.

A alegação é de que os recursos destinados a esses fins não estariam sendo repassados de forma adequada, comprometendo o trabalho dos conselheiros e o atendimento às demandas da população.

Foi expedido um ofício ao chefe do Poder Executivo de Pinheiro e ao **Procurador-Geral** do Município, com entrega pessoal do documento, para que se manifestem sobre a questão e, se houver interesse, busquem resolver a demanda de forma conciliatória extrajudicialmente.

Além disso, um ofício também foi enviado ao presidente da Câmara Municipal de Pinheiro, órgão fiscalizador do Executivo, para que seja formalmente comunicada a instauração do procedimento preparatório de inquérito civil.

No decorrer da investigação, será realizada uma busca nos sistemas do Poder Judiciário para verificar se existe alguma ação judicial em andamento relacionada à reestruturação do Conselho Tutelar de Pinheiro. Essa busca visa fornecer informações adicionais para o processo e ajudar a compreender melhor a situação.

Site: https://maranhaodeverdade.com.br/luciano-genesio-e-alvo-de-investigacao-por-nao-repassar-recursos-para-conselheiros-tutelares/

MPMA requer delegado, escrivão e agentes da Polícia Civil para o município

Da Redação

PASTO BONS - O **Ministério Público do Maranhão** ajuizou, em 23 de maio, Ação Civil Pública requerendo, tanto como medida liminar quanto pedido final, que a Justiça obrigue o Estado do Maranhão a lotar e manter, no município de Pastos Bons, um delegado de Polícia, um escrivão e dois agentes de Polícia Civil. A manifestação foi assinada pelo **promotor de justiça** Hélder Ferreira Bezerra.

Também foi requerida a requalificação das instalações prediais da Delegacia de Polícia Civil de Pastos Bons, além da destinação de mobiliário e equipamentos necessários para as atividades dos servidores do estabelecimento, ou a relocação de outro prédio desde que adequado aos serviços de polícia judiciária, no prazo de três meses.

De acordo com o **promotor de justiça**, desde 2019 não há delegado, escrivão e agente de polícia civil lotados no município, ficando a segurança pública da cidade sob responsabilidade unicamente da Polícia Militar. As investigações de crimes de toda natureza estão sendo feitas por delegados de outras circunscrições.

"Por conta dessa realidade, especialmente a ausência de delegado de polícia, fica inviável a conclusão das centenas de procedimentos policiais em tempo hábil, principalmente a apuração de atos infracionais, cujo prazo de prescrição é bastante reduzido em relação aos demais e crimes de violência doméstica que, pelo elevado número e gravidade, têm repressão deficiente", afirmou Hélder Bezerra, na ação.

Site: https://acartapolitica.com.br/2023/05/23/mpma-requer-delegado-escrivao-e-agentes-da-policia-civil-para-o-municipio/

Equatorial Maranhão inaugura eletroposto gratuito para recarga de carros elétricos em Imperatriz

Construído pela Equatorial Maranhão, a iniciativa faz parte do projeto de E+ Mobilidade Elétrica do grupo

A Equatorial Maranhão, por meio do Projeto E+ Mobilidade Elétrica inaugurou nessa terça-feira (16), o primeiro posto gratuito para recarga de carros elétricos da região sul e o segundo do Maranhão. O primeiro posto da distribuidora, foi inaugurado em 2021, no Parque do Rangedor, em São Luís. O evento contou com a presença do Presidente da Equatorial Maranhão, Sérvio Túlio, de autoridades estaduais e municipais, além da equipe de inovação da Distribuidora. O ponto para recarga foi instalado na Sede Administrativa da Equatorial Maranhão de Imperatriz e poderá ser utilizado gratuitamente pela comunidade.

A implantação do eletroposto faz parte do projeto de Mobilidade Elétrica do Grupo Equatorial , através do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P D) da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que atua fortemente no eixo de Inovação e Sustentabilidade da Distribuidora.

Os carros elétricos são um meio de transporte limpo e sustentável e a Equatorial Maranhão incentiva essa prática que contribui diretamente na redução da emissão de gases poluentes na atmosfera. Além disso, o Eletroposto constitui-se como um avanço na tecnologia no Maranhão não somente em questões que envolvem políticas públicas, mas em consciência ambiental e social. O uso de carros convencionais contribui para o aquecimento global devido aos gases que são liberados, já os veículos elétricos não emitem gases de efeito estufa, seu ciclo de vida terá menos emissões de gases poluentes do que um carro alimentado por gasolina, ou qualquer outro combustível.

Pensando em todo o potencial que o investimento tem, a Equatorial Maranhão, por meio da área de Digital e Inovação, vem investindo cada vez mais em Pesquisa e Desenvolvimento (P D) para o fomento de frotas elétricas nos estados em que atuam, além do entendimento em modelos de novos negócios voltado para mobilidade elétrica. O Superintendente da Regional Sul, Adailson Andrade destaca a relevância do projeto para a cidade de Imperatriz.

"Acreditamos que esse é mais um importante passo para o desenvolvimento da mobilidade elétrica na cidade de Imperatriz, considerada a segunda capital do Maranhão. Agora, além de outros projetos da Equatorial que abordam a Eficiência Energética, temos um ponto de recarga de carros elétricos, que com certeza vai alavancar o desenvolvimento econômico e tecnológico de Imperatriz. É uma forma muito importante que a Equatorial utiliza para contribuir com o meio ambiente. A Distribuidora conduz projetos sociais muito importantes, além de ações sustentáveis que visam a melhoria da qualidade dos serviços que prestamos à população. Para nós, poder contribuir com essa iniciativa é apostar em um futuro mais sustentável e funcional, que visa beneficiar a sociedade e o ambiente em que estamos inseridos", ressalta.

Para o Presidente da Equatorial Maranhão, Sérvio Túlio, a ação proposta pelo Grupo Equatorial está em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU, dos quais a empresa é signatária, e tem como principais metas promover a Educação de Qualidade, Energia acessível e limpa e Ação Global contra a mudança global do clima . "Dentro da estratégia da Distribuidora, a inovação e a sustentabilidade são abordagens cada vez mais presentes em suas iniciativas, e a mobilidade elétrica é um exemplo disso. Assim como o Grupo Equatorial Energia, a Equatorial Maranhão visa fomentar essa tecnologia, colaborando para a redução das emissões de poluentes na atmosfera, já que veículos elétricos são considerados opções de transporte limpo", comenta sérvio.

O Promotor da 3ª Promotoria Especializada em Meio Ambiente do **Ministério Público do Estado do Maranhão**, Jadilson Cirqueira, participou da solenidade de inauguração e pontuou a relevância do eletroposto para a região sul e para o Estado. "Não poderia deixar de participar de um evento tão importante como esse. É o segundo eletroposto do estado do Maranhão. São apenas dois, mas é uma iniciativa que representa muito para a cidade de Imperatriz, para o Estado e para o Brasil, pois é uma

forma de estarmos preservando o meio ambiente, impedindo a poluição atmosférica e os gases com efeito estufa. É uma novidade que traz sustentabilidade ambiental"", disse o promotor.

Além do estacionamento para recargas, a Equatorial Maranhão doou um carro elétrico à frota de Imperatriz para a utilização na prestação do serviço e exposição educativa nas escolas e eventos. O Analista de Projetos P D da Equatorial Maranhão, Orlando Santos explica o funcionamento e as características do veículo. "O carro elétrico utiliza 45 kWh para uma carga completa, sendo a bateria e o carregador classificados como semi-rápido, demora entre duas ou três horas para fazer o carregamento completo, fornecendo uma autonomia que pode chegar até 410 km. Esse é um projeto que tem a marca da Equatorial, novamente pregamos a bandeira do ESG, temos várias iniciativas dentro do Projeto de Desenvolvimento relacionado à mobilidade elétrica", enfatiza.

Projeto E+ Mobilidade Elétrica

O Projeto E+ Mobilidade Elétrica faz parte da Plataforma E+ do Grupo Equatorial Energia, que inclui projetos de sustentabilidade voltados para as pessoas e para o meio ambiente. Seu objetivo é fomentar e avaliar o uso de veículos elétricos nos estados onde a Equatorial atua, de forma a incentivar a adesão e contato mais próximo da população com a tendência mundial de eletrificação das frotas de carros. O eletroposto tem como objetivo contribuir com a descarbonização do meio ambiente, promovendo o uso sustentável e eficiente da energia elétrica, a redução de impactos ambientais provenientes do uso de combustíveis fósseis (fontes de energia não renováveis que contêm alta quantidade de carbono, utilizados nos veículos comuns, como gasolina e diesel).

Assessoria de Imprensa da Equatorial Maranhão

O seu endereço de e-mail não será publicado. Campos obrigatórios são marcados com *

Site: https://www.atosefatos.jor.br/equatorial-maranhao-inaugura-eletroposto-gratuito-para-recarga-de-carros-eletricos-em-imperatriz/

Justiça condena Município de Santa Inês a recuperar Terminal Rodoviário

omaranhense

Uma sentença proferida nesta segunda-feira (22) na 1ª Vara de Santa Inês, confirmou parcialmente uma decisão antecipada, no sentido de determinar que o Município, no prazo de 60 dias, observando todas as normas orçamentárias e de licitação, adote as providências necessárias para sanar ou mitigar os defeitos constatados que possam representar riscos de desabamento do telhado, de choques elétricos aos usuários do serviço ou de incêndio, visando a obter certificado de aprovação de projeto e funcionamento perante o Corpo de Bombeiros, e isolando imediatamente o acesso do público às áreas do prédio que representam riscos aos transeuntes até que sejam sanados os defeitos. O pedido de interdição do terminal não foi acatado pela Justiça.

O documento, assinado pelo juiz Raphael Leite Guedes, impõe a multa diária de R$ 10.000,00, em caso de descumprimento. O valor arrecadado será revertido a um fundo, que deverá ser indicado pelo autor da ação em momento oportuno. O caso em questão trata-se de ação civil pública ajuizada pelo **Ministério Público**, em desfavor do Município de Santa Inês, visando à cominação de obrigação de fazer ao réu consistente na recuperação e manutenção do Terminal Rodoviário de Santa Inês, procedendo às imediatas reformas e adaptações imprescindíveis para um funcionamento de acordo com as normas estabelecidas pelos relatórios de inspeção anexos ao processo, sanando todas as irregularidades apontadas.

Na ação, alegou o MP que o prédio em questão possui diversos problemas de infraestrutura, segurança, oferta de serviços, acessibilidade, além de serem presenciadas práticas de condutas abusivas aos direitos dos consumidores por parte das empresas de transporte. Argumentou que há omissão do réu em reformar o terminal e em fiscalizar as atividades exercidas por particulares no local. Em razão de tais situações, foi instaurado o Inquérito Civil, durante o qual foram realizadas inspeções e vistorias pelo MPE, pelo PROCON, pelo MOB, pela CEMAR, pelo Corpo de Bombeiros, pela Vigilância Sanitária e por Engenheiro Civil da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão.

Essas inspeções e vistorias constataram, dentre outras, as seguintes irregularidades: rachaduras no teto; banheiros em péssimas condições de conservação e sem atendimento às normas de acessibilidade; paredes sujas, quebradas e com infiltrações; inexistência de sinalização tátil para pessoas com deficiência; inexistência de postos de informações ou atendimento ao turista e de local para recuperação de objetos perdidos; inexistência de guarda-volumes; bem como ausência de informativos nos guichês das empresas sobre a gratuidade das passagens.

Outros fatos verificados foram: ausência de informativos sobre a proibição de venda de bebidas alcoólicas para menores de idade nos boxes de alimentos; ausência de segurança; cobrança de taxa de embarque sem comprovação de lei a instituindo; inexistência de posto telefônico; acesso de transportes clandestinos; ausência de bancas de revistas e jornais; ausência de estacionamento próprio para veículos; grande incidência de dependentes químicos no período noturno; existência de fiação exposta e fixada diretamente sobre estruturas metálicas, ausência de proteção no quadro de distribuição, existência de ligações clandestinas, ausência de aterramento e desrespeito aos padrões, requisitos e normas de segurança, com risco de choques elétricos e/ou incêndio e, ainda, inexistência de preventivo contra incêndio e pânico, de sistema de proteção contra descargas atmosféricas, e de certificado de aprovação de projeto e funcionamento, bem como a presença de instalações elétricas deterioradas e expostas, com risco de incêndios.

COBERTURA COMPROMETIDA

Foi constatado, ainda, que parte da cobertura está com problemas de deterioração da estrutura metálica, com vários pontos de oxidação e pontos em perda de seção severa nos elementos estruturais. Daí, restou comprovado que o terminal rodoviário necessita de reforma emergencial para cumprimento de todas as exigências dos órgãos de fiscalização. O magistrado citou na sentença que já foram publicadas diversas reportagens jornalísticas, dando conta da situação do prédio que abriga a rodoviária.

"Outrossim, é fato público e notório a situação atual do Terminal Rodoviário de Santa Inês, e qualquer pessoa que utilize o local, ainda que esporadicamente,

percebe os diversos problemas que lá existem (.) Todos os referidos problemas estão devidamente comprovados nos autos por imagens fotográficas, relatórios técnicos de diversos órgãos, vídeos de matérias jornalísticas, reportagens de jornais etc", pontuou. O Município, em suas manifestações no processo, não afastou as alegações de fato aduzidas pelo autor, limitando-se a dizer que realizou uma reforma e que estava tomando as providências necessárias para solucionar a questão, o que demandaria bastante tempo, diante da complexidade do caso.

"A situação em que se encontra o Terminal Rodoviário de Santa Inês demonstra a existência de violações a diversas normas constitucionais e infraconstitucionais, impondo a atuação judicial, após provocação por parte do interessado, para determinar que elas sejam sanadas (.) A violação dos direitos difusos e coletivos é nítida, e a inércia dos poderes públicos municipais (Executivo e Legislativo) está demonstrada pela permanência dos problemas há vários anos", observou a Justiça na sentença.

O Judiciário entendeu que, considerando que os problemas do Terminal Rodoviário de Santa Inês são generalizados, impõe-se a realização de uma reforma ampla que vise à resolução de todos os problemas, sem prejuízo da adoção de medidas urgentes para sanar as irregularidades críticas do prédio, que representam riscos imediatos à vida e à segurança dos passageiros e trabalhadores do local, com a concessão de prazo mais amplo para a solução dos problemas que não põem em risco imediato os usuários do serviço.

Site: https://omaranhense.com/justica-condena-municipio-de-santa-ines-a-recuperar-terminal-rodoviario/

Pastos Bons - MPMA requer delegado, escrivão e agentes da Polícia Civil para o município

omaranhense

O **Ministério Público do Maranhão** ajuizou, em 23 de maio, Ação Civil Pública requerendo, tanto como medida liminar quanto pedido final, que a Justiça obrigue o Estado do Maranhão a lotar e manter, no município de Pastos Bons, um delegado de Polícia, um escrivão e dois agentes de Polícia Civil. A manifestação foi assinada pelo **promotor de justiça** Hélder Ferreira Bezerra.

Também foi requerida a requalificação das instalações prediais da Delegacia de Polícia Civil de Pastos Bons, além da destinação de mobiliário e equipamentos necessários para as atividades dos servidores do estabelecimento, ou a relocação de outro prédio desde que adequado aos serviços de polícia judiciária, no prazo de três meses.

De acordo com o **promotor de justiça**, desde 2019 não há delegado, escrivão e agente de polícia civil lotados no município, ficando a segurança pública da cidade sob responsabilidade unicamente da Polícia Militar. As investigações de crimes de toda natureza estão sendo feitas por delegados de outras circunscrições.

"Por conta dessa realidade, especialmente a ausência de delegado de polícia, fica inviável a conclusão das centenas de procedimentos policiais em tempo hábil, principalmente a apuração de atos infracionais, cujo prazo de prescrição é bastante reduzido em relação aos demais e crimes de violência doméstica que, pelo elevado número e gravidade, têm repressão deficiente", afirmou Hélder Bezerra, na ação.

Site: https://omaranhense.com/pastos-bons-mpma-requer-delegado-escrivao-e-agentes-da-policia-civil-para-o-municipio/

Prefeitura de Alcântara tem 72 horas para fornecer medicamentos para os hospitais

Jeferson Abreu

O **Ministério Público do Maranhão** ajuizou Ação Civil Pública contra o Município de Alcântara, requerendo, como medida liminar, o fornecimento, no prazo de 72 horas, de todos os medicamentos e insumos indispensáveis ao regular funcionamento dos estabelecimentos de saúde existentes na sede e no interior do município. A manifestação foi ajuizada pelo **promotor de justiça** Raimundo Nonato Leite Filho.

Em caso de descumprimento, foi sugerido o pagamento de multa diária no valor de R$ 10 mil.

IRREGULARIDADES

Em 2022, ao tomar conhecimento dos problemas existentes nas unidades de saúde de responsabilidade municipal, especialmente a falta de remédios, insumos e materiais de higiene e limpeza, o **MPMA** solicitou vistoria à Superintendência de Vigilância Sanitária Municipal. O relatório referente à inspeção, realizada no dia 20 de janeiro de 2022, no Hospital Municipal Dr. Neto Guterres, e das vistorias nas Unidades Básicas de Saúde, confirmou as denúncias anteriormente encaminhadas à **Promotoria de Justiça** de Alcântara.

Após a entrega do documento à Secretaria Municipal de Saúde de Alcântara, foi requerida a solução das irregularidades no prazo de 60 dias. Posteriormente, o **MPMA** enviou um ofício à referida Secretaria, requerendo a elaboração de um plano de ação, no prazo de 30 dias.

Em maio e setembro de 2022 o **Ministério Público** promoveu reunião com a Secretaria Municipal de Saúde objetivando a regularização do fornecimento de medicamentos, insumos e materiais nos estabelecimentos de saúde. Mas a Prefeitura não apresentou a comprovação das providências tomadas.

Uma nova inspeção foi realizada pelo **MPMA**, em outubro de 2022, no Hospital Dr. Neto Guterres, atestando a ausência de medicamentos indicados para auxiliar o metabolismo ou para os sistemas hematológico, cardiovascular, nervoso, muscular e respiratório, além de remédios para terapia hormonal e para o combate a infecções.

Além disso, na farmácia do estabelecimento, não havia climatização adequada, porque o ar condicionado não estava funcionando, o que comprometia o armazenamento adequado dos medicamentos.

Na ação, o **promotor de justiça** afirmou que a saúde pública está esquecida pelo município e a evidência principal é a constante falta de medicamentos e insumos básicos no hospital público e nos postos de saúde na sede e nos povoados de Alcântara. No documento, Raimundo Nonato Leite Filho também ressaltou que a Constituição Federal estabelece o direito à saúde, como fundamental.

"Percebe-se que o Município não tem cumprido com o seu inalienável dever de garantir este primordial serviço aos munícipes. Com sua conduta negligente e desidiosa, demonstra desrespeito aos cidadãos que procuram tal serviço público na ânsia de serem socorridos diante das enfermidades que os acometem", afirmou no documento.

PEDIDO FINAL

Como pedido final, o **Ministério Público** requereu a condenação do Município à obrigação de fazer, com o objetivo de regularizar o fornecimento e abastecimento de medicamentos e insumos necessários para o regular funcionamento do Hospital Dr. Neto Guterres, da Unidade Mista de Saúde e das Unidades Básicas de Saúde existentes em Alcântara, conforme estabelece a Constituição Federal, sob pena de pagamento de multa diária de R$ 10 mil.

Por Neto Ferreira

Site:
https://www.codonoticias.com.br/2023/05/prefeitura-de-alcantara-tem-72-horas-para-fornecer-medicamentos-para-os-hospitais/

Relatório do TCE desmoraliza Assembleia sob gestão de Iracema Vale

Jeferson Abreu

Relatório de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado (TCE) atestou o Portal da Transparência da Assembleia Legislativa do Maranhão, presidida por Iracema Vale (PSB), como o pior entre os Poderes e Órgãos Estaduais.

A avaliação da página da Alema foi realizada entre os dias 9 a 17 de maio de 2023 e é decorrente do exercício regular da atividade de fiscalização, conforme estabelecido nas Ordens de Serviço emitidas pela Secretaria de Fiscalização do órgão (SEFIZ) da Corte de Contas.

De acordo com o relatório, chamou a atenção o baixo desempenho do portal do Legislativo Estadual, comandado pela socialista, pois apresentou a pontuação mais baixa da série histórica, sendo o único a não obter um resultado satisfatório.

A nota dada pelos auditores para o site da Assembleia foi 4,46, com índice de Transparência C.

Já os novos portais do Tribunal de Contas (TCE-MA) e do Executivo conseguiram elevar suas notas graças a uma apresentação mais eficiente das informações exigidas.

A Avaliação dos Portais é efetuada com fundamento na Constituição Federal, na Lei Orgânica do TCE/MA, no Regimento Interno -TCE/MA, na Lei Complementar nº 101/2000 e nº 156/2016, bem como em cumprimento da Lei Federal nº12.527, de 18 de novembro de 2011, da Lei de Acesso à Informação(LAI), e da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, além do Código de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos, entre outros normativos.

Confira abaixa a nota cada órgão e poder:

A gestão de Iracema Vale tem violado o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas sobre as despesas, repasses, transferências e diárias do pessoal.

Em meados de abril, o **Ministério Público** abriu uma investigação por falta de transparência dos gastos públicos da Casa em 2023.

O procedimento investigatório foi motivado pela ausência de dados da relação nominal de servidores dos meses de janeiro, fevereiro, março e abril, no Portal da Transparência do Legislativo.

A Casa dispõe de um orçamento de R$ 535 milhões em 2023 e tem deixado de divulgar informações importantes de como essa verba estaria sendo aplicada.

Por Neto Ferreira

Site: https://www.codonoticias.com.br/2023/05/relatorio-do-tce-desmoraliza-assembleia-sob-gestao-de-iracema-vale/

IMPERATRIZ- Creche comunitária é beneficiada por ANPPs propostos pelo MPMA

omaranhense

Em função de Acordos de Não Persecução Penal (ANPPs) firmados em março deste ano, o **Ministério Público do Maranhão**, por meio da 4? **Promotoria de Justiça** Criminal de Imperatriz, destinou, em 18 de maio, bens à Creche Comunitária Tia Nyetta, no município de Gonçalves Dias (termo judiciário).

ANPPs são instrumentos legais propostos pelo **Ministério Público** ou acusados quando a infração penal não envolve violência ou grave ameaça e tiver pena mínima inferior a quatro anos.

A promotora de justiça Patrícia Fernandes Gomes Costa Ferreira entregou os itens à diretora da entidade (localizada no Distrito Bananal, no município), Adriana Nascimento.

Foram doados um notebook com disco rígido de 1TB e 4GB de memória, duas cadeiras giratórias para escritório, um armário aberto para escritório; duas mesas para escritório e uma TV 43 polegadas.

A destinação dos bens foi resultado de ANPPs firmados com o empresário Laercio Ferreira, o vereador de Davinopólis, Tiago Gomes, o servente de pedreiro Milton Glezia da Conceição e o eletricista Jhon Gley Correia.

Site: https://omaranhense.com/imperatriz-creche-comunitaria-e-beneficiada-por-anpps-propostos-pelo-mpma/

MPMA conclui curso de Mediação Comunitária

O **Ministério Público do Estado do Maranhão**, por meio de sua Escola Superior (**ESMP**) e com o apoio da coordenação do Programa Comunitário em Mediação e Práticas Restaurativas, promoveu, no período de 15 a 19 de maio, um Curso de Mediação Comunitária com carga horária de 40 horas/aula.

O Curso de Mediação Comunitária faz parte do Plano de Formação em Autocomposição da **ESMP** e do Programa de Formação Continuada para as Promotorias de Justiça Distritais de Defesa da Cidadania de São Luís.

A atividade formativa foi conduzida pela professora Vanessa de Oliveira Amorim, advogada, doutoranda em Direito Constitucional e mestra em Direito e Gestão de Conflitos; e pelo professor Rogério Monteles da Costa, juiz do Tribunal de Justiça do Maranhão, doutor em Direito Constitucional e mestre em Direito e Gestão de Conflitos.

Ambos os formadores estão inscritos no Cadastro Nacional de Instrutores da Justiça Consensual Brasileira (Cijuc) e integram o Banco de Formadores da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

Concluíram a formação 27 participantes, entre servidores do **Ministério Público do Maranhão** técnicos da rede de políticas públicas do território Turu/Divineia, professores de escolas públicas e lideranças comunitárias com intenção de atuarem voluntariamente no Núcleo Comunitário de Mediação e Práticas Restaurativas da Divineia (em fase de instalação).

Ao final dos trabalhos, os professores receberam certificados e brindes das mãos do coordenador do Programa Comunitário em Mediação e Práticas Restaurativas (MP na Comunidade), **promotor de justiça** Vicente de Paulo Silva Martins, titular da **Promotoria de Justiça** Comunitária Itinerante.

Site: https://omaranhense.com/mpma-conclui-curso-de-mediacao-comunitaria/

Ednarg Marques é empossado no cargo de diretor da Seplag

omaranhense

Em cerimônia realizada nesta segunda-feira, 22, o **procurador-geral** de justiça, **Eduardo Nicolau**, deu posse ao **promotor de justiça** Ednarg Fernandes Marques no cargo de diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag). A cerimônia, realizada no gabinete do PGJ, foi acompanhada por membros da instituição que compõem a administração superior do **Ministério Público do Maranhão**.

Assessor-chefe da Assessoria Técnica da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ), Ednarg Marques irá acumular as duas funções provisoriamente.

"Recebo a nova missão como uma demonstração evidente da confiança do **procurador-geral** na minha força de trabalho, na lealdade para com ele e sua administração. Imbuído desses princípios e dessa confiança é que tentarei fazer o mesmo que fizemos na Assessoria Técnica, para que a Seplag trabalhe linkada com todos os demais órgãos e exerça seu papel conforme o **procurador-geral** espera e o **Ministério Público** merece", garantiu.

O subprocurador-geral de justiça para Assuntos Jurídicos, Danilo de Castro Ferreira, destacou que a expectativa é muito boa com a posse do novo diretor da Seplag, dada a sua competência e capacidade de trabalho. "Ele mudou a Assessoria Técnica pra melhor. Já o conhecia desde quando trabalhamos juntos na Assessoria de Investigação da PGJ e espero que se mantenha com a mesma dedicação para que a Secretaria de Planejamento produza ainda mais resultados positivos".

O diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais (Secinst), José Márcio Maia Alves, igualmente ressaltou as qualidades positivas de Ednarg Marques. "É uma pessoa sempre comprometida com as funções que lhe são atribuídas. Fico extremamente feliz com a ida para o cargo porque a Seplag e a Secinst têm muitas atividades que se inter-relacionam. Nossa esperança é de que as ações possam fluir e que trabalhemos alinhados, a fim de que as atividades do **Ministério Público** possam ser mais visibilizadas e implementadas".

Os promotores de justiça Lúcia Cristiana Chagas e Pedro Lino Curvelo, respectivamente, chefes das Assessorias Especial e de Investigação da PGJ, também destacaram o acerto na nomeação do novo diretor da Seplag e desejaram-lhe êxito na missão.

Ao se manifestar, o **procurador-geral** de justiça afirmou que a escolha não se deu em função de amizade, mas da competência demonstrada por Ednarg Marques nas diversas funções que já exerceu na administração superior do **MPMA**. "A nossa expectativa é que você continue fazendo corretamente a missão que lhe foi confiada e com agilidade. Eu não estou lhe nomeando porque você é meu amigo, mas porque sei da sua competência, como todos aqui sabem", declarou.

Eduardo Nicolau finalizou sua fala pedindo o empenho de toda a administração para o fortalecimento cada vez maior do **Ministério Público**, "com autonomia e em defesa da sociedade".

Acompanharam o ato de posse do novo diretor da Seplag os promotores de justiça Thereza Muniz de La Iglesia (chefe de gabinete da PGJ); Luiz Muniz Filho (coordenador do **Gaeco**); Ana Carolina Leite e Fernando Berniz (integrantes do **Gaeco**); Carlos Henrique Teles de Menezes, Fábio Meirelles Mendes, José Carlos Faria e Reginaldo Júnior de Carvalho (integrantes da Assessoria Especial); e Lana Barros Pessoa (coordenadora do Núcleo de Apoio às Vítimas).

Site: https://omaranhense.com/ednarg-marques-e-empossado-no-cargo-de-diretor-da-seplag/